

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CANGUÇU/RS:
REPERCUSSÕES DO AUMENTO DO PODER DE CONSUMO DA JUVENTUDE
RURAL**

SILVANA DE MATOS BANDEIRA

PORTO ALEGRE/RS, DEZEMBRO DE 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CANGUÇU/RS:
REPERCUSSÕES DO AUMENTO DO PODER DE CONSUMO DA JUVENTUDE
RURAL**

SILVANA DE MATOS BANDEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia. Linha de Pesquisa: Análise Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura – PÓSGEA/UFRGS (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – PÓSGEA/UFRGS (Titular interno)

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Caetano Costa – Professora UFPel (Titular externo)

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins – PPGeo/FURG (Titular externo)

CIP - Catalogação na Publicação

Bandeira, Silvana de Matos

A Relação Campo-Cidade em Canguçu/RS: Repercussões do Aumento do Poder de Consumo da Juventude Rural / Silvana de Matos Bandeira. -- 2017.

304 f.

Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Relação campo-cidade. 2. Consumo. 3. Juventude Rural. 4. Canguçu/RS. I. Fontoura, Luiz Fernando Mazzini, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a todos os canguçuenses que contribuem para o desenvolvimento do município.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por continuar me dando saúde e motivação para concretizar os desejos do meu coração.

A minha família, por continuar me dando estrutura em todos os aspectos.

Em especial, ao Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura, pela disponibilidade de me orientar e pelas contribuições para o presente trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS, pela oportunidade de discutir uma problemática tão fundamental para o futuro do município de Canguçu/RS.

À Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli pelas sugestões dadas durante a qualificação.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, à Prof.^a Dr.^a Maria Regina Caetano Costa e ao Prof. Dr. Solismar Fraga Martins, pelas críticas construtivas na defesa deste trabalho.

À Jaciana Araújo, por me auxiliar quanto aos softwares EpiData e SPSS.

À Ândrea Lenise de Oliveira Lopes, pela confecção dos mapas.

À Bianca Alves Lehmann, pela revisão textual.

Ao Alejandro Moliterno Vanerio, pela tradução do abstract.

Ao meu irmão, Davi de Matos Bandeira, por ter me acompanhado nas escolas do meio rural de Canguçu para a aplicação dos questionários.

A todas as pessoas entrevistadas, jovens que responderam ao questionário e entidades que forneceram dados.

Muito obrigada!

*Os olhos não se fartam de ver, nem os ouvidos de ouvir.
(...) o que aumenta o conhecimento aumenta a tristeza.*

Eclesiastes 1: 8b, 18b.

RESUMO

BANDEIRA, Silvana de Matos. **A relação campo-cidade em Canguçu/RS: Repercussões do aumento do poder de consumo da juventude rural.** 2017. 304f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2017.

A presente tese tem por objetivo analisar as consequências do aumento do poder de consumo da juventude rural de Canguçu/RS para a relação campo-cidade no município. A cidade local teve, nos últimos anos, um aumento na demanda por produtos diversos (Ex.: automóveis, celular, roupas, equipamentos e insumos agrícolas, dentre outros) por parte do meio rural. No decorrer deste trabalho, procuramos esclarecer o papel da juventude rural nesse processo, pois é a faixa etária mais aberta às novidades e à influência da publicidade. A pesquisa foi realizada a partir de dados secundários, principalmente do IBGE e FEE, e pesquisa de campo, na qual aplicamos 445 questionários em jovens rurais canguçuenses e entrevistamos 23 pessoas influentes da cidade de Canguçu. Foi constatado que, a partir do ano 2000, Canguçu apresentou um crescimento nos cultivos para exportação. Conhecido como a Capital Nacional da Agricultura Familiar, pela grande quantidade de pequenas propriedades, o município foi considerado ideal pelas empresas fumageiras para expandirem a sua produção de tabaco. Já nas médias propriedades, a silvicultura e a soja também vêm se expandindo recentemente, em detrimento da pecuária tradicional e da produção de milho. Com a integração aos cultivos para exportação, o meio rural de Canguçu passou a estabelecer uma relação mais intensa com lugares distantes e de posição mais elevada na hierarquia urbana. Por sua vez, a cidade local articulou-se a esse campo mais dinâmico e adaptou-se às novas demandas de consumo da população rural, uma vez que, agora, esses indivíduos possuem maior poder aquisitivo. Nesse contexto, a juventude rural passou a ter mais contato com o modo de vida urbano, devido ao maior acesso a tecnologias de comunicação e transporte, e vem apresentando cada vez mais semelhanças com os jovens das cidades. Assim sendo, eles tiveram um importante papel na intensificação da relação campo-cidade, pois frequentam a cidade local com a intenção de consumir, além de incentivarem outros membros da família a adquirirem novas tecnologias. São jovens que desejam migrar principalmente para centros maiores, e consideram mais a possibilidade de serem sucessores na propriedade familiar quando esta apresenta lucratividade, como no caso das propriedades que, atualmente, cultivam soja, seguidas das que cultivam tabaco.

Palavras-chave: Relação campo-cidade. Consumo. Juventude Rural. Canguçu/RS.

ABSTRACT

BANDEIRA, Silvana de Matos. **The ratio countryside-city in Canguçu/RS: repercussions in the increase of consumption power of the rural youth.** 2017. 304f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2017.

This thesis intends to analyze the consequences of the increase of consumption power of the rural youth of Canguçu/RS to the ratio countryside-city in the municipality. In the past few years, there has been a growth in the demand of diverse products (e.g.: cars, mobile phones, clothes, equipments and agricultural supplies, among others) by the countryside. Throughout this paper, we seek to clarify the role rural youth has in this process, since it is the age range most open to news and the influence of the media. The research was performed based on secondary data, mainly obtained through IBGE and FEE, and the field research in which 445 questionnaires were applied on rural youth and 23 influent people from the city of Canguçu. It was verified that since the year 2000, Canguçu has presented a growth in export crops. Known as the National Capital of Family Agriculture, due to its large amount of small properties, the municipality was considered ideal for tobacco companies to expand their production. Yet, on medium size properties, forestry and soy have also been expanding recently to the detriment of traditional cattle raising and corn production. With the integration of export crops, the rural area of Canguçu started to establish a more intense relationship with distant places and of higher position in the urban hierarchy. In turn, the local city articulated itself to that more dynamic field and adapted to the new consumer demands of the rural population, once now, these individuals have a higher purchasing power. In this context, the rural youth started to have more contact with a urban lifestyle, due to the higher access to communication technologies and transportation, and they have been showing more resemblance to the city youth. Therefore, they have had an important role in the intensification of the ratio countryside-city, for they attend the local city in order to consume and they also encourage other family members to acquire new technologies. These are youth that wish to migrate mostly to larger centers and consider more the possibility of being successors of family property when this presents profitability, as in the case of properties that currently grow soybeans, followed by those that grow tobacco.

Key-words: Ratio countryside-city. Consumerism. Youth. Rural Youth. Canguçu/RS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população rural em Canguçu – 2010.....	51
Gráfico 2 – Pirâmide etária da população urbana em Canguçu – 2010.....	72
Gráfico 3 – Segmentos com maior participação no número de empresas em Canguçu – 2014.....	75
Gráfico 4 – Potencial de consumo urbano por tipo de despesa em Canguçu – 2016	76
Gráfico 5 – Estabelecimentos por porte segundo faturamento no município de Canguçu – 2015.....	80
Gráfico 6 – Distribuição das empresas do município de Canguçu/RS por tempo de existência – 2014	81
Gráfico 7 – Valor Adicionado por Setor no município de Canguçu (2003-2013)	85
Gráfico 8 – Crescimento (%) da população urbana no Brasil (1940-2010)	90
Gráfico 9 – Embarque de soja em grãos do RS no 1º trimestre – 2000-2017.....	102
Gráfico 10 – Destino da soja em grãos do RS – 1º sem. 2000-2017	103
Gráfico 11 – Embarques do fumo em folha do RS no 1º semestre – 2000-2017 ...	104
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto do município de Canguçu (2000-2013) – em milhões.....	181
Gráfico 13 – Potencial de consumo urbano por classe de rendimento na cidade de Canguçu – 2016 (em R\$ milhões).....	182
Gráfico 14 – Domicílios urbanos por classe de rendimento em Canguçu – 2016 ..	182
Gráfico 15 – Frota em Circulação no Município de Canguçu (2001-2015).....	186
Gráfico 16 – Tipos de veículos em circulação no município de Canguçu – 2016 ..	187
Gráfico 17 – Localização da moradia dos jovens rurais canguçuenses	222

Gráfico 18 – Percentual de jovens rurais canguçuenses por tamanho da propriedade em que vivem.....	222
Gráfico 19 – Forma de aquisição da propriedade em que vivem os jovens rurais canguçuenses	223
Gráfico 20 – Percentual de jovens rurais canguçuenses por quantidade de atividades com fins lucrativos que é produzida na propriedade em que vivem	223
Gráfico 21 – Existência de aposentados ou beneficiários de pensão na propriedade dos jovens rurais canguçuenses	225
Gráfico 22 – Participação da família dos jovens rurais canguçuenses no PRONAF	226
Gráfico 23 – Origem dos alimentos que os jovens rurais canguçuenses consomem	226
Gráfico 24 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a atitude de diminuir a produção de alimentos para dar prioridade ao produto principal da propriedade.....	227
Gráfico 25 – Local onde os jovens canguçuenses planejam estar vivendo daqui a 10 anos	227
Gráfico 26 – Local onde os jovens rurais canguçuenses pretendem estar vivendo daqui a 10 anos.....	228
Gráfico 27 – Posicionamento da família em relação ao futuro dos jovens rurais canguçuenses	230
Gráfico 28 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a possibilidade de ser o sucessor (a) na propriedade familiar	231
Gráfico 29 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a possibilidade de desenvolver as mesmas atividades econômicas da sua família na sua vida adulta.....	231
Gráfico 30 – Objetivo pelo qual os jovens rurais canguçuenses estudam	232

Gráfico 31 – Planos dos jovens rurais canguçuenses em relação à continuidade dos estudos.....	233
Gráfico 32 – Utilização dos conhecimentos escolares na propriedade familiar pelos jovens rurais canguçuenses	234
Gráfico 33 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses em relação à necessidade de estudar para desempenhar atividades econômicas típicas do campo.....	235
Gráfico 34 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre o que o campo deveria oferecer para que se sentissem motivados a permanecer nele	235
Gráfico 35 – Fatores de atração da cidade de Canguçu para os jovens rurais canguçuenses	236
Gráfico 36 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre a inserção no mercado de trabalho da cidade de Canguçu.....	237
Gráfico 37 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre a migração da juventude para as cidades.....	237
Gráfico 38 – Opinião dos jovens canguçuenses sobre a situação atual de quem já migrou para a cidade.....	238

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comércios voltados para o meio rural	39
Figura 2 – Parque de Máquinas Agrícolas (Canguçu/RS)	40
Figura 3 – Localização do município de Canguçu/RS	41
Figura 4 – Vista aérea da cidade de Canguçu/RS.....	42
Figura 5 – Mapa da Densidade Demográfica por Setor Censitário do Município de Canguçu/RS.....	44
Figura 6 – Mapa de População Absoluta Residente por Distrito do Município de Canguçu/RS.....	45
Figura 7 – Entrada da cidade de Canguçu pela BR 392	46
Figura 8 – Macrozonas rurais em Canguçu/RS.....	47
Figura 9 – Estufa de tabaco no 1º distrito de Canguçu/RS.....	53
Figura 10 – Lavoura de tabaco no 5º distrito de Canguçu/RS.....	53
Figura 11 – Cerealista Muller.....	55
Figura 12 – Pecuária de corte no 5º distrito de Canguçu/RS	56
Figura 13 – Parque de Remates União da Conquista – Canguçu/RS	57
Figura 14 – Criação de ovinos no 3º distrito de Canguçu/RS.....	57
Figura 15 – Aviário no 2º distrito de Canguçu/RS	58
Figura 16 – Pecuária leiteira no CETAC de Canguçu/RS	59
Figura 17 – Silvicultura no 5º distrito de Canguçu	62
Figura 18 – Plantação de milho no 3º distrito de Canguçu	64
Figura 19 – Plantação de arroz no 3º distrito de Canguçu	67

Figura 20 – Posto de combustível no 1º distrito de Canguçu/RS	68
Figura 21 – Placa indicativa do camping Recanto do Lazer na localidade de Passo do Saraiva, no 4º distrito de Canguçu/RS	69
Figura 22 – Parques Aquáticos de Canguçu/RS	69
Figura 23 – Expansão da área urbana de Canguçu (1967-2013).....	73
Figura 24 – Espacialização das classes de renda dos habitantes da cidade de Canguçu (2000-2010)	74
Figura 25 – Rua comercial no centro de Canguçu (General Osório).....	79
Figura 26 – Filiais de redes no centro de Canguçu	81
Figura 27 – Loja Afubra em Canguçu.....	82
Figura 28 – Movimento da rua General Osório em horário comercial no centro de Canguçu.....	83
Figura 29 – Carro de som fazendo publicidade do comércio em Canguçu/RS	83
Figura 30 – Distrito industrial (próximo à cidade de Canguçu/RS)	84
Figura 31 – Rio Grande do Sul: Colônias Antigas e Novas	109
Figura 32 – Relação entre as cidades em uma rede urbana	128
Figura 33 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu	131
Figura 34 – Estação Rodoviária de Canguçu	131
Figura 35 – Distribuição das linhas de ônibus para as localidades do meio rural em Canguçu/RS.....	133
Figura 36 – Rádio Liberdade e Rádio Cultura	135
Figura 37 – Encurtamento das distâncias	150
Figura 38 – Festa do Colono no Herval – 2º distrito de Canguçu (2016).....	190

Figura 39 – Desfile de tratores e estandes do comércio na festa do Colono no Herval – 2º distrito de Canguçu (2016).....	191
Figura 40 – Ordem de importância dos rendimentos do meio rural para a cidade de Canguçu.....	214
Figura 41 – Intenção de migração, por sexo e distrito, dos jovens rurais do município de Canguçu/RS	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população do município de Canguçu (1920-2010).....	42
Tabela 2 – Quantidade de domicílios urbanos e rurais em Canguçu (2000 e 2010)	43
Tabela 3 – Número e área em hectares dos imóveis rurais de Canguçu	48
Tabela 4 – Lista de assentamentos de Canguçu – RS (2016).....	48
Tabela 5 – Benefícios em manutenção no município de Canguçu (2000-2015).....	49
Tabela 6 – Área plantada em hectares (ha) de tabaco, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)	52
Tabela 7 – Área plantada em hectares (ha) de soja, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)	54
Tabela 8 – Rebanhos efetivos no município de Canguçu/RS (2001-2014)	55
Tabela 9 – Produção animal do município de Canguçu/RS (2001-2014)	60
Tabela 10 – Produção de Silvicultura em Canguçu (2001-2014).....	61
Tabela 11 – Área plantada em hectares (ha) de milho, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)	62
Tabela 12 – Área plantada em hectares (ha) de pêssego, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)	64
Tabela 13 – Quantidade produzida (toneladas) de produtos alimentícios no município de Canguçu/RS (2001-2014)	66
Tabela 14 – Dados quantitativos da Educação no município de Canguçu	70
Tabela 15 – Variação do emprego formal (CLT) no município de Canguçu – todos os setores (2007-2015)	97
Tabela 16 – Saldo da variação absoluta do emprego formal (CLT – Consolidação das Leis do Trabalho) por setor (2007-2015)	97

Tabela 17 – Movimentação desagregada do setor do comércio no município de Canguçu (2007-2015)	98
Tabela 18 – Horários Municipais (saída da rodoviária).....	132
Tabela 19 – Horários intermunicipais (saída da rodoviária).....	134
Tabela 20 – Consumo de energia elétrica no município de Canguçu/RS por total de consumo e de consumidores (2001-2015).....	183
Tabela 21 – Consumo de energia elétrica residencial e rural no município de Canguçu/RS (2001-2015)	184
Tabela 22 – Consumo de energia elétrica no município de Canguçu/RS no comércio e na indústria (2001-2015)	185
Tabela 23 – Consumo de Combustível no município de Canguçu (2001-2015).....	185
Tabela 24 – Número de veículos por tipo e por ano no município de Canguçu/RS (2001-2015).....	189
Tabela 25 – Comparação da quantidade de bens duráveis permanentes existentes nos domicílios particulares permanentes (2000-2010).....	191
Tabela 26 – Bens duráveis existentes nos domicílios particulares permanentes de Canguçu/RS.....	193
Tabela 27 – Bens tecnológicos duráveis x renda domiciliar no município de Canguçu (2010).....	195
Tabela 28 – Declaração dos munícipes sobre o hábito de ir ao Centro da cidade fazer compras (%).....	197
Tabela 29 – Declaração dos munícipes sobre a frequência com que vai ao Centro da cidade (%) (Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade).....	197
Tabela 30 – Análise da relação entre frequência de ir ao Centro da cidade fazer compras com a faixa etária (%) (Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade).....	198

Tabela 31 – Declaração dos munícipes sobre os produtos que costuma comprar no comércio de Canguçu (%) (Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade).....	198
Tabela 32 – Declaração sobre o hábito de realização de compras em outros centros comerciais (%).....	199
Tabela 33 – Análise da relação entre as compras em outros centros comerciais com a faixa etária (%)	200
Tabela 34 – Declaração espontânea sobre tipo de negócio/ produto que há necessidade na cidade de Canguçu (%).....	201
Tabela 35 – Quantidades de famílias dos jovens rurais canguçuenses por atividade econômica.....	224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estabelecimentos comerciais da área urbana de Canguçu	76
-------------------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICAN –	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Canguçu
AFUBRA –	Associação dos Fumicultores do Brasil
AIDS –	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ASCAR –	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAGED –	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL –	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEASA –	Centrais de Abastecimento
CETAC –	Centro de Formação de Agricultores de Canguçu
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
COOESC –	Cooperativa dos Estudantes de Canguçu
COOPAL –	Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul
COSULATI –	Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda.
CTGs –	Centros de Tradições Gaúchas
DENATRAN –	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN –	Departamento Estadual de Trânsito
EaD –	Ensino a Distância
EFA –	Escola Família Agrícola
EMATER –	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMB –	Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
ETEC -	Escola Técnica Estadual Canguçu
FECICAN –	Feira do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu
FEE –	Fundação de Economia e Estatística
FURG –	Universidade Federal do Rio Grande
GPS –	Sistema de Posicionamento Global
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL –	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
INMETRO –	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP –	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS –	Instituto Nacional do Seguro Social
IPO –	Instituto Pesquisas de Opinião
ITEPA –	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (UCPel)
LSPA –	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MTE –	Ministério do Trabalho e Emprego
PA –	Projeto de Assentamento Federal
PE –	Projeto de Assentamento Estadual
PIB –	Produto Interno Bruto
PP –	Partido Progressista
PRONAF –	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS –	Relação Anual de Informações Sociais
RS –	Rio Grande do Sul
SEBRAE –	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR –	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UCPEL –	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL –	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	25
1	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	35
1.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU	35
1.2	ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU	41
1.3	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MEIO RURAL DE CANGUÇU	46
1.4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE CANGUÇU	71
2	A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE	86
2.1	O CAPITALISMO E A DIVISÃO DO TRABALHO	86
2.1.1	As transformações no mundo do trabalho urbano	89
2.1.2	As transformações no mundo do trabalho rural	99
2.1.3	A resistência e/ou as adaptações da agricultura familiar ao novo contexto	105
2.1.4	Alguns desafios atualmente enfrentados pelos agricultores familiares canguçuenses para a sua reprodução	112
2.2	A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE COMO POTENCIALIDADE TERRITORIAL	118
2.2.1	As resistências e ressignificações às lógicas hegemônicas	122
2.2.2	Mudanças na relação campo-cidade	127
2.2.3	O papel das pequenas cidades na hierarquia urbana capitalista ..	136

2.2.4	O êxodo rural e o acesso ao consumo como desejos da maioria da juventude rural	140
3	O CONSUMO AUMENTA NO CAMPO	144
3.1	A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NAS REALIDADES LOCAIS.....	144
3.2	O DESEJO DE CONSUMIR NA SOCIEDADE ATUAL.....	151
3.3	MUDANÇA DO COMPORTAMENTO DOS JOVENS RURAIS FRENTE AO CONSUMO.....	167
3.4	A INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE ATRAVÉS DO CONSUMO EM CANGUÇU/RS.....	181
4	PESQUISA DE CAMPO: O CAMPO E A CIDADE ENTRE APROXIMAÇÕES E TROCAS	203
4.1	DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES.....	203
4.2	DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS DA CIDADE DE CANGUÇU.....	205
4.3	A EXPLANAÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CANGUÇU.....	207
4.4	A (IN)CAPACIDADE DA CIDADE DE CANGUÇU DE INTERVIR NOS RUMOS DO MUNICÍPIO.....	217
4.5	O PERFIL DA JUVENTUDE QUE VIVE NO CAMPO EM CANGUÇU/RS.....	221
4.6	COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM DECADÊNCIA (PECUÁRIA DE CORTE E MILHO) E AS ATIVIDADES EM ASCENSÃO (TABACO E SOJA).....	238
4.7	A REAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO ÀS OPINIÕES E ASPIRAÇÕES DOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES.....	241

4.8 A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES.....	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS.....	270
APÊNDICES	279
ANEXOS	293

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na sociedade, como a industrialização e a globalização, contribuíram para transformações na relação campo-cidade. Os espaços rurais tiveram de se organizar ou reorganizar em relação a uma lógica hegemônica urbano/industrial. Tanto no campo quanto na cidade esse fato gerou espaços “luminosos”, ou seja, os que conseguiram se adaptar às novas exigências do capital, e espaços “opacos”, aqueles que não conseguiram acompanhar o ritmo das transformações.

O capitalismo foi sofrendo diversas mutações ao longo da história até chegar ao modo de acumulação flexível, que se dá em nível global, atualmente. Assim sendo, espaços nos quais predominam outras lógicas, como o campesinato, têm dificuldade de resistir. Para sobreviver, muitas dessas propriedades passam a participar desse “jogo global”, produzindo *commodities* para exportação e/ou desenvolvendo produtos específicos para atender nichos de mercado, entre outras estratégias.

Assim como os espaços urbanos, os espaços rurais, que se integraram ao sistema capitalista, tiveram transformações no seu modo de vida e maior acesso ao consumo. O campo deixou de ser visto como o local do atraso, visto que viver nesse espaço não é mais impedimento para ter acesso à informação e a produtos industrializados. Além disso, com a interação campo-cidade, os moradores do meio rural foram se tornando tão semelhantes aos da cidade de maneira que já não é possível distinguir tão claramente quem é morador de um espaço ou de outro.

Com a “revolução urbana”, explicada por Lefèbvre (2008), o epicentro das decisões se deslocou para as cidades e estas se organizaram de forma hierárquica, subordinando também o campo que passa a produzir para atender às necessidades ditadas pelos grandes centros urbanos. Logo, o campo não segue mais os ritmos da racionalidade da produção familiar, mas segue o ritmo ditado pela reprodução do capital. Se o capital impõe que o lucrativo é plantar tabaco ou soja, os agricultores se submetem, sob pena de não conseguirem mais se manter no campo, caso se recusem. Da mesma forma, eles não têm autonomia e nem poder de decisão para determinar até quando será lucrativo plantar esses produtos, ficando à mercê de fatores que eles não dominam.

Nesse contexto, algumas pequenas cidades conseguiram se aliar ao campo modernizado, como fornecedoras de produtos para necessidades pessoais e/ou insumos agrícolas, e sofrem o reflexo desse crescimento econômico, ou seja, se beneficiam da “luminosidade” que ele emana, enquanto outras não conseguiram acompanhar esse processo.

Tendo como base esses pressupostos, o município de Canguçu/RS, conhecido como a Capital Nacional da Agricultura Familiar, foi escolhido como objeto de estudo. Ele vinha apresentando transformações na relação campo-cidade que despertavam a atenção de quem o observava, principalmente nos últimos 15 anos. Quem visitava a cidade, percebia o quanto ela tinha crescido e o quanto o comércio estava dinâmico e repleto de moradores do meio rural fazendo compras. Por outro lado, quem passeava pelo meio rural percebia o quanto vinha ocorrendo maior acesso ao consumo, como o surgimento de casas amplas e modernas, carros novos, etc.

A pesquisadora começou a questionar-se sobre o que teria causado essas transformações e, portanto, diversos questionamentos passaram por sua mente enquanto elaborava o projeto de pesquisa, tais como:

- O aumento das atividades econômicas voltadas para exportação (tabaco, soja) geraram maior poder aquisitivo no campo e afetaram de diferentes formas a cidade de Canguçu?
- A fumicultura foi a maior responsável pela integração campo-cidade por gerar uma alta renda distribuída aos pequenos agricultores, o que desenvolveu o comércio e manteve a maioria da população do município vivendo no campo?
- Com o aumento do poder aquisitivo no campo, os jovens rurais estão mudando as suas opiniões, aspirações e hábitos de consumo?
- O declínio da pecuária deslocou os investimentos desses produtores para imóveis na cidade e aumentou a migração de jovens para a cidade local?
- Com o declínio da pecuária, a soja e a silvicultura estão se desenvolvendo com a característica de transferir pouca renda para a cidade local?

Esses foram questionamentos que serviram de questões norteadoras no decorrer do trabalho.

Diante de um tema tão amplo, a delimitação do problema de pesquisa foi o mais desafiante. Após muita leitura do referencial teórico, permanente observação e

reflexão sobre o objeto de pesquisa, elaboramos os objetivos desta pesquisa, que são apresentados a seguir:

Objetivo Geral

- Analisar as consequências do aumento do poder de consumo da juventude rural de Canguçu/RS para a relação campo-cidade no município.

Objetivos Específicos

- Identificar as dinâmicas econômicas atualmente desenvolvidas no município de Canguçu;
- Investigar os fatores que contribuem para o município ainda ter a maioria dos seus habitantes vivendo no campo;
- Diagnosticar o perfil do jovem rural canguçuense, bem como suas opiniões, aspirações e hábitos de consumo;
- Verificar as alterações no comércio da cidade de Canguçu após o aumento de cultivos como tabaco e soja;
- Avaliar quem são os atores principais nessas transformações.

Visando atingir esses objetivos, dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, procuramos apresentar o município de Canguçu/RS percorrendo sobre os seus aspectos históricos e geográficos e fazendo um levantamento dos aspectos socioeconômicos tanto do meio rural quanto da cidade de Canguçu, assim como uma reflexão sobre o papel da agricultura familiar na integração do campo com a cidade.

No capítulo dois, fizemos uma discussão teórica sobre os principais elementos que influenciam nas transformações da relação campo-cidade (ABRAMOVAY, 2012). Ademais, analisamos a evolução do sistema capitalista no decorrer da história, com base em Harvey (1998 e 2005), e as consequentes transformações geradas no mundo do trabalho rural e urbano. Discutimos, ainda, a urbanização da sociedade como uma tendência, já percebida por Lefèbvre (2008), as resistências e/ou adaptações da agricultura familiar e da juventude rural a esse novo contexto, a partir de Carneiro; Castro (2007), e o papel das pequenas cidades na hierarquia urbana capitalista, conforme teorias de Correa (2011) e Santos (2008).

No capítulo três, abordamos a influência da globalização nas realidades locais e fizemos uma análise do consumo na sociedade atual e de como os jovens reagem a ele, com base em autores como Lefèbvre (1991 e 2008), Bauman (2008),

Baudrillard (2014), Bourdieu (1983) e Douglas; Isherwood (2013). Por fim, fizemos um levantamento dos dados que comprovam o aumento do consumo, no município de Canguçu/RS, no período pesquisado.

O capítulo quatro foi dedicado à pesquisa de campo, no qual analisamos dados dos questionários, que foram aplicados em jovens rurais, e das entrevistas realizadas com os principais atores da cidade de Canguçu/RS. Do confronto dos questionários com as entrevistas, foi possível identificar os diversos fatores que vêm contribuindo para as transformações na relação campo-cidade no município.

Nas considerações finais, procuramos fazer um balanço com base no que foi discutido e nos dados obtidos no decorrer da pesquisa, a fim de aclarar as transformações ocorridas na relação campo-cidade e identificar possíveis tendências, a partir das variáveis atuais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nem sempre a aparência coincide com a essência. Assim sendo, o conhecimento científico busca analisar para além das aparências, isto é, investiga profundamente, com método, com objetivo de elucidar o que antes era apenas um conhecimento raso, uma hipótese. Em se tratando do espaço geográfico, precisamos ter em mente que ele é um produto social em permanente processo de transformação. Se analisarmos a sua essência, veremos que há inúmeras contradições em ação gerando desigualdades combinadas, que dificilmente perceberíamos se olhássemos apenas para a sua aparência.

Santos (2012a) propõe, como método geográfico, para o estudo de determinado espaço, analisar a totalidade em quatro categorias analíticas: forma, função, estrutura e processo. Santos (2012a) define essas categorias analíticas da seguinte maneira:

Forma é o aspecto visível de alguma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. *Função* (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (grifos no original) (SANTOS, 2012a, p.69).

Com essas quatro categorias, o pesquisador consegue descrever o objeto de estudo, analisar a sua serventia/ou não, perceber o papel dele na relação com os demais objetos de um todo e compreender como se comportaram essas categorias no decorrer do tempo. Dessa forma, podemos ir além da descrição, ou seja, conseguiremos fazer uma explicação do espaço geográfico.

Devido às nossas limitações humanas, no início da pesquisa foi necessário fazer um “recorte” no espaço e no tempo. O espaço escolhido para investigação foi o município de Canguçu/RS e o período delimitado foi de 15 anos (2000-2015), pois percebemos que nesse intervalo de tempo o município vinha apresentando transformações aceleradas na relação campo-cidade e, desse modo, tínhamos a intenção de compreendê-las mais profundamente.

Para organizar e desenvolver a pesquisa utilizamos uma abordagem quantitativa e qualitativa. Após buscar dados estatísticos que pudessem auxiliar na elucidação do problema de pesquisa, partiu-se para uma pesquisa qualitativa, a fim de compreender como esses dados se relacionam e que sentido têm no “recorte” estudado.

Bogdan; Biklen (1994, p.47) explicam que uma investigação qualitativa possui cinco características, quais sejam:

- 1) Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
- 2) A investigação qualitativa é descritiva;
- 3) Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
- 4) Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva;
- 5) O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Essas características estão bastante presentes nesta pesquisa, posto que os dados quantitativos, embora muito importantes, por si sós, são insuficientes para explicar como as partes de um todo se relacionam.

No decorrer da pesquisa, foram realizadas leituras dos principais livros e artigos que abordam a relação campo-cidade, a juventude rural e o consumo na sociedade atual. Minayo (2012, p.40) reconhece a importância dessa prática ao escrever que “o apoio de revisões bibliográficas sobre os estudos já feitos ajuda a mapear as perguntas já elaboradas naquela área de conhecimento, permitindo identificar o que mais se tem enfatizado e o que tem sido pouco trabalhado”.

Para a pesquisa de campo, foi elaborado um questionário com perguntas diversas, a fim de conhecer o perfil do jovem rural canguçuense e as suas opiniões e aspirações futuras. Inicialmente, o questionário foi aplicado em uma turma piloto do 2º ano do Ensino Médio na ETEC (Escola Técnica Estadual de Canguçu). Assim, foi possível identificar os principais problemas ou dúvidas que o instrumento poderia apresentar e, também, cronometrar o tempo médio que os jovens levariam para responder.

Posteriormente, aplicamos questionários nas escolas do meio rural de Canguçu, cujo público alvo foi os jovens que estão concluindo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (APÊNDICE A). Foram aplicados questionários com

cerca de 50% dos jovens rurais concluintes do Ensino Fundamental, por distrito, e com 100% dos jovens rurais concluintes do Ensino Médio do município. Como esses jovens estão concluindo uma etapa da educação formal, e precisam decidir o que fazer das suas vidas daí em diante, pareceram, portanto, os mais indicados para a pesquisa. Quanto ao 5º distrito, por ser o menos povoado do município, aplicou-se questionário com 100% dos alunos concluintes do Ensino Fundamental. A seguir, as informações coletadas foram tabuladas no *software* estatístico SPSS¹. Antes de serem inseridos no SPSS, os dados tiveram dupla digitação no *software* Epi Data² com a finalidade de se ter a certeza de não haver erros de digitação.

O questionário aplicado é composto de questões de múltipla-escolha. As opções de respostas elaboradas para o questionário destinado aos jovens rurais canguçuenses foram inspiradas nas leituras já realizadas sobre a temática. Também serviu de base a experiência da pesquisadora, que já viveu por 15 anos no campo, foi docente por três anos no meio rural do município e por seis anos na cidade de Canguçu. Além disso, atualmente, vive na cidade de Canguçu e tem permanente contato com a realidade local.

No entanto, tomou-se o cuidado de deixar uma opção em aberto em cada pergunta, a fim de que os jovens pudessem expressar a sua opinião caso ela não se enquadrasse em nenhuma das opções anteriores. Em algumas questões, essa opção foi mais usada e, portanto, foram criadas novas categorias para enquadrá-la. Nos casos em que o número de respostas diferentes foi irrelevante, usou-se a opção “outra” para categorizá-la.

A partir do resultado dos questionários, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B). A entrevista semiestruturada tem a vantagem de possibilitar ao pesquisador a obtenção de informações além do previsto. Ramires e Pessoa (2009, p.288) as descrevem da seguinte maneira: “As entrevistas semiestruturadas se constituem na interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea”. Minayo (2012, p.64) explica que a entrevista, no seu sentido amplo, “tem o objetivo de construir informações

¹ O SPSS é um programa de organização de dados e análise estatística bastante usado nas ciências sociais. Através da simples seleção de opções em menus e caixas de diálogo, o programa permite a realização de análises estatísticas desde as mais simples até as mais complexas e elaboradas.

² O EpiData é um *software* utilizado para criar/definir estruturas de dados de banco de dados, comparar arquivos com dupla entrada de dados, exportar arquivo de dados para uso em programas estatísticos, entre outras funções afins.

pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Ressalta-se que, durante a análise das entrevistas, foi fundamental o constante retorno ao referencial teórico-metodológico, pois, segundo Lacoste (2006, p.91), “o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável”.

Os 23 entrevistados escolhidos são pessoas influentes na cidade de Canguçu. O grupo consiste em quatro secretários municipais, seis comerciantes tradicionais de Canguçu, seis comerciantes recentes de Canguçu – que gerenciam as filiais de redes instaladas na cidade – e sete representantes de entidades. Os principais temas abordados nas entrevistas foram:

- As características da relação campo-cidade em Canguçu;
- Mudanças no poder aquisitivo dos principais grupos de produtores rurais em Canguçu e os efeitos que a renda destes gera na cidade;
- Apreciação das opiniões e aspirações dos jovens rurais canguçuenses diagnosticadas nos questionários;
- Alterações observadas nos hábitos de consumo dos jovens rurais canguçuenses;
- Possíveis políticas públicas de intervenção para o município de Canguçu/RS.

Neste trabalho, foram utilizadas fotografias de espaços produzidos no campo e na cidade de Canguçu que mostram as variáveis modificadoras/modificadas da/pela relação campo-cidade e foram criados alguns mapas, a fim de espacializar as questões analisadas. Também foram coletados dados secundários (IBGE, ITEPA, SEBRAE, etc.) relacionados ao município de Canguçu, com a finalidade de situar o contexto em que se dá a pesquisa de campo. Os dados coletados, tanto em fontes primárias quanto em fontes secundárias, foram organizados na forma de tabelas, gráficos e textos com o propósito de encontrar relação entre eles e as peculiaridades que se destacam. A seguir, foram analisados de forma dialética com a finalidade de perceber as influências mútuas que os objetos e as ações da área de estudo exercem entre si, gerando transformações que afetam a sociedade como um todo.

Konder (2000, p.58), com base em Engels, esclarece que a dialética possui três leis básicas, que valem tanto para a natureza quanto para a história humana:

- 1) Lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa): As transformações não acontecem sempre no mesmo ritmo, temos períodos lentos com pequenas alterações quantitativas e períodos de aceleração, em que ocorrem transformações qualitativas;
- 2) Lei da interpenetração dos contrários: As coisas não são isoladas, ou seja, umas dependem das outras e estabelecem conexões. Cada coisa pode tender para um lado ou outro da sua realidade e ambos os lados, embora opostos, compõem uma unidade;
- 3) Lei da negação da negação: Essa lei diz que o movimento “contraditório” da realidade não se esgota em si mesmo, mas faz sentido e gera uma síntese.

Quando relacionamos essas leis com a pesquisa do trabalho, compreendemos porquê durante anos a relação campo-cidade se manteve estável no município, enquanto pequenas alterações quantitativas iam acontecendo lentamente (aumento da população do município, principalmente após a chegada gradativa dos imigrantes pomeranos, diminuição de atividades econômicas como pecuária de corte e milho, aumento da produção de tabaco e soja, aumento no número de aposentados, dentre outras). Todas essas transformações lentas contribuíram para que, nos últimos anos, houvesse uma aceleração na relação campo-cidade e Canguçu passasse de um pequeno povoado para um centro comercial de referência local.

Essas leis também nos permitem compreender que o campo e a cidade se complementam e formam uma unidade, uma vez que o que acontece com um influencia no outro. Também vemos as conexões de Canguçu, uma pequena cidade, com fenômenos que estão ocorrendo em escala maior, como a exportação de *commodities* e a globalização.

Embora se deva ter mais precauções ao utilizar essas leis para compreender a história humana, visto que esta conta com outros fatores que são as subjetividades (desejos, intencionalidades, escolhas...), ainda assim a dialética auxilia a aprofundarmos o conhecimento para além do senso comum.

Para Severino (2007, p.116), a dialética serve como base para as pesquisas e

essa tendência vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é apenas questão de saber, mas também de poder. Daí a priorizarem a práxis humana, a ação

histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana.

O método e as técnicas utilizadas auxiliaram à elucidação das transformações que estão em andamento na relação campo-cidade em Canguçu/RS possibilitando, assim, a compreensão dos fatores que contribuíram para essa relação ser da maneira que é hoje.

1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

Canguçu/RS foi emancipado em 27 de junho de 1857. Diversos fatos históricos contribuíram, ao longo do tempo, para que se chegasse a essa emancipação. Inicialmente povoado por índios Tapes, somente após a metade do século XVIII, Canguçu começou a ser povoado por pessoas de origem portuguesa açoriana. Nesse período, Canguçu pertencia a Rio Grande, um dos quatro municípios que existiam no Rio Grande do Sul.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), foi após um intenso período de guerras (1762-1777), em que espanhóis e portugueses entraram em choque pela disputa das terras do Rio Grande do Sul e da República Oriental do Uruguai, que os portugueses açorianos começaram a se espalhar por Canguçu. Isso se deu por intermédio da doação de sesmarias aos ex-combatentes.

No entanto, foi a contenda de dois sesmeiros (Paulo Rodrigues Xavier de Prates e João Francisco Teixeira de Oliveira), pela posse de um pedaço de terra em um local chamado Rincão do Tamanduá, que deu origem ao que hoje é a sede do município. Para pôr fim à rixa, ambos chegaram a um consenso para doar o trecho de terra para a criação de uma capela. Surgiu, assim, a capela Nossa Senhora da Conceição, cuja construção teve início em 1º de janeiro de 1800.

Bento (2007) explica que, a partir da fundação da capela, o núcleo urbano de Canguçu foi crescendo cada vez mais. Diversas pessoas que residiam onde hoje é a localidade de Canguçu Velho, local que era próximo à Real Feitoria do Linho Cãhamo existente na época, foram se mudando para o atual núcleo urbano de Canguçu, a fim de ter a assistência religiosa, proporcionada pela construção da referida capela. Logo, em 1812, Canguçu foi elevada a Freguesia. Em 1830, Canguçu se tornou distrito de Piratini, ou seja, passou a fazer parte da vila de Piratini. E, então, em 1857, chega finalmente a sua emancipação como município.

Durante a realização da pesquisa de mestrado na FURG, intitulada “A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)”

(BANDEIRA, 2012), foi possível verificar que a economia do município de Canguçu pode ser dividida em quatro períodos:

- A importância da localização estratégica de Canguçu (1756-1899)

Nesse período, Canguçu apresentava um núcleo urbano incipiente e o comércio na cidade era pequeno. O município era local estratégico para as lutas entre Portugal e Espanha e, portanto, a criação da cidade de Canguçu era de interesse geopolítico para consolidar a posse do território. De 1783 a 1788, no Canguçu Velho, funcionou a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, onde eram produzidos linho e estopa para vestir os escravos e onde, também, havia um início de agricultura com a produção de milho, feijão, abóbora e mandioca. A base da economia no município era a pecuária, sendo a agricultura uma atividade econômica secundária. Após a chegada dos colonizadores açorianos, o trigo foi o produto cultivado que, contudo, perdeu espaço para a pecuária devido à demanda das charqueadas de Pelotas. Bento (2007, p.33) diz que “a pecuária teve grande impulso nos campos adjacentes aos atuais locais de Canguçu e Canguçu Velho, tendo seu rebanho em 1788, apesar do elevado desfrute, atingido 3.031 bovinos e 105 cavalares e muares”. Nesse período já havia muitos negros no município. Eles trabalhavam principalmente em fazendas, na condição de escravizados. Atualmente, segundo o site do INCRA, estão tramitando 13 processos de regularização de territórios quilombolas no município de Canguçu/RS.

- A chegada dos imigrantes pomeranos (1900-1919)

No início do século XX, começaram a chegar a Canguçu os primeiros imigrantes pomeranos. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB), de 1958:

Ao iniciar-se o século XX, o município, que tinha parte considerável de terras ainda não aproveitadas, recebe contingentes de colonos – chegam alemães, que se instalam em duas colônias distintas, em 1906 e em 1912; surgem também por esta época, elementos italianos, que se vieram reunir a outros estabelecidos anteriormente (EMB, 1958, p.114).

Os imigrantes pomeranos tiveram um importante papel no desenvolvimento da agricultura no município. Blank (2005, p.6) explica de onde vieram esses imigrantes:

A origem desta etnia no município, atribui-se à expansão populacional que ocorreu na colônia particular de São Lourenço, que apresentou escassez de terras nos lotes iniciais para as gerações futuras dos imigrantes. Desta forma, a procura por novas propriedades conduziu grupos de descendentes alemães a áreas vizinhas e, como Canguçu se encontra nos limites próximos a esta colônia, resultou como atrativo dos mesmos este município.

Além dos imigrantes pomeranos, também chegaram a Canguçu, em menor proporção, alguns imigrantes italianos. Nessa época, havia carreteiros que viajavam a Pelotas levando produtos como trigo e couro e retornavam com mantimentos para abastecer as casas comerciais do meio rural. Tais casas tinham a importante função de suprir as necessidades básicas dos moradores, já que não havia meios de transportes rápidos e eficazes para que os habitantes pudessem, seguidamente, fazer compras na sede do município.

- A agricultura consolida-se como a base econômica do município (1920-1999)

A chegada dos imigrantes ao município causou transformações na economia local. Em contraste com os descendentes açorianos, que possuíam bastantes terras e se dedicavam, principalmente, à pecuária, os imigrantes pomeranos tinham uma numerosa família, poucas terras e experiência na agricultura. Em 1958, a EMB mencionou o desenvolvimento que a agricultura vinha apresentando no município.

Produzindo atualmente mais de 20 mil toneladas de batata-inglês, de milho e de trigo, e mais de mil de arroz, cebola, cana-de-açúcar e feijão, Cangussu tem desenvolvido notavelmente sua agricultura, que recebeu fomento especial desde que, em 1948, foi concluído o trecho de linha férrea Pelotas-Cangussu (EMB, 1958, p.114).

A EMB (1958) registrou que, em 1955, os principais produtos agrícolas do município eram os seguintes:

- 1º) Trigo – teve uma produção de 22.000 toneladas e o valor de Cr\$121.000³;
- 2º) Batata-inglesa – teve uma produção de 7.150 toneladas e o valor de Cr\$90.000;
- 3º) Milho – teve uma produção de 24.000 toneladas e o valor de Cr\$60.000;
- 4º) Fumo – teve uma produção de 1.500 toneladas e o valor de Cr\$22.500.

Observa-se, nesses dados, que o fumo já era cultivado em Canguçu, porém em menor escala. O trigo era o principal cultivo agrícola e utilizava, em grande parte, mão de obra mecanizada. A EMB (1958) aponta que, nessa época, havia 34 tratores

³ O valor dos quatro produtos foi calculado (Cr\$1.000).

no município e outras máquinas para o beneficiamento da produção agrícola. Se formos comparar com a realidade atual do município, podemos ver que, em proporção ao adiantamento da tecnologia, naquela época a produção agrícola do município de Canguçu era mais mecanizada do que hoje.

A EMB (1958) apresentava a pecuária bovina como uma atividade secundária do município, com 110.300 cabeças, em 1955, isto é, já havia sido ultrapassada pela agricultura. Embora sempre tenha predominado a policultura no município ao longo desse período, nas décadas de 1970-1980 a produção de pêssego se destacou para atender a necessidade de matéria-prima das indústrias conserveiras de Pelotas.

- A presença do tabaco e da soja e a transformação da agricultura em Canguçu (2000-2015)

Recentemente, houve um desenvolvimento da produção de tabaco em Canguçu, que passou a ser a principal atividade agrícola geradora de renda para o município. Aproveitando o vazio deixado pela decadência da produção de pêssego, as empresas fumageiras perceberam em Canguçu o local adequado para expandir a sua produção, pois, no município, predomina o minifúndio e a mão de obra familiar.

Essa transformação na base econômica de Canguçu propiciou um aumento na renda dos pequenos agricultores que, com maior poder aquisitivo, passaram a consumir mais no comércio da sede. Como consequência, houve uma transferência sem precedentes da renda rural para a cidade, o que contribuiu para o enriquecimento do espaço urbano e a dinamização do comércio. O comércio na sede de Canguçu, fraco nas épocas anteriores, alcançou um desenvolvimento expressivo como consequência do aumento do poder aquisitivo dos munícipes. Entretanto, os comerciantes temem não conseguir manter-se no mercado, já que a cultura do tabaco parece já ter atingido o seu ápice e a concorrência do comércio continua aumentando. Ademais, ainda não se encontrou (embora haja alguns projetos no município a esse respeito) outros produtos que apresentem o mesmo retorno financeiro em pequenas propriedades e que possam gerar uma alta renda distribuída, como ocorre atualmente.

De acordo com a pesquisa realizada no mestrado, comprovou-se que o município apresentou crescimento financeiro com o desenvolvimento do tabaco. Esse fato refletiu positivamente tanto no campo quanto na cidade, contribuindo para uma maior integração entre ambos. A produção em larga escala do tabaco contribuiu para que houvesse uma diminuição da produção de alimentos nas

propriedades que, por sua vez, contribuiu para que vários habitantes do meio rural deixassem de produzir determinados produtos para se dedicarem com mais intensidade ao produto principal e passassem a comprá-los na cidade local, aumentando ainda mais as trocas campo-cidade.

Nos últimos cinco anos, a soja também vem se destacando no município de Canguçu e ocupando espaços anteriormente dedicados à pecuária. Embora esse produto não gere uma renda tão distribuída quanto o tabaco, também tem se refletido na cidade de Canguçu na forma de aquisições maiores, principalmente em implementos agrícolas.

Nas Figuras 1 e 2, vemos alguns exemplos de comércios voltados para o meio rural, que se localizam na área central da cidade de Canguçu.

Figura 1 – Comércios voltados para o meio rural



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

Figura 2 – Parque de Máquinas Agrícolas (Canguçu/RS)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

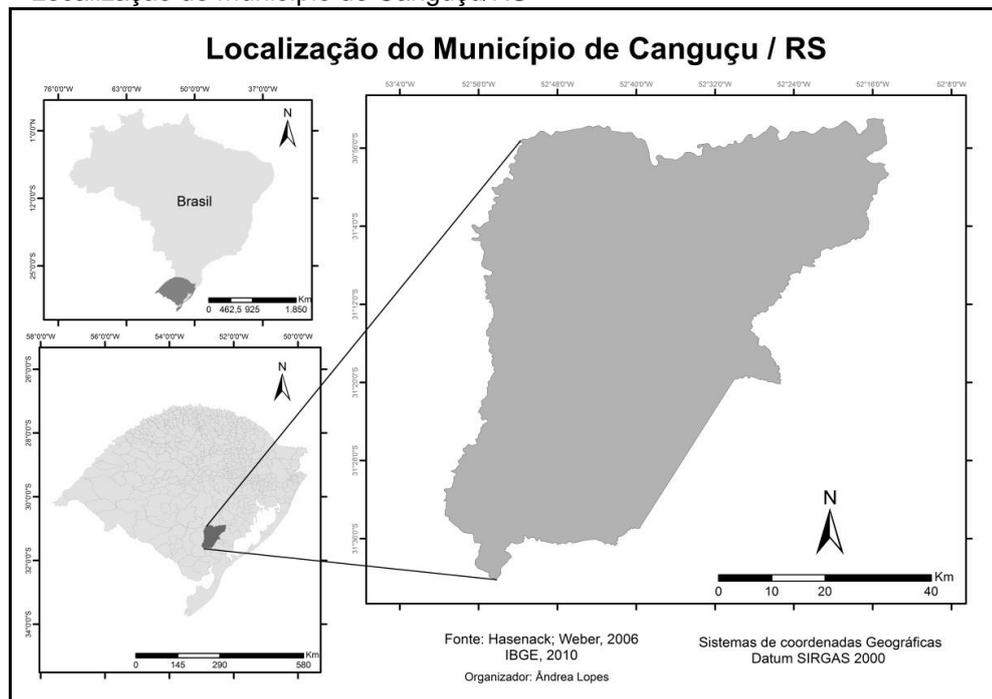
Tanto a produção de tabaco quanto a de soja obedecem a lógica de mercado mais ampla que em nível municipal. Dessa forma, o desenvolvimento do município tornou-se dependente de fatores que não domina afetando, desse modo, sua autonomia. Assim sendo, ao mesmo tempo em que o município vem crescendo economicamente, vem perdendo poder de decisão sobre suas ações. Por outro lado, deixou a cidade à mercê das oscilações do campo, uma vez que a especialização torna os produtores com poucas alternativas econômicas quando há baixa no preço do seu principal produto, sendo uma crise que, conseqüentemente, se reflete na cidade.

Embora o aumento do poder aquisitivo dos pequenos agricultores tenha causado desenvolvimento na cidade local, ela continua dependente da produção primária do município. Uma crise no campo possivelmente causaria desemprego e estagnação na cidade. Com o crescimento que o comércio apresentou, muitos jovens migrantes do meio rural encontraram trabalho na cidade, principalmente mulheres. Assim sendo, torna-se importante conhecer o projeto de vida dos jovens que permanecem no campo para que o governo municipal possa criar estratégias econômicas que contemplem as suas intenções e preparar-se para as mudanças no cenário de Canguçu, uma vez que a sua economia depende direta e indiretamente da produção advinda da agricultura.

1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU

Canguçu possui 3.525,293km² de área. Está localizado na latitude 31°23'42" sul e longitude 52°40'32" oeste, estando a uma altitude média de 386 metros⁴, conforme mostra a Figura 3.

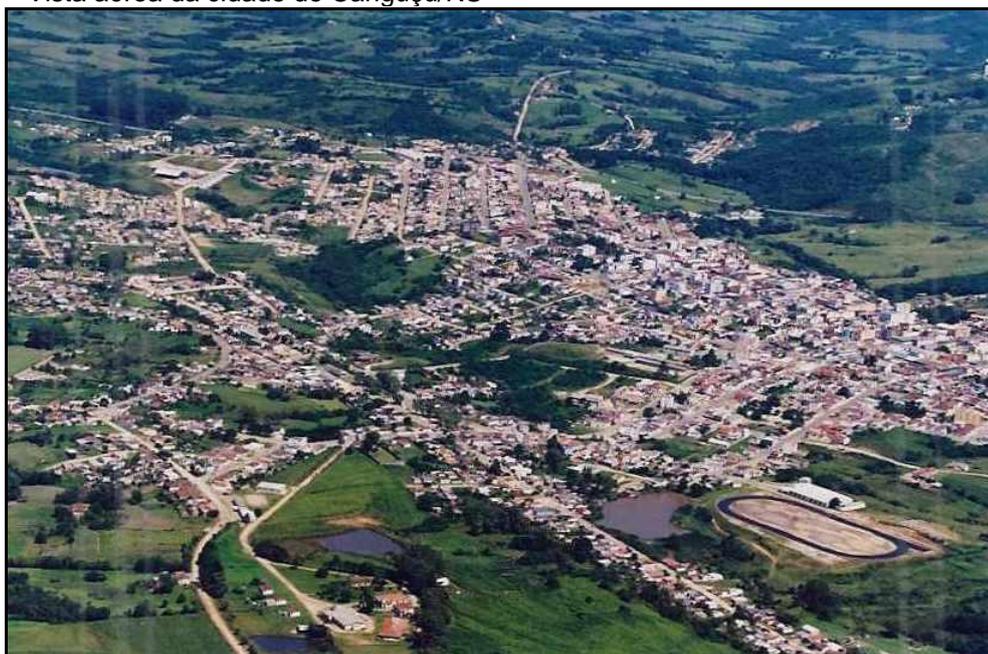
Figura 3 – Localização do município de Canguçu/RS



Fonte: IBGE, 2010. Organizado por Ândrea Lopes.

Na Figura 4, a seguir, podemos ver a imagem aérea da sede do município de Canguçu.

⁴ Dados do IBGE e do site da Prefeitura Municipal de Canguçu.

Figura 4 – Vista aérea da cidade de Canguçu/RS

Fonte: Acervo de Cristiano Manetti (2008).

A Tabela 1 mostra a distribuição da população no município ao longo dos anos. Trata-se de um dos poucos municípios gaúchos em que a maioria da população (63,02%) continua vivendo no meio rural. Além disso, observa-se que, ao contrário da maioria dos pequenos municípios, a população canguçuense voltou a aumentar nos últimos anos, isto é, houve um acréscimo de 1.812 pessoas do censo de 2000 para o de 2010.

Tabela 1 – Distribuição da população do município de Canguçu (1920-2010)

Ano	População Rural	(%)	População Urbana	(%)	População Absoluta
1920	25.900	95,95	1.100	4,05	27.000
1940	47.177	93,29	2.895	6,71	50.612
1950	55.769	95,81	2.438	4,19	58.207
1960	54.281	94,59	3.257	5,41	57.538
1970	57.256	91,68	5.195	8,32	62.451
1980	46.947	84,09	8.878	15,91	55.825
1991	36.556	72,57	13.811	27,43	50.367
2000	33.752	65,60	17.695	34,40	51.447
2010	33.565	63,02	19.694	36,98	53.259

Fonte: ITEPA, IBGE.

Na Tabela 2, vemos a quantidade de domicílios urbanos e rurais no município. Houve um aumento maior no percentual de domicílios urbanos no período de tempo analisado, ou seja, ocorreu 25% de aumento nos domicílios urbanos e 13% nos domicílios rurais. É usual, no município de Canguçu, os moradores do meio rural construírem uma segunda residência na cidade, seja como uma forma de investimento seja como projeto pessoal de migração futura.

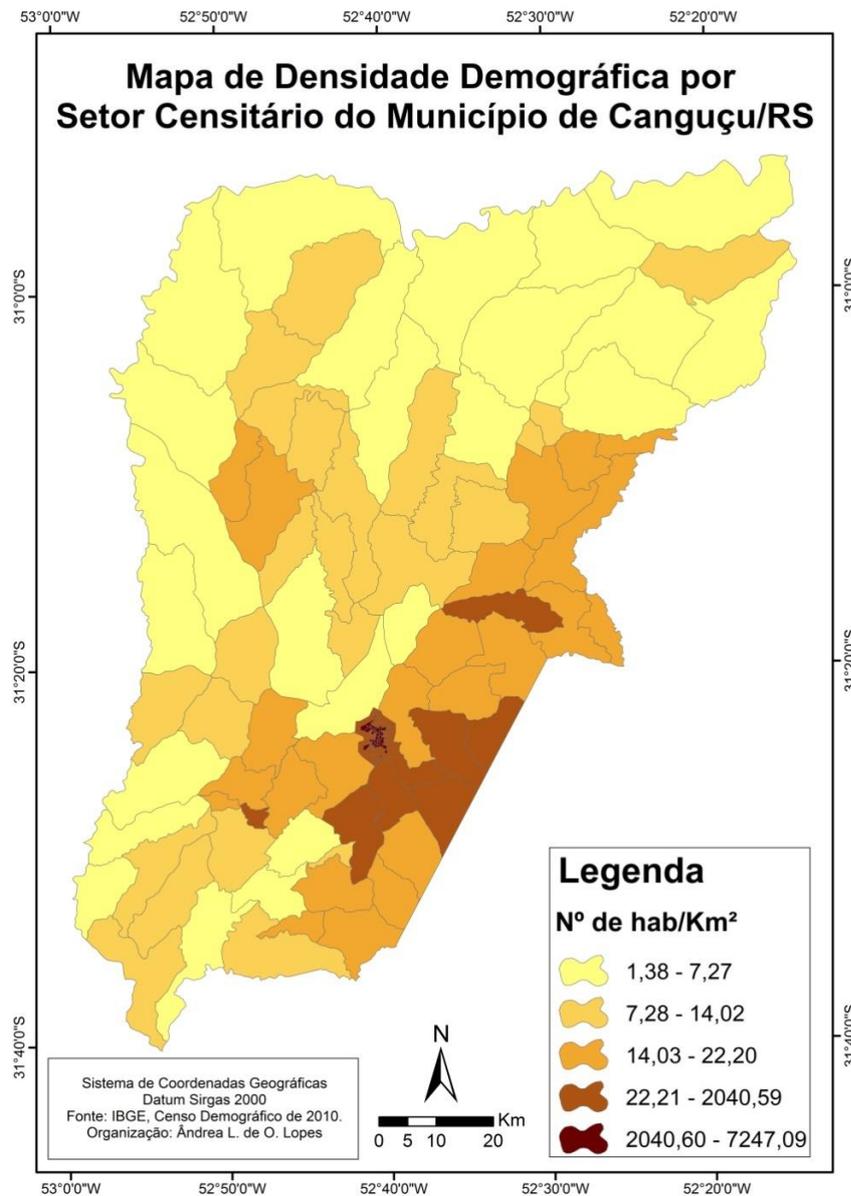
Tabela 2 – Quantidade de domicílios urbanos e rurais em Canguçu (2000 e 2010)

Ano	Domicílios Urbanos	Domicílios Rurais	Total de Domicílios
2000	5.678	9.275	14.953
2010	7.116	10.449	17.565

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel

A densidade demográfica média de Canguçu em 2010 era de 15,11hab/km². Na Figura 5, na próxima página, podemos ver a distribuição da densidade demográfica do município. Observa-se que os Setores Censitários próximos da sede apresentam-se mais povoados.

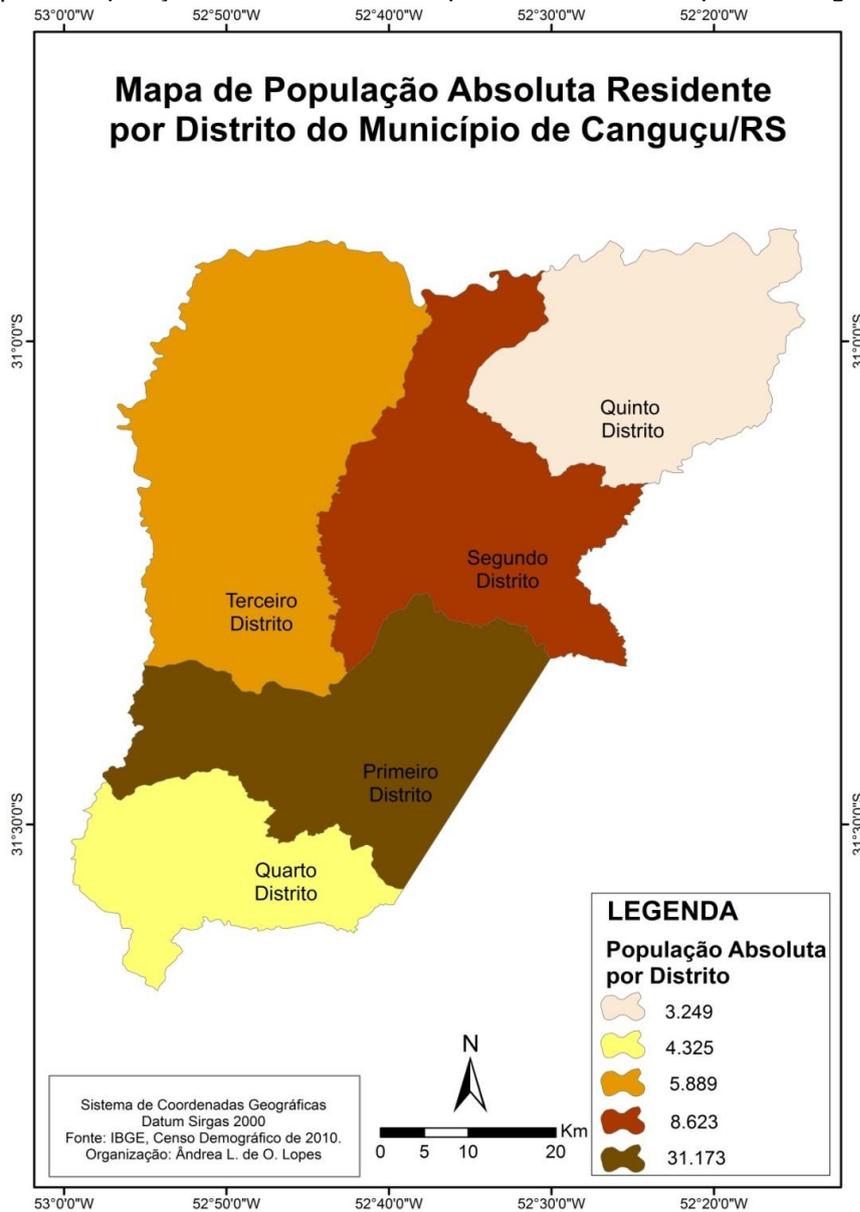
Figura 5 – Mapa da Densidade Demográfica por Setor Censitário do Município de Canguçu/RS



Fonte: IBGE (2010). Organizado por Ândrea Lopes.

Na Figura 6, a seguir, podemos ver a quantidade de população por distrito. O 1º e o 2º distritos são os mais povoados, enquanto o 5º distrito possui menor quantidade de população. Em parte, a população elevada do 1º distrito se deve ao fato de, neste, estar incluída a população do núcleo urbano.

Figura 6 – Mapa de População Absoluta Residente por Distrito do Município de Canguçu/RS



Fonte: IBGE (2010). Organizado por Ândrea Lopes.

Os municípios limítrofes a Canguçu são:

Sul: Cerrito.

Norte: Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador.

Oeste: Piratini.

Leste: Cristal, São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo.

1.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MEIO RURAL DE CANGUÇU

O município de Canguçu é conhecido como a Capital Nacional da Agricultura Familiar (Figura 7). Inclusive há, em tramitação no Congresso, o Projeto de Lei número 6.408, de 2016, do deputado federal Afonso Hamm (PP-RS), visando conferir oficialmente esse título ao município⁵.

Figura 7 – Entrada da cidade de Canguçu pela BR 392

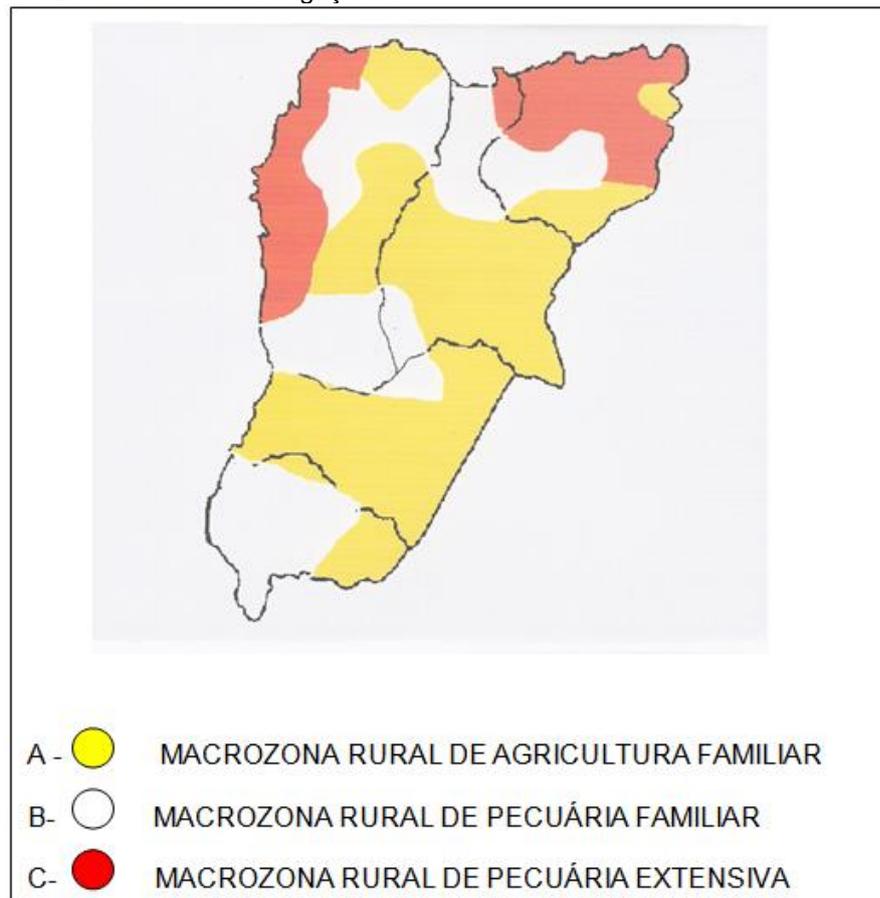


Fonte: Silvana de Matos Bandeira (2016).

A área rural do município está dividida em três macrozonas (Figura 8, na próxima página). É na Macrozona Rural de Agricultura familiar que está localizada a maioria dos minifúndios de Canguçu.

⁵ Canguçu pode ser oficializado como a capital nacional da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.cangucuonline.com.br/?menu=noticia&categoria=7¬icia=14089>>. Acesso em 05 dez. 2016.

Figura 8 – Macrozonas rurais em Canguçu/RS



Fonte: Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Canguçu (2006).

Segundo dados do INCRA, em 2013, o módulo fiscal do município era de 16ha. A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, considera:

1. **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal;
2. **Pequena Propriedade** – o imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;
3. **Média Propriedade** – o imóvel rural de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais;
4. **Grande Propriedade** – o imóvel rural de área superior 15 módulos fiscais.

Portanto, tal título dado ao município se justifica pela grande quantidade de minifúndios no município, que produzem com mão de obra familiar. Em Canguçu, mais de 60% das propriedades se enquadram nessa categoria, como podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Número e área em hectares dos imóveis rurais de Canguçu

Extensão da propriedade (ha)	Nº de imóveis	Total da área do município (ha)
0 a 5ha	3231	7519,5
5,1 a 10ha	2872	22256,8
10,1 a 15ha	2013	25585,3
15,1 a 20ha	1405	24900,2
20,1 a 25ha	923	20843,8
25,1 a 50ha	1769	61058
50,1 a 100ha	557	38038,2
100,1 a 200ha	261	36580,8
200,1 a 500ha	133	38745,5
500,1 a 1000ha	37	25922,2
1000,1 a 1500ha	6	7543,5
1500,1 a 2000ha	2	3378,4
2000,1 a 2500ha	2	4674,6
TOTAL	13.211	317.046,8

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Canguçu (2010). Organizada por Silvana de Matos Bandeira (2012).

Conforme dados do INCRA, atualizados em 27/11/2016, havia 346 assentamentos com 12.468 famílias assentadas no RS. Desses, 16 estavam localizados em Canguçu, conforme podemos ver na Tabela 4. Parte dessas famílias também tem contribuído para o crescimento econômico do município e para a distribuição de renda.

Tabela 4 – Lista de assentamentos de Canguçu – RS (2016)

Continua

Nome do Assentamento	Quantidade de		Data da criação
	Famílias Assentadas	Área PA	
PA Salso	20	517	14/10/1997
PA União	60	1.809,6242	23/11/1998
PA Arroio das Pedras	45	1.286	23/11/1998
PA Pitangueiras	23	539	17/07/2001
PA Quikuio	8	293,2	17/07/2001

			Conclusão
Nome do Assentamento	Quantidade de Famílias Assentadas	Área PA	Data da criação
PA Palmeira/Perseverantes da Luta	20	514,7512	27/02/2002
PA Boa Fé	4	101	02/12/1999
PE Colônia São Pedro	7	140,85	02/12/1999
PE Nova Conquista	13	638,08	02/12/1999
PE Nova Sociedade II	8	168,64	13/12/1999
PE Nova Esperança	9	235	02/12/1999
PE Doze de Julho	23	815,01	19/06/1998
PE Renascer	80	2.487,87	09/10/2000
PE Herdeiros da Luta	56	1.568,8328	17/07/2001
PA Guajuviras II/Novo Amanhecer	18	634	12/11/2001
PA da Costa/Mãe Terra	10	303	12/11/2001
Total	404		

Fonte: INCRA

Outra característica socioeconômica de Canguçu é o grande número de benefícios do INSS em manutenção no município, conforme mostra a Tabela 5. A aposentadoria especial para pequenos agricultores, com direito adquirido aos 55 anos para mulheres e aos 60 anos para homens, contribui para que o envelhecimento da população não seja um problema tão grave para o município, visto que também propicia renda para as famílias. Na Tabela 5, portanto, podemos verificar que os benefícios em manutenção no meio rural são mais numerosos, equivalendo a 72,4% do total em 2015.

Tabela 5 – Benefícios em manutenção no município de Canguçu (2000-2015)

			Continua
Ano	Urbanos	Rurais	Total
2000	2.596	10.676	13.272
2001	2.675	10.787	13.462
2002	2.751	10.842	13.593

Ano	Urbanos	Rurais	Conclusão
			Total
2003	2.859	10.944	13.803
2004	2.915	10.946	13.861
2005	3.147	11.076	14.223
2006	3.268	11.987	15.525
2007	3.375	11.843	15.218
2008	3.525	11.970	15.495
2009	3.630	11.922	15.552
2010	4.173	12.672	16.845
2011	4.462	13.056	17.518
2012	4.723	13.329	18.052
2013	4.992	13.576	18.568
2014	5.241	13.834	19.075
2015	5.319	13.941	19.260

Fonte: INSS (2016).

Por meio do Gráfico 1, na próxima página, é possível perceber dois fenômenos ocorrendo na população rural do município. Está sucedendo a masculinização e o envelhecimento da população do campo. Esses dados indicam que, em pouco tempo, Canguçu terá uma redução da sua população economicamente ativa e terá um aumento na demanda por assistência médica. Ademais, uma população idosa é mais resistente a mudanças e inovações, o que dificulta uma possível compensação da pouca mão de obra adulta por tecnologias.

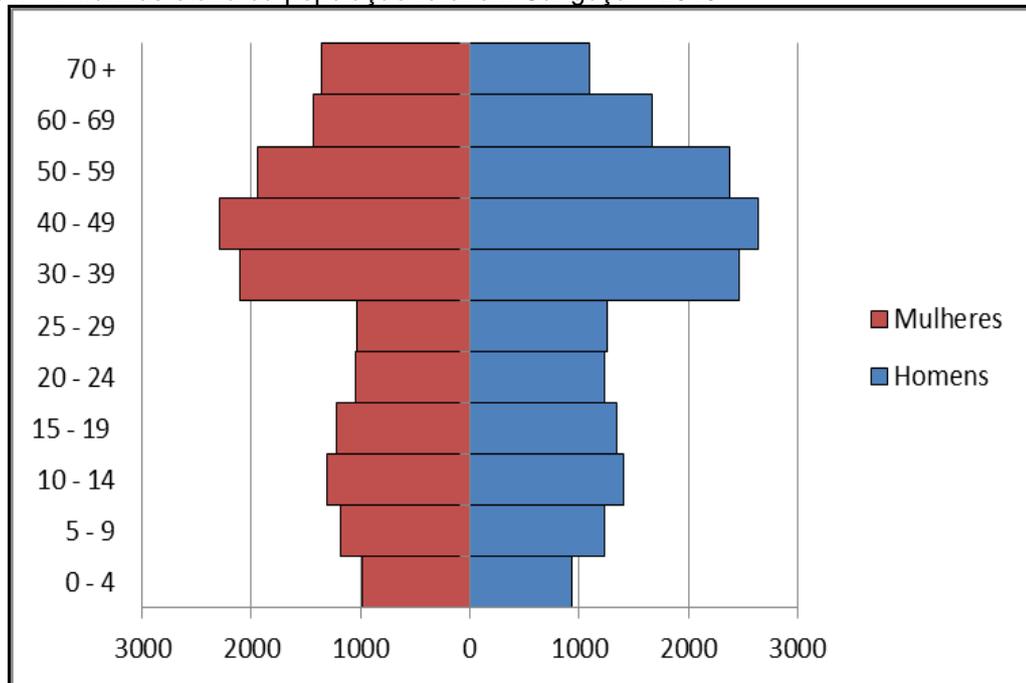
Em trabalho anterior, a pesquisadora diagnosticou que os jovens do sexo feminino são os que mais têm a intenção de migrar para as cidades⁶. Abaixo dos 30 anos, a pirâmide etária apresenta-se mais estreita e, dessa forma, muitas propriedades ficarão sem sucessor para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela família.

Além disso, muitas propriedades que se dedicam ao tabaco e, portanto, desenvolvem um trabalho mais manual, terão futuramente escassez de mão de obra. Como a vinda de mão de obra de fora do município é uma alternativa pouco

⁶ BANDEIRA, Silvana de Matos. **Migração feminina do meio rural: um estudo de caso no município de Canguçu/RS**. 2016. 145f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

provável, a saída mais viável para esses produtores parece ser uma maior mecanização da agricultura, mesmo que para isso seja necessário trocar o tipo de cultivo.

Gráfico 1 – Pirâmide etária da população rural em Canguçu – 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Muitos jovens que vivem nos minifúndios ainda permanecem no campo porque há perspectiva de obter uma renda satisfatória com o cultivo de tabaco e uma venda garantida do referido produto para empresas fumageiras. A produção de tabaco tem aumentado no município nos últimos anos e contribuído para que os pequenos agricultores consigam obter uma renda elevada em pouca extensão de terra (de acordo com a Tabela 6, na próxima página). Em 2014, o tabaco proporcionou uma rentabilidade média anual de R\$17.600,00 por hectare e sem exigir muitos equipamentos tecnológicos. Essa renda distribuída, que o cultivo do tabaco proporciona, tem contribuído para o crescimento do comércio na sede do município, como a pesquisadora pôde verificar em outro trabalho anterior⁷.

⁷ BANDEIRA, Silvana de Matos. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

Tabela 6 – Área plantada em hectares (ha) de tabaco, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)

Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (R\$ Mil)
2001	3.800	8.360	16.720
2002	4.630	10.186	26.484
2003	7.200	12.960	50.155
2004	9.500	20.900	73.150
2005	10.771	21.542	70.012
2006	11.366	25.005	80.016
2007	10.000	22.000	88.000
2008	7.906	16.547	74.462
2009	8.908	17.255	91.452
2010	8.908	13.362	80.172
2011	8.908	17.816	73.046
2012	9.470	17.046	87.616
2013	11.000	24.200	169.400
2014	11.000	24.200	193.600

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

Observa-se, na Tabela 6, que o tabaco teve um contínuo aumento no valor da sua produção, o que motiva os agricultores a continuar produzindo esse cultivo. Na Figura 9, na próxima página, podemos ver uma estufa de tabaco existente no 1º distrito de Canguçu. O município ocupa atualmente a 1ª posição entre os maiores produtores de tabaco do Brasil, de acordo com dados da Afubra em relação à safra 2015/2016.

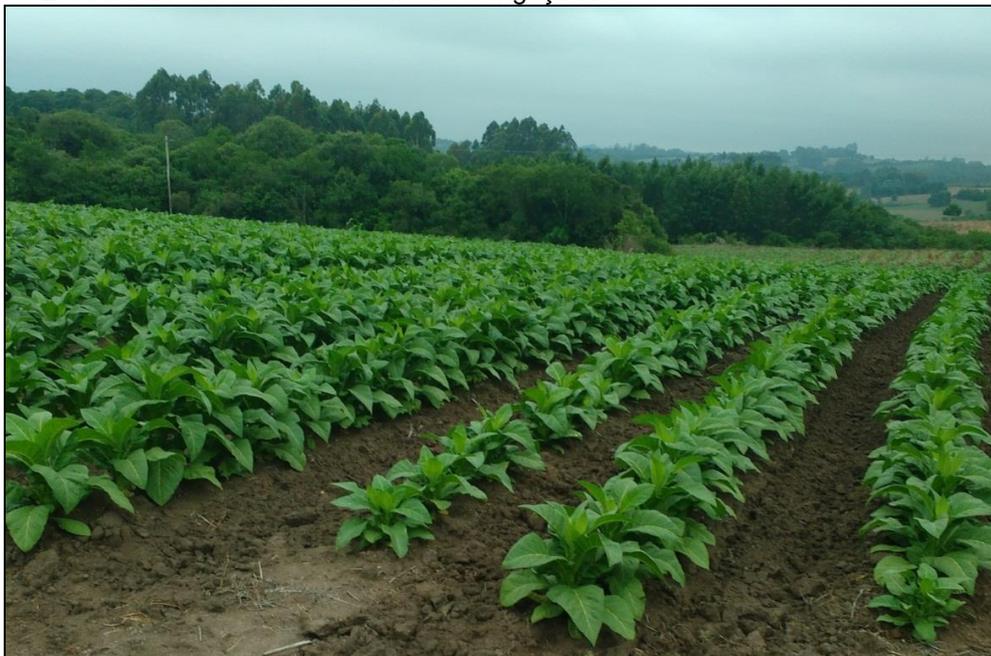
Figura 9 – Estufa de tabaco no 1º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

Na Figura 10, podemos visualizar uma plantação de tabaco no 5º distrito de Canguçu. Embora o seu cultivo predomine no 1º e 2º distritos, os demais também apresentam alguns produtores.

Figura 10 – Lavoura de tabaco no 5º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Danilo da Silva Pereira (2016).

Mais recentemente, outra transformação vem ocorrendo nas atividades econômicas desenvolvidas no campo em Canguçu, isto é, o cultivo de soja vem crescendo em detrimento da diminuição da pecuária familiar. Na Tabela 7, podemos ver que a área plantada de soja no município quadruplicou nos últimos 14 anos. O município está, atualmente, na 10ª colocação, entre os municípios que mais produzem soja no estado do RS.

Tabela 7 – Área plantada em hectares (ha) de soja, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)

Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da Produção (R\$ Mil)
2001	8.000	11.520	2.880
2002	9.000	13.770	3.856
2003	9.000	21.600	12.312
2004	10.000	11.700	8.284
2005	15.000	7.088	3.828
2006	7.500	7.950	2.783
2007	15.000	27.000	12.960
2008	10.000	18.000	13.140
2009	10.000	21.000	17.010
2010	15.000	31.500	18.900
2011	15.000	31.500	21.672
2012	15.000	23.400	23.400
2013	20.000	48.000	47.040
2014	32.000	89.600	94.510

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

Observa-se, na Tabela 7, que, da mesma forma que o tabaco, a soja teve um contínuo aumento do valor da sua produção. Sendo assim, os agricultores se sentem mais atraídos em produzir um cultivo que traz retorno financeiro e maior garantia de venda, do que um produto menos valorizado no mercado, como o milho. Na Figura 11, a seguir, vemos a imagem da Cerealista Muller (empresa local), que está localizada próxima à cidade de Canguçu e é responsável por comercializar parte da soja produzida no município.

Figura 11 – Cerealista Muller

Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

Na Tabela 8, é possível perceber que o rebanho de bovinos vem gradativamente reduzindo no município, enquanto outros rebanhos têm permanecido relativamente estáveis. Em muitas propriedades que foram sendo divididas pelo processo de herança e que não passaram por um processo de intensificação e modernização na produção, tornou-se inviável a sobrevivência com a pecuária tradicional. Assim, torna-se mais vantajoso, para esses proprietários, arrendar ou vender para os produtores de soja. Essa transformação vem ocorrendo principalmente na Macrozona de Pecuária Familiar. Na Tabela 8 vemos, também, que a redução de equinos no município vem acompanhando a redução de bovinos, visto que, em sua maioria, são utilizados para as lidas campeiras. Além dessas, outras produções também vêm perdendo espaço no município como os suínos e os galináceos.

Tabela 8 – Rebanhos efetivos no município de Canguçu/RS (2001-2014)

Ano	Bovinos (cabeças)	Caprinos (cabeças)	Ovinos (cabeças)	Suínos (cabeças)	Bubalinos (cabeças)	Equinos Cabeças	Continua
							Galináceos (cabeça)
2001	166.977	2.490	45.237	35.424	180	12.678	352.368
2002	170.817	2.290	37.094	30.465	148	14.960	310.084
2003	170.620	2.310	32.237	28.027	136	16.670	285.277

Ano	Bovinos (cabeças)	Caprinos (cabeças)	Ovinos (cabeças)	Suínos (cabeças)	Bubalinos (cabeças)	Equinos Cabeças	Conclusão Galináceos (cabeça)
2004	172.160	2.457	27.400	24.664	115	14.836	273.866
2005	172.570	2.014	27.165	24.467	30	12.610	275.677
2006	172.984	1.650	26.948	24.272	224	10.385	277.496
2007	158.100	1.500	26.098	24.150	279	10.150	272.778
2008	145.369	1.650	31.089	27.638	375	9.135	319.033
2009	159.541	2.530	31.711	29.020	380	9.592	299.892
2010	158.545	3.107	40.882	29.889	334	9.783	302.890
2011	147.111	2.605	32.020	25.724	331	7.034	256.648
2012	141.563	3.208	38.372	25.724	274	7.833	256.648
2013	140.276	2.800	41.918	24.056	301	9.445	256.648
2014	135.675	2.852	43.456	24.615	282	9.324	256.648

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em IBGE/ITEPA-UCPel.

A Figura 12 mostra um rebanho de bovinos no 5º distrito. Nessa parte do município, predominam grandes propriedades e, portanto, a pecuária extensionista continua viável.

Figura 12 – Pecuária de corte no 5º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

Na Figura 13, consta o Parque de Remates União da Conquista, no qual são realizados, atualmente, os maiores leilões do município.

Figura 13 – Parque de Remates União da Conquista – Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

A ovinocultura, praticada geralmente junto com a pecuária familiar, vinha apresentando um decréscimo na produção no município (Tabela 8, na página 55-56). No entanto, vem se recuperando nos últimos anos, provavelmente porque o preço da carne de ovelha está sendo bem valorizada no mercado (Figura 14).

Figura 14 – Criação de ovinos no 3º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

A produção tradicional de galinha caipira vem reduzindo no município (Tabela 8, na página 55-56), visto que muitos habitantes do meio rural, atualmente, preferem comprar na cidade aves congeladas e industrializadas em outros municípios. Surgiram algumas iniciativas de aviário (Figura 15), ligadas à COSULATI, porém essa cooperativa ultimamente vem sofrendo problemas financeiros e dificuldade em expandir seus negócios.

Figura 15 – Aviário no 2º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Danilo da Silva Pereira (2016).

A produção de leite (Figura 16, a seguir) era uma atividade econômica que estava tendo boa aceitação pelos produtores do município, pois gerava uma renda mensal praticamente certa. Todavia, a produção leiteira também vem sendo afetada pela crise na COSULATI e na COOPAL (Tabela 9, na página 60).

Figura 16 – Pecuária leiteira no CETAC de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Danilo da Silva Pereira (2016).

Na Tabela 9, na próxima página, é possível ver que Canguçu, além da produção leiteira, também possui produção de lã, mel e ovos, sendo que a produção destes últimos vem apresentando crescimento nos últimos anos. Apesar de parecer contraditório que a quantidade de galináceos tenha reduzido e o número de ovos aumentado, provavelmente é indicação de que os produtores de galináceos, que permanecem na atividade, estão fazendo um trabalho mais racional, ou seja, investem mais para obter maior retorno.

Tabela 9 – Produção animal do município de Canguçu/RS (2001-2014)

Ano	Produção de Leite			Produção de Lã			Produção de Mel		Produção de Ovos	
	Vacas Ordenhadas (Cabeça)	Quantidade Produzida Leite (Mil Litros)	Valor da Produção Leite (R\$ Mil)	Ovinos Tosquiados (Cabeça)	Quantidade Produzida de Lã (Kg)	Valor da Produção da Lã (R\$Mil)	Produção de Mel (Kg)	Valor da Produção de Mel (R\$Mil)	Produção de Ovos de Galinha (Mil Dúzias)	Valor da Produção de Ovos (R\$Mil)
2001	15.901	23.433	7.030	35.340	104.578	191	85.877	335	1.302	1.041
2002	16.267	23.972	8.630	28.979	85.754	600	72.995	328	1.146	1.489
2003	16.248	23.944	9.817	25.185	74.527	566	74.810	441	1.054	1.560
2004	16.395	24.161	11.597	21.406	63.344	485	72.128	447	1.012	1.548
2005	16.434	24.218	11.625	21.222	62.780	251	63.287	396	1.018	1.528
2006	16.474	24.276	11.653	21.872	63.319	253	54.453	354	1.025	1.538
2007	15.057	22.188	10.872	21.182	61.321	245	58.423	380	1.007	1.562
2008	14.537	21.422	11.354	21.762	63.000	236	91.610	577	1.159	1.854
2009	15.991	23.564	12.960	22.197	63.630	223	92.526	601	1.101	1.761
2010	15.855	23.363	14.485	28.618	82.036	336	100.035	500	1.112	1.890
2011	15.538	22.895	16.027	24.015	68.841	275	118.540	711	1.000	1.701
2012	13.500	24.705	17.788	28.779	82.497	454	118.540	771	1.000	1.701
2013	14.100	25.803	21.416	33.584	96.270	674	114.200	685	1.000	2.001
2014	14.000	25.620	21.777	34.765	99.655	797	114.200	914	1.000	2.151

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em IBGE/ITEPA-UCPel.

A decadência da pecuária não abriu apenas espaço para a soja, mas também para o aumento da Silvicultura no município, conforme mostra a Tabela 10. É possível observar que em 2013 e 2014 houve um maior retorno desse investimento. No entanto, muitos canguçuenses comentam, na sede do município, que essa atividade econômica foi um equívoco para a maioria dos proprietários, porque muitas propriedades hoje estão repletas de matos e, às vezes, não encontram comprador para a madeira. Ademais, será muito dispendioso recuperar a terra para deixá-la na condição anterior à Silvicultura.

Tabela 10 – Produção de Silvicultura em Canguçu (2001-2014)

Ano	Quantidade de Lenha (Metros Cúbicos)	Valor da Produção de Lenha (R\$Mil)	Quant. de Madeira em Tora (Metros Cúbicos)	Valor da Prod. Madeira em Tora (R\$Mil)
2001	71.505	358	2.335	23
2002	73.127	790	2.555	50
2003	77.515	963	2.708	65
2004	86.815	1.197	2.952	71
2005	89.419	1.341	2.962	77
2006	89.800	1.706	2.960	80
2007	92.597	1.900	3.108	87
2008	106.486	2.289	3.574	107
2009	101.161	2.226	3.510	105
2010	96.103	3.268	3.460	208
2011	96.103	3.268	3.460	208
2012	96.103	3.171	3.460	208
2013	242.360	8.240	-	-
2014	193.888	6.592	48.472	1.648

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

A Figura 17, na sequência, mostra uma propriedade com Silvicultura em processo de corte da madeira no 5º distrito de Canguçu.

Figura 17 – Silvicultura no 5º distrito de Canguçu

Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

Antes da ascensão da fumicultura e da soja, a produção de milho tinha destaque no município (Figura 18, na página 64). No auge da produção, o município de Canguçu chegou a ser considerado a Capital Nacional do Milho, utilizado tanto para a venda como para a alimentação de animais. Além disso, esse produto também é bastante utilizado para a alimentação humana (Ex.: farinha de milho, polenta, canjição, milho verde, canjiquinha, dentre outras).

Todavia, se comparada à produção de tabaco, o seu rendimento econômico é menor, pois, ao confrontarmos a produção de 2014, vimos que 11.000 hectares de tabaco renderam 193.600 (R\$ Mil), enquanto 18.000 hectares de milho deram um lucro de apenas 24.300 (R\$ Mil) (Tabelas 6 e 11). Atualmente, no município de Canguçu, a produção de tabaco é a atividade econômica que garante renda suficiente para a manutenção das famílias que vivem nos minifúndios.

Tabela 11 – Área plantada em hectares (ha) de milho, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)

Ano	Área plantada	Quantidade	Valor da Produção
	(hectares)	produzida (toneladas)	(R\$ Mil)
2001	50.000	120.000	14.400
2002	50.000	102.000	22.440

Continua

Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Conclusão
			Valor da Produção (R\$ Mil)
2003	50.000	120.000	40.800
2004	45.000	45.000	17.100
2005	33.700	12.000	5.040
2006	24.500	17.640	3.881
2007	35.000	84.000	23.520
2008	25.000	45.000	17.865
2009	25.000	51.000	15.300
2010	28.000	67.200	20.160
2011	28.000	67.200	31.651
2012	20.200	18.432	7.999
2013	20.200	60.600	26.906
2014	18.000	54.000	24.300

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

Na Figura 18, na página seguinte, vemos uma plantação de milho no 3º distrito de Canguçu. Esse produto normalmente é integrado à pecuária familiar e incentivado, também, para os plantadores de tabaco, a fim de que diversifiquem a sua produção. Somente com o cultivo de tabaco, os produtores não conseguem o financiamento do PRONAF, o que torna ainda mais vantajoso ter ao menos uma pequena plantação de milho.

Figura 18 – Plantação de milho no 3º distrito de Canguçu

Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

A produção de pêsego (Tabela 12) ainda existe no município, porém em menor quantidade do que no passado. Na década de 1970, esse produto teve significativa importância econômica para o município, uma vez que era vendido principalmente para as indústrias de Pelotas/RS.

Tabela 12 – Área plantada em hectares (ha) de pêsego, produção em toneladas (t) e valor da produção (R\$ Mil) em Canguçu (2001-2014)

Continua

Ano	Área destinada à colheita (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da Produção (R\$ Mil)
2001	3.000	15.000	6.000
2002	3.000	9.000	3.510
2003	3.000	12.000	7.320
2004	3.000	15.000	15.000
2005	3.000	12.600	10.080
2006	2.600	7.280	5.096
2007	2.600	18.200	14.560
2008	2.600	18.200	10.738
2009	2.600	18.200	9.373
2010	2.700	18.900	9.450

Conclusão			
Ano	Área destinada à colheita (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da Produção (R\$ Mil)
2011	2.700	18.900	12.285
2012	2.500	17.500	12.250
2013	2.500	17.500	12.250
2014	2.500	17.500	14.000

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

Embora a produção de tabaco predomine economicamente nos minifúndios e a produção de soja venha se destacando em propriedades maiores, o município de Canguçu apresenta uma grande diversidade de produção. Na maioria das propriedades, ainda é cultivado mais de um produto, tanto para a venda quanto para o consumo da família. Na Tabela 13, na página seguinte, são apresentados outros produtos cultivados no município (laranja, arroz, batata-doce, batata inglesa, cebola, etc.). Embora a venda do excedente resulte em pequeno valor monetário, se vistos no conjunto, também contribuem para a economia.

Antes do crescimento da produção de tabaco, esses eram os principais produtos cultivados nas propriedades menores. Devido ao pouco retorno econômico que traziam, houve intenso êxodo rural do município. Com a venda apenas desses produtos, é impossível os agricultores terem acesso às últimas novidades em se tratando de tecnologia (Ex.: automóvel, computador, celular, TV por assinatura, etc.), bem como possuírem uma residência equipada com objetos que lhe propiciem maior conforto e status. Com o aumento do poder aquisitivo no meio rural, hoje é possível ter acesso a esses objetos sem sair do campo. Paralelo a isso, houve um aumento do desemprego nas cidades e a migração já nem sempre é uma garantia de maior sucesso.

Tabela 13 – Quantidade produzida (toneladas) de produtos alimentícios no município de Canguçu/RS (2001-2014)

Ano	Laranja	Arroz	Batata- doce	Batata- inglesa	Cebola	Feijão	Melancia	Sorgo	Tomate	Trigo
	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.	Qt.
	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)	Produzida (t)
2001	2.400	6.625	1.600	13.600	7.200	7.485	320	-	2.000	-
2002	2.400	6.625	2.000	14.880	7.200	5.800	320	-	4.000	-
2003	2.400	6.105	4.000	15.200	7.200	7.632	320	-	4.000	-
2004	1.680	6.140	4.000	12.800	7.200	7.200	320	-	4.000	720
2005	1.344	3.880	4.000	7.840	6.000	2.160	224	-	4.000	360
2006	1.344	4.716	4.000	7.200	6.000	1.080	320	-	4.000	720
2007	1.344	4.187	4.000	8.960	6.000	6.900	400	24	4.000	960
2008	2.400	4.802	4.000	8.800	6.000	1.134	320	24	4.000	1.800
2009	2.400	7.402	4.000	8.800	7.200	6.426	560	24	4.000	2.000
2010	2.400	5.239	3.200	8.800	6.000	4.275	320	24	4.000	2.000
2011	2.400	7.084	2.240	8.800	6.000	3.300	320	24	4.000	3.120
2012	1.200	6.857	2.240	8.800	6.000	2.808	320	22	3.800	2.000
2013	1.200	6.496	2.240	5.200	4.800	1.368	240	-	3.800	3.000
2014	1.200	5.698	2.240	5.600	4.800	1.500	240	-	3.800	2.300

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base no IBGE/ITEPA-UCPel.

A Figura 19 mostra uma plantação de arroz no 3º distrito de Canguçu. Esse tipo de cultivo predomina em propriedades próximas ao rio Camaquã e é restrita a poucos proprietários que dispõem de grande quantidade de terra e estrutura tecnológica para investir na produção.

Figura 19 – Plantação de arroz no 3º distrito de Canguçu



Fonte: Acervo de Danilo da Silva Pereira (2016).

Outro fator que contribuía para que os pequenos agricultores do município passassem por dificuldade econômica, quando a policultura de alimentos era a sua principal fonte de renda, era a falta de um seguro para os seus produtos. Enquanto os cultivos do tabaco e da soja geralmente dispunham de seguro para as adversidades climáticas, esses produtos não ofereciam essa proteção. Além disso, os produtos alimentícios têm pouco valor no mercado, apresentam rápida deterioração e são mais sujeitos a oscilação da oferta e demanda. Em anos que a produção é grande, valem menos e não tem uma compra garantida.

Novos cultivos, como de erva-mate e oliveiras, têm surgido no município, porém ainda é cedo avaliar os seus resultados. A tentativa de plantação de mamona, por exemplo, que há algum tempo foi introduzida no município com perspectiva de grande sucesso, logo se mostrou inviável economicamente.

Algumas atividades não agrícolas também existem no meio rural de Canguçu, porém não demonstram, no presente momento, ter maior importância econômica que as atividades agrícolas. Nas Figuras 20, 21 e 22, vemos alguns exemplos de

atividades econômicas distintas da agricultura/pecuária que existem no meio rural de Canguçu. Na Figura 20, por exemplo, temos um posto de combustível. O surgimento desse tipo de atividade no meio rural certamente está relacionado ao aumento da quantidade de veículos que o município vem apresentando nos últimos anos.

Figura 20 – Posto de combustível no 1º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

O município, ultimamente, vem aumentando o investimento em turismo rural. Ao contrário de poucos anos atrás, hoje há diversas opções de lazer no campo. Surgiram diversos campings, como Camping Recanto do Lazer – 4º distr.; Camping Aldoi – 4º distr.; Camping Três Amigos – 1º distr.; Camping 10 Irmãos – 4º distr.; Camping Renato Zanetti – Km 108/BR 392; Camping da Lagoa – 1º distr.; Camping Renascer – 1º distr. Na Figura 21, visualizamos a placa indicativa do Camping Recanto do Lazer. Já na Figura 22, são mostrados os parques existentes em Canguçu que, assim como os campings, são frequentados tanto por pessoas do campo como pelas da cidade.

Figura 21 – Placa indicativa do camping Recanto do Lazer na localidade de Passo do Saraiva, no 4º distrito de Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

Figura 22 – Parques Aquáticos de Canguçu/RS



Fonte: Canguçu OnLine. Organizado por Silvana de Matos Bandeira (2016).

As escolas existentes no meio rural também são uma importante fonte de renda, pois muitos profissionais da educação vivem próximos aos colégios onde trabalham. No total, são 664 cargos de docente, ocupados principalmente pela mão de obra feminina do município. Na Tabela 14 são apresentados os dados de 2015 sobre a Educação no município.

Tabela 14 – Dados quantitativos da Educação no município de Canguçu

	Quantidade de Docentes	Quantidade de Escolas	Quantidade de matrículas
Ensino fundamental – Escola privada	23	1	231
Ensino fundamental – Escola pública estadual	147	15	1.910
Ensino fundamental – Escola pública municipal	316	31	4.468
Total – Ensino Fundamental	486	47	6.609
Ensino médio – Escola privada	14	1	104
Ensino médio – Escola pública estadual	112	7	1.326
Ensino médio – Escola pública municipal	0	0	0
Total – Ensino Médio	126	8	1.430
Ensino pré-escolar – Escola privada	5	2	85
Ensino pré-escolar – Escola pública estadual	0	0	0
Ensino pré-escolar – Escola pública municipal	47	32	559
Total – Ensino pré-escolar	52	34	644

Fonte: IBGE com base no Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo Educacional 2015.

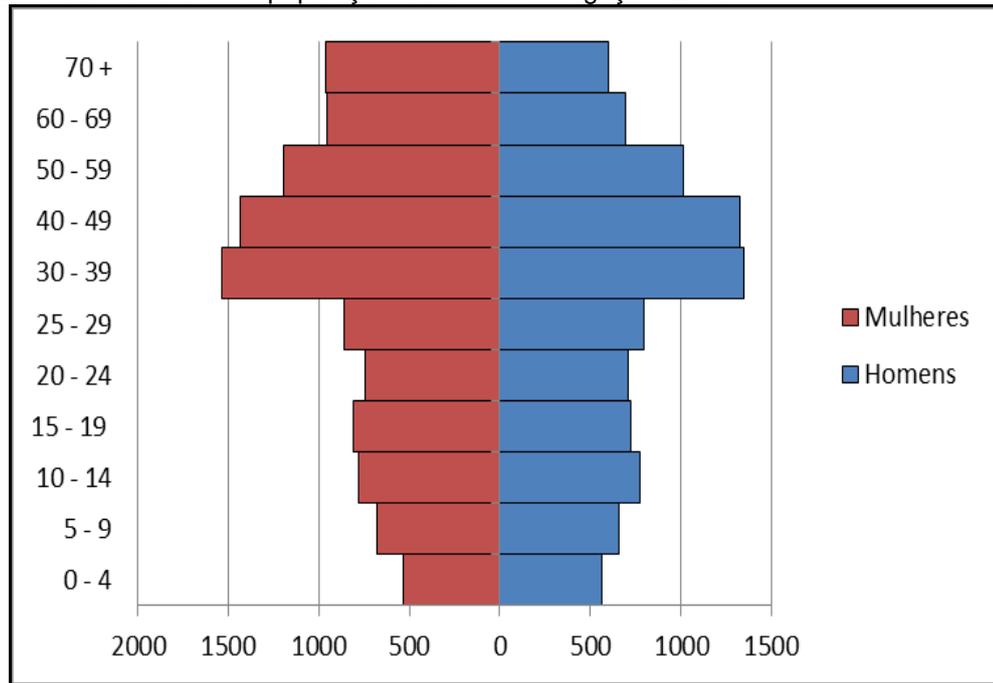
Através da exposição das atividades econômicas, desenvolvidas no meio rural de Canguçu, demonstrou-se que o município possui uma diversidade de produção. São essas fontes de renda que dão sustentação às atividades econômicas da cidade e a tornam dependente do campo. A dependência fica evidente pelo fato de que seria mais viável para o campo adquirir os objetos e serviços dos quais necessita em outros núcleos urbanos vizinhos, do que a cidade atrair consumidores de outros municípios. Todavia, a cidade local tem estado atenta e se adaptado às mudanças ocorridas no meio rural, atendendo às necessidades básicas desses consumidores em uma troca que complementa e beneficia a ambos os espaços.

1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE CANGUÇU

A população urbana de Canguçu é menor que a rural e também está passando por um processo de envelhecimento. É comum os jovens urbanos canguçuenses estudarem em Pelotas (IFSUL, UFPel, UCPel) e, posteriormente, buscarem oportunidades de trabalho em outras cidades. Somente pela COOESC (Cooperativa dos Estudantes de Canguçu), atualmente, há cerca de 600 sócios ativos que utilizam o transporte diariamente para Pelotas⁸, sendo que há outros jovens que viajam em ônibus de empresas privadas.

No Gráfico 2, a seguir, visualizamos a pirâmide etária da cidade de Canguçu. Ao contrário da população rural do município, que vem passando por um processo de masculinização do campo, na cidade, há um número mais acentuado de mulheres na faixa etária acima de 25 anos. Entretanto, tanto na pirâmide rural como na urbana vem ocorrendo um envelhecimento da população do município. No futuro, tanto o campo como a cidade terão escassez de mão de obra jovem, o que poderá contribuir para diminuição da capacidade de inovação e da predisposição para riscos inerentes ao progresso, o que vem acontecendo com países da Europa, cuja população é mais idosa.

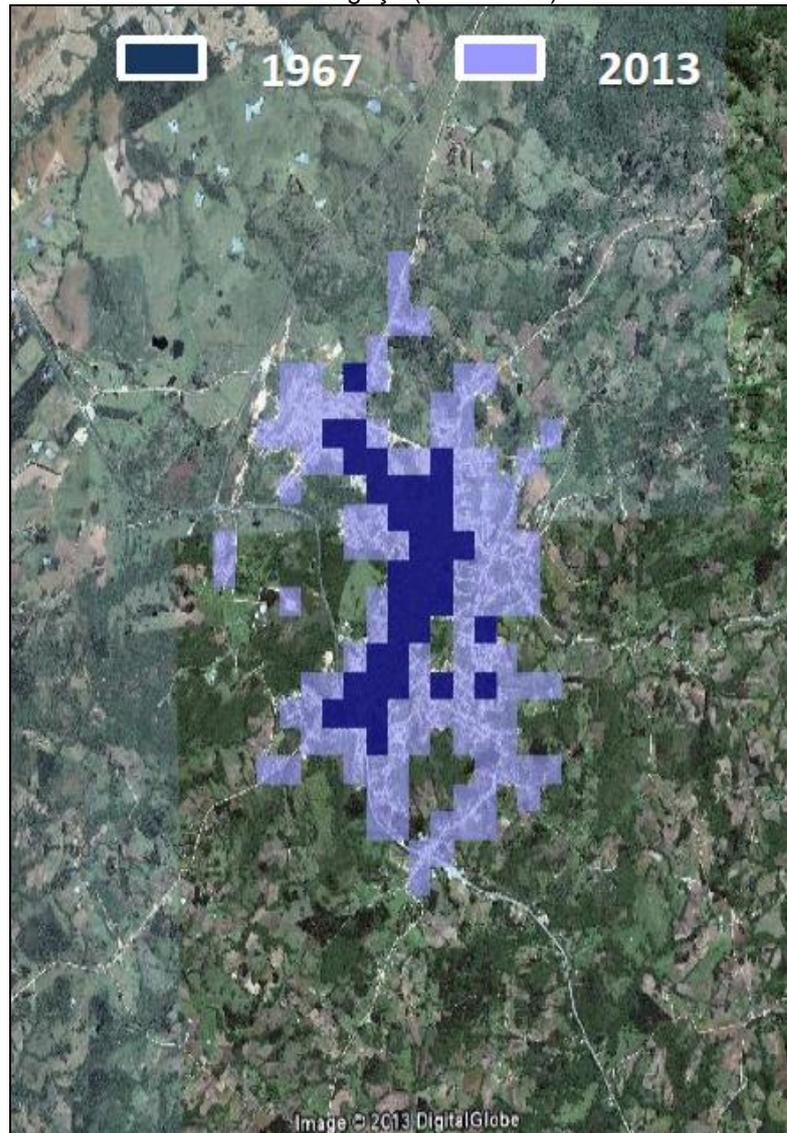
⁸Entrevista com o presidente da COOESC, Vanderlei Oliveira. Disponível em: <<http://www.cangucuonline.com.br/noticia/entrevista-com-o-presidente-da-cooesc-vanderlei-oliveira>>. Acesso em 22 dez. 2016.

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população urbana em Canguçu – 2010

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A expansão urbana de Canguçu se deu recentemente, principalmente nos últimos 15 anos. Na Figura 23, na sequência, é possível ver que o núcleo urbano, em 2013, demonstrava ampliação em todas as direções, a partir de um centro concentrado, se comparado a 1967.

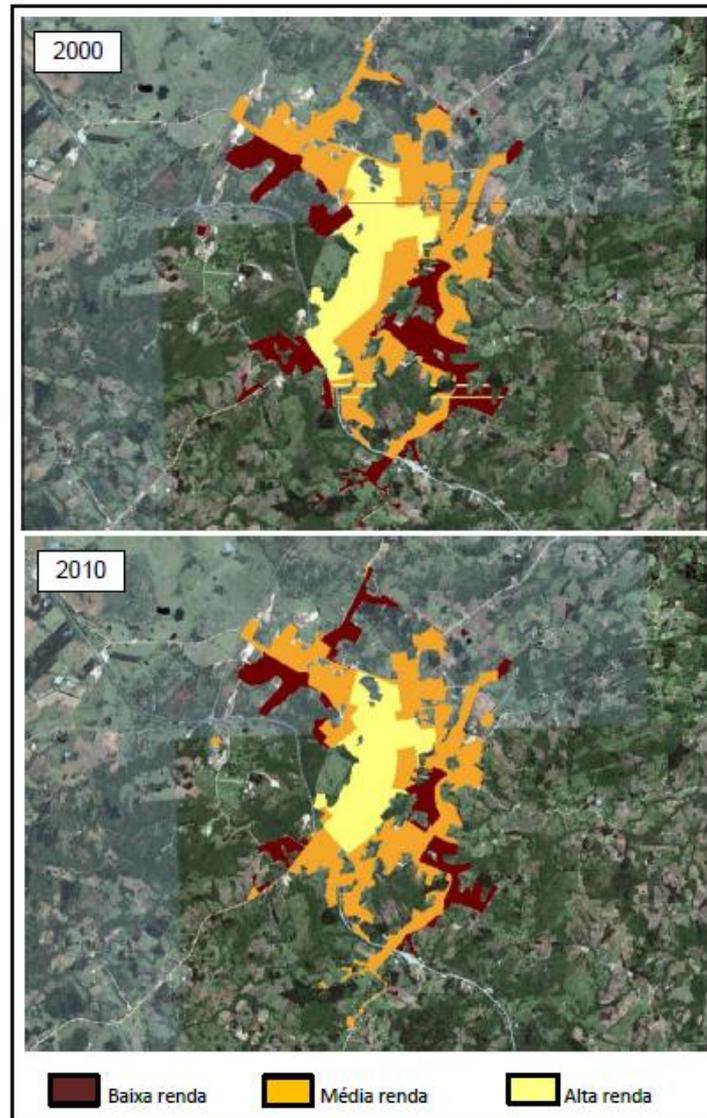
Figura 23 – Expansão da área urbana de Canguçu (1967-2013)



Fonte: LabUrb/UFPeI.

A Figura 24 evidencia a transformação mais perceptível, entre 2000 e 2010, em que houve uma expansão da média e alta renda em áreas anteriormente ocupadas por renda menor, porém com pouco deslocamento da baixa renda. Portanto, a cidade, em geral, apresentou um crescimento no seu poder aquisitivo no período.

Figura 24 – Espacialização das classes de renda dos habitantes da cidade de Canguçu (2000-2010)⁹

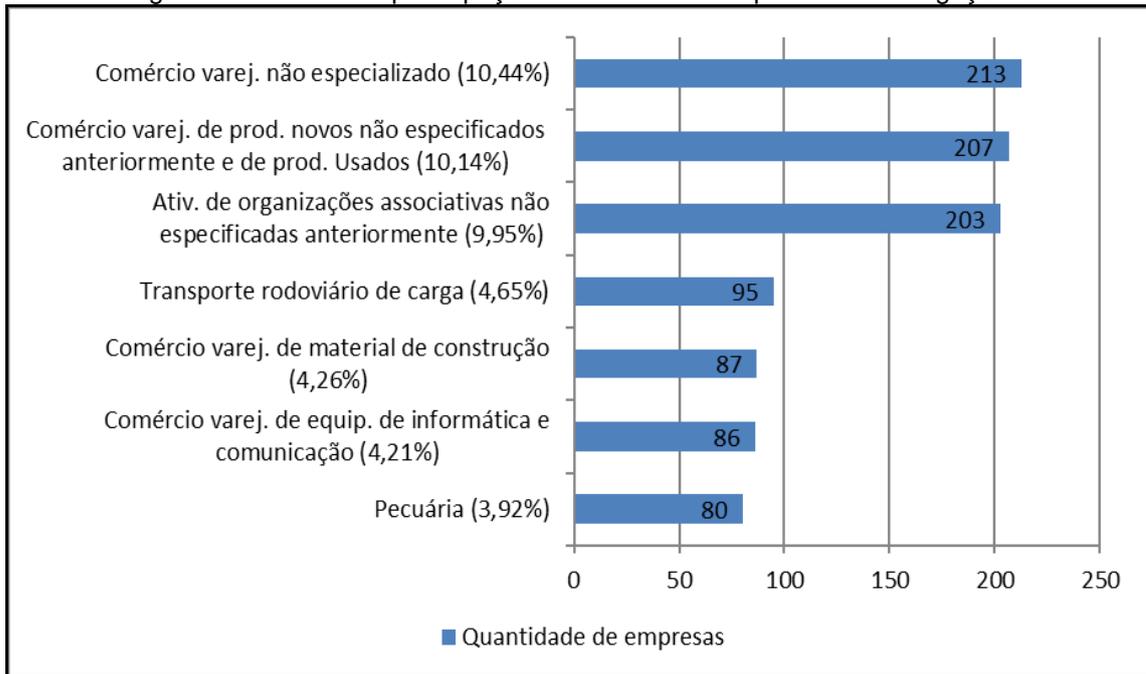


Fonte: LabUrb/UFPel com base no IBGE.

O SEBRAE realizou um estudo sobre o perfil das cidades gaúchas¹⁰. A seguir, apresentaremos alguns aspectos de Canguçu/RS apontados neste levantamento. No Gráfico 3, na sequência, observamos que os segmentos que possuem o maior número de empresas no município são de comércio varejista.

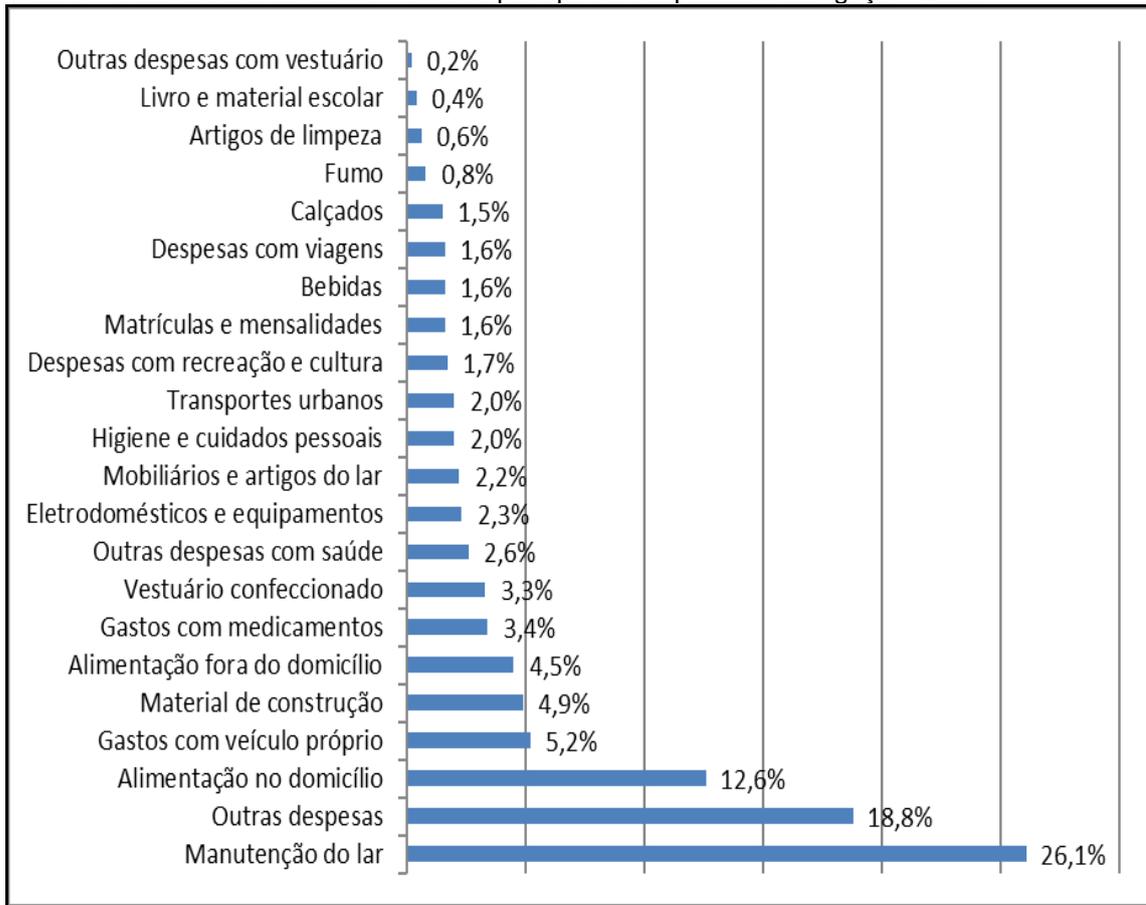
⁹ Os dados do período de 2000 e 2010 foram obtidos a partir dos censos destes anos. Os dados de renda foram determinados a partir da renda do chefe do domicílio e estratificados em três cortes: de 0 a 3 salários mínimos mensais (Baixa renda), de 3 a 6 salários (Média renda) e acima de 6 salários (Alta renda). Disponível em: <http://modelagemurbana.blogspot.com.br/2014/02/seriam-as-areas-de-pobreza-reservas-de_15.html>. Acesso em 13 dez. 2016.

¹⁰ Perfil das Cidades Gaúchas – Canguçu. Disponível em: <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-cangucu.pdf>. Acesso em 10 dez. 2016.

Gráfico 3 – Segmentos com maior participação no número de empresas em Canguçu – 2014

Fonte: SEBRAE com base em MTE/RAIS.

No Gráfico 4, na página seguinte, vemos que o potencial de consumo na cidade de Canguçu é de produtos básicos. Assim sendo, as pessoas procuram, no comércio central de Canguçu, produtos diversos que servem para atender às suas necessidades diárias.

Gráfico 4 – Potencial de consumo¹¹ urbano por tipo de despesa em Canguçu – 2016

Fonte: SEBRAE com base IPC Marketing/ABEP.

O Quadro 1 mostra em que ruas de Canguçu estavam concentradas as atividades comerciais em 2009. Inicialmente o comércio era concentrado praticamente só na rua General Osório, porém vem se expandindo para as ruas próximas.

Quadro 1 – Estabelecimentos comerciais da área urbana de Canguçu

Rua	Nº de estabelecimentos formais
General Osório	163
Júlio de Castilho	47
Avenida Vinte de Setembro	42
General Câmara	30

¹¹ Potencial de Consumo representa a capacidade de consumo anual da população residente de uma localidade. O índice aponta a participação de cada município no total de consumo do país ou região, ou seja, indica o quanto cada região ou localidade representa do mercado nacional em termos de capacidade de consumo. Fonte: IPC Marketing/ABEP.

Rua	Nº de estabelecimentos formais
Professor André Puente	19
Conselheiro Brusque	18
Osvaldo Aranha	18
Silva Tavares	16
Dona Firmina Moreira	12
Silveira Martins	11
Exército Nacional	11
Manoel Pompílio da Fonseca	11
Getúlio Vargas	10
Conrado Ernani Bento	9
Avenida Vinte e Um de Abril	8
Coronel Genes Bento	7
Franklin Máximo Moreira	6
Fernando Osório	6
Conde de Porto Alegre	6
Vereador Guido Otto	5
Dr. Teófilo Conrado de Mattos	5
Dom Otaviano	5
Hipólito Ribeiro	5
Avenida Sete de Setembro	4
Dezessete de dezembro	4
Duque de Caxias	3
João de Deus Nunes	3
Assis Brasil	3
João Goulart	3
Hortêncio Rosa	3
Rua Antônio Florêncio Duarte	3
General Paranhos	3

Rua	Nº de estabelecimentos formais
Alberto Pasqualini	2
Monteiro Bento	2
Tenente Edgar Werlle	2
Rua Bento Gonçalves	2
José Francisco Jorge	2
Monsenhor Jacob	2
Vitório Nei	2
Madre Manoela Simonis	2
Izarina Couto Terres	1
Marçal Martins Leal	1
Teodoro Timm	1
Ubiratã Telesca Filgueiras	1
Adolfo Blaas	1
Arlindo Almeida	1
Valdeci dos Santos Ávila	1
Cinco de Outubro	1
Prof. Enio de Jesus P. Amaral	1
José Bonifácio	1
Olavo Gomes Duarte	1
Marechal Deodoro	1
Manoel Dias dos Santos	1
Padre Landel de Moura	1
Teófilo de Souza Matos	1
Adriano Brockmann Mota	1
José Carlos Telesca	1
Professor Ester Freitas Jorge	1
Ernesto Manke	1
Vereador Ervino Zarnott	1

Rua	Nº de estabelecimentos formais
Francisco Duarte Ribeiro	1
Servidão da Caixa	1
Ver. Erlindo Rodrigues Borges	1
José Albano de Souza	1
Fernando Ferrari	1
Alan Kardec	1
Juscelino Kubistchek de Oliveira	1
Glicério Boaventura	1
Barão do Triunfo	1
Joaquim Maria Soares	1
Alfredo Albrecht	1
Total	546

Fonte: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (2009).

A Figura 25 mostra a Rua General Osório, onde está concentrada a maior parte das empresas comerciais da cidade. É repleta de lojas de confecções, farmácias, óticas, etc.

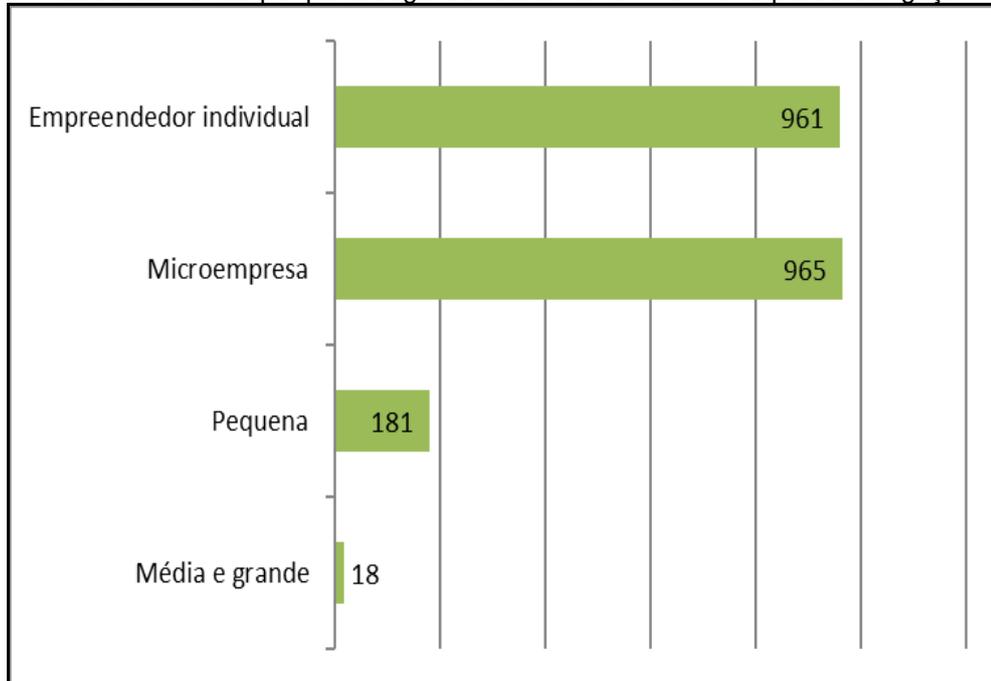
Figura 25 – Rua comercial no centro de Canguçu (General Osório)



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

No Gráfico 5, podemos verificar que os estabelecimentos em Canguçu também são de forma distribuída, ou seja, são poucos os que possuem porte médio e grande.

Gráfico 5 – Estabelecimentos por porte segundo faturamento¹² no município de Canguçu – 2015

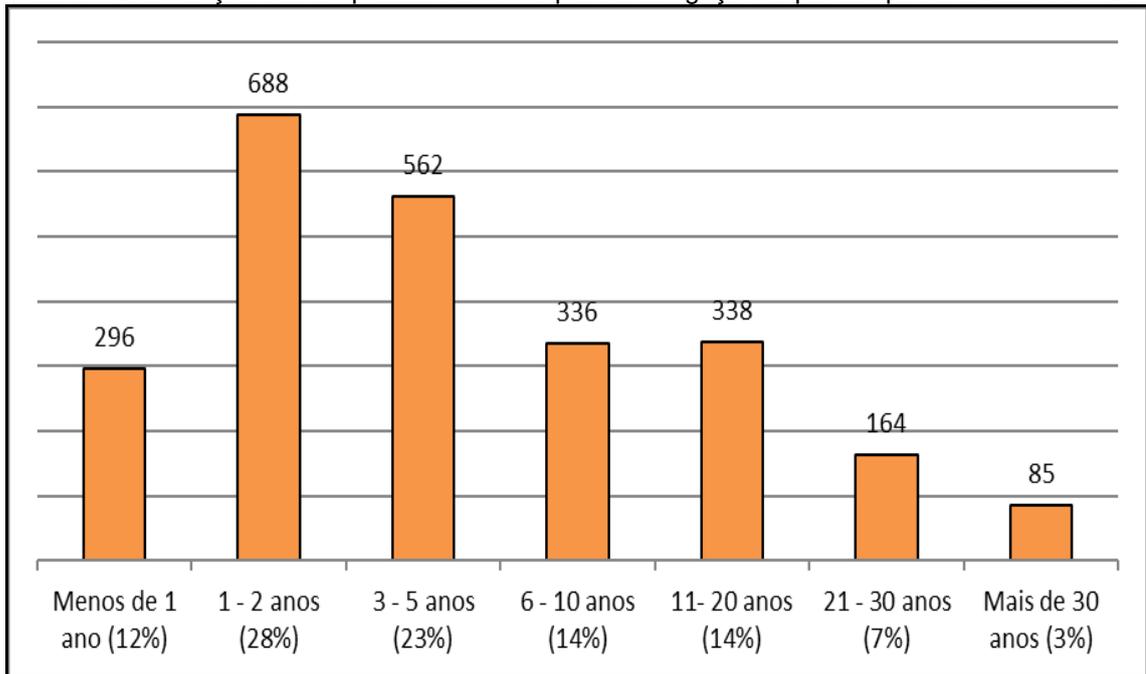


Nota: Empreendedor individual – dados até junho/2016. Outros portes – dados até março/2015.

Fonte: SEBRAE com base na Receita Federal do Brasil.

No Gráfico 6, observa-se que 77% das empresas do município tiveram início a partir de 2004, o que comprova o recente crescimento que o comércio de Canguçu apresentou. O aumento do poder aquisitivo dos consumidores canguçuenses motivou muitos a abrirem um pequeno comércio.

¹² **Estabelecimento por porte (faturamento):** Número absoluto de empresas no município de acordo com o enquadramento do faturamento anual. O SEBRAE considerou: Microempreendedor individual → até R\$60.000,00, Microempresa → até R\$360.000,00 e Empresa de Pequeno Porte → de R\$360.000,00 até 3.600.000,00.

Gráfico 6 – Distribuição das empresas do município de Canguçu/RS por tempo de existência – 2014

Fonte: SEBRAE com base na Receita Federal do Brasil.

Na Figura 26, vemos algumas filiais de redes que se instalaram em Canguçu. Com a abertura desses comércios externos ao município, houve casos de supermercados e farmácias locais optarem por se integrar a grupos maiores para continuar competitivos no mercado. Na mesma Figura, temos o exemplo da farmácia Brasil que se integrou à Tchê Farmácias.

Figura 26 – Filiais de redes no centro de Canguçu

Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

Na Figura 27, é possível ver a Loja Afubra, que inaugurou em Canguçu em 13 de outubro de 2010. Além de vender produtos agrícolas e dar assistência técnica a fumicultores, também vende móveis e eletrodomésticos a população em geral.

Figura 27 – Loja Afubra em Canguçu



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

A principal rua do comércio de Canguçu é bastante movimentada durante a semana (Figura 28, a seguir), quando é frequentada principalmente pelos consumidores do meio rural. Porém, nos finais de semana, torna-se deserta durante o dia e, à noite, serve de ponto de encontro para os jovens.

Figura 28 – Movimento da rua General Osório em horário comercial no centro de Canguçu



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

Por se tratar de uma cidade cuja atividade econômica principal é o comércio, é comum se observar diversos carros de som fazendo publicidade das empresas comerciais locais e divulgando as promoções, como mostra a Figura 29.

Figura 29 – Carro de som fazendo publicidade do comércio em Canguçu/RS



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

A Prefeitura Municipal de Canguçu é um dos maiores empregadores do município. De acordo com o Portal da Transparência, em maio de 2017, a prefeitura empregava 1.710 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 1.633 com cargos efetivos, 44 em cargos de comissão e 33 por contratos¹³.

Embora exista um distrito industrial próximo à cidade de Canguçu (Figura 30), esse setor é pouco desenvolvido e recebe pouco incentivo. A justificativa para tal postura é que a cidade não dispõe de água suficiente para comportar grandes indústrias.

Figura 30 – Distrito industrial (próximo à cidade de Canguçu/RS)

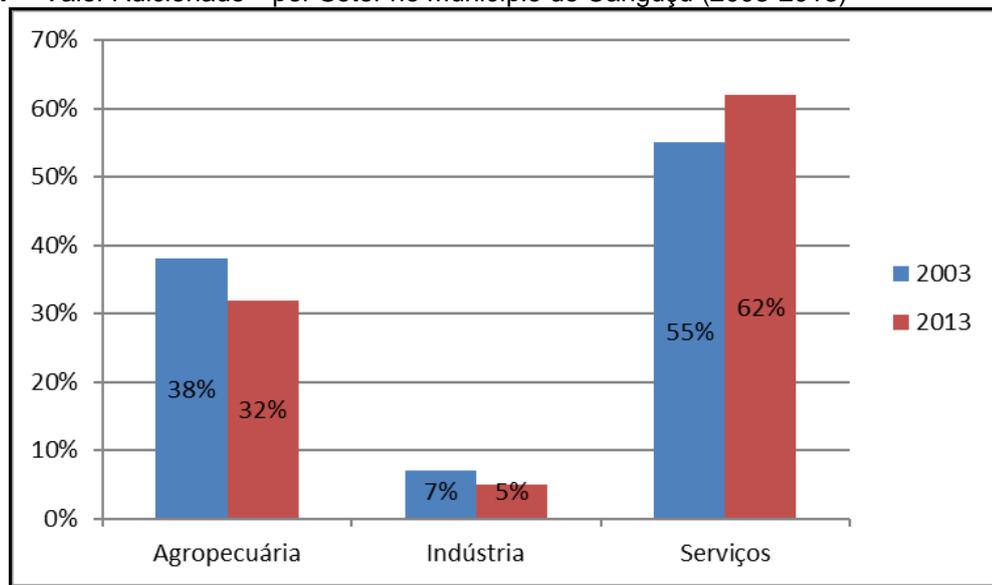


Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2015).

No Gráfico 7, vemos que o setor de indústria é o que apresenta menor valor adicionado e, inclusive, vem decaindo. Embora o setor de serviços, que inclui o comércio, seja o único que teve aumento no seu valor adicionado em 10 anos, ele depende do setor de agropecuária.

A redução no valor adicionado da agropecuária, em um período que está em expansão no município, atribui-se ao fato de que parte do consumo intermediário dessas produções não ocorre na cidade local. Por exemplo, os insumos para o tabaco são fornecidos diretamente pelas empresas fumageiras.

¹³ Portal da Transparência. Disponível em: <<http://portal.cangucu.rs.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=4&item=2>>. Acesso em 20 jun. 2017.

Gráfico 7 – Valor Adicionado¹⁴ por Setor no município de Canguçu (2003-2013)

Fonte: SEBRAE, FEE.

Diante desse contexto, conclui-se que o campo e a cidade em Canguçu apresentam uma relação integrada e dependente. As atividades econômicas do campo apresentaram transformações, como a decadência da pecuária familiar, que gradativamente foi sendo substituída pela soja e pela silvicultura. Do mesmo modo, também houve um aumento do cultivo de tabaco nas pequenas propriedades e aumento da quantidade de aposentados no meio rural. Paralelo a isso, observamos, na cidade, um crescimento do comércio voltado para atender às necessidades pessoais (alimento, remédios, vestuário, etc.) e de comércios voltados para as atividades agrícolas, ou seja, a cidade foi se adequando às demandas do campo e conseguiu atrair a maior parte desse mercado consumidor que vinha ampliando o seu poder aquisitivo. Portanto, o crescimento do setor agrícola tornou mais intensa as trocas com a cidade local e esta fortaleceu as suas especificidades para atender às demandas do campo.

¹⁴ Valor Adicionado: Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. No cálculo do valor adicionado os impostos são desconsiderados. E o setor de serviços engloba o comércio. Fonte: FEE-RS.

2 A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

2.1 O CAPITALISMO E A DIVISÃO DO TRABALHO

O Capitalismo, sistema econômico que passou a predominar em detrimento do Feudalismo, foi passando por metamorfoses ao longo do tempo sem perder a sua essência, que é a busca permanente por mais lucro e a geração de desigualdades combinadas. Spósito (2008), ao fazer uma relação entre a Urbanização e o Capitalismo, apresentou esse sistema em três fases distintas: a mercantil, a industrial e a monopolista. Já Santos (2012a), ao analisar as transformações que o Capitalismo gerou no espaço dos países periféricos com o seu efeito modernizador, faz uma divisão semelhante, porém mais detalhada, dividindo as periodizações em:

1. O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620).
2. O período manufatureiro (1620-1750)
3. O período da Revolução Industrial (1750-1870)
4. O período industrial (1870-1945)
5. O período tecnológico (SANTOS, 2012a, p.38).

Tendo origem nos burgos, a fase inicial do capitalismo se caracterizou pelo comércio. À medida que as atividades comerciais foram se expandindo para todo o mundo, através das viagens marítimas e da criação de colônias, os burgueses acumularam capital e adquiriram poder econômico na sociedade da época.

A segunda fase do capitalismo se deu pela industrialização e teve início em meados do século XVIII, na Inglaterra. Ocorreu, assim, a divisão internacional do trabalho, na qual as colônias se tornaram as fornecedoras de matéria-prima, enquanto as metrópoles e os países industrializados se transformaram em fornecedores de mercadorias com maior valor agregado. O adiantamento da técnica colocou esses centros em posição de vantagem em relação aos demais e, ao estabelecerem uma relação assimétrica, esses países tiveram maior possibilidade de acumular capital, visto que compravam matéria-prima por um preço baixo, transformavam em mercadoria e revendiam – às vezes até aos mesmos países fornecedores, por um preço mais alto. Em Harvey (1998), vimos que o Taylorismo e,

a seguir, o Fordismo foram características do final desse período. Enquanto o primeiro promoveu uma divisão técnica do trabalho entre gerentes (que pensam e conhecem todo o processo) e operários (que apenas executam atividades simples e repetitivas), o segundo trouxe como inovação as linhas de montagem, em que cada trabalhador ficava responsável por apenas uma parte do produto, perdendo a visão do todo. Essas estratégias visavam, principalmente, agilizar o processo de produção conseguindo uma produção em massa e para massas possibilitando, assim, que o Capitalismo obtivesse maiores lucros.

A terceira fase desse sistema foi o capitalismo financeiro (ou monopolista), que surgiu no início do século XX e predomina até hoje. As empresas foram divididas em ações que são vendidas em bolsas de valores, conforme o seu potencial de lucratividade. Empresas maiores compram as ações de outras empresas menores e se tornam, portanto, monopolistas ou oligopolistas. Acordos são feitos, entre essas empresas, em casos nos quais a competição não é possível de ser vencida. Harvey (2005, p.224) explica que a competição “sempre tende para o monopólio (ou oligopólio), pois a sobrevivência do mais apto, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas. Quanto mais violenta a competição, mais rápido se tende ao oligopólio, quando não ao monopólio”. Dessa forma, as empresas “vencedoras” expandem a sua industrialização para todo o mundo em busca de locais que ofereçam incentivos fiscais, mão de obra barata, acesso à matéria-prima e proximidade ao mercado consumidor. Para se manterem competitivas, essas empresas se veem obrigadas a lançarem mão de todas as estratégias possíveis para não sucumbirem às concorrentes.

A dificuldade consiste na manutenção de relações econômicas suficientemente competitivas, enquanto se sustentam os privilégios do indivíduo e do monopólio de classe em relação à propriedade privada, que são os alicerces do capitalismo como sistema político-econômico (HARVEY, 2005, p.225).

Com a fusão ocorrida entre o capital bancário e o capital industrial, os países periféricos se tornaram endividados e ainda mais à mercê dos países ricos, o que diminuiu a possibilidade de esses países virem a ter uma relação de poder simétrico com os centros do poder. Chesnais (1996, p.15) explica que, nessa fase do capitalismo, ainda “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera

financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”. Isso gera uma desigualdade entre os lugares, pois uns recebem mais investimentos do que outros.

Soja (1993) discute a visão que divide o mundo em centros e periferias do sistema capitalista. Embora o autor não veja mais esses espaços como fixos e estáveis no tempo, defende que eles continuam existindo. A diferença é que hoje há instabilidade dessas categorizações, pois espaços periféricos podem, de repente, se tornar centrais, enquanto espaços centrais podem se transformar em espaços periféricos. Contudo, mesmo assim, essa desigualdade espacial continua inerente à produção capitalista. Soja (1993, p.137) afirma que “a geografia específica do capitalismo pode ser reestruturada, mas nunca é desestruturada ou inteiramente liberta de uma polarização sócio espacial fundamental”. O autor também esclarece que

o ponto fundamental é que o capitalismo – ou, se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1993, p.132).

Levando em conta a divisão internacional do trabalho, Santos (2002) categorizou as transformações que o meio vem apresentando em três estágios: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A tendência é que a evolução leve todos os espaços ao terceiro estágio, porém isso nem sempre acontece da mesma forma que essa evolução não ocorre em todos os locais ao mesmo tempo. O terceiro estágio identificado, o meio técnico-científico-informacional, teve início a partir da década de 1970 e é, em geral, o que predomina nos espaços mais avançados economicamente na atualidade. O autor explica que, a partir de 1970, houve a união da técnica com a ciência, sob a proteção do mercado. Este mundo, cada vez mais artificial, atualmente, inclui não apenas as cidades, mas também o meio rural. A informação torna-se a base para a ação, pois tanto as coisas como os objetos técnicos necessitam de conhecimento para serem operados.

Santos (2002, p.219) afirma que “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” e o espaço mundial passa a funcionar como uma unidade.

As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais (SANTOS, 2002, p.241).

Os espaços se requalificam para atender os atores hegemônicos da economia, da cultura e da política. Santos (2002, p.243) explica que “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas desta vantagem”. É estabelecida, dessa forma, uma guerra entre os lugares, que se diferenciam nessa luta pela sua capacidade (ou não) de oferecer rentabilidade aos investimentos. Santos (2002, p.248) ainda explica que

os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente.

Assim sendo, a competitividade não se impõe apenas à economia, mas também à geografia.

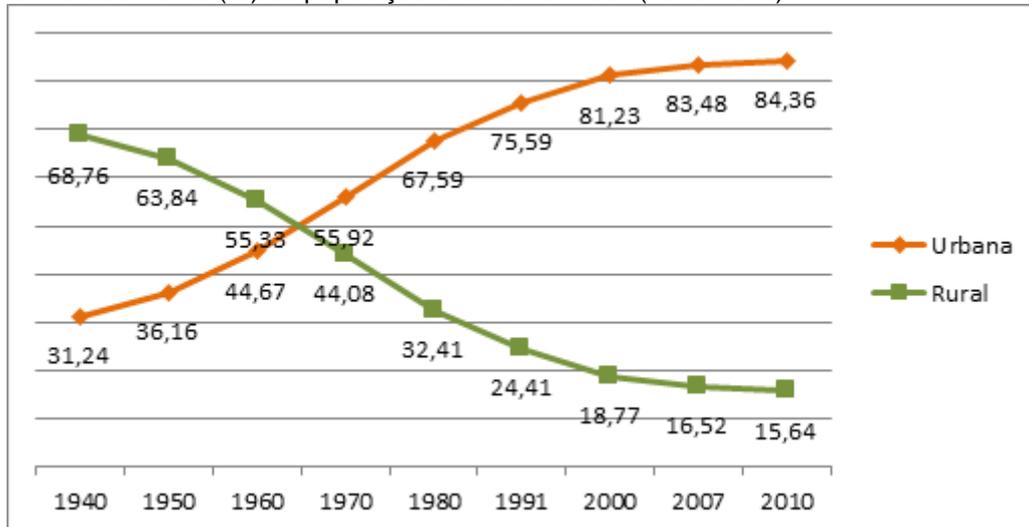
2.1.1 As transformações no mundo do trabalho urbano

Em torno do ano de 1950, começou a ocorrer a Revolução Verde no campo, com a introdução de novas sementes e práticas agrícolas com auxílio de maquinários. Esse processo teve início nos países desenvolvidos, porém se propagou para os demais países. Essa transformação cooperou para que houvesse um aumento na produção de alimentos, o que foi fundamental para alimentar a população mundial em crescimento.

Tanto a cidade como o campo passaram por transformações com o desenvolvimento da industrialização no país, uma vez que a introdução de maquinários nas atividades agrícolas tornou excedente parte da mão de obra antes ocupada. Por outro lado, a cidade necessitava de trabalhadores para desempenhar

tarefas pouco qualificadas na indústria. Em consequência, tivemos um intenso êxodo rural no Brasil (Gráfico 8) e um aumento do exército de reserva nas cidades.

Gráfico 8 – Crescimento (%) da população urbana no Brasil (1940-2010)



Fonte: IBGE.

Essas mudanças causaram transformações nas relações de trabalho. O assalariamento urbano, por exemplo, atraiu milhares de pessoas durante o desenvolvimento da industrialização. Mesmo com condições precárias e praticamente ainda sem previsão de nenhum direito trabalhista, muitas pessoas viam mais perspectiva em se transformar em assalariado urbano do que permanecer no campo.

Castel (2003, p.415) identifica três formas dominantes de relações de trabalho na sociedade industrial: condição proletária, condição operária, condição salarial. Essas formas se sucedem, porém não de forma linear.

Condição proletária → Predominou no início da industrialização. Nessa condição, o indivíduo é praticamente excluído do corpo social, tendo em vista que está condenado a trabalhar apenas para se reproduzir e, além disso, a sua vida difere totalmente da classe burguesa. É mais do que uma hierarquia, pois há uma diferença clara entre quem possui o capital e quem possui apenas a força de trabalho.

Condição operária → Nessa condição já há uma tomada de consciência por parte dos trabalhadores. O salário não é apenas a retribuição pontual de uma tarefa, mas a garantia de direitos (doença, acidente, aposentadoria), e permite uma participação maior na vida social (consumo, habitação, instrução, lazer). É uma

integração social instável, visto que há um “consumo (mas de massa), a instrução (mas primária), o lazer (mas popular)” (CASTEL, 2003, p.416). A consciência de classe se consolida e há um questionamento “de quem cria a riqueza social e quem dela se apropria indevidamente?”

Condição salarial → Embora parecesse que seria o triunfo da condição operária, essa condição vence o trabalhador de uma forma ainda mais contundente. Castel (2003, p.417) afirma que “assalariados burgueses, funcionários, quadros, profissões intermediárias, setor terciário: a salarização da sociedade cerca o operariado e subordina-o novamente, desta vez sem a esperança de que possa, um dia, impor sua liderança”.

Ademais de ser uma forma de garantir a sobrevivência, a condição de assalariado é vista por Castel como um suporte de identidade social e de integração comunitária. Assim, “cada um se compara a todos; a escala social comporta uma graduação crescente em que os assalariados dependuram sua identidade, sublinhando a diferença em relação ao escalão inferior e aspirando ao estrato superior” (CASTEL, 2003, p.417). A sociedade salarial é fascinada pela ideia de progressão e a tomada de consciência de sua fragilidade começou a ocorrer no início da década de 1970, após se generalizar o salário mensal.

A sociedade salarial ficou evidente na França, na década de 1950. Quando começaram adquirir patrimônio, esses trabalhadores foram tendo acesso à instrução que, por sua vez, lhes propiciou adquirir mais patrimônio, bem como bens de prestígio, férias inteligentes e viagens ao exterior. Castel (2003, p.467) identifica quem faz parte dessa condição:

Diferentes categorias de assalariados são portadores desta representação: quadros médicos e superiores, professores, publicitários, especialistas em comunicação e, em sua camada inferior, representantes de um certo número de profissões intermediárias, como animadores culturais, pessoal paramédico, educadores, etc.

A condição de assalariado, associada à instrução e à cultura urbana, passou a ser considerada atrativa, sendo que

(...) depois de ter olhado de cima a condição de assalariado e de, realmente, ter feito de tudo para distinguir-se dele, estas categorias “independentes” vieram a considerá-lo com uma inveja mesclada de ressentimento: camponeses, artesãos, pequenos comerciantes comparam-se com os assalariados não só quanto à renda, mas também quanto a

duração do trabalho, ao acesso ao lazer e à proteção social (CASTEL, 2003, p.473).

O acesso ao consumo, que a condição salarial proporciona, em maior ou menor quantidade e/ou qualidade, põe em jogo a identidade de quem consome e gera uma diferenciação. Castel (2003, p.475), afirma que “o consumo comanda um sistema de relações entre as categorias sociais, segundo a qual os objetos possuídos são os marcadores das posições sociais, os indicadores de uma classificação”. Devido a isso, a ostentação, comum nos grupos mais pobres, busca transmitir uma “aparência” de ser pertencente a uma classe social mais elevada. Porém, quando marcas famosas passam a ser associadas a esses grupos, deixam de ser desejadas pelos grupos mais ricos, ou seja, a diferenciação permanece existindo.

Aos poucos, a sociedade salarial foi chegando ao seu limite de proporcionar satisfação a todos. O desenvolvimento da tecnologia, em que máquinas fazem os trabalhos que exigem menos qualificação, aliado aos altos custos de manter um empregado com todos os direitos trabalhistas, cooperaram para que a oportunidade de ter um “salário” ficasse cada vez restrita a menos indivíduos e o exército de reserva de mão de obra, inclusive qualificada, não para de aumentar. Tornou-se “pesado”, para o capitalismo, proporcionar um salário fixo a todos e a flexibilização das relações de trabalho se impõe com mais veemência.

Harvey (1998, p.119) esclarece que “todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis”. No entanto, na condição de trabalho assalariado, o conhecimento necessário, as decisões técnicas e o aparelho disciplinar estão fora do controle de quem faz o trabalho. Segundo o autor, a disciplinarização da força de trabalho, com objetivo de acumulação do capital, tem como alvo toda a sociedade e tanto homens como mulheres estão sendo apropriados pelo capital para desempenhar trabalho ativo em um processo produtivo.

A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social)

desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 1998, p.119).

Esse modo de controle social do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico teve êxito no período de 1945-1973 e foi chamado de fordista-keneyiano. O fordismo teve origem em 1914, quando Henry Ford contratou trabalhadores para a sua linha automática de montagem de automóveis. Cada trabalhador era responsável por desempenhar uma parte da montagem. Essa divisão do trabalho dentro da fábrica fez os empregados perderem o domínio do processo de produção como um todo. Segundo Harvey (1998, p.121), o que caracterizava o fordismo

(...) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernizada e populista.

A jornada de trabalho, rotinizada, disciplinava os trabalhadores e lhes possibilitava consumir os produtos que ajudavam a produzir. As fábricas utilizavam principalmente mão de obra imigrante da América rural e, além disso, a rotatividade de trabalhadores era alta nas indústrias. A crise do fordismo começou quando a demanda por consumo chegou ao seu limite, mesmo com a expansão da venda dos produtos para as colônias. Harvey (1998, p.124), ao analisar as diversas estratégias colocadas em prática, na época, para retomar o crescimento econômico em queda, percebe “a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais da sua reprodução”.

A divisão do trabalho gerou empregos com salários desiguais, sendo que o gênero e a origem étnica tinham influência em quem seria escolhido para os empregos de maior remuneração, o que aumentou as tensões no fordismo.

Essas desigualdades eram particularmente difíceis de manter diante do aumento das expectativas, alimentadas em parte por todos os artifícios aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. Sem acesso ao trabalho privilegiado da produção de massa, amplos segmentos da força de trabalho também não tinham às tão louvadas alegrias do consumo de massa. Tratava-se de uma fórmula segura para produzir insatisfação (HARVEY, 1998, p.132).

Os movimentos sindicais e as greves se fortaleceram, tornando difícil que as indústrias mantivessem a sua margem de lucro. O Estado, por sua vez, era cada vez mais cobrado por não conseguir estender os benefícios do fordismo a todos. Diante disso, a inflação aumentava, pois as finanças do Estado já estavam além dos recursos. Assim, se tornava cada vez mais difícil manter os programas de assistência à população para camuflar as contradições próprias do capitalismo.

Além disso, o Terceiro Mundo se mostrava insatisfeito com

um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e serviços públicos (HARVEY, 1998, p.133).

Devido a todos esses fatores, a partir de 1973 essa forma de organização do trabalho entrou em colapso e começou a apresentar fluidez e incertezas. Harvey (1998) identificou essa nova etapa como “regime de acumulação flexível”. Novas estratégias passaram a ser utilizadas para o capitalismo se revigorar em um contexto que estava se mostrando já adverso à sua reprodução. Harvey (1998, p.137) relata que houve “mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produção e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital”.

Enquanto o fordismo era rígido, a “acumulação flexível” é caracterizada pela flexibilidade. Harvey (1998, p.140) explica que “ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. O setor de serviços apresentou crescimento, tendo em vista que regiões periféricas do mundo foram industrializadas, houve uma compressão do espaço-tempo e os empregadores conseguiram retomar o controle do trabalho. O desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte contribuiu para que houvesse mais mobilidade e para que as decisões pudessem ser tomadas em nível cada vez mais amplo e descontínuo.

A acumulação flexível implica em aumento nos índices de desemprego estrutural, retrocesso no movimento sindical, ganhos reais modestos ou nulos de salário por parte dos trabalhadores, rápida destruição de habilidades e necessidade

de permanente reconstrução destas. Os empregadores se aproveitaram do numeroso exército de reserva para enfraquecer os movimentos sindicais e para impor contratos de trabalho mais flexíveis. Em certo aspecto, a flexibilidade beneficia tanto patrões como empregados, porém, quando os efeitos agregados são analisados de forma global, os empregados saem em desvantagem, uma vez que diminuem a segurança no emprego, os níveis salariais e os direitos trabalhistas. Harvey (1998, p.144) identifica um aumento na quantidade de subcontratações, sendo que “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

Masi (2000), ao discutir o futuro das relações de trabalho, menciona algumas alterações que ocorreram no mercado de trabalho e nas organizações no período pós-industrial, que são explicadas resumidamente a seguir.

- O computador substituiu muitas atividades de decisão, antes tomadas através de comunicações orais e escritas e a automatização, por seu turno, substituiu muitos trabalhos nocivos e enfadonhos.
- Resta aos seres humanos o trabalho criativo, que não encontra pausa e é conciliável com a desestruturação do tempo e espaço de trabalho.
- A tecnologia, no interior das fábricas, libera cada vez mais pessoas do emprego e, conseqüentemente, do salário. Lamentavelmente, isso não vem contribuindo para uma redistribuição das tarefas, o que faria cada indivíduo trabalhar menos, mas para um aumento do desemprego, da violência e da ilegalidade.
- A tecnologia proporcionou a capacidade de estar presente em toda parte ao mesmo tempo, pois a informação dispensa o trabalho de estar centralizado em um determinado tempo e espaço.
- Na esfera do trabalho organizado, houve eliminação da fadiga física e da redução do horário de trabalho e mais tempo disponível para a reprodução da força de trabalho.
- Como a organização da fábrica, do sindicato e do tempo livre consideram oito horas diárias de trabalho, das quais advêm o salário e o poder aquisitivo, muitos setores que não conseguiram se enquadrar ficam desguarnecidos. Nesse contexto, muitos jovens que estão em plenas condições físicas e mentais para o trabalho ficam desempregados e inertes.

- Diversas mudanças na sociedade têm atenuado o conflito de classes e o substituído por formas corporativas de luta coletiva e por formas subjetivas de pequenos conflitos.
- As relações hierárquicas se tornaram mais horizontais e os chefes controlam mais os resultados do que os processos, o que exige maior autonomia profissional dos trabalhadores.
- As empresas utilizam as tecnologias e desfrutam das ciências psicossociais para fazer uma produção orientada e flexível aos gostos subjetivos de cada consumidor.
- O caos urbano torna o deslocamento para o trabalho cada vez mais estressante e demorado. Portanto, torna-se mais viável e eficiente o trabalho não ser realizado em um espaço determinado, o que é perfeitamente possível devido ao progresso tecnológico.
- A organização do trabalho se tornou mais “holográfica” e reúne a máxima difusão das informações e a possibilidade de intercâmbio de tarefas.

Masi (2000) conclui que essas transformações evidenciaram a ineficiência do progresso científico, tecnológico e organizacional da globalização, da escolarização e do conjunto dos meios de comunicação de massa, para conduzirem o ser humano a uma condição mais igualitária e feliz. Da mesma forma, Harvey (1998) não vê as transformações ocorridas como libertadora da humanidade.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1998, p.148).

Diante dessas transformações, a cidade já não dá conta de absorver tanta mão de obra, seja nascida no próprio meio urbano ou migrante do campo. Em consequência do desemprego formal estrutural, ocorre um aumento do trabalho informal e da prestação de serviços. Porém, para muitos, a expectativa gerada pelas promessas da sociedade urbana era tão grande que se submeter a essas formas de trabalho é decepcionante. E, paralelo a isso, cresce nas cidades a adesão a facções criminosas, ligadas ao tráfico de drogas que, em uma perspectiva imediatista, parece ser, aos jovens, o que trará um maior retorno.

Esse fenômeno é uma tendência em todo o mundo e em Canguçu/RS não é diferente. Quando analisamos o mercado de trabalho formal em Canguçu (Tabela 15) vimos que ele já não apresenta tantas vagas como há algum tempo. Se o ano de 2011 fechou com um saldo positivo de 405 empregos, o ano de 2015, possivelmente em parte devido à crise política e econômica que o Brasil enfrenta, teve um saldo negativo de -151 empregos.

Tabela 15 – Variação do emprego formal (CLT) no município de Canguçu – todos os setores (2007-2015)

Ano	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta
2007	932	833	99
2008	931	922	9
2009	798	694	104
2010	1.287	1.031	256
2011	1.507	1.102	405
2012	1.466	1.332	134
2013	1.775	1.462	313
2014	1.667	1.501	166
2015	1.276	1.427	-151

Fonte: CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego).

Na Tabela 16, podemos observar que foi o comércio que apresentou os saldos maiores, na maior parte dos anos, entre 2007 e 2015. O setor de serviços, que ultimamente teve anos de crescimento nas admissões, foi o que mais teve demissões em 2015.

Tabela 16 – Saldo da variação absoluta do emprego formal (CLT – Consolidação das Leis do Trabalho) por setor (2007-2015)

Setor	Continua								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extrativa mineral	- 2	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de transformação	- 4	- 9	13	17	125	- 15	46	- 20	- 7
Serviços Industrial de Utilidade Pública	-	-	3	5	- 1	- 3	4	3	-
Construção Civil	- 18	- 9	3	- 1	8	13	2	27	- 31
Comércio	82	48	73	121	110	59	120	57	- 32

Setor	Conclusão								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços	20	7	24	66	44	83	147	33	- 69
Administração Pública	- 2	-	- 1	-	- 1	-	1	2	- 6
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	23	- 28	- 11	48	120	- 3	- 7	64	- 6
Outros/Ignorado	99	9	104	256	405	134	313	166	- 151

Fonte: CAGED.

Pelo fato de o comércio ter sido o setor que mais se destacou em relação ao número de admissões no período que compreende 2007 a 2015, o analisaremos com mais detalhes. Segundo o CAGED, houve 5.200 admissões e 4.562 desligamentos de empregos formais no setor do comércio em Canguçu nesse período de nove anos, sendo que em jan./2016 o setor contava com 1.821 empregados, conforme mostra a Tabela 17.

Tabela 17 – Movimentação desagregada do setor do comércio no município de Canguçu (2007-2015)
Continua

Movimentação desagregada	Município
1) Admissões	5.200
1.a) 1º Emprego	1.513
1.b) Reemprego	3.660
1.c) Reintegração	1
1.d) Contr. Trab. Prazo Determ.	26
1.e) Transferência Admin.	224
2) Desligamentos	4.562
2.a) Dispensa sem Justa Causa	3.040
2.b) Dispensa com Justa Causa	2
2.c) A Pedido	710
2.d) Término de Contrato	740
2.e) Aposentadoria	14
2.f) Morte	4

Movimentação desagregada	Conclusão Município
2.g) Término Contrato Prazo Determinado	52
2.h) Transferência Desligamento	214
Nº Emp. Formais – 1º Jan/2016	1.821
Total de Estabelecimentos	878
Varição Absoluta	638

Fonte: CAGED.

Diante desses dados, podemos afirmar que a cidade de Canguçu, a partir de 2015, seguindo a tendência do resto do país, vem sendo afetada pelo desemprego e sofre com a diminuição de vagas de empregos formais. Ela já não será um local tão atrativo para os jovens que desejam migrar e, em vista disso, possivelmente enfrentará um acréscimo dos problemas derivados do desemprego, como assaltos, tráfico de drogas, abigeato, dentre outros.

2.1.2 As transformações no mundo do trabalho rural

Desde a conquista do Brasil pelos europeus, a partir de 1500, nosso país foi um fornecedor de matérias-primas. Daqui, saíam cargas de madeira pau-brasil e de cana-de-açúcar para Portugal, assim como de minérios. Hoje, muito pouca coisa mudou, ou seja, continuamos ocupando uma posição periférica no sistema capitalista e seguimos fornecendo, aos países centrais, principalmente produtos de baixo valor agregado, como *commodities* (soja, por exemplo).

Desde o início da colonização, houve, no Brasil, a coexistência de cultivos e produtos diversos, embora sempre fosse dada prioridade aos produtos que seriam exportados. Heredia (2009) explica que, primariamente, as terras foram distribuídas em grandes propriedades no sistema de sesmarias, nas quais existiam grandes lavouras, voltadas para exportação, como a cana-de-açúcar no Nordeste e a pecuária extensiva no sul do Rio Grande do Sul.

Próximos às grandes plantações e aos engenhos do Nordeste, sempre houve pequenos agricultores familiares que cultivavam produtos alimentícios nas terras

menos férteis, sendo conhecida como a “cultura dos pobres”. Nos engenhos, as terras eram divididas conforme o seu uso, tendo uma parte destinada ao cultivo de cana, outra parte a locais de residência, outra à criação de gado, parte para reserva e também uma parte dedicada ao cultivo dos trabalhadores, onde eram produzidos meios para subsistência, inclusive dos senhores dos engenhos.

Os pequenos agricultores viviam em sítios limítrofes à grande propriedade monocultora, em áreas consideradas impróprias para o cultivo de cana-de-açúcar. Os senhores de engenho exerciam uma dominação indireta sobre o povo dos sítios, através do controle das terras. Por se situarem fora da propriedade do engenho, vários senhores tentavam exercer essa dominação, causando uma disputa na qual cada senhor se esforçava com o intuito de atrair os pequenos agricultores para si. Alguns chegavam a conceder terras dentro da sua propriedade para os agricultores cultivarem e morarem, se quisessem, pagando um arrendamento simbólico. Heredia (2009) afirma que a boa relação com o senhor de engenho permitia que os agricultores cultivassem cana-de-açúcar em sociedade ou possuíssem uma engenhoca (engenho de rapadura) com máquinas velhas que o engenho não necessitava mais e, então, vendia.

Heredia (2009) também conta que nos anos 1950 houve uma grande transformação nessa forma de organização, pois, com a invenção dos produtos químicos, os tabuleiros onde viviam os pequenos agricultores passaram a ser considerados também próprios para o cultivo de cana-de-açúcar e, desse modo, deu-se início à expansão canavieira e à prática de mecanismos para a expropriação das áreas ocupadas pelos agricultores familiares. Alguns agricultores eram legalmente donos de suas terras e outros eram posseiros, que por não terem a documentação que comprovava a posse, a venderam ao grande proprietário com medo de vir a perdê-la. Mesmo aqueles que eram realmente donos da terra foram seduzidos por propostas vantajosas de compra e a venderam, a fim de comprar terra em outro lugar ou migrar para as cidades. Alguns nem tinham intenção de vender, porém se viram “cercados” pela cana-de-açúcar ou impedidos de fazer a “queima”, por haver plantação de cana próxima, e também acabaram vendendo, arrendando ou cultivando cana-de-açúcar.

Prado Jr. (1999) corrobora com Heredia (2009) ao comentar que, ao longo da história do Brasil, a agricultura de subsistência coexistiu com a monocultura voltada para a exportação. Sempre foram os pequenos agricultores os responsáveis pela

maior parte da produção de alimentos. Prado Jr. (1999) explica que, no período colonial, as grandes lavouras de tabaco, açúcar e algodão, voltadas para exportação, ocupavam as melhores terras e a agricultura de subsistência era uma atividade secundária e para consumo interno. No entanto, a sua importância ficava evidente em épocas que havia alta dos produtos voltados para a exportação, nas quais as pessoas abandonavam os produtos de subsistência para se dedicar mais aos exportáveis. Nesses períodos, surgia fome, escassez e carestia de alimentos, sendo sempre os pobres que sentiam mais essas decorrências.

No sul do Brasil e, em Canguçu/RS, particularmente, a história ocorreu de forma semelhante. Era comum, nas grandes estâncias de pecuária, a presença de “sócios”, cujos proprietários permitiam que vivessem em seu campo e o cultivassem, sob a condição de darem a terça parte do que colhessem ao proprietário. Esses pequenos agricultores utilizavam instrumentos técnicos rudimentares, como o arado, a junta de boi, a enxada, dentre outros, e também costumavam fazer a “queima” antes do plantio. Essa técnica, que é considerada prejudicial ao solo em longo prazo, pois acaba destruindo os nutrientes da terra, cooperou para que muitas pessoas, com solos já desgastados e safras com cada vez menos retorno, vissem a migração para as cidades como uma opção vantajosa. Ademais, como os direitos trabalhistas e de propriedade passaram a se estender também ao homem do campo, muitos proprietários se sentiam inseguros em deixar pessoas residirem em suas terras, tendo em vista que elas poderiam se apossar e vir a se tornar proprietárias.

O baixo retorno econômico da produção de produtos alimentícios também contribuiu para que muitos agricultores, mesmo sendo em alguns casos proprietários da terra, considerassem mais vantajoso vender e migrar para as cidades. E, da mesma forma como ocorre no Nordeste, o destino de muitos pequenos agricultores é acabar vendendo, arrendando ou se inserindo na produção destinada à exportação, visto que é a que traz um retorno mais garantido.

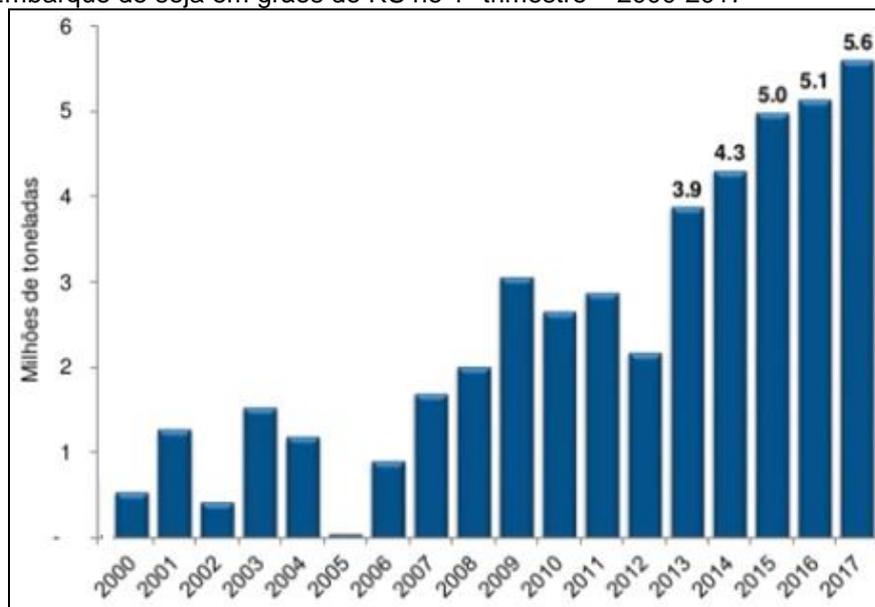
A seguir, apresentaremos alguns dados sobre a exportação de *commodities* produzidos no Rio Grande do Sul. Damos destaque para a soja e o tabaco por serem os produtos que mais apresentaram crescimento de produção em Canguçu/RS, nos últimos anos. Embora o estado do Rio Grande do Sul venha apresentando um crescimento na exportação de produtos manufaturados, como a venda de automóveis de passageiros, por exemplo, são os produtos primários que,

segundo a FEE¹⁵, mais foram exportados no 1º semestre de 2017. A ordem dos principais produtos exportados do RS foi a seguinte:

- 1º) Soja em grão (25,2%);
- 2º) Carne de frango (6,5%);
- 3º) Polímeros (6,3%);
- 4º) Fumo em folhas (5,2%);
- 5º) Farelo de soja (4,4%).

A soja e o tabaco, produtos que mais tiveram crescimento na produção no período de 2000-2015 em Canguçu, ocupam, respectivamente, a 1ª e a 4ª posição de produtos mais exportados do RS no 1º semestre de 2017, sendo que a venda de soja apresentou recorde no período. A partir de 2013, a exportação de soja vem apresentando aumento crescente, conforme mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Embarque de soja em grãos do RS no 1º trimestre – 2000-2017



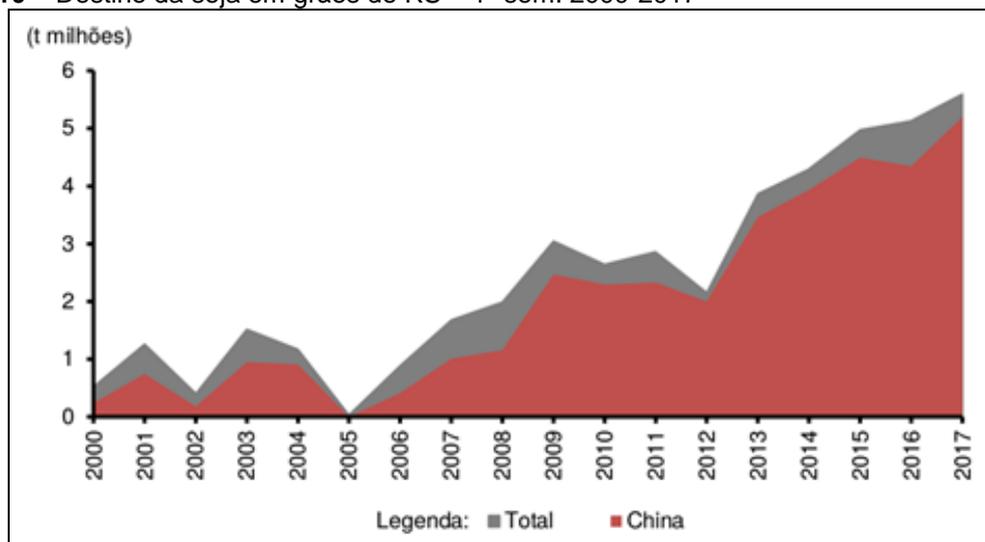
Fonte: FEE.

A maior parte da soja exportada do RS tem como destino a China (Gráfico 10, na página seguinte). Em 2017, o Brasil vendeu 5,2 milhões de toneladas para esse país, o que corresponde a 93% da soja exportada no 1º semestre de 2017. Porém, a FEE afirma que, mesmo que a quantidade de soja vendida tenha sido

¹⁵ Soja e automóveis impulsionam crescimento das exportações gaúchas no 1º semestre de 2017. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-das-exportacoes/destaque-do-mes/>>. Acesso em 07 ago. 2017.

maior, a receita obtida (US\$ 2,092 bilhões) não foi maior do que a de 2014, quando o preço da soja no mercado externo ainda estava em um patamar muito elevado. Assim sendo, teve um aumento de valor de +9,4%, volume +9,1%, enquanto o preço aumentou apenas +0,3%.

Gráfico 10 – Destino da soja em grãos do RS – 1º sem. 2000-2017



Fonte: FEE/NDEC, MDIC/Secex.

Embora ainda continue sendo um dos produtos primários mais exportados do RS, a FEE aponta que o tabaco não vem apresentando crescimento em quantidade exportada. Pelo contrário, teve um recuo de US\$ -123,8 milhões com -22,3% em valor e -25,5% em volume, mas ainda teve um saldo positivo no preço (+4,3%). A FEE também informou que até abril de 2017 estavam sendo embarcados os estoques do ano anterior (quebra de safra) e que os picos de embarque desse produto costumam acontecer entre maio e outubro. Os países que mais compram tabaco do Brasil são a Bélgica, a China e os Estados Unidos.

Gráfico 11 – Embarques do fumo em folha do RS no 1º semestre – 2000-2017

Fonte: FEE.

Como vimos no Gráfico 11, o tabaco vem se comportando de forma diferente da soja no cenário internacional. Ele já teve o seu pico de exportação entre 2001 e 2009 e, agora, vem oscilando em quantidades mais baixas. Segundo reportagens divulgadas no ClicRBS¹⁶, o Brasil se sente ameaçado em competitividade com o tabaco produzido na África. Zimbábue, por exemplo, é um país africano que produz o mesmo tipo de tabaco Virgínia brasileiro e, se conseguir produzi-lo a custos menores, provavelmente ultrapassará o Brasil em exportação.

Segundo a reportagem publicada por Beledeli (2011), no Jornal do Comércio¹⁷, o tabaco brasileiro participa de um comércio internacional que ora lhe favorece, ora lhe ameaça, sendo a competição internacional um dos maiores desafios para os produtores. Beledeli (2011) explica que o aumento da exportação do tabaco brasileiro decorreu de uma diminuição da produção nos Estados Unidos.

¹⁶ Vem da África a maior ameaça à liderança do tabaco brasileiro. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2013/11/vem-da-africa-a-maior-ameaca-a-lideranca-do-tabaco-brasileiro-4348632.html#showNoticia=lzBxWkdcd0g3NDAYNzA4NTQ2Mz0MjM2NjcyYykwNDgzNjcxMjgzOTY5MTg2NjlxMDMrMDIwNTMyNTU1MTcwNjg4NTMyNDh6UGNlSiNcT1Q8MFplfTszXzM=>>>. Acesso em 07 ago. 2017.

África é a principal ameaça nas exportações do tabaco brasileiro. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/01/africa-e-a-principal-ameca-nas-exportacoes-do-tabaco-brasileiro-4404735.html#showNoticia=X2E2UkAofCoxOTA4ODI3OTk4OTcxMjQwNDQ4eUBmNDI1MjQyNjU4ODI1NTY1Mzk4NjVQPDU5MDMxNjlxNTI3ODAzMDAyODhZKFxHOXY1OVpMOF1neGEuVTc=>>>. Acesso em 07 ago. 2017.

¹⁷ BELEDELI, Marcelo. Futuro do tabaco no Brasil preocupa cadeia produtiva. 2011. Disponível em: <[>](http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=67861)>. Acesso em 08 ago. 2017.

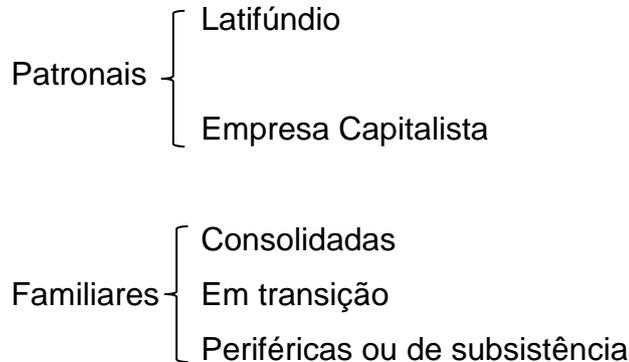
Outro fator que contribuiu para o aumento da venda do tabaco brasileiro foi a reforma agrária realizada em Zimbábue (África), em 2000, pelo ditador Robert Mugabe que dividiu as terras dos latifundiários brancos entre os camponeses negros. Entretanto, esse fato provocou uma diminuição de quase 70% na produção de tabaco naquele país e, desse modo, favoreceu o Brasil. Em contrapartida, outros países africanos, como Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique vêm aumentando a sua produção e se tornando mais competitivos do que o Brasil que, aliás, ainda sofre desvantagens nas condições cambiais. Beledeli (2011) comenta em sua reportagem que o que já vem acontecendo com o Brasil foi o mesmo que aconteceu com os Estados Unidos, ou seja, o país foi perdendo em competitividade devido ao fato de outros países conseguirem produzir o mesmo produto a custos menores. Para se manter em alta na produção/venda de tabaco e continuar competitivo internacionalmente, diante das leis implacáveis do mercado, bem como mediante a criação de leis antitabagistas, o Brasil necessita estar constantemente se reinventando e investindo em mais tecnologia e qualidade do produto, como, por exemplo, a produção de tabaco orgânico (DUTRA, 2015) que já vem sendo produzido em Canguçu/RS.

Considerando o que vimos até aqui, para que o Brasil se mantenha mais competitivo do que a África, no quesito preço, será necessário baixar os custos de produção do tabaco brasileiro, o que implicará em uma menor remuneração da mão de obra. Dessa forma, esse produto não será mais visto como tão vantajoso para pequenas propriedades e não significará, por conseguinte, aumento significativo no poder aquisitivo dos produtores, como vinha acontecendo nos últimos anos.

2.1.3 A resistência e/ou as adaptações da agricultura familiar ao novo contexto

A agricultura familiar é uma categoria genérica na qual “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p.23). Blum (2001, p.70) propõe uma classificação das propriedades do meio rural. Com base no INCRA e em Molina

Filho & Burke (1979), o autor divide as propriedades pela predominância de sistema produtivo:



Já Diniz (1984, p.106) faz uma diferenciação da agricultura por seu objetivo e pelas características gerais. Segundo o autor, essa atividade econômica pode ser de três tipos:

- a) Subsistência → Visa à satisfação direta das necessidades. O capital e o trabalho são fornecidos exclusivamente pela família, que utiliza instrumentos primitivos ou máquinas emprestadas e, além disso, utiliza a disponibilidade financeira própria e produz para o consumo próprio.
- b) Artesanal → Almeja a obtenção de moeda para a satisfação das necessidades. A família fornece quase todo o capital e trabalho e utiliza, para tanto, máquinas próprias de forma pouco eficiente. Se autofinancia e dispõe de pouco crédito. Produz tanto para consumo próprio como para o mercado.
- c) Capitalista → Tem como objetivo o grande lucro e faz cálculo econômico. O capital e trabalho são fornecidos por agentes econômicos e há uma utilização eficiente de máquinas e instrumentos. Há autofinanciamento e crédito, bem como uma produção para o mercado.

As propriedades de Canguçu estariam adequadas, principalmente na tipologia Artesanal, se as analisássemos de acordo com a conceituação de Diniz (1984); e nas Familiares, sob a perspectiva de Blum (2001). Em sua maioria, os agricultores canguçuenses possuem pequenas propriedades, produzem alguns produtos para subsistência e outros produtos com vistas à obtenção de lucro, bem como utilizam maquinário próprio ou emprestado.

O agricultor familiar camponês, embora nunca tenha conseguido acumular bens ao longo da história, dispunha de certa autonomia.

[...] o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (PLOEG, 2006, p.25).

Mesmo com o avanço das relações capitalistas no campo, o camponês ainda existe em muitas sociedades tradicionais, isto é, se houve rupturas na sociedade, também houve permanências que resistem em integrar-se a uma agricultura mais moderna. No entanto, os agricultores familiares que continuam resistindo em se adaptar ao novo contexto sentem grande dificuldade para sobreviverem.

Mesmo com um contexto tão adverso, parte da agricultura familiar vem resistindo ao longo do tempo e apresentando novidades e renovação, que visam se adaptar às novas exigências da sociedade. Wanderley (2001) explica que, na agricultura familiar, o agricultor é dono dos meios de produção e também assume o trabalho no estabelecimento produtivo, juntamente com sua família. Esse modo de agricultura tem consequências fundamentais para a forma que ela age econômica e socialmente.

O campesinato tradicional é uma forma particular da agricultura familiar, que tem autonomia demográfica, social e econômica e que possui uma cultura própria, ou seja, uma tradição firmada nas regras de parentesco, de herança e das formas da vida local, etc. A autonomia econômica compreende a subsistência imediata do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Wanderley (2009) também explica que o campesinato tradicional possui um sistema de policultura-pecuária que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. O trabalho do camponês é intensivo e múltiplo e, para sobreviver, ele deve desenvolver diversas tarefas, além de planejar constantemente e organizar as suas atividades para enfrentar as eventualidades permitindo, assim, conservar e ampliar o patrimônio familiar. A autora esclarece que a autonomia do camponês é relativa, pois depende de fatores climáticos e, atualmente, das crises do mercado.

A agricultura familiar nas sociedades modernas apresenta várias formas. Há o campesinato que permanece resistindo com dificuldade no seu antigo modo de vida e os inseridos na agricultura moderna, adaptados ao novo contexto social. O campesinato tradicional apresenta uma precariedade estrutural em que o único

patrimônio que conseguiram transmitir às novas gerações era o próprio modo de vida. Alguns camponeses resistiram no campo, outros através da parceria com os grandes proprietários ou da busca de outros territórios pelas novas gerações.

Para falarmos de agricultura no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul, é imprescindível atribuir o seu desenvolvimento, em grande parte, à imigração europeia, que se deu em duas fases. A primeira fase se intensificou a partir de 1818, quando D. João VI autorizou a fundação das colônias Leopoldina (Bahia) e Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Embora essas colônias não tivessem sido um sucesso, marcaram o início da colonização que se deu sob o controle e administração do Estado. Seyferth (2009) conta que, nessa primeira fase, que se encerrou em 1830, aproximadamente oitocentas famílias alemãs localizadas em São Leopoldo/RS receberam lotes gratuitos de 75 hectares. Outras colônias surgiram no Sul, também nesse período (quatro no RS, duas em Santa Catarina e uma no Paraná).

A partir de 1845, teve início a segunda fase do processo imigratório, já com a intenção de substituir o trabalho escravizado. O estabelecimento de núcleos intensificou-se a partir de 1850 impulsionado, de início, por imigrantes alemães e, posteriormente, por italianos e poloneses, sendo que muitos imigrantes se instalaram em colônias no RS. Algumas famílias de imigrantes enfrentaram bastantes dificuldades, pois receberam lotes em matas fechadas em que era necessário ser feita a coivara e construir a própria casa, sem ter recursos técnicos. Além disso, o lote médio que vinha sendo distribuído nessa segunda fase era de 25 a 30 hectares, um tamanho considerado pequeno para fazer a rotação de terras. Os imigrantes que chegaram primeiro receberam terras férteis e os que chegaram por último receberam terras quase improdutivas, gerando descontentamento.

A primeira geração de imigrantes, no geral, conseguiu prosperar, porém, como a taxa de natalidade era muito alta, acabou surgindo um excedente populacional que começou a se deslocar para novas áreas de colonização em lugares distantes. Foi o sonho de que os filhos continuassem o mesmo modo de vida camponês que levou muitos agricultores a migrarem para o interior do país em busca de mais terras, propiciando a ocupação de fronteiras no Sul, no Centro-Oeste e no Norte.

Na Figura 31, podemos observar os núcleos primitivos que, posteriormente, se expandiram para Canguçu/RS. Em 1737, havia núcleos de portugueses açorianos em Rio Grande/RS e São José do Norte/RS. Alguns desses açorianos,

Dessa forma, esse modo de vida se viu cada vez mais ameaçado pela grande propriedade e pela cultura urbana. Para sobreviverem, muitos agricultores familiares atualmente têm utilizado estratégias, tais como aluguel de mão de obra externa em período de safra, realização de trabalho externo à propriedade por alguns membros da família, utilização de maquinários para aumentar a produtividade, dentre outros. No entanto, ao invés de significar uma destruição do trabalho familiar, essas estratégias, pelo contrário, permitem que eles permaneçam unidos.

Wanderley (2009) conta que nos anos 1970, no Brasil, a expectativa era a de que iria se fortalecer a estrutura empresarial e o trabalho assalariado no campo, semelhante às relações industriais. Quanto ao campesinato, a maioria acreditava na sua decomposição ou subordinação às novas formas de capital no meio rural. Porém, mesmo tendo apresentado transformações, o campesinato tradicional continua resistindo.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante”, laços de integração, dentre os quais, são fundamentais, os vínculos mercantis (WANDERLEY, 2009, p.187).

O campesinato também pode ser visto como uma forma social particular de organização da produção baseada no trabalho familiar. Todavia, atualmente, o saber tradicional dos camponeses, passado de geração a geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e o controle da sua gestão requer uma nova contabilidade.

O capitalismo substitui uma organização territorial formada por células (famílias, tribos, comunidades) independentes entre si mas dependentes dos quadros naturais (dos quais deriva a diversidade dos seus produtos) e unificados somente a *posteriori* pela troca, com uma organização territorial na qual é o mercado que determina a diferença das esferas de produção e que as torna originariamente dependentes (QUAINI, 1979, p.114).

Mesmo sofrendo essa pressão desagregadora da organização tradicional, o campesinato vem resistindo e essa é uma tarefa cada vez mais difícil, tendo em vista que, na agricultura familiar, o lucro obtido é de todos os componentes do grupo – fato que entra em choque com o modelo individualista que predomina na sociedade

contemporânea. É difícil, principalmente para os jovens, se submeter a essa lógica coletiva.

Soja (1993) comenta que o movimento de desintegração/preservação, que vimos presente na sociedade camponesa, também é uma característica do sistema capitalista.

O mundo não capitalista tornou-se complexamente articulado com o mundo capitalista, sendo suas relações de produção simultânea e seletivamente desintegradas e preservadas. A resultante divisão internacional do trabalho, forma distinta de espacialização global do capitalismo, nasce dessa combinação contraditória de diferenciação/igualação, desintegração/preservação e fragmentação/articulação (SOJA, 1993, p.134).

Uma mudança visível no campesinato, apontada por Wanderley (2009), é que o agricultor deixou de ser o seu próprio mestre e necessita, permanentemente, de um mestre para instruí-lo. Assim sendo, a agricultura familiar está se transformando profundamente, sem ocorrer rompimento, ou seja, está passando da forma tradicional de produzir para uma forma baseada na técnica. No entanto, muitos camponeses tradicionais não estão conseguindo se adaptar às mudanças e acabam, dessa forma, abandonando o seu modo de produzir, enquanto outros conseguem acompanhar as transformações ocorridas, mas sem deixar de apresentar o seu caráter familiar.

Outra mudança mostrada por Wanderley (2009) em relação ao modo de vida camponês é a orientação temporal. Enquanto os camponeses tradicionais eram orientados pelo passado e pelas tradições, o camponês contemporâneo é orientado pelo futuro. Ademais, a visão que se tinha de que o camponês somente trabalhava e se preocupava com vistas à sua subsistência também está ultrapassada. O camponês moderno também deseja investir e ter lucro. Wanderley (2009, p.191) afirma:

os mecanismos de subordinação e enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto são efetivamente integrados nos mercados modernos.

A autora também demonstra que, para além dos mercados modernos, uma outra agricultura está surgindo em substituição a esse modelo produtivista, atualmente muito questionado pelos seus efeitos perversos de ordem econômica, social e ambiental. Essa nova agricultura defende um modelo fundado sobre a

qualidade dos produtos, propondo um pacto social entre produtores e consumidores (população urbana) – como se vê nas feiras de agricultores que vendem alimentos orgânicos diretamente aos consumidores. Mesmo sendo uma necessidade para tornar possível a resistência no trabalho familiar agrícola, a adaptação ao novo contexto não vem se dando de maneira igualitária em todos os locais. A pequena agricultura ainda não tem conseguido romper as barreiras da dependência e da insegurança, que resultam da posição subalterna e secundária que lhe é socialmente atribuída.

Portanto, apesar das previsões de alguns teóricos, de que o capitalismo inevitavelmente destruiria o campesinato existente no meio rural, este vem resistindo ao longo da história, entre rupturas e permanências. Todavia, para que essa resistência se tornasse possível, ele foi se adaptando às mudanças e buscando estratégias para sobreviver, mesmo que, para isso, fosse necessário, em alguns aspectos, se aliar ao capitalismo.

Abramovay (1992) comprovou que a agricultura familiar, sem dispor de grandes propriedades e mão de obra assalariada, pode se tornar bastante lucrativa se estiver aberta à incorporação de inovações tecnológicas. Assim sendo, a paisagem rural do mundo capitalista permanece com uma produção baseada na família, mas sem os traços dos camponeses ancestrais.

2.1.4 Alguns desafios atualmente enfrentados pelos agricultores familiares canguçuenses para a sua reprodução

No caso de Canguçu/RS, embora a maioria dos agricultores familiares ainda continue produzindo para a sua subsistência, a integração nas décadas de 1970 e 1980 às indústrias de pêssego, localizadas principalmente em Pelotas, e atualmente às empresas fumageiras, exportadoras por parte dos pequenos produtores, e a adesão ao cultivo de soja por parte dos médios produtores surgiu como estratégia para que os agricultores familiares dessem continuidade as suas atividades no meio rural.

No município de Canguçu/RS, percebe-se a predominância da mão de obra familiar em praticamente todas as propriedades, embora algumas delas tenham uma

maior integração com as indústrias. Na maioria dessas unidades de produção familiar, são os membros da família que efetivamente produzem.

Assim sendo, torna-se quase impossível para um agricultor familiar permanecer na terra caso seja solteiro, uma vez que não terá a mão de obra “gratuita” da esposa e dos filhos. Silva e Stolcke (1981), ao expor a análise de Max Weber sobre a situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba em 1892, mostrou que este já identificou as limitações que os trabalhadores livres (que trabalhavam de forma individual sem comprometer a mão de obra de sua família e, ainda, prestavam mão de obra assalariada em outras propriedades) tinham em comparação ao agricultor familiar vinculado por contrato. Os trabalhadores livres, na maioria solteiros ou recém-casados, inicialmente pareciam ter vantagem sobre o agricultor familiar, visto que, quando jovens, estavam no auge de suas forças e conseguiam alcançar uma boa remuneração. No entanto, logo se tornava mais vantajoso constituir família e se tornar um morador, visto que

onde o pagamento salarial é apenas em dinheiro, o trabalhador jovem e sem posses, quando é forte, recebe o máximo salarial no início do terceiro decênio de sua vida e normalmente o futuro oferece a ele, não a oportunidade de subir, mas a possibilidade de descer (...) (SILVA E STOLCKE, 1981, p.46).

Embora pudesse fazer poupanças, a chance de o trabalhador livre individual ascender era menor comparada ao trabalhador e sua família, pois este se fortalecia enquanto grupo familiar. Conseqüentemente, a fase em que o agricultor estava melhor de vida era quando os seus filhos estavam adultos e ainda não haviam se casado pois, assim, podia usufruir ao máximo das suas forças de trabalho.

Em uma época em que não havia aposentadoria para idosos, como há hoje, a estratégia de viver em grupos familiares era fundamental para a sobrevivência, uma vez que o indivíduo não teria condições físicas de trabalho por toda a vida e necessitava mais da solidariedade entre as gerações familiares.

A perpetuação dos laços de parentesco na agricultura familiar é um desafio que os canguçuenses já vêm enfrentando, visto que a masculinização no meio rural de Canguçu já é um problema evidente. Muitos agricultores do sexo masculino terão dificuldade de encontrar uma companheira do sexo feminino para formarem um novo núcleo familiar.

Levando em conta essa necessidade do trabalho de toda a família para a sobrevivência do agricultor familiar, outro desafio encontrado pelos agricultores, e que contribui atualmente para a dificuldade de permanência do homem no campo, é a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre alterações na consolidação das Leis Trabalho. No art. 403 da referida lei consta que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”. Acostumado a contar com a mão de obra de seus filhos, desde pequenos, o agricultor vê-se sem essa ajuda. Seus filhos se tornam motivo de despesa e não mais de ajuda. Esse é um dos fatores que contribuiu para que houvesse uma redução da taxa de natalidade também em espaços rurais, e não apenas em espaços urbanos.

De certa forma, essa lei foi muito importante para a sociedade, tendo em vista que era comum os pais não darem oportunidade para os filhos estudarem com a finalidade, em vez disso, que eles trabalhassem. Essas situações comprometiam o desenvolvimento futuro dos jovens, pois, mesmo que decidissem permanecer na agricultura, atualmente necessitam ter conhecimento para dominar as técnicas, utilizar os maquinários agrícolas e compreender o mercado para o qual produzem.

No entanto, em alguns aspectos, esse distanciamento do trabalho contribuiu para que menos jovens desejem permanecer no campo, pois se criaram desacostumados do trabalho do meio rural. Era na infância e na adolescência, ao acompanhar e auxiliar os familiares nos trabalhos da propriedade, que os filhos dos agricultores iam despertando o gosto pelas atividades rurais e aprendendo o conhecimento acumulado através das gerações.

A escola, com raras exceções, pouco auxilia os jovens rurais a verem possibilidades de transformação no meio em que vivem e também pouco os prepara para o trabalho rural uma vez que, geralmente, oferece materiais didáticos voltados para jovens urbanos. Ao trabalhar um currículo predefinido e impor regras e horários, a escola educa os alunos para serem empregados passivos na cidade, enquanto esses jovens deveriam ser educados para serem empreendedores e proativos visto que, futuramente, precisarão administrar uma propriedade. Portanto, tanto em casa como na escola, os jovens rurais atualmente pouco dispõem de uma educação que lhes dê condições de auxiliar a sua família a permanecer produzindo no campo.

Para os agricultores familiares, um dos grandes desafios é realizar a transição para um sucessor. São muitos os casos em que nenhum filho deseja ficar na propriedade. Todavia, quando vários filhos têm interesse em permanecer desempenhando o trabalho da família, é preciso estratégias para selecionar o mais adequado.

Carneiro (2001), ao estudar como se dava a sucessão em propriedades de famílias italianas de Nova Pádua/RS, percebeu que as tradições vão se alterando ao longo do tempo. No município pesquisado, Carneiro (2001) conta que a estratégia que as famílias adotaram para que a terra permanecesse sempre na posse da família, ou seja, não se dividisse excessivamente por causa das heranças igualitárias, foi deixar como herdeiro apenas um filho homem. Assim, o restante dos irmãos homens e as irmãs mulheres eram excluídos do patrimônio familiar.

No entanto, Carneiro (2001) diz que as mulheres dessas mesmas famílias já não se submetem a essa condição da mesma forma. A autora explica que as mulheres solteiras, nessa localidade, hoje reclamam pela sua parte na herança da terra para aplicar em outros bens.

O enfraquecimento da autoridade patriarcal decorrente da própria crise do sistema de reprodução, e o estreitamento das relações entre o campo e a cidade, abrem novos espaços à socialização feminina. As mulheres já não veem no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano (CARNEIRO, 2001, p.42).

Castro (2005, p.337 *apud* Carneiro; Castro, 2007, p.40) afirma que, geralmente, “a conquista de autonomia – ou de liberdade, na expressão dos jovens – porém, só é obtida com a saída da casa dos pais, pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles”.

Já no caso de mulheres casadas, que na agricultura familiar “dependem” do marido, as estratégias de resistência também são resultadas de um desejo pela independência financeira. Wille (2017), em pesquisa realizada com pequenas agricultoras do município de Canguçu, mostra como sendo um motivo de aversão dessas mulheres a esse modo de vida a dependência econômica. Elas se sentem exploradas por não terem poder de decisão sobre o dinheiro que trabalharam para a família obter. Uma estratégia de resistência, observada por Wille (2017), é a produção de doces caseiros que são vendidos para a vizinhança, a fim de ter uma

renda independente para “poder comprar” o que quiser. Ademais, essas mulheres também reclamam da sobrecarga de trabalho doméstico e do trabalho pesado na lavoura sem que tenham acesso direto ao lucro que ajudaram a gerar e que, de certa forma, também está ligado a um desejo de decidir o que consumir.

A lógica coletiva, que predominava no meio rural, vem sendo suplantada por uma lógica individual, em que cada membro da família quer buscar os seus próprios interesses. Brumer e Anjos (2008, p.14) afirmam que

a adesão a uma ideia de interesse individual como oposto aos interesses familiares pode também trazer à tona um forte ressentimento entre mulheres que não herdaram a terra paterna, mas continuaram a trabalhar nela como celibatárias nas casas dos irmãos sucessores ou herdeiros da terra.

Brumer (2004, p.24), a partir do resultado de suas pesquisas, conclui que “as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural que os homens”. As moças sabem que, dificilmente, serão escolhidas pela família para serem sucessoras na administração da propriedade familiar e, por atualmente possuírem um nível de escolaridade mais elevado do que os rapazes, sentem-se capazes de conseguir trabalho nas cidades. Já para os rapazes, a mudança para a cidade gera mais insegurança, uma vez que, no meio rural, têm a sua propriedade, já no meio urbano, temem o desemprego e a violência. Além disso, essa mudança não significará maior liberdade para eles do que a que já usufruem no meio rural, enquanto para as mulheres a migração para a cidade é uma promessa de liberdade, autonomia e remuneração pelo seu trabalho. Portanto, ao mesmo tempo em que, raramente, a família considera uma filha como a pessoa mais adequada para ser a sucessora da propriedade familiar (do que um filho, por exemplo), também é raro uma jovem desejar isso para o seu futuro.

Já os jovens que desejam permanecer no meio rural sentem a necessidade de modificar a forma de conduzir as atividades econômicas da propriedade para conseguir acompanhar as transformações socioeconômicas da sociedade. Enquanto os seus ancestrais viviam em um meio mais próximo ao natural, que aos poucos foi evoluindo para um meio técnico, hoje os jovens se deparam com o meio técnico-científico-informacional. Nesse novo contexto, já não é possível sobreviver pensando e agindo da mesma forma que seus antepassados.

Portanto, o jovem que deseja permanecer no meio rural certamente não poderá seguir trabalhando da mesma forma que os seus pais e avós, ou seja, precisará de mais estudo e acesso à tecnologia para conseguir se inserir no mercado. Esse é um fator que contribui ainda mais para o êxodo rural dos jovens, pois muitos não dispõem de recursos para acompanhar as mudanças ou encontram resistência na família para implantar modificações na forma de produzir.

Os pequenos agricultores que desejam permanecer vivendo no meio rural já não conseguem sobreviver de maneira isolada ou produzindo da mesma forma que antes. Uma das estratégias adotadas é a integração às indústrias, sejam elas locais ou distantes. Porém, não é uma relação simétrica, visto que são as indústrias que impõem o quê, quando e quanto deverá ser produzido, assim como o valor que será recebido pela produção. Lefèbvre (1991, p.51) argumenta que “a indústria não completa a agricultura; a produção industrial não coexiste pacificamente com a produção agrícola: ela a absorve. A agricultura se industrializa”. Ela se torna uma agricultura que não tem mais autonomia, ou seja, produz o que o capital deseja. Quaini (1979, p.113) afirma que, “através da inserção do campo na produção de valores de troca, o capital subordina progressivamente todo o território a si mesmo, aos seus centros urbanos de poder e acumulação”. Se integrar-se ao capital tem um preço para os pequenos agricultores, o não integrar-se também tem um preço.

Uma alternativa adotada em pequenas propriedades é a pluriatividade, na qual alguns de seus membros buscam desempenhar outras formas de atividades econômicas distintas da produção vegetal e/ou animal. Schneider (2009) define famílias pluriativas como

(...) aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não-agrícola. A distinção entre famílias pluriativas e famílias de agricultores (portanto não-pluriativas) está assentada sobre o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim, será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um dos seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agricultura (SCHNEIDER, 2009, p.179).

O fato de alguns membros da família saírem diariamente da propriedade para desempenharem tarefas não-agrícolas é uma estratégia que garante a permanência de pessoas no meio rural que não teriam condições de sobreviver somente com atividades agrícolas. Por outro lado, atende a necessidade de alguns membros de

exercerem a sua individualidade e independência do grupo familiar, sem que necessitem migrar para atingir esse propósito.

2.2 A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE COMO POTENCIALIDADE TERRITORIAL

A cidade como conhecemos hoje resultou de um longo processo histórico construído pelo homem. Ela teve um papel muito importante no desenvolvimento das civilizações e, na década de 1960, começou-se a tomar consciência da sua importância em relação às mudanças econômicas e sociais. Lefèbvre (2008) explica que a cidade nem sempre foi da maneira que conhecemos hoje. Ao longo do tempo, ela foi sofrendo transformações históricas que não ocorreram no mesmo ritmo em todos os lugares. O autor explica que a cidade inicialmente teve um caráter político.

Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobranças de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder (LEFÈBVRE, 2008, p.19).

A cidade política administrava, protegia e explorava um vasto território dirigindo trabalhos agrícolas e reinando sobre aldeias. Era a centralização do poder. O monarca era o dono das terras que a rodeavam, porém quem detinha a posse era o povo mediante o pagamento de tributos. Embora houvesse comércio na cidade política, e este se fortalecesse ao longo do tempo, ele não era considerado importante para a economia e, por consequência, os comerciantes eram excluídos, pois “ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro)” (LEFÈBVRE, 2008, p.20).

Todavia, mesmo o comércio levando séculos para fortalecer-se e integrar-se à cidade, chegou a um ponto em que a cidade política foi se tornando comercial e já se podia ver, ao redor da praça, a proliferação de estabelecimentos comerciais que a cada dia acumulavam mais capital. “O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade

conquistada, que parece a Liberdade” (LEFÈBVRE, 2008, p.20). Assim, a ordem se inverte e o poder sai do campo e vai para a cidade, fazendo o campo perder seu papel e ser apenas algo a circundar a cidade, onde agora é o centro da vida. “As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano” (LEFÈBVRE, 2008, p.21).

Desse modo, a realidade urbana já começa a instalar-se entre o ser humano e a natureza e, assim, o homem gradativamente se afasta dela. “As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo atormentado por forças tenebrosas” (LEFÈBVRE, 2008, p.22). A cidade comercial precede a cidade industrial e, da mesma forma que a cidade política, oferece resistência às transformações que foram, aos poucos, se tornando evidentes.

(...) as primeiras indústrias modernas surgem nos campos é, em última análise, um aspecto do processo de subordinação dos campos à cidade. Através da inserção do campo na produção de valores de troca, o capital subordina progressivamente todo o território a si mesmo, aos seus centros urbanos de poder e acumulação (QUAINI, 1979, p.113).

Atraída pela mão de obra abundante e outros benefícios presentes na concentração, a indústria, anteriormente ligada a não cidade, vai apoderando-se da urbe. “Se ela aproxima-se das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço” (LEFÈBVRE, 2008, p.23). Quando a cidade atingiu esse patamar, chegou-se a uma zona crítica, em que ocorreu a implosão-explosão do urbano.

Nesse momento, a implosão-explosão produz todas as suas conseqüências. O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. (...) A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos (LEFÈBVRE, 2008, p.24).

Na fase crítica, a concentração urbana atinge limites assustadores, há aumento no êxodo rural, extensão do tecido urbano e uma subordinação do agrário ao urbano.

A implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e

disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.) (LEFÈBVRE, 2008, p.24).

Nesse processo, o urbano deixa de estar circunscrito aos limites da cidade e torna-se um modo de vida, ou seja, a realidade urbana torna-se total e generalizada. Lefèbvre (2008, p.77) é categórico ao afirmar que “(...) a velha separação cidade-campo está a caminho da desapareição”.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nesta acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFÈBVRE, 2008, p.15).

O fenômeno urbano caminha para uma totalidade sem jamais atingi-la. As contradições, atualmente, não se dão mais entre cidade e campo, mas entre centro e periferia do urbano, entre segregação e integração. Centros (momentâneos) dominam uma ordem próxima, enquanto uma ordem distante engloba essas pontualidades, reunindo-as nas suas diferenças. “O urbano não produz à maneira da agricultura e da indústria. Entretanto, como ato que reúne e distribui, ele cria” (LEFÈBVRE, 2008, p.157). E ele não apenas reúne como também transforma aquilo que concentra.

Lefèbvre (1991) analisa o cotidiano do modo de vida urbano. Para o autor, os componentes da vida cotidiana são: o espaço, o tempo, as pluralidades de sentido, o simbólico e as práticas sociais. O cotidiano não seriam essas práticas vistas de maneira isolada, mais sim o encadeamento integrante entre elas, ou seja, o que faz formar o todo. Esses encadeamentos formam uma estrutura profunda e ocorrem de maneira semelhante à linguagem. O cotidiano são as práticas e algo mais, pois inclui também os desejos, as capacidades e as possibilidades do ser humano, bem como seus ritmos, seu tempo, seu espaço e seus conflitos. Em resumo, a cotidianidade são os fios que unem os atos. Embora no cotidiano ocorram as repetições alienantes e controladoras (misérias), é também no cotidiano que Lefèbvre vê as possibilidades de mudança e libertação (riquezas).

Lindon (2004), com base na obra de Lefèbvre, afirma que houve um empobrecimento do cotidiano a partir da década de 1960. A riqueza do cotidiano diminuiu em detrimento da miséria do cotidiano, que antes era aparente e tornou-se

“mascarada”. O cotidiano estaria sendo dirigido e dominado por mecanismos de controle. Esses mecanismos seriam: a sociedade da abundância, a sociedade do ócio e a sociedade de consumo. A “sociedade da abundância” torna raro certos bens que antes eram abundantes como a água, o espaço, etc. A abundância costumava ocorrer nas festas e trazia renovação para a vida social, agora, contudo, a abundância já não causa esse efeito social restaurador. A “sociedade do ócio” fez o trabalhador perder a identificação com a sua obra, devido à divisão do trabalho. A “sociedade de consumo” também trouxe miséria ao cotidiano, pois gera uma ânsia nunca satisfeita, o que tem contribuído para que o desenvolvimento esteja no seu limite.

Bauman (1999) demonstra de forma direta a diferença dessa nova sociedade de consumo para a anterior.

Quando falamos de uma sociedade de consumo, temos em mente algo mais que a observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem; todos os seres, ou melhor, todas as criaturas vivas “consomem” desde tempos imemoriais. O que temos em mente é que a nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, igualmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores” (BAUMAN, 1999, p.87).

Enquanto a sociedade de produtores incutia em seus membros a necessidade e a vontade de produzir, a sociedade de consumo age da mesma maneira no que se refere ao ato de consumir. No estágio atual, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão de obra produtora, porém tem necessidade de engajar seus membros na condição de consumidores, mesmo os que fazem parte do exército de reserva no mundo do trabalho.

Esse modo de vida urbano tem invadido o campo trazendo vantagens e desvantagens. Todas as políticas são no sentido de “trazer para”, ou seja, levar a lógica urbana hegemônica de “desenvolvimento” a fim de trazer para o progresso. O convencimento utilizado é que iriam melhorar as condições de vida e diminuir a penosidade, ou seja, haverá progresso. Dessa forma, o campo busca se incluir nessa lógica, artificializando-se como a cidade. “O campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível” (SANTOS, 2002, p.307).

O modo de vida da sociedade urbana se proliferou para além dos limites das cidades e, aos poucos, foi interferindo e transformando os hábitos dos habitantes do meio rural com a tendência de chegar a uma sociedade urbana total, uma vez que a maioria o vem adotando como um estilo de vida. Queiroz (1978, p.51) já considera impossível compreender o meio rural de forma isolada da cidade. “O meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade”.

O campo também se inseriu na globalização e passou a produzir para locais distantes. Giddens (1991, p.69) define a globalização como uma “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. Portanto, atualmente, o campo nem sempre produz para atender a demanda dos centros urbanos próximos, visto que pode estar ligado a centros maiores e distantes.

2.2.1 As resistências e ressignificações às lógicas hegemônicas

A ciência moderna proporcionou ao homem o desenvolvimento de uma nova visão de mundo. Se, antes, o homem se deixava ficar à mercê das “forças da natureza” e das “vontades divinas”, hoje ele é capaz de compreender o mundo, explicar a realidade e intervir nela. Ao desenvolver a sua racionalidade, os seres humanos deram-se conta de que possuem o poder antes atribuído apenas aos deuses. Esse novo modo de pensar deu uma libertação ao homem, pois o livrou das religiões, dos mitos e das divindades que limitavam a sua mente e, portanto, o seu agir.

A racionalidade humana, por intermédio da ciência moderna, se tornou a atual ideia hegemônica e tem como principal objetivo o progresso como a solução de todos os problemas. As previsões fundamentadas na ciência têm sido as bases para os planejamentos modernos. Nessa lógica hegemônica de ver o mundo, são descartadas todas as contradições e exceções e, por isso, mostra também ser uma lógica limitada. Ao se considerar essa alternativa como a única aceitável, de certa forma, também, ela se torna um mito. Santos (2004) afirma que devemos ver o norte

no sul e o sul no norte, isto é, olhar para as contra-hegemonias e aceitar que elas também possam trazer soluções.

Há outras formas de ver o mundo que também são orientadoras da ação. Vistas do ponto de vista hegemônico, esses modos alternativos e, muitas vezes, anticapitalistas, são considerados atrasados e ineficientes. A sociedade é pensada de maneira hierárquica, sendo que a ideia hegemônica nos faz crer que, mais cedo ou mais tarde, todos chegarão ao estágio superior de progresso. Há a crença, pensada a partir do hegemônico, que todas as “periferias” tendem ao hegemônico. No entanto, hoje se sabe que isso é uma falácia, ou seja, não é possível esse modo de vida para todos, pois o planeta não suportaria, tendo em vista que ele gera uma desigualdade econômica e social, além de uma insustentabilidade ecológica.

A ideia de progresso é de que tudo se torne urbano, industrial e científico. O modo de vida rural passa a ser visto como arcaico e em extinção. As relações camponesas, baseadas na solidariedade e na subsistência, tenderiam a desaparecer. O rural seria integrado ao modelo industrial urbano, ocorrendo a mecanização e artificialização da agricultura, e a produção visando a renda e o lucro. Santos (2002, p. 338) salienta que “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos da sua própria racionalidade”. Portanto, os espaços não são passivos a essa influência, mas, dentro das suas possibilidades e interesses, resistem ao que lhes é imposto.

Santos (2002) explica que, no espaço, há forças centrípetas que conduzem a um processo de horizontalização e forças centrífugas que conduzem a um processo de verticalização. Embora a tendência seja no sentido da união vertical, pois créditos internacionais são postos à disposição de regiões mais pobres, incentivando-as para que se submetam a serviço do capital, a união horizontal também é possível de ser criada. Santos (2002, p.287) diz ainda que as forças verticais “trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício”. Essa união vertical somente sobrevive com normas rígidas. No entanto, os lugares também podem estabelecer uniões horizontalmente, a partir de ações locais com objetivo de fortalecer a coesão local, a serviço dos interesses coletivos.

A modernidade e seu conhecimento científico criaram a base para o capitalismo. A racionalidade científica foi a responsável pelo pensar que “expulsa” as periferias do centro, desconsiderando que elas estão juntas e coexistem com o a

visão hegemônica, embora não sejam as principais detentoras do poder. Assim, há uma “naturalização” da ideia de progresso, que é visto como um alvo a ser atingido por todos, mas que, na realidade, é reservado para poucos.

Tinha-se a impressão de que o progresso traria o fim da religião e de todas as limitações racionais que ela representa, por estar baseada em dogmas. Além disso, o progresso traria a paz e o bem-estar, pois, no momento que incluísse a todos, traria liberdade e igualdade de acesso. De acordo com as ideias de Adam Smith, todos chegariam à igualdade e à liberdade, por intermédio do ingresso natural no mercado, que se auto organizaria. No entanto, hoje percebemos que a inclusão de toda a humanidade não será possível, pois o crescimento do mercado que seria necessário para propiciar a inclusão de todos aniquilaria os recursos naturais da Terra. Em sua obra, Karl Marx já se mostrava preocupado com as consequências do capitalismo ao prever que aconteceria uma “falha metabólica” no planeta, pois o modo de produção baseado no capitalismo precisa da existência da cidade para aproximar a força de trabalho à indústria. E, na cidade, a aglomeração não permitiria que a natureza vencesse e metabolizasse os detritos.

Leff (2000) também é outro teórico a argumentar que os recursos naturais tendem a esgotar-se e, além disso, a defender a necessidade de uma agricultura ecológica. Segundo esse autor, as causas do subdesenvolvimento são a divisão do trabalho em nível mundial, originada no colonialismo, e a degradação ambiental que isso gerou nos países periféricos. Ele considera as relações entre sociedade/natureza mais harmônicas antes do capitalismo. Leff (2000, p.20) afirma ainda que “as diferenças de nível de desenvolvimento entre as nações são resultado da transferência de riqueza, gerada mediante a superexploração dos recursos e da força de trabalho, dos países dominados para os países dominantes”. Ele acusa os países exploradores de destruírem a base de recursos dos países pobres e, ao mesmo tempo em que comprometeram o potencial produtivo desses países, introduziram padrões tecnológicos inapropriados e degradantes de seus ecossistemas. Santos (2004, p.38) afirma que “os países mais desenvolvidos, longe de mostrarem o caminho do desenvolvimento aos menos desenvolvidos, bloqueiam-no ou só permitem a esses países trilhá-lo em condições que reproduzem o seu subdesenvolvimento”.

A sociedade não se reproduz de forma idêntica, ela se reproduz através da permanência e da mudança. A questão é o que permanece e o que muda. É

necessário que ocorram algumas adaptações para que algumas permanências sejam possíveis. Há coisas que permanecem durante praticamente todas as reproduções. Há mudanças lentas e aceleradas, esperadas e inesperadas. O cientista, com base em suas pesquisas e no método científico, é capaz de perceber tendências e fazer previsões. Todavia, não é possível saber como será o futuro com exatidão, pois são inúmeras as variáveis envolvidas e a mudança de uma pode influenciar no todo. Para Bourdieu (2001), a permanência e a mudança estão nas relações de poder. Quem está no poder esforça-se para se manter no poder e quem está sem o poder faz de tudo para possuí-lo. O autor vai além de Karl Marx ao afirmar que as diferenças de classe não se expressam somente pelo econômico, mas também pelo capital cultural, dentre outros. A classe do sujeito condiciona a forma que ele vê o mundo e projeta a sua ação.

A mudança é o cerne do desenvolvimento, pois atinge as potencialidades. A ciência muda para continuar hegemônica e isso é perceptível nas revoluções, que não questionam o modo de pensar racional. A ciência consegue, inclusive, convencer que ela é capaz de resolver os problemas que ela mesmo cria. Boltanski (2009) dialoga com Bourdieu (2001) e defende que o poder está em assimetria nas relações sociais. Porém, mesmo o poder estando distribuído de forma desigual, a dominação não se dá apenas na ação/reação. Ele argumenta que, mesmo ocupando uma posição desvantajosa em relação ao poder, os atores sociais refletem ao fazer escolhas. Boltanski (2009) defende que a crítica está nos atores sociais e eles é que são capazes de refletir e criticar a sua própria condição.

Lês êtres humains, considérés sous ce rapport, ne se contentent pas d'agir ou de réagir aux actions des autres. Ils reviennent sur leurs propres actions ou sur celles des autres pour porter sur elles des jugements, souvent indexés à la question du bien et du mal, c'est-à-dire des jugements moraux (BOLTANSKI, 2009, p.18).

Para Boltanski (2009), as soluções vindas de fora não são tão eficazes quanto as criadas pelos próprios atores sociais, demonstrando a importância do empirismo para a existência de uma ciência crítica. Embora não deixe de dar valor à teoria, ele defende que o ator deve ser compreendido na situação.

Raynaut (1994) explicou o exemplo de um programa de desenvolvimento implementado na região de Maradi (Níger) que tinha a pretensão de ser o agente do “progresso” planejado. O programa visava desenvolver a sociedade de um local

que estava passando por sérias dificuldades para sobreviver, a partir de uma lógica externa, ignorando que lógicas internas já estavam em processo de mudança da situação. Enquanto o objetivo dos moradores da comunidade camponesa de Haussa (Maradi) era a segurança alimentar, a lógica externa tinha a meta da maximização dos rendimentos. O resultado foi bem abaixo do esperado, pois, ao se colocar como o único capaz de estimular o desenvolvimento para a região, não considerou que os atores envolvidos tinham a sua própria crítica e que esta também seria capaz de trazer outra forma de desenvolvimento.

Escobar (2005) acredita que o desenvolvimento acabou e agora estamos na fase de um pós-desenvolvimento. Já é momento de aceitar que as promessas da modernidade não se efetivaram e não têm mais condições de se efetivar. Santos (2004, p.15) critica as duas tradições teóricas da modernidade (liberalismo político e marxismo) por colocarem “os povos coloniais na ‘sala de espera’ da história que, a seu tempo, lhes trará os benefícios da civilização”. Boltansky (2009, p.28) também questiona esse modelo de desenvolvimento que mais exclui do que inclui.

Une société satisfaisante est une société sans rest et l'ordre social existant peut être critiqué en tant qu'il exclut, opprime, méprise, etc., un nombre plus ou moins élevé de membres ou, simplement, qu'il les empêche de réaliser ce dont ils sont capables en tant qu'êtres humains (BOLTANSKY, 2009, p.28).

Dessa forma, é preciso colocar o modelo hegemônico em questão e perceber que, embora seja difícil aceitarmos que seja possível se viver fora do modelo tecnicista e da produtividade, as contra-hegemonias nos apontam outros caminhos. Escobar (2005, p.30) garante que “el proceso de repensar radicalmente el desarrollo y la modernidad podría abrir las puertas a poderosas posibilidades”.

Para Barel (1973), o planejamento não lida com consensos, mas com dissensos e discordâncias. A reprodução social não deve ignorar as contradições que a acompanham em todo o seu percurso. O autor explica que todos os seres vivos acionam mecanismos para se manterem vivos e, ao fazerem isso, se relacionam com outros seres (sociedade/natureza) e se reproduzem em meio às contradições. Ele esclarece que o idêntico é a raridade, o comum é a diversidade. Assim, é proposta a rede das alternativas para que elas se articulem contra o hegemônico.

Já é passada a hora de reconhecer que a ciência moderna não cumpriu com as suas promessas de igualdade, liberdade e progresso para todos. Atualmente, é preciso pensar um projeto que permita imaginar alternativas ao desenvolvimento capitalista e às práticas ecológicas não sustentáveis e desiguais. Escobar (2005, p.2) acredita que essas alternativas contraditórias ao modo de desenvolvimento hegemônico possam ser encontradas no lugar: “qualquer saída alternativa deve levar em consideração os modelos da natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham”. Ele afirma que é possível reconstruir o mundo a partir das resistências que são encontradas nos lugares.

O lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade (ESCOBAR, 2005, p.11).

Escobar (2005) defende ainda que é possível liberar os imaginários não-capitalistas presentes nas culturas locais e criar um paradigma alternativo de produção que vai além da racionalidade econômica dominante, com práticas de economias de subsistência, economias biodiversificadas, cooperativas e iniciativas locais menores, etc. No momento em que esse novo paradigma adquirir poder político, ele terá condições de provocar mudanças que tragam soluções eficazes para os problemas que atualmente enfrentamos.

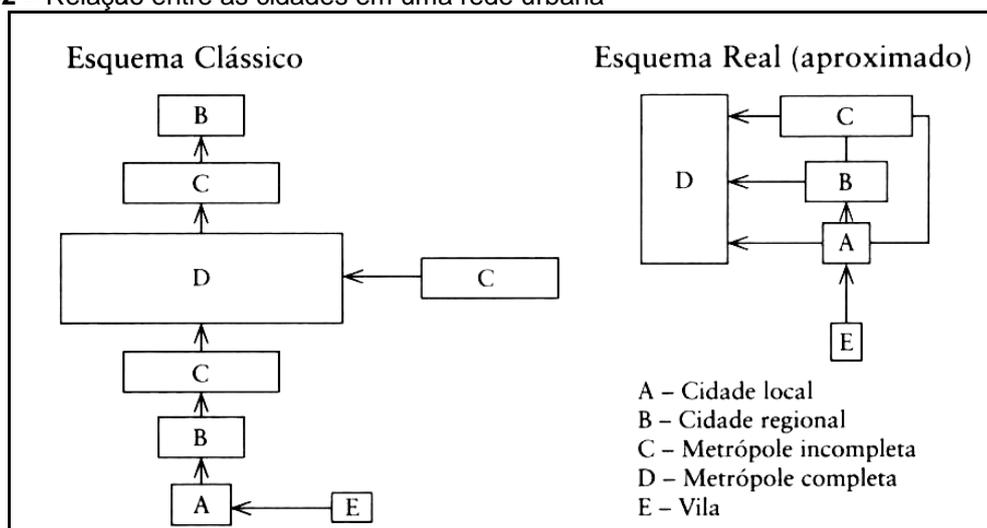
2.2.2 Mudanças na relação campo-cidade

Com a mundialização do capital, alterações vêm ocorrendo na relação campo-cidade. Santos (2012b, p.61) diz que hoje “é pouco falarmos apenas em uma cidade que tem um campo da qual depende e vice-versa”, visto que é constante o campo manter relações distantes do seu entorno. Em continuação, o mesmo autor garante que “quanto mais modernizada a atividade agrícola, mas amplas as suas relações, mas longínquo o seu alcance” (SANTOS, 2012b, p.61). Em alguns casos, chega a ocorrer um “curto-circuito” da cidade próxima, pois a relação tradicional é

rompida. Contudo, também pode ser uma oportunidade delas se beneficiarem, tanto as pequenas quanto as grandes cidades, como diz Silva (1998, p.78), uma vez que “o processo de modernização que se dá no campo, mesmo sendo ação do capital, é também a alternativa que a cidade encontra de articular-se com o campo”.

Antes havia uma hierarquia urbana bem definida, em que as cidades estavam organizadas em uma escala militar ou piramidal. Hoje, essa organização é bem mais complexa, como podemos ver na Figura 32. Nem sempre o tamanho da cidade é representativo da relação que estabelece com o capitalismo global. Veremos cidades pequenas mantendo relações diretas com metrópoles, sem a intermediação de uma cidade regional. Assim, estabeleceu-se uma nova hierarquia urbana, que foi facilitada pelos meios de transporte e de comunicação.

Figura 32 – Relação entre as cidades em uma rede urbana



Fonte: Santos (2012b, p.61).

As transformações, ocorridas no campo, amenizaram a distinção deste em relação à cidade. Já não é possível definir um em oposição ao outro. Porém, as especificidades que mantêm possibilitam que ocorra a complementação em uma perspectiva de totalidade, na qual são indissociáveis.

Na medida em que o meio rural vai absorvendo novos costumes e se tornando consumidor tal qual o meio urbano, não é apenas a relação de proximidade que está se alterando, mas o modo de vida. A idéia de um meio rural natural e o urbano artificial perde o sentido nos dias atuais. O meio rural se moderniza na medida em que novas relações sociais oriundas da cidade se expandem para o campo. O campo integrado na divisão social do trabalho e tecnológico, a imagem e semelhança da organização da

cidade, reproduzem a organização do ritmo e da racionalidade do meio urbano (FONTOURA, 2011, p.46).

Ao interagir com o campo, a cidade vem transformando-lhe, através da irradiação do seu modo de vida. Abramovay (2000) já apresenta uma perspectiva distinta para interpretar o campo e a cidade que, segundo ele, não podem ser vistos como polos opostos. O autor defende que há um *continuum* rural-urbano, ou seja, trata-se de uma única realidade. “O continuum rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial” (ABRAMOVAY, 2000, p.15). Há deslocamentos nesse *continuum*, ora em direção ao urbano, ora em direção ao rural.

No entanto, os próprios autores que evidenciavam as diferenças entre o campo e a cidade já previam, também, que, com o tempo, esses espaços poderiam se tornar mais semelhantes.

Se o processo de urbanização continuar e a tendência atual para a minimização das diferenças entre a cidade e o campo prosseguir, então a diferença em mobilidade, assim como todas as outras diferenças, também está condenada a desaparecer. Mas quando isto acontecer, se acontecer, significará tão somente que a própria divisão das comunidades em rurais e urbanas está acabada, e não que o traço estudado tenha sido erroneamente interpretado como um traço diferencial entre a cidade e o campo (SOROKIN; ZIMERMANN; GALPIN, 1981, p.217).

Atualmente, as diferenças não são tão nítidas entre esses espaços e além disso, há coexistência de territórios socioeconômicos desiguais tanto no campo quanto na cidade. Se, antes, o rural era considerado o local do atraso e o urbano o local do progresso, atualmente isso já não corresponde à realidade.

Rua (2006, p.84) explica que o rural e o urbano estão se fundindo sem se tornarem a mesma coisa, pois ainda conservam as suas especificidades. No entanto, ele explica que é cada vez mais comum a presença de “urbanidades” no rural, que ocorre principalmente através da pluriatividade ou da própria recriação do campo pelo capitalismo, que o integra a sua lógica.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão novas ruralidades e sim, o urbano presente no campo, sem que cada especialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores (RUA, 2006, p.95).

Singer (2014, p.8) diferencia cidade e campo no contexto atual levando em conta mais a sua função econômica, visto que a agricultura é uma atividade ainda predominantemente do espaço rural.

Cidade é, via de regra, a sede do poder e, portanto, da classe dominante (...). Campo é o lugar onde se dá a atividade primária, onde o homem entra em contato direto, primário, com a natureza, delas extraindo as substâncias que vão lhe satisfazer as necessidades. A transformação final destas substâncias pode-se dar no campo ou na cidade, mas sua produção primeira, sua separação do meio natural, mediante extração, cultivo ou criação, se dá necessariamente no campo. Não importa se na cidade também vivem cultivadores, entre as atividades urbanas fundamentais não se inclui a agricultura (SINGER, 2014, p.8).

Não obstante, essas diferenças já não estão tão separadas no espaço, isto é, temos características de ruralidade nas cidades e de urbanidade no campo. Eles são vistos como espaços indissociáveis e que se complementam, formando uma totalidade. Há inúmeras pessoas que, ao migrarem do campo para a cidade, carregam consigo o modo de vida rural internalizado e resistem ao modo de vida urbano. De forma semelhante, o modo de vida urbano tem adentrado ao campo, seja através dos meios de comunicação ou de pessoas que, cansadas da agitação da vida na cidade, buscam uma segunda residência ou um período de férias em espaços rurais. No entanto, o simples fato de estarem em um espaço rural não as faz adotarem um modo de vida rural, ou seja, são urbanitas vivendo no campo.

Em Canguçu/RS, podemos apontar alguns facilitadores da relação-cidade campo que se destacam dos demais. O primeiro é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Figura 33, na próxima página) que tem um importante papel de intermediação dos agricultores com leis e regras oriundas de centros maiores (Ex.: Brasília). Além de prestar diversos tipos de assistência (Ex.: médico, dentista, advogado, etc.), serve como intermediador junto à previdência, Cadastro Rural, financiamentos do PRONAF, semente troca-troca, por exemplo. Em seu programa dominical na rádio Liberdade, explica, em uma linguagem acessível aos agricultores, mudanças na Legislação e procura alertar os produtores quanto às reformas políticas e econômicas que os prejudicarão. Sem esse facilitador, a maioria dos agricultores ficaria excluída de muitos benefícios e de notícias que lhe dizem respeito. E, mesmo que tivessem acesso por outros meios, não conseguiriam, sozinhos, transformar essas informações em conhecimentos que possam ser aplicados no contexto da sua propriedade.

Figura 33 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

O segundo facilitador que se destaca é a Estação Rodoviária de Canguçu (Figura 34). Dela, se deslocam diversos ônibus diariamente para realizar o transporte de passageiros das diversas localidades do meio rural para a sede do município (Tabela 18). Ultimamente, o município vem sofrendo uma redução de linhas para o interior, cujas causas serão abordadas nos capítulos seguintes.

Figura 34 – Estação Rodoviária de Canguçu



Fonte: Acervo de Silvana de Matos Bandeira (2016).

Tabela 18 – Horários Municipais (saída da rodoviária)

Destino	Segunda a sexta-feira	Sábado	Domingo
Iguatemi	7h – 12h – 16h	16h	8h45min
Trapeira	11h30min – 16h30min	-	-
Rincão dos Marques	16h30min	-	-
Coxilha das Flores	16h30min	-	-
Pantanoso	11h (somente na quarta) – 17h (somente na 1ª e última quinta do mês)	-	-
Nova Gonçalves	17h	-	-
Florida	11h – 16h30min	-	-
Potreiro Grande	16h (somente na quinta)	-	-
Faxinal	11h15min – 16h10min	15h	-
Coxilha do Fogo	7h15min – 10h45min – 16h10min – 17h15min – 19h15min	7h15min – 16h10min – 19h15min	7h15min – 16h10min – 19h15min
Passo do Maria Antônia	11h15min – 17h	-	-
Remanso	11h15min – 17h15min	-	-
Fortaleza	16h30min	-	-
Cerro dos Cunha	16h30min	-	-
Santa Bárbara	6h20min – 10h – 10h40min – 15h40min – 16h45min	-	-
Favila	17h15min	-	-
Solidez	17h15min	-	-
Colônia Palma	15h15min	-	-
Rincão dos Maia	17h30min	-	-

Fonte: Rodoviária Municipal de Canguçu (atualizada em 01/12/2016).

Na Figura 35, a seguir, circulamos as localidades contempladas na Tabela 18. Notamos que os distritos mais próximos da sede e mais povoados possuem mais linhas de ônibus (1º, 2º e 4º distrito), enquanto os distritos mais distantes da sede e menos povoados possuem menos linhas de ônibus 3º e 5º distrito, bem como uma

Tabela 19 – Horários intermunicipais (saída da rodoviária)

Destino	Segunda a sexta-feira	Sábado	Domingo
Pelotas (via produção)	6h (somente segunda) – 7h – 10h – 11h30min – 12h30min – 14h – 16h – 17h – 17h45min – 19h30min	7h – 10h – 12h30min – 16h – 17h – 19h30min	7h – 10h – 12h30min – 16h – 17h – 18h15min – 19h30min – 21h
Pelotas (via Fragata)	8h5min – 8h30min – 9h – 15h – 18h15min – 19h15min	8h5min – 8h30min – 9h – 15h – 18h15min – 19h15min	8h5min – 8h30min – 9h – 15h – 18h15min – 19h15min
Pelotas (via Morro Redondo)	7h – 11h – 14h – 17h30min	7h – 11h – 14h – 17h30min	7h – 11h – 17h30min
Piratini	9h – 18h	9h – 18h	9h – 18h
Porto Alegre	7h (somente segunda)	-	-
Santa Rosa	8h45min	8h45min	8h45min
Alegrete	14h5min	14h5min	14h5min
Santa Maria	1h25min – 8h45min – 14h35min – 20h10min	1h25min – 8h45min – 14h35min – 20h10min	8h45min – 20h10min
Iraí	1h25min	-	1h25min
Rio Grande	5h – 11h – 16h5min – 17h15min – 22h55min	5h – 11h – 16h5min – 17h15min	11h – 16h5min – 17h15min
Uruguaiana	21h50min		21h50min
Encruzilhada do Sul	7h15min – 19h15min	7h15min – 19h15min	7h15min – 19h15min
Passo do Marinheiro	16h10min	16h10min	16h10min
São Lourenço do Sul	16h	16h	-
São Borja	20h35min (somente sexta)	-	-

Fonte: Rodoviária Municipal de Canguçu (atualizada em 01/12/2016).

No quesito comunicação, não podemos deixar de mencionar as tradicionais rádio Liberdade e rádio Cultura (Figura 36). Além dessas, já há algumas rádios FM em Canguçu/RS que surgiram mais recentemente.

Figura 36 – Rádio Liberdade e Rádio Cultura



Fonte: Google Maps, 2017.

Durante muitos anos, elas foram os meios de comunicação mais influentes no município de Canguçu. Quando não havia telefone no meio rural, era através das rádios que as pessoas mandavam os avisos aos parentes e vizinhos. Também serviam de fonte de informação sobre o que estava acontecendo no mundo e entretenimento, com diversos programas musicais. Embora ainda sejam bastante escutadas, principalmente por quem deseja ouvir as notícias do hospital local e os convites para sepultamento, elas vêm perdendo espaço para outros meios de comunicação (Ex.: TV, celular, internet), que serão melhor discutidos nos capítulos seguintes. A cidade conta também com diversas agências bancárias (Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Sicredi, Santander, etc.), que são responsáveis pelo pagamento das aposentadorias e pelos trâmites financeiros dos agricultores e comerciantes com outros centros urbanos, além de outras funções.

2.2.3 O papel das pequenas cidades na hierarquia urbana capitalista

Em um território, há diversos sujeitos sociais exercendo o seus papeis de ator social. Di Méo (2007) categoriza os atores sociais em três grupos: atores endógenos, exógenos e transicionais. Os atores endógenos são originários dos lugares onde vivem e se identificam com o seu meio. Já os atores exógenos têm um olhar mais frio e distante, ou seja, uma intenção mais utilitarista e mais especulativa em relação ao território sob sua ação. Eles agem sobre o quadro de vida dos outros e não deles próprios, em busca de lucro. Por sua vez, o ator transacional tem uma posição intermediária. Ele tende a se integrar progressivamente ao território da sua ação, geralmente por habitar nele. Di Méo (2007, p.11) diz que “uma intervenção muito sistemática de atores exógenos sobre um território traz o risco de agravar os efeitos de dependência, dominação exterior, instrumentalização dos lugares pelas forças, buscar uma renda ou exercer um poder”. Portanto, a ação de cada tipo de ator tem determinado efeito no espaço.

Quando analisamos o município de Canguçu, identificamos como atores endógenos os atores locais (Ex.: comerciantes locais), ou seja, todos os que desempenham ação no local onde vivem. Os atores exógenos podem ter como

exemplo as empresas fumageiras, cujos presidentes residem em metrópoles. Quanto aos atores transicionais, podemos mencionar os gerentes de lojas de rede instaladas em Canguçu, que são originários de outros municípios do estado, mas hoje residem na cidade. Esses três tipos de atores têm interesses diferentes e cada um buscará priorizar os seus interesses em uma relação de troca, sendo que os resultados desse jogo de interesses se refletem no espaço local.

De acordo com Harvey (1998), a análise marxista da acumulação capitalista está associada, inevitavelmente, a uma geografia do capital, isto é, o espaço como mediação do crescimento econômico do capital. A acumulação do capital é o fator que dinamiza a sociedade capitalista e, portanto, transforma constantemente o mundo, penetrando naqueles espaços ainda intocáveis pelo capital e revolucionando antigas formas sociais. Entretanto, a expansão da acumulação do capital é um processo contraditório que ciclicamente rompe o equilíbrio gerando crise.

O capitalismo tem, como um dos seus principais aliados, as cidades. Segundo Santos e Silveira (2004, pp.202-203), o processo de urbanização brasileiro originou três níveis de cidades: um sistema metropolitano, um sistema de cidades médias e um sistema de cidades pequenas. A posição das cidades na hierarquia urbana influencia na configuração da divisão interurbana e intraurbana do trabalho. Isso significa que, nesses casos, aumentam as possibilidades de diversificação econômica em decorrência de um maior leque de profissões e, portanto, melhores condições para o desenvolvimento econômico.

As cidades locais ou cidades do campo são

um pólo indispensável ao comando técnico da produção, cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes (SANTOS, 2008, p.91).

Nessas cidades, a produção regional acaba por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos, pois, “na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, esse papel político é limitado, incompleto e indireto” (SANTOS, 2008, p.91). Nesses lugares, o “mundo” muitas vezes é visto como um inimigo e um parceiro inconstante, devido ao fato que a sua produção local tem “um mercado longínquo e abstrato, ao qual se adicionam a pressão ‘invisível’ da concorrência, juntamente com os preços internacionais e nacionais, o valor externo da moeda, o custo do dinheiro,

o peso da ação e dos lucros dos intermediários” (SANTOS, 2004, p.282). Assim, essas pequenas cidades, e também as médias cidades, se tornam dependentes das metrópoles, que é de onde se irradia o poder da concentração capitalista.

Nesse processo, alguns espaços agrícolas se especializam, pois as facilidades das informações, comunicações e transportes permitem que se possam buscar produtos de qualquer outra parte do país, tornando-se desnecessário produzir tudo para a subsistência. Todavia, ao especializar-se, um local perde autonomia, inclusive alimentar, e fica à mercê das oscilações e crises nacionais e internacionais.

Silva (1998), ao discutir a obra de Manuel Castells (1983), ressalta que

é preciso partir da constatação de que nenhuma economia urbana, nem de uma cidade isolada nem do conjunto delas, pode ser autossuficiente. Isso porque a cidade não pode produzir nem os alimentos para sua população nem a matéria-prima para sua indústria (SILVA, 1998, p.53).

Isso comprova que o campo também é fundamental para o sistema capitalista, pois “não podendo produzir alimentos e matérias-primas, a rede urbana os capta através de seus tentáculos, constituídos pelas cidades pequenas que penetram pela zona rural” (SILVA, 1998, p.54). Da mesma forma, essas cidades são fundamentais para o campo, cujas demandas se adaptam e fornecem-lhe insumos, informações e mercadorias industrializadas. Essas pequenas cidades têm sido analisadas com diversos critérios e por diferentes autores a fim de defini-las, pois há a dúvida se são realmente cidades ou se são polos rurais. Veiga (2003) faz essa discussão, porém não a aprofundaremos neste trabalho por entendermos que Canguçu/RS, apesar de ser voltada para atender as necessidades do seu entorno rural, trata-se de uma pequena cidade.

Analisar apenas as atividades econômicas também já é insuficiente para definir se um espaço é rural ou não, pois cada vez menos o rural está sendo associado a atividades agrícolas e, além do mais, são crescentes as pluriatividades presentes nesses espaços, surgindo “novas ruralidades”. Abramovay (2000, p.26) argumenta que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”. O autor também salienta que “as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para

estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades” (ABRAMOVAY, 2000, p.27). Assim, urbano e rural se mesclam, formando espaços ímpares que podem ser compreendidos em uma perspectiva territorial.

Correa (2011) defende que as pequenas cidades situam-se na confluência do urbano com o rural. No entanto, nem todas desempenham o mesmo papel na rede de cidades. O autor divide as pequenas cidades em cinco tipos ideais: os lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força-de-trabalho, centros que vivem de recursos externos e subúrbios dormitórios. No caso de Canguçu, ela apresenta predominantemente características que coincidem com o primeiro tipo, de lugares centrais. Segundo Correa (2011, p.11), esses lugares centrais

na hierarquia urbana brasileira constituem centros locais, menos frequentemente centros de zona. Localizam-se sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas, sobretudo o Centro Sul do país. Situam-se na confluência do agrário moderno com o urbano, do qual o pequeno lugar central é a parte integrante.

O autor explica que se tratam das mesmas “cidades do campo” mencionadas por Santos (2008). Correa (2011, p.11) esclarece, portanto, que

a distribuição de bens e serviços para as atividades agrárias é a principal atividade do lugar central. Insumos, equipamentos e assistência técnica, de grande demanda por parte do mundo agrário, são oferecidos por empresas locais, fortemente articuladas às grandes empresas nacionais ou de ação global. Bens e serviços para a população agrícola e do próprio lugar central são também oferecidos.

Embora Canguçu não tenha um complexo agroindustrial local, e no campo haja ainda muita diversidade de produção (soja, arroz, milho, feijão, pecuária, fumicultura, etc.), é na cidade (lugar central) que a maioria dos moradores do campo, principalmente os pequenos agricultores, adquirem bens e serviços, tanto para atender as necessidades das atividades agrárias como para as suas necessidades pessoais. Portanto, em fases em que o campo está com o poder aquisitivo elevado, o desenvolvimento é repercutido na cidade. Já em fases em que o campo passa por crises, o comércio da cidade sofre estagnação e decadência.

2.2.4 O êxodo rural e o acesso ao consumo como desejos da maioria da juventude rural

Santos (2012b) explica que o desenvolvimento dos transportes, como ônibus e automóvel, contribuiu para que as pessoas tivessem maior mobilidade e, conseqüentemente, maior poder de escolha sobre onde irá consumir. Assim, muitas pessoas vão adquirir bens e serviços em locais distantes, onde o preço é mais atrativo. No entanto, quem costuma fazer essas “viagens para o consumo” são pessoas que dispõem de mobilidade e essa facilidade, no território, é negada a quem possui menos renda. Santos (2012b, p.62) esclarece que “quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para centros maiores”.

Portanto, as transformações nas migrações são resultados de novas relações que se refletem na nova hierarquia urbana. Antes, ela se dava em cascata, seguindo a antiga hierarquia urbana. Contudo, hoje, ela se dá cada vez mais diretamente para os grandes centros.

Como as pequenas cidades não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços, ou os vendem muito caro, acabam por perder boa parte de seus habitantes. A migração, em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da imobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica (SANTOS, 2012b, p.63).

Como já foi discutido, na propriedade familiar geralmente a renda é indivisível e é necessário ter uma postura coletiva para sobreviver. Todos trabalham em prol do objetivo da propriedade e os lucros são administrados principalmente pelo homem mais velho da família. A resistência em ouvir as demandas dos demais membros do grupo familiar ou, até mesmo, a pouca margem de lucro que a propriedade dispõe, contribui para que os jovens (principalmente do sexo feminino) sejam a faixa etária que mais deseja migrar para as cidades. A migração é vista como a oportunidade de buscar os seus interesses individuais e estabelecer territórios.

Atualmente, é possível muitos territórios coexistirem em um mesmo espaço. Haesbaert (2004) explica que o conceito de território é bastante amplo e sua

definição depende da concepção filosófica utilizada. No entanto, território, do ponto de vista da Geografia, diz respeito à espacialidade humana e às relações de poder que existem no espaço. Haesbaert (2004, p.97), discutindo território na perspectiva de “controle” de Sack (1986), afirma que “territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns enquanto indivíduos)”. Esse poder seria sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e de apropriação ao mesmo tempo. Assim, ao mudar do campo para a cidade, o migrante necessita desterritorializar-se em um determinado espaço em que viveu praticamente toda a sua vida e territorializar-se em um novo espaço, a cidade, em que coexistem diversos territórios, cujas lógicas de poder nem sempre são claras e receptivas a novos membros.

A desterritorialização é o processo inverso da territorialização. Haesbaert (2004, p.171) identifica as múltiplas dimensões da desterritorialização. Segundo o autor, “a desterritorialização pode se dar em uma perspectiva econômica, política e cultural”. No caso de deixar o campo, o migrante, gradativamente, vai desconstruindo a sua identidade territorial e entrando em contato com novas formas de sobreviver, mover-se e ver o espaço. Alguns se adaptam facilmente ao novo contexto e estabelecem rapidamente seu(s) novo(s) território(s), já outros se sentem deslocados no novo espaço e têm a sensação de que todas as possibilidades que a cidade oferece já estão preenchidas. Acostumado a um ritmo mais lento, ele necessita adaptar-se a um meio em que as mudanças se dão de forma mais aceleradas e superficiais. Segundo Martins (1973, p.19), “a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra”. O migrante geralmente idealiza a sociedade que pretende adotar.

A migração compreende três fases: Primeira, a motivação para migrar – as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro; segunda, a estrutura do processo migratório real, da transição física da sociedade original para a nova; terceira, a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade (MARTINS, 1973, p.20).

No entanto, nem sempre a sociedade adotada corresponde ao que ele idealizava e já é tarde demais para voltar atrás, uma vez que, ao sair, o seu antigo espaço já foi territorializado por outros.

Migrar corresponde, portanto, a um processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona. Objetivamente, migrar suprime a inadequação entre o sujeito ou grupo e a sociedade de origem e restaura, nesta, o equilíbrio interno (MARTINS, 1973, p.21).

O migrante rural sai de uma comunidade mais “fechada” para uma mais “aberta” e precisa aprender a conviver com as desvantagens e as vantagens que essa nova realidade traz. Scali Junior (2002, p.66) explica que “o ser fechado garantia a manutenção das características estabelecidas da organização e do funcionamento do grupo, já que os indivíduos ‘cuidavam’ para que se cumprissem as regras estabelecidas”. A ampliação desse círculo, na cidade, diminui a vigilância e aumenta a sensação de liberdade, o que, em princípio, parece uma vantagem. Porém, a liberdade para fazer o que se quer implica que todos também terão esse direito, o que aumenta a sensação de insegurança e de falta de confiança entre os indivíduos. Wirth (1987, p.101) esclarece que,

embora, portanto, o indivíduo ganhe, por um lado, certo grau de emancipação ou liberdade de controles pessoais e emocionais de grupos íntimos, perde, por outro lado, a espontânea auto-expressão, a moral, e o senso de participação, implícitos na vida numa sociedade integrada.

Foram muitos os brasileiros que passaram por esse processo, visto que a população brasileira passou por uma transformação nos últimos 70 anos, isto é, gradativamente, a população foi abandonando o campo e migrando para as cidades, o que influenciou diretamente no seu modo de vida. Foi necessário uma “desterritorialização” do antigo espaço e uma “territorialização” no novo espaço.

Scali Junior (2002, p.49) explica que um migrante que se desloca para um espaço mais urbano “além de sobrepor deve também equacionar novas configurações, já que o tempo todo tem de assimilar o novo ao velho, o que era novo dando lugar posteriormente ao mais novo e o velho desaparecendo completamente”. Para quem estava acostumado a um meio praticamente estável, em que uma pequena novidade levava dias ou meses para ser assimilada pela comunidade, não

encontra, na cidade, tempo para refletir profundamente sobre cada mudança, visto que a toda hora ocorrem transformações.

Santos (2002, p.330) afirma que, “ao contrário do que deseja acreditar a lógica hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil”. Nesse novo espaço, não ocorrem “mudanças em bloco, mas pontuais, ocasionando uma tão vertiginosa flutuação da realidade externa que se coloca em xeque mesmo a representação interna” (SCALI JUNIOR, 2002, p.48). O homem urbano necessita se adaptar constantemente à mudança, o que pode deixá-lo superficial ou *blasé*.

A essência da atitude blasé consiste no entorpecimento do poder de diferenciação. Isso não significa que os objetos não sejam percebidos, como no caso da estupidez, mas sim que os valores significativos e diferenciais das coisas, e, portanto, as próprias coisas, são vivenciados como imateriais. Eles se mostram à pessoa *blasé* num tom uniformemente cinza e monótono; nenhum objeto tem preferência sobre qualquer outro... (SIMMEL, 1969, p.52 *apud* BAUMAN, 2008, p.57).

Portanto, ao mudar-se, o migrante não apenas troca o seu local de moradia, mas se predispõe a participar de transformações que mudarão não apenas a si próprio como também toda a sua comunidade e o seu país. Ao optar por deixar uma lógica coletiva para ir à busca dos seus interesses individuais, o jovem se deparará com ganhos e perdas que nem sempre são avaliadas na hora de tomar a decisão, uma vez que se tem a ilusão de que terão somente ganhos.

3 O CONSUMO AUMENTA NO CAMPO

3.1 A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NAS REALIDADES LOCAIS

As transformações nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais vêm se tornando cada vez mais intensas e, com isso, culminam em um processo de globalização. Embora não consiga homogeneizar totalmente as diferenças, uma vez que encontra resistências, a globalização afeta o mundo todo. Portanto, é quase impossível que as realidades locais fiquem neutras no que se refere a sua inserção (ou não) nessas novas formas de se relacionar. Tanto ceder como resistir mobiliza os lugares a se posicionarem e a ressignificarem o que possuem de específico.

Santos (2008) vê a globalização como um processo perverso em que a informação e o dinheiro estão na mão de poucos atores globais que o usam em seu benefício exclusivo, enquanto os demais ficam à mercê do empobrecimento econômico e social, com todos competindo contra todos. Nesse contexto, o Estado torna-se incapaz de resolver os problemas coletivos. Enquanto o acesso a tudo aparentemente está mais fácil, o desemprego se torna estrutural, o salário fica cada vez mais baixo, a pobreza aumenta, as classes médias perdem a qualidade de vida, as doenças se alastram (como a AIDS, por exemplo), a educação de qualidade se torna cada vez mais inacessível, dentre outros fatores.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2008, p.20).

Todavia, se, na realidade, a globalização é perversa, o autor explica que nos fazem crer que ela é uma fábula. A máquina ideológica que garante a continuidade do sistema faz crer, por exemplo, que as notícias instantâneas são realmente informações e a contração do espaço e do tempo dão a sensação de que o mundo está ao alcance de todos.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2008, p.19).

Enquanto se acredita no enfraquecimento do Estado e da sua capacidade de cuidar da população, ele se fortalece para atender as exigências financeiras e de grupos internacionais.

A globalização como ela é, ou seja, perversa, se baseia em uma unicidade das técnicas que se desenvolvem no decorrer da história. As técnicas não são criadas nem utilizadas de forma isolada, mas sim em conjunto (Exemplo de conjunto: foice, enxada, ancinho). Cada época possui o seu conjunto de técnicas específico, quer dizer, hoje, por exemplo, já temos conjuntos de técnicas mais aperfeiçoados, com utensílios como o trator, colheitadeira com GPS e computador a bordo, caminhão, etc. O que caracteriza o conjunto de técnicas atual é que ele está ligado à informação (cibernética, informática, eletrônica) e esses objetos se comunicam entre si. Além disso, as técnicas possibilitam a convergência dos momentos e a simultaneidade de ações que levam a um aceleração do processo histórico.

Santos (2008) explica que um conjunto de técnicas, quando surge, não faz desaparecer o conjunto anterior, ou seja, passam a coexistir técnicas de diferentes níveis de evolução. No entanto, são os atores hegemônicos que sempre têm acesso às técnicas mais avançadas e, portanto, estão sempre na frente dos demais. Assim, sempre terão atores mais à frente e, conseqüentemente, atores em desvantagem que necessitam estar em constante luta para que a distância técnica seja mais próxima possível dos atores hegemônicos. Santos (2008, p.25), além disso, afirma que “na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença”. Se existe um conjunto avançado de técnicas em algum ponto do país, isso afeta todas as técnicas mais atrasadas que existem no território, direta ou indiretamente.

Giddens (2000) explica que não somente as técnicas, mas também o livre comércio, que é outra tendência da globalização, tem um efeito perverso nos países que não conseguem acompanhar o ritmo.

A abertura de um país, ou de uma região de um país, ao livre comércio pode solapar uma economia local de subsistência. Uma área que se torna dependente de um pequeno número de produtos vendidos em mercados mundiais fica muito vulnerável tanto a alterações nos preços quanto a mudança tecnológica (GIDDENS, 2000, p.27).

Os lugares se redefinem em função de uma hierarquia, em que os atores hegemônicos buscam se expandir, tanto quanto possível, vencendo as resistências dos que estão abaixo. E, hoje, a expansão pode se dar de forma fragmentada, pois um determinado produto pode ter fases do processo de produção ou peças com origem em diversos países do planeta. Assim, a matéria-prima não necessariamente é produzida no mesmo país que é industrializada e a comercialização, por sua vez, também nem sempre ocorre no mesmo país que é industrializada.

É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia (SANTOS, 2008, p.27).

Além disso, na globalização, há uma convergência dos momentos. A hora é a mesma em todos os lugares em que convergem os momentos vividos, ocorrendo uma solidariedade e interdependência do acontecer. Assim, vários lugares, no mesmo momento e de diversas formas, podem estar contribuindo para um mesmo objetivo. Santos (2008, p.28) diz que “o tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. E, em ambos os casos, de forma concatenada e eficaz”. Em qualquer lugar, é possível termos conhecimento do acontecer do outro. Santos (2008) também evidencia que, embora todos sejamos atores desse tempo real, o controle dele é realizado por poucos. A fluidez potencial criada pela técnica não é benéfica para todos.

A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso (SANTOS, 2008, p.28).

Outro fenômeno característico da globalização, apontado por Santos (2008), é haver um motor único em todo o mundo, ou seja, uma mais-valia universal. Isso se

tornou possível, pois a produção se dá em escala mundial, ou seja, empresas mundiais concorrem entre si e as sobreviventes são as que obtêm maior mais-valia e, assim, conseguem continuar no “jogo”. Essas empresas vivem em constante vigia e esforço para conseguirem se manter no mercado, visto que as ganhadoras de hoje podem ser as perdedoras de amanhã, caso vacilem.

Este motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo (SANTOS, 2008, p.30).

O processo de globalização leva a crer que haverá, gradativamente, uma homogeneização do mundo devido à mundialização da técnica e da mais-valia, porém é apenas uma tendência, já que nem todos os lugares ou países se rendem inteiramente à internacionalização. Já não estamos mais em um mundo da competição, mas sim da competitividade. Cada empresa necessita dispor, progressivamente, de mais ciência, mais tecnologia e melhor organização para se manter à frente das demais, sob pena de sucumbir. Santos (2008, p.31) explica que,

quando, na universidade, somos solicitados todos os dias a trabalhar para melhorar a produtividade como se fosse algo abstrato e individual, estamos impelidos a oferecer às grandes empresas possibilidades ainda maiores de aumentar sua mais-valia.

Os jovens são cobrados insistentemente por toda a sociedade a darem o melhor de si nos estudos, no trabalho, etc., porém quem mais se beneficia dessa atitude não são os próprios jovens.

Ademais, a globalização possibilita que se tenha uma cognoscibilidade do planeta como jamais se teve. Novos materiais foram desenvolvidos a partir de matérias-primas, o que permitiu, por exemplo, construir satélites que, por sua vez, permitem conhecer e se comunicar com toda a terra. Santos (2000, p.33) garante que

as empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual.

Da mesma forma que os lugares, os recursos humanos também podem ser mais analisados e controlados com o desenvolvimento da tecnologia. Perfis nas redes sociais, como o Facebook, são avaliados para a contratação de funcionários ou, até mesmo, podem levar à demissão.

Santos (2008) defende que outra globalização, mais humana, é possível. As bases materiais que o capital se apoia para construir a globalização perversa que temos hoje são, principalmente, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. Se essas bases materiais forem usadas para outros objetivos podem transformar a globalização em algo benéfico. Segundo o autor, a aglomeração da diversidade que hoje existe nas cidades pode dar origem a novas possibilidades. Da mesma forma, Giddens (2000) identifica tanto aspectos negativos como positivos, na forma que a globalização está reestruturando o mundo e influenciando a vida cotidiana, ao analisar as alterações que ela vem trazendo para a sociedade em relação à tradição, família, formas de governo, etc. Giddens (2000, p.16) ainda explica que “para bem ou para mal, estamos sendo impelidos rumo a uma ordem global que ninguém compreende plenamente mas cujos efeitos se fazem sentir sobre nós”. Somos impelidos por influências que não temos controle e nos sentimos impotentes para reagir a transformações que estão ocorrendo. Sentimo-nos impotentes para, individualmente, mudar problemas que foram criados coletivamente. Giddens (2000, p.29) esclarece que

ela não é firme nem segura, mas repleta de ansiedade, bem como marcada por profundas divisões. Muitos de nós nos sentimos presos às garras de forças sobre as quais não temos poder. Podemos sujeita-las novamente à nossa vontade? Acredito que sim. A impotência que experimentamos não é um sinal de deficiências individuais, mas reflete a incapacidade de nossas instituições. Precisamos reconstruir as que temos, ou criar novas. Pois a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora.

Diariamente, bilhões de dólares são movimentados de uma parte a outra do planeta com um “clique”. No entanto, Giddens (2000) afirma que as mudanças econômicas são apenas uma parte da globalização. “A globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica. Foi influenciada acima de tudo por desenvolvimentos nos sistemas de comunicação que remontam apenas ao final da década de 1960” (GIDDENS, 2000, p.21). Santos (2008), concorda que a crise permanente que temos hoje é estrutural, ou seja, as variáveis construtoras do

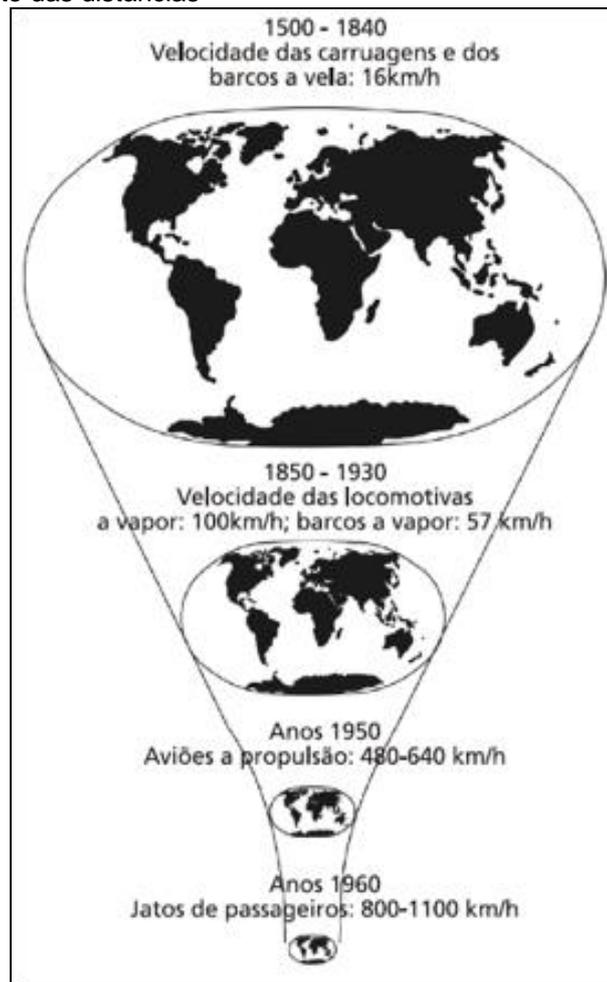
sistema se chocam e exigem novas definições e arranjos – e qualquer tentativa de solução, que não seja estrutural, somente gera mais crise. Segundo Santos (2008, p.35), a “tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado”. Os processos não-hegemônicos, em sua maioria, acabam desaparecendo ou permanecem subordinados, ativamente ou passivamente.

O meio rural não fica imune a essas transformações. Carneiro; Castro (2007, p.151) explicam que

essa globalização e reorganização do capital, embora tenham epicentros originais em países como EUA, França, Japão, Alemanha, Inglaterra, se expandem rapidamente pelo mundo, embaralham fronteiras entre o campo e a cidade, e envolvem agentes sociais, a exemplo do campesinato, cujo *ethos* cultural, não necessariamente refratário, é diverso da lógica capitalista. Nesse processo, suas tradições não são soterradas ou simplesmente dissolvidas. Porém, percepções e comportamentos são reelaborados a partir da resignificação de símbolos e costumes tradicionais. Isso mostra que os agentes sociais envolvidos não são completamente passivos à ordem dominante, mas também que essa ordem tem força para aproximar, transformar, recriar modos de ser e viver em sociedade.

Harvey (1998) esclarece que, gradativamente, foi havendo uma compressão do espaço tempo (Figura 37, na próxima página), auxiliada pela evolução dos meios de transporte e das telecomunicações. Há uma sensação de que tudo ficou mais fácil, mais acessível. Contudo, para quem? Será mesmo que para todos? Quem usufrui de todos os benefícios da globalização? Somente um pequeno número de pessoas realmente tem acesso aos recursos, às informações de qualidade e tem a oportunidade de viajarem para qualquer parte do planeta e aproveitarem, de fato, o “encurtamento” do tempo e do espaço.

Figura 37 – Encurtamento das distâncias



Fonte: Harvey (1998, p.220).

Nesse novo contexto, os jovens apresentam mudanças no seu comportamento. O acesso a culturas distantes e hegemônicas os faz ressignificarem a própria realidade e, muitas vezes, criarem expectativas irreais para o contexto em que vivem.

A mudança comportamental tem assento em mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase de globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.36).

Carneiro; Castro (2007) explicam que há uma tensão entre as gerações. Enquanto os pais querem seguir fazendo da mesma forma que vinha dando certo nas gerações anteriores, os filhos anseiam por inovações. Com base em Bourdieu (1989), esses autores atribuem os conflitos geracionais pela

(...) individualização do mercado de trabalho urbano e rural, de um lado e pela subordinação da sociedade camponesa à sociedade industrial, de outro. Esses dois processos limitaram o papel da família como instância entre o indivíduo e a sociedade, nas áreas rurais, dando margem à sedimentação de conflitos e interesses antagônicos (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.48).

Como, potencialmente, os padrões de consumo são acessíveis a todos, os jovens rurais também desejam ter uma vida semelhante aos atores hegemônicos. Assim sendo, muitos desses jovens vivenciam no meio rural uma realidade bastante diferente daquela que aspiram. E, ao encontrarem resistência, por parte de seus pais, para implantarem as mudanças que consideram necessárias para aumentarem os seus recursos, bem como ter um modo de vida mais semelhante ao que veem através dos meios de comunicação, optam por abandonar o meio rural em busca de seus “sonhos”.

3.2 O DESEJO DE CONSUMIR NA SOCIEDADE ATUAL

A industrialização criou produtos diversificados para as mais variadas finalidades e, por isso, tornou-se necessário estimular o consumo para que esses produtos gerem lucro para o sistema capitalista. Assim sendo, o consumo passou a ser fortemente incentivado por intermédio de uma cultura de massa a partir da revolução industrial, já que, quanto maior o consumo, mais se acelera o ciclo do capital permitindo, desse modo, maiores lucros. Baudrillard (2014) esclarece que o consumo implica em produção, ou seja, ele faz emergir novas forças produtivas. Ambos não podem ser vistos de forma separada, visto que compõem uma unidade. Se o consumo induz a mais produção, a produção também induz ao consumo. Todos são “convocados”, através da publicidade, para consumir e a maioria atende ao “chamado”, sem questionar a fundo as razões pelas quais está consumindo.

O consumo se transformou em algo rotineiro, que não necessita de planejamento antecipado nem reconsiderações. Consumir se tornou especialmente importante, se não central, para a maioria das pessoas que consideram esse ato o verdadeiro propósito da existência.

O problema da desigualdade pode ser realmente compreendido quando presenciamos pessoas adquirindo objetos de luxo, ou seja, bens que excedem as necessidades da existência, enquanto outras passam fome. O consumo é uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, a fim de garantir a sua subsistência; já o consumismo é um atributo da sociedade e inclui bens supérfluos que visam apenas satisfazer desejos.

Para que uma sociedade adquira este atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a sociedade de consumidores em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais (BAUMAN, 2008, p.41).

Ocorreu, na sociedade, uma “revolução consumista” na qual as pessoas querem a posse de objetos que lhes proporcionem conforto e/ou o respeito que “outorgam” a seus donos. Em tempos anteriores, adquirir bens dava a impressão de um futuro seguro, isto é, seus donos sentiam-se protegidos contra os caprichos da sorte. Bauman (2008, p.43) esclarece que “na era sólido-moderna da sociedade de produtores, a satisfação parecia de fato residir, acima de tudo, na promessa de segurança em longo prazo, não no desfrute imediato dos prazeres”. Hoje, o indivíduo compra para satisfazer desejos imediatos, enquanto antes era para satisfazer necessidades de longo prazo. Para que o sistema capitalista pudesse continuar crescendo, ele precisou causar mudanças nos hábitos de consumo levando as pessoas a um volume de intensidade de desejos sempre crescentes, o que as faz substituir continuamente os objetos.

O consumismo geralmente vem acompanhado de um individualismo. Se antes as pessoas viviam com a intenção de acumular para deixar herança aos descendentes e submetiam-se a regras de grupo social (como família, igreja, partidos políticos, tradição), hoje é o indivíduo que dita as suas próprias regras e sente-se liberto das imposições coletivas e comunitárias. Embora essa tendência seja desenvolvida de maneira desigual em todo o globo, Lipovetsky; Serroy (2011, p.48) afirmam que por toda a parte “progridem a dinâmica de individualização, com a autonomização da existência individual cada vez mais voltada para si mesma, a busca de um bem-estar pessoal e consumidor”. A satisfação no presente passa a ter

um peso maior que planejamentos de longo prazo e os interesses individuais se sobressaem aos interesses do grupo.

Douglas e Isherwood (2013) afirmam que o consumo pode ser explicado em um enquadramento moralista, naturalista ou hedonista. O enquadramento moralista vê o consumo como responsável pelas mazelas da sociedade. O naturalista vê o consumo como uma maneira de suprir necessidades físicas ou psicológicas. Já o hedonista, que é o enquadramento mais usado, vê o consumo sob o prisma da manipulação da publicidade. O indivíduo busca a felicidade no ato de consumir. No entanto, a cada aproximação, ela lhe escapa e o induz a viver em permanente corrida em busca do “paraíso”.

Os mesmos autores vão além desses enquadramentos, ao explicar que o ato de consumir depende também das relações sociais. Do ponto de vista desses teóricos, os objetos de consumo, em si, são neutros, mas o uso destes em sociedade os faz funcionarem como códigos, que contribuem para as pessoas serem incluídas ou excluídas em/de determinados grupos. Douglas e Isherwood (2013, p.118) ainda afirmam: “Tire-os da interação humana, e você desmantela tudo. Ao serem oferecidos, aceitos ou rejeitados, eles reforçam ou solapam as fronteiras existentes”. Portanto, o consumo pode incluir ou excluir em/de um determinado grupo.

Na sociedade de consumidores, o comportamento é orientado para o consumo. Ela também é uma sociedade de aprendizagem do consumo e de iniciação social ao consumo. Esse hábito é desenvolvido nas crianças desde a infância, uma vez que, se tiverem dinheiro para pagar, nunca serão rejeitadas ao longo da vida diferentemente ao que ocorre no mundo do trabalho e nas relações humanas, já que, quando não atendem aos requisitos, as pessoas costumam ser sumariamente rejeitadas.

O pobre se vê forçado a gastar o seu pouco dinheiro para obter os objetos que são signos do consumo, a fim de não ser ridicularizado pela sociedade, e isso contribui para que nunca consiga acumular para sair da sua condição de pobreza. Para integrar-se ou manter-se integrado a determinado grupo, o indivíduo se obriga a consumir de forma semelhante ao grupo a que pertence ou que pretende pertencer. Segundo Baudrillard (2014, p.95) “o consumo surge como conduta activa e colectiva, como coacção e moral, como instituição. Compõe todo um sistema de valores, com tudo o que este termo implica enquanto função de integração do grupo

e de controlo da sociedade”. E não apenas o produto é uma forma de distinção como também o uso que se faz dele, por exemplo: mesmo que duas pessoas tenham o mesmo tipo de computador com acesso à internet, as informações que são consumidas através dele são uma estratégia consciente/inconsciente para aproximar-se de um determinado grupo e não de outro. Em síntese, para se inserir em um grupo social, é preciso aprender a consumir como aquele grupo.

As diferentes classes sociais não consomem da mesma forma. Segundo Bourdieu (1983, p.85), o que é considerado necessidade para uma classe, já é superado para outra classe.

A cada nível de distribuição, o que é raro e constitui um luxo inacessível ou uma fantasia absurda para os ocupantes do nível anterior ou inferior, torna-se banal ou comum, e se encontra relegado à ordem do necessário, do evidente, pelo aparecimento de novos consumos, mais raros e, portanto, mais distintivos (BOURDIEU, 1983, p.85).

Assim, as classes de maior poder aquisitivo têm necessidades que são, para as classes mais desfavorecidas, consideradas luxo. Além disso, o capital cultural que a pessoa possui influencia em seus gostos e em suas escolhas. No que se refere ao consumo realizado por pessoas jovens, Rocha; Pereira (2009, p.77) pensam de forma semelhante, pois afirmam que “os hábitos de consumo, com todos os seus símbolos traduzidos através de produtos e serviços, permitem que se faça uma leitura dos gostos e valores dos adolescentes”. Devido a essa relação, que é feita do objeto com a personalidade do consumidor, muitos consumidores compram por imitação, ou seja, procuram imitar os gostos de quem consideram em posição social superior.

A sociedade de consumo, em uma perspectiva hedonista, é manipulada pela publicidade, pois esta “cria necessidades” com a finalidade de induzir a compra desenfreada de mercadorias, que é ideologicamente apresentada como um condutor à felicidade. O fenômeno do consumo se propagou a partir do século XX, quando o capitalismo adquiriu uma organização monopolista. O comércio, como distribuidor de mercadorias, se beneficia da cultura de massa, pois, a cada novo lançamento, os indivíduos são mobilizados a consumir para não se sentirem “excluídos”, sem sequer questionarem-se se realmente estão necessitando daquele novo produto.

As propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilo de vida (HARVEY, 1998, p.118).

A publicidade não apenas informa as vantagens do produto ao consumidor, mas também tem como objetivo criar necessidades e desejos de consumo que antes não existiam. O publicitário não vende somente um produto, tendo em vista que vende, também, o signo associado ao produto, ou seja, juntamente com o produto é comprada a felicidade cotidiana das “personalidades olímpicas”. Junto com o produto, é vendido o signo de um cotidiano superior, supostamente capaz de levar o indivíduo à felicidade plena.

Pensando encontrar a felicidade plena ao consumir, o indivíduo se depara com um mal-estar, pois “consumir o satisfaz e não o satisfaz, o consumo não é felicidade. O bem-estar e o conforto não bastam para trazer alegria. Ele se enche de tédio”. (LEFÈBVRE, 1991, p.104) A ideologia do consumo dá a sensação de que, ao possuir dinheiro, pode-se comprar qualquer coisa, ou seja, faz sentir um poder quase ilimitado. A opressão do cotidiano padronizado e submetido à ideologia do consumo também provoca um efeito semelhante em quem está no outro extremo da sociedade.

O mais significativo é a recusa oposta pelos grupos minoritários, mas sempre renovados, de “jovens”, a essa sociedade. Recusa total, global, sem esperança, sem futuro, absoluta, sempre recomeçada. Os grupos que recusam desdobram-se, como se sabe, em violentos e não violentos. A recusa supõe uma tentativa de sair do cotidiano e procurar uma outra vida que seja obra, apropriação. Essa “outra vida” é experimentada de diversas maneiras: vagabundagem, drogas, signo de adesão e de cumplicidade, etc. (LEFÈBVRE, 1991, p.102).

A publicidade se encarrega de induzir ao consumismo garantindo, assim, a reprodução do capital e “ganha a importância de uma ideologia. É a ideologia da mercadoria, que substitui o que foi filosofia, moral, religião, estética” (LEFÈBVRE, 1991, p.117). Ao ter o acesso ao consumo, o indivíduo se sente livre, porém estamos diante de apenas uma ideia aparente de liberdade.

Você está em casa, diante da lareira, que é povoada pela telinha (...) e alguém se ocupa de você. Esse alguém lhe diz como viver melhor: o que deve comer e beber, como vestir-se e mobiliar a casa, como habitar. E aí você está programado. Salvo neste ponto: sobra a você a tarefa de escolher

entre todas estas coisas boas, e o ato de consumir continua sendo uma estrutura permanente (LEFÈBVRE, 1991, p.117).

Assim, as necessidades, o consumo e os comportamentos se tornam padronizados enquanto tudo se torna mercadoria, contanto que se encontre quem venda e quem compre. A sociedade de consumo torna-se cada vez mais hegemônica e associa o ter/consumir à realização pessoal. Essa ideologia prega uma falsa liberdade, pois se trata de uma liberdade sob o jugo do consumo.

O desejo encontra um fim em si mesmo e, quando se realiza, deixa de ser desejo. Novamente, surge a ânsia por algo ainda não alcançado. “(...) o desejo morre na satisfação e depois renasce de suas cinzas” (LEFÈBVRE, 1991, p.128). Em relação às mercadorias, estas se tornam rapidamente obsoletas e logo são trocadas pela novidade, mesmo que ainda apresentem condições de uso. Para acelerar o ciclo do capital, Lefèbvre (1991, p.91) diz que “é preciso que as necessidades envelheçam e que jovens necessidades as substituam. É a estratégia do desejo! (...) A obsolescência, ideologia e prática, encara o efêmero apenas como método para tornar o cotidiano rentável”. Da mesma forma, Lipovetsky (2007, p.52) acredita que não encontramos satisfação no consumismo, uma vez que “(...) não existe saciedade: quanto mais consumimos, mais queremos consumir: a satisfação de um desejo engendra novas necessidades”.

Alienadas, as pessoas tendem a consumir mais e mais, movidas por uma insatisfação que se renova cada vez que saciada.

A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação. Logo que atingida, a satisfação é solicitada pelos mesmos dispositivos que engendraram a saturação. Para que a necessidade se torne rentável, é estimulada de novo (...) (LEFÈBVRE, 1991, p.89).

Assim, há uma sensação de mal-estar, pois a satisfação não traz a esperada felicidade, e sim somente um vazio de sentido em que as pessoas não se sentem importantes por suas qualidades, mas pelo que possuem, visto que quem paga recebe um tratamento diferenciado.

Lipovetsky (2007, p.6) explica que vivemos hoje uma sociedade da decepção, tendo em vista que “os valores hedonistas, a sobrecarga, os ideais psicoculturais, os fluxos de informação, tudo isso deu origem a um gênero de indivíduo mais

introvertido, mas exigente, mas também mais vulnerável aos tentáculos da decepção”. Esse novo indivíduo já não se prende a convicções religiosas, mas faz do consumo, da fruição e da mudança o modo de vida ideal e, portanto, se decepciona quando, a cada mudança, não encontra a satisfação que esperava. E não apenas os que estão plenamente incluídos no consumo sofrem essa decepção, como também os que ficaram excluídos.

Ao menos enquanto intenção, todos se incorporam ao rol dos hiperconsumistas. Mas o que pensar dos indivíduos educados numa atmosfera consumista à qual, entretanto, não podem ter acesso? Sem dúvida, amargam um sentimento de frustração, de desqualificação interior e de insucesso pessoal. Solicitar auxílio a terceiros, ficar na contingência de cortar gastos essenciais, privando-se de muita coisa básica, viver em constante ansiedade de buscar um equilíbrio (jamais alcançado) no orçamento... No caso aqui figurado, a decepção é certamente mais penosa, porque vem conjugada com o inevitável rebaixamento de si e com a marca infame do descrédito (LIPOVETSKY, 2007, p.11).

Lipovetsky (2007) defende que nem todas as formas de consumo trazem o mesmo grau de decepção. Objetos de primeira necessidade, como alimentação, por exemplo, proporcionam graus intensos de fruição e resguardam da decepção. Já bens móveis, como refrigerador, automóvel, barbeador elétrico, dentre outros, só causam satisfação no momento da compra. Da mesma forma, os serviços são motivos de decepção, pois estão geralmente abaixo de nossas expectativas. Bauman (2008) pensa de forma semelhante, uma vez que diz ter lido diversas pesquisas indicando que a correlação entre riqueza e felicidade existe até que se satisfaçam as necessidades básicas do indivíduo. Acima desse patamar modesto, novos incrementos de renda não aumentam o volume de felicidade. Pelo contrário, obter o aumento de renda pode exigir que o indivíduo se submeta a situações de estresse ou depressão, jornadas de trabalho prolongadas e antissociais, relacionamentos deteriorados, falta de autoconfiança e incertezas enervantes, que contribuem para aumentar a infelicidade.

Na sociedade de consumo, até o lazer, antes geralmente gratuito, se torna uma mercadoria a ser consumida e que, embora aparentemente pareça ser “livre” e independente do trabalho, nada mais é do que um período de recuperação para retornar à produção. Ao não se reconhecer mais na sua produção, o lazer é visto, pelo homem, como uma fuga das obrigações sem sentido para a sua vida e, por consequência, as férias se tornam o centro das preocupações.

Lefèbvre também alerta sobre fenômenos novos que vêm surgindo na sociedade em relação ao emprego do tempo:

Classificam-se as horas (do dia, da semana, do mês, do ano) em três categorias, a saber: o tempo obrigatório (o do trabalho profissional), o tempo livre (o dos lazeres), o tempo imposto (o das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades, etc.) (LEFÈBVRE, 1991, p.61).

Ao fim, todos os empregos do tempo, seja direta ou indiretamente, se vinculam ao mundo do trabalho. O homem tem a sensação de que tempo é dinheiro e acelera ainda mais o seu ritmo de vida.

O tempo, bem supremo, mercadoria suprema, se vende e se compra: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc... Ele se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade. O tempo “perdido” não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele (LEFÈBVRE, 2008, p.50).

Lefèbvre (2008), ao analisar essa sociedade “escrava” do consumo, a denomina de “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Devido à homogeneização dos pensamentos, hábitos, comportamentos, objetivos e consumo dos mesmos objetos, torna-se uma sociedade muito pobre em criatividade. Nela, as pessoas ficam “enjauladas” nos comportamentos ditados pelo consumo. Bauman (2008, p.64) comenta que

a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles). O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores.

Lefèbvre (2008) analisou a sociedade de consumo sob a luz da modernidade. No entanto, na pós-modernidade, o capitalismo avançou um pouco e diversificou a oferta para alcançar mercados antes não atingidos e ampliar o lucro. A acumulação do capital é o fator que dinamiza a sociedade capitalista e, portanto, transforma constantemente o mundo, penetrando naqueles espaços ainda intocáveis pelo capital e revolucionando antigas formas sociais. O gosto cultural se tornou

(...) relativista e pluralista, na qual o excluído, o estranho, o outro, o vulgar, anteriormente excluídos, passam a ser permitidos. Nesse sentido, a tendência é a hierarquia simbólica de base universal do Ocidente, vigente

há muito tempo, torna-se especializada, com uma tolerância maior para com a diferença e a diversidade (FEATHERSTONE, 1995, p.149).

A mudança do modelo fordista de produção para o de regime de acumulação flexível fez o capitalismo mudar as suas estratégias de reprodução. Atualmente, há uma produção voltada para nichos de mercado, que não visa atender às massas de forma homogênea, mas sim a consumidores com gostos individuais e específicos. Já não há mais estoques, mas uma produção conforme a demanda e um olhar atento para as mudanças constantes nessa demanda.

Portanto, ao contrário da modernização assistida da década de 60, onde imperava o discurso da produtividade, da mecanização e do consumo de massa, o que hoje assistimos, é ao discurso da qualidade, da qualificação e da participação da mão-de-obra e da competitividade, ou seja, à disputa por mercados específicos e internacionais (FONTOURA, 2002, p.33).

Quando o sistema econômico sofre transformações, elas não ocorrem de forma isolada, já que toda a sociedade também muda. Se o capitalismo passou da sua fase fordista e sólida para a fase flexível, isso se refletiu na sociedade, que passou a ter um modo de vida mais “líquido” e flexível a fim de se adaptar ao novo contexto. Bauman (2001) explica a característica de “líquido” ou “fluidez” que é perceptível no modo de vida atual.

(...) os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluídos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluídos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la (BAUMAN, 2001, p.8).

O autor também explica que o líquido está associado à leveza, ou seja, eles se movem facilmente e com mais rapidez. Consumidores “líquidos” estão constantemente mudando os objetos de desejo e a produção, dessa forma, já é impossível de se fazer com estoques, mas conforme a demanda volátil e diversificada. Heller (1998, p.206) explica as transformações que ocorreram na produção para atender aos gostos individualizados:

Os produtos não atendem mais apenas às culturas e gostos hegemônicos, mas também àqueles que antes eram considerados excluídos. Os espaços rurais se modificam para atender as novas demandas de produtos. Em vez

de tornar-se o Grande Manipulador, os meios de comunicação se tornaram mais um catálogo de gostos altamente individualizados. E, o que é mais importante, os diferentes padrões de consumo foram embutidos numa variedade de estilos de vida, a cada um segundo sua preferência, e, claro, nos meios existentes para satisfazer essa preferência (HELLER, 1998, p.206).

A sociedade está passando por uma crise permanente. “Anteriormente, la crisis siempre refería a una situación transitoria entre un antes y un después. En este momento aparece un nuevo concepto de crisis, es la crisis como un estado permanente, es la crisis que llega para quedarse” (LINDON, 2004, p.58). As pessoas se reinventam a todo momento, buscando um aperfeiçoamento pessoal e, portanto, precisam consumir cada vez mais para expressar seu novo “eu”.

Em uma sociedade em que praticamente tudo se tornou uma mercadoria, o aperfeiçoamento pessoal também implica em consumo. Consomem-se livros e cursos para aperfeiçoar o intelecto, consomem-se alimentos certificados como orgânicos para ter um corpo saudável, consomem-se roupas de grife e produtos de beleza para ter uma boa aparência, consomem-se pacotes turísticos para ter as férias “ideal”, entre outros. Da mesma forma, objetos tecnológicos (telefone, automóvel, trator...) são consumidos para se “ganhar” tempo e, assim, poder ganhar mais dinheiro e consumir mais.

O que um indivíduo consome expressa a sua identidade e lhe permite ser reconhecido pelos seus pares.

O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa o carro, a opção de férias, etc. de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor (FEATHERSTONE, 1995, p.119).

Na cultura de consumo, a aparência do indivíduo é um indicativo da sua posição social e do seu gosto e, além disso, expressa a imagem que este quer passar para os demais. Featherstone (1995, p.122) afirma que “o consumo, portanto, não deve ser compreendido apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente como o consumo de signos”. Assim sendo, consome-se mais pelo que o objeto representa do que propriamente por ele mesmo.

O consumo torna-se, assim, uma estratégia de distinção. Consumimos os signos de pretendida ascensão social. As classes inferiores estão sempre buscando atingir as classes superiores através do consumo, sem nunca alcançá-las, pois

quando as classes superiores veem que todos estão tendo acesso a um determinado objeto, este logo é substituído para que a distinção seja mantida. É uma corrida em direção ao arco-íris, ou seja, com um ponto de chegada que sempre avança.

Harvey (1998) dá como exemplo de objeto o automóvel, que é adquirido para satisfazer desejos individuais e de reconhecimento social:

basta considerar todo o complexo de forças implicadas na proliferação da produção, da propriedade e do uso em massa do automóvel para reconhecer a vasta gama de significados sociais, psicológicos, políticos, bem como mais propriamente econômicos, que estão associados a um dos principais setores de crescimento do capitalismo do século XX (HARVEY, 1998, p.118).

Lefèbvre (1991, p.110) também vê o carro como um dos objetos mais representativos da sociedade de consumo. “O Automóvel é o Objeto-Rei, a Coisa-Piloto. Nunca é demais repetir. Este Objeto por excelência rege múltiplos comportamentos em muitos domínios, da economia ao discurso”. Para alguns, o automóvel chega a ser um pedaço da sua moradia ou até um fragmento do espaço mais essencial que a sua residência. Por outro lado, também exacerba o individualismo, visto que “no trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca” (LEFÈBVRE, 1991, p.111). Além disso, os inúmeros acidentes fatais com automóvel, ao invés de intimidar os consumidores, transformam a sua posse em um “jogo” emocionante com aventuras e riscos. O automóvel não é somente um objeto dotado de tecnicidade, mas também “dá lugar às hierarquias: a hierarquia perceptível e sensível (tamanho, potência, preço) e se desdobra numa hierarquia mais complexa e mais sutil, a das performances” (LEFÈBVRE, 1991, p.111). Ao vencer os limites, ultrapassando um carro mais potente, por exemplo, o indivíduo se sente mais audacioso, hábil, esperto e livre.

O consumo prático do automóvel é sobreposto ao consumo dos signos. Lefèbvre (1991, p.112) explica que “o carro é símbolo de posição social e de prestígio. Nele tudo é sonho e simbolismo: de conforto, de poder, de prestígio, de velocidade”. Devido a todos esses signos, o carro é um dos objetos mais desejados pelos consumidores e terá a demanda ampliada até chegar ao ponto de saturação, o que é afirmado por Lefèbvre (1991, p.114): “Quanto ao Automóvel, é inútil devastar

campos e cidades, pois ele chegará, mais cedo ou mais tarde ao ponto de saturação”. As cidades já enfrentam graves problemas, como congestionamento, falta de vaga para estacionamento, aumento no roubo de automóveis, estresse por causa do trânsito, alto custo para manter um automóvel, dentre outros. Esses problemas podem contribuir para que as novas gerações não vejam de forma tão vantajosa a posse de um automóvel.

O consumo costuma vir geralmente acompanhado do desperdício. O atual sistema econômico necessita que ocorra o consumo desenfreado e, conseqüentemente, o desperdício para que ele consiga se manter e/ou se expandir. Através da publicidade, é despertado o desejo de consumir e incutida na mentalidade das pessoas a ideia de que o consumo é uma forma de expressão do *eu* e também um condutor para a felicidade.

Os consumidores guiados pelo desejo devem ser “produzidos”, sempre novos e a alto custo. De fato, a própria produção de consumidores devora uma fração intoleravelmente grande dos custos totais de produção – fração que a competição tende a ampliar ainda mais (BAUMAN, 2001, p.88).

Após ver tanta publicidade associando o consumo à felicidade, quando estão angustiados por determinado motivo, os consumidores vão às compras. Da mesma forma, a demonstração de que se está entrando em uma “nova fase”, geralmente é feita através do consumo (roupas novas, casa nova, cirurgia plástica, carro novo, celular novo, etc.). No entanto, consumir não conduz a esperada felicidade, embora traga um alívio momentâneo. E, uma vez satisfeito aquele vazio, surge outro, deixando sempre um vazio que nunca pode ser preenchido, para satisfação do sistema capitalista.

Em uma sociedade em que o “ter” e o “parecer” são mais valorizados que o “ser”, é considerado “cafona” permanecer usando o mesmo casaco, por exemplo, por cinco invernos, embora ele ainda esteja em condição de uso, ou ter um carro fabricado há 15 anos, embora ainda esteja funcionando perfeitamente. Vieira (2002), explica que, na sociedade atual, o “parecer” se tornou tão ou até mais importante do que o “ter”, no que se refere ao consumo.

Uma das generalizações possíveis no que diz respeito às novas formas do comércio diz respeito ao que se está chamando de sua espetacularização, ou seja, a tendência observável em transformar todas as formas de comércio em alguma variante do espetáculo, entendido também como

espetacularização da mercadoria. Neste sentido, a mercadoria é apresentada sob a ótica de um espetáculo, de uma relação entre o que ela é e o que ela pode parecer. Vende-se mais a imagem da mercadoria do que a própria mercadoria em si. O que ela proporciona em termos de imagem, de significado, de valor simbólico é por vezes mais importante do que sua própria utilidade. É a lógica do “parecer” (VIEIRA, 2002, p.250).

Tanto o consumo no espaço como o consumo do espaço são apropriações do sistema capitalista. O consumo no espaço se dá em locais que se preparam para receber consumidores que estão em busca das mais diversas mercadorias. São lugares que realizam sonhos, pois neles é oferecido o produto ou serviço que trará os benefícios desejados pelo consumidor. Devido a isso, atualmente os comércios não têm apenas a preocupação de oferecer os produtos que os clientes desejam ou possam vir a desejar, mas também se preocupam em ter um ambiente agradável e sofisticado, em que o cliente sinta prazer em retornar. Cada comércio procura ter a sua identidade e, para tanto, se costuma requisitar os serviços de um arquiteto para planejar o recinto, bem como de um design para criar a fachada e as embalagens dos produtos, a fim de se manterem competitivos no mercado. Há algum tempo, não havia essa preocupação por parte dos comerciantes, que se acentuou à medida que a concorrência aumentou.

A ideia de diversão, também pervertida, leva gigantescos contingentes de consumidores a passar seu tempo livre em centros comerciais e shoppings centers, onde as opções de divertimento (cinemas, boates, teatros, praças de alimentação, clubes, etc.) se mesclam com as lojas que, “por coincidência”, estão vendendo exatamente o produto que se deseja ter (PORTUGUEZ, 2001, p.8).

Muitas pessoas têm orgulho de frequentar determinados espaços, pois, assim, fica subtendido que foram aceitas pelos grupos com indivíduos semelhantes que costumam frequentá-los. Da mesma forma, Portuguez (2001, pp.9-10) explica que “prazeres como a estética se transformam em academia de ginásticas, salões de beleza, clínicas de cirurgia plástica, perfumarias, lojas especializadas em cosméticos e muitos outros exemplos”, bem como “o prazer da saúde se transforma em restaurantes *lights* ou naturais, em hospitais privados de alto luxo, farmácias de produtos preparados sob medida para cada cliente e outros”.

Até o tempo livre das férias, ou do *feriadão*, também requer que seja passado em espaços “adequados” ao momento.

Usar as férias para curtir a casa, passar mais tempo com a família, ler aquele romance que tanto interessava, mas que o tempo era curto... são, dentro da lógica vigente, atividades bem menos prestigiosas que viajar. Até porque a população das grandes cidades já foi devidamente convencida de que feriados prolongados e férias são sinônimos de viagens (PORTUGUEZ, 2001, p.8).

Gradativamente, atividades pouco lucrativas para o capital, que costumavam ser realizadas nos períodos de ócio, vão sendo expropriadas e trocadas por outras que estejam mais de acordo com os interesses do sistema capitalista. Em cidades pequenas, não há shoppings centers e poucas pessoas viajam para locais distantes nas férias, porém essa expropriação também vem ocorrendo, através da criação de campings, de calçadão nas ruas do comércio, do aumento do hábito de fazer refeições fora de casa, etc.

Diante do fenômeno da globalização, muitos locais exaltaram as suas especificidades e transformaram isso em um valor cultural a ser comercializado, transformando-se em espaços consumíveis. Portuguez (2001, p.15) afirma que “muitos produtos que são encontrados em qualquer parte do mundo podem adquirir maior importância quando se tem definido o local de sua aquisição”. Assim, o local dá um valor a mais ao produto e o singulariza, dando a entender que é raro, pois só pode ser encontrado naquele determinado espaço.

O valor simbólico dos objetos de consumo define o valor do uso do espaço. As lojas investem mais em publicidade, em decoração, em segurança e, em contrapartida, repassam esses custos para as mercadorias, que, uma vez consumidas, conferem aos compradores um status de grande repercussão (PORTUGUEZ, 2001, p.15).

Assim, além do produto, acaba-se comprando também aquele espaço específico, pois o mesmo produto tem um preço inferior se adquirido em “espaços comuns”.

Na sociedade de consumo, as pessoas também se tornam uma mercadoria. As pessoas procuram se “produzir” cada vez mais para continuar sendo “vendáveis”. Bauman (2008, p.76) afirma que “fazer de si uma mercadoria vendável é um trabalho do tipo faça-você-mesmo e um dever individual”. Fazer de si mesmo e não apenas tornar-se é o desafio e a tarefa a ser cumprida. Bauman (2008, p.79) ainda explica que “ser membro da sociedade de consumidores é uma tarefa assustadora, um esforço interminável e difícil. O medo de não conseguir conformar-se foi posto de lado pelo medo da inadequação, mas nem por isso se tornou menos apavorante”. O

membro da sociedade de consumo é definido como o *Homo eligens*, sendo as suas escolhas, ao consumir, como a expressão da sua personalidade. As escolhas ao consumir as tornam mais ou menos valorizadas na sociedade e lhes abre ou fecha portas, de rejeitadas passam a ser aceitas ou vice-versa.

Para entrar na sociedade de consumidores e receber um visto de residência permanente, homens e mulheres devem atender às condições de ilegitimidade definidas pelos padrões do mercado. Espera-se que se tornem disponíveis no mercado e que busquem, em competição com o restante dos membros, seu “valor de mercado” mais favorável. Ao explorarem o mercado à procura de bens de consumo (o propósito ostensivo de sua presença ali), são atraídos para as lojas pela perspectiva de encontrar ferramentas e matérias-primas que podem (e devem) usar para se fazerem “aptos a serem consumidos” – e, assim, valiosos para o mercado (BAUMAN, 2008, p.82).

Na sociedade de consumidores, o soberano é o mercado de produtos. Bauman (2008, p.86) assegura que “esse estranho soberano não tem agências executivas ou legislativas, e muito menos tribunais de justiça – considerados a parafernália indispensável dos soberanos autênticos examinados e descritos nos livros-texto de ciência política”. A liberdade de escolha (dentro das opções estabelecidas pelo mercado de consumo) se tornou uma obrigação dos indivíduos. O consumo é uma atividade solitária e individual e tem aumentado o endividamento das pessoas, visto que há uma facilidade até para os desempregados comprarem. Já a posse de cartão de crédito pelos jovens é vista como um investimento, pois eles necessitam estar bem “produzidos” para conseguir o ingresso no mercado de trabalho. Esse “dinheiro líquido” facilita ainda mais para que os atos de consumo por impulso ocorram.

Harvey (1998) comenta que, na sociedade de consumo, não há apenas um estímulo ao consumo de bens, mas também de serviços. As pessoas também compram as experiências e as sensações efêmeras que os serviços proporcionam. “Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e diversão” (HARVEY, 1998, p.258). O autor acredita que a efemeridade característica da sociedade de consumo a leva a uma “quebra do consenso” e a uma diversificação de valores, que aos poucos a fragmenta.

Ademais da diversificação de valores, outros fatores que contribuem para fragmentá-la é a corrida desencadeada pela sensação de que tempo é dinheiro.

Logo, atitudes simples como conversar uma tarde com os vizinhos, ou dar atenção constante aos parentes, parecem “perda de tempo”, porém a ausência dessas atitudes no cotidiano enfraquece os vínculos sociais. Além disso, como estamos em uma sociedade em que o desemprego é estrutural, nem todos têm acesso ao consumo pelo meio “lícito” do trabalho e, portanto, aumentam os casos de latrocínio, furto e roubo dado que muitas pessoas querem se incluir na sociedade de consumo de qualquer maneira. E isso é outro causador da diminuição da confiança entre as pessoas e do aumento do individualismo e da fragmentação.

Algumas iniciativas de resistência à sociedade de consumo têm surgido, como a carona solidária, o uso de objetos compartilhados (ferramentas de usos gerais, como a furadeira), o desapego (roupas usadas e comercializadas por menor preço), e até mesmo intercâmbios, em que os jovens trocam de casas e economizam em hotéis, e aluguel de roupas para ocasiões especiais, o que evita a compra de um traje que seria usado apenas uma vez, etc. Todavia, muitas dessas iniciativas acabam sendo incorporadas pelo modo de produção capitalista e se tornam fontes de lucro para os mais “vivos”.

De acordo com Bauman (2008), o consumismo gera efeitos colaterais e inúmeras pessoas são atingidas por suas consequências negativas. Embora a intenção do consumismo não fosse essa, era possível prever as suas implicações. O amor tornou-se materializado e isso é perceptível, por exemplo, na quantidade de presentes que são dados às crianças para compensar a falta de atenção que elas têm dos pais. Empenhadas em ganhar mais dinheiro, as pessoas preferem as rupturas brutas em vez do diálogo e da negociação, visto que estes são mais trabalhosos e demorados.

Enquanto o capitalismo está oferecendo o melhor para os trabalhadores qualificados, está oferecendo o pior para os trabalhadores “desqualificados”. Porém, nenhuma profissão pode continuar certa da sua utilidade em longo prazo e, portanto, de seu valor de mercado, o que faz aumentar cada vez mais o número de pobres excluídos. Bauman (2008, p.160) explica que “reclassificados como baixas colaterais do consumismo, os pobres são agora, e pela primeira vez na história registrada, pura e simplesmente um aborrecimento e uma amolação”. Parece não haver lugar para eles no sistema capitalista, embora eles sejam a causa e a consequência da riqueza de outros, em um sistema em que a desigualdade é combinada.

Não consumir faz diminuir o fluxo de novidades e isso significa tédio, enquanto o consumo excessivo é interpretado como sucesso. Bauman (2008, p.166) corrobora com outros teóricos ao afirmar que “a linha de chegada se move junto com o corredor, os objetivos permanecem para sempre um passo ou dois à frente”. Grande parte percebe que não tem a menor chance de ganhar se jogar pelas “regras oficiais” e, por isso, se tornam hostis e se lançam à criminalidade, pois, mesmo que desejem, não há emprego para todos. Já o restante da sociedade (incluídos) vê o cair na subclasse como uma escolha.

O consumismo está contribuindo para que as pessoas deixem de desenvolver a percepção de pertencimento coletivo e estejam desenvolvendo a conduta individualista. Bauman (2008, p.188) esclarece que “tornar-se consumidor exige um nível de vigilância e esforço constantes que dificilmente deixa tempo para as atividades que tornar-se cidadão demanda”. No entanto, o ritmo da obsolescência programada está tão vertiginoso que já estamos nos tornando incapazes de acompanhar a sua velocidade e manter a nossa capacidade de compreensão do que está ocorrendo, bem como a nossa resistência emocional.

O acesso ilimitado ou a privação ao consumo evidencia as desigualdades sociais e demonstra que os dois extremos são nocivos para a sociedade. O excesso de consumo (consumismo) gera desperdício dos recursos naturais e grande quantidade de lixo beneficiando, apenas, ao acúmulo de capital. Enquanto isso, a privação de itens necessários à sobrevivência causa indignação e revolta na população carente que contempla tais itens sendo desperdiçados, ao mesmo tempo em que não tem acesso a quantidade mínima deles.

3.3 MUDANÇA DO COMPORTAMENTO DOS JOVENS RURAIS FRENTE AO CONSUMO

De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. No entanto, Carneiro; Castro (2007) explicam que a faixa etária considerada jovem varia em cada local e em cada cultura. “Apesar disso, existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, grosso modo,

como o período da juventude, e a noção depende tanto da auto-identificação como do reconhecimento dos outros” (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.35).

Na pós-modernidade, os jovens rurais têm passado por transformações no seu modo de vida e isso se repercute também na dificuldade de estabelecer condutas definidas pela faixa etária. Leccardi (2005), ao discutir a problemática, identifica, entre as mudanças que vem ocorrendo na mentalidade dos jovens, uma mudança na noção de tempo, ou seja, está havendo uma valorização do presente e do futuro próximo em detrimento do futuro distante. “Há, por um lado, o prolongamento da fase juvenil e, por outro, a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade” (LECCARDI, 2005 *apud* Carneiro; Castro, 2007, p.35). É possível entrar no mercado de trabalho ou casar e logo em seguida voltar a ser sem renda ou solteiro e depender novamente dos pais. Inclusive a conclusão dos estudos não significa uma reviravolta significativa na vida dos jovens.

Há, atualmente, uma tendência de valorização do presente em detrimento do futuro. Bauman (2008), inspirado na teoria do Big Bang, defende que o tempo deixou de ser visto de forma linear e cronológica e passou a ser visto de forma pontilhistas, em que cada ponto seria a oportunidade de criar um universo totalmente novo. O momento considerado ideal não é mais o resultado de um esforço ao longo do tempo, gerador de um progresso acumulativo, mas é algo imediatista e instantâneo que “pode e deve ser alcançado, talvez no momento seguinte ou mesmo neste exato momento” (BAUMAN, 2008, p.47). Nessa concepção, surpresas, golpes inesperados de boa sorte e oportunidades imprevistas podem aparecer a qualquer instante e, a cada momento, são vistos como uma potencialidade revolucionária. Só em retrospectiva, se poderia perceber uma linearidade e uma finalidade dos atos isolados.

Na sociedade “agorista”, cada oportunidade é única e não pode ser desperdiçada. A demora em decidir implica em perda de oportunidades. Para os consumidores “agoristas”, o motivo da pressa é o impulso de adquirir e juntar. Nessa cultura, querer que o tempo pare é sintoma de estupidez, preguiça ou inépcia.

Assim, quando os objetos dos desejos de ontem e os antigos investimentos da esperança quebram a promessa e deixam de proporcionar a esperada satisfação instantânea e completa, eles devem ser abandonados – junto com os relacionamentos que proporcionam um “bang” não tão “big” como se esperava (BAUMAN, 2008, p.51).

Bauman (2001) explica ainda que passamos de uma modernidade sólida no fordismo para uma modernidade líquida, na qual a flexibilidade é a nova norma para todos os aspectos da vida do indivíduo.

Viver num mundo cheio de oportunidades – cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, cada uma compensando a anterior, e preparando o terreno para a mudança para a seguinte – é uma experiência divertida. Nesse mundo, poucas coisas são predeterminadas, e menos ainda irrevogáveis. Poucas derrotas são definitivas, pouquíssimos contratempos irreversíveis; mas nenhuma vitória é tampouco final. Para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre (BAUMAN, 2001, p.74).

Entre tantos aspectos da vida (relacionamentos amorosos, amizades, trabalho, estudos, etc.), esse excesso de opções e a conseqüente dificuldade de fazer escolhas se refletem também no consumo. Bauman (2001, p.75) conta que “a mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades: a necessidade de dispensar algumas opções inexploradas e abandoná-las”. Com tantos estímulos e opções, o nosso comportamento muda e temos a tendência a assumirmos uma atitude “*blasé*” e entorpecermos a nossa capacidade de discernimento. Embora percebamos as coisas, elas são vistas como imateriais e, desse modo, não conseguimos atribuir preferência a nenhuma. Na sociedade de consumo, o indivíduo almeja uma vida feliz, terrena, aqui e agora – é o desejo de uma felicidade instantânea e perpétua e que é usada para medir o grau de sucesso e fracasso.

Na medida em que o modo de vida urbano ultrapassa os limites da cidade, leva consigo novas aspirações e desejos aos jovens do campo. A mesma informação e publicidade que chega à casa do jovem citadino também chega à casa dos jovens rurais através dos meios de comunicação, o que lhes desperta a vontade de adquirir objetos e serviços que lhes permitam incluir-se no modelo propagado pela mídia.

Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar ao mesmo tempo no lugar, na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas de fora, de escala nacional ou global, certamente afeta não apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de pequenos agricultores por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.57).

Lefèbvre (2008, p.13) define sociedade urbana como “a sociedade que nasce da industrialização”. Aos poucos, essa sociedade domina e absorve a produção agrícola. O fenômeno urbano é uma tendência planetária, mas não acontece ao mesmo tempo em todos os lugares, uma vez que, também aos poucos, ele leva novas lógicas que entram em contradição com as lógicas de reprodução locais. “O urbano ascende, assim, como horizonte, forma e luz (virtualidade que ilumina), ao mesmo tempo que como prática em desenvolvimento e como fonte e fundamento de uma natureza outra que a inicial” (LEFÈBVRE, 2008, p.101). O autor explica que primeiro o urbano se afirma e, depois, ele explode.

E quem mais receptivo e sensível ao urbano do que os jovens? São eles os que mais se sentem atraídos por sua luz e os mais atingidos por sua explosão.

O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível (LEFÈBVRE, 2008, p.26)

Ao entrar em contato com o modo de vida urbano, os jovens do meio rural dificilmente conseguirão se manter “sólidos”. Carneiro; Castro (2007, p.150) explicam que “os processos culturais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo, como a globalização, desemprego estrutural, migrações nacionais e internacionais, mundialização do capital, etc. envolvem todos os indivíduos na cidade e no campo”. Dessa forma, o campo não é mais o local de atraso, onde a informação e o acesso sempre chegavam por último, sendo que muitos espaços rurais, que estão integrados ao sistema capitalista, apresentam jovens mais atualizados do que muitos jovens urbanos.

Na cultura consumista, que hoje não existe apenas nas cidades, mas também se propaga pelos campos, há uma preocupação de “estar sempre à frente”, sob pena de ser um fracasso frente aos pares. Não acompanhar a tendência é ficar estagnado e, conseqüentemente, ficar para trás e ser excluído. O consumidor tem a ilusão que é livre ao escolher as mercadorias, mas não se dá conta que não escolhe o que está disponível para sua escolha e que o ato de escolher é obrigatório.

Enquanto a sociedade de produtores visava a permanência e a procrastinação da satisfação, a sociedade de consumidores valoriza a efemeridade. Isso fez encurtar a distância entre o desejo e a satisfação e o depósito de lixo.

Bauman (2008, p.111) confirma que “a síndrome consumista envolve velocidade, excesso e desperdício”. A cultura consumista proporciona a superação de vários terrores (obrigações angustiantes, proibições irritantes, rotinas monótonas e maçantes), mas traz o terror da responsabilidade. Fica, sobre os ombros do indivíduo, a responsabilidade da escolha e, se esta der errado, somente ele se sente o culpado pela própria derrota.

Além disso, na cultura do consumo, as pessoas esperam satisfação imediata e, entre tantas opções, têm dificuldade de fazer escolhas. Bauman (2008, p.121) observa que “os sofrimentos humanos mais comuns nos dias de hoje tendem a se desenvolver a partir de um excesso de possibilidades, e não de uma profusão de proibições, como ocorria no passado”. Entre a juventude, é comum vermos alunos que iniciam diversas faculdades, mas não conseguem terminar nenhuma, além dos jovens que têm diversos relacionamentos superficiais, mas não conseguem ter uma relação profunda e estável com ninguém ou, ainda, aqueles que perambulam de emprego em emprego, sem “se encontrar” em nenhum. Com tantas opções, o tempo se tornou escasso e a dificuldade de fazer escolhas aumenta, pois se deseja viver todas as experiências.

A vida de consumidor é, acima de tudo, um estar em movimento. Porém, a satisfação duradora implicaria na desnecessidade do movimento, o que é catastrófico na mentalidade dos consumidores.

(Ela) exige que nossas necessidades sejam insaciáveis e que ao mesmo tempo procurem mercadorias para sua satisfação. Ou talvez pudéssemos dizer: somos impulsionados e/ou atraídos a procurar incessantemente por satisfação, mas também a temer o tipo de satisfação que nos faria interromper esta procura (BAUMAN, 2008, p.127).

Na cultura consumista, há uma sutil coação para que sejamos *alguém mais* e uma pressão para um “renascer” constante. Se o objeto (ou pessoa) recém “adquirido” apresentar uma mínima falha (e quase sempre apresentará), precisa ser logo descartado e substituído. A tirania do momento leva a uma pressa extrema, que impede de viver no presente e não favorece a paciência e a perseverança. Bauman (2008, p.138) garante que “num mundo assim, é o ato de se livrar do indesejado, muito mais do que o de agarrar o que se deseja, que é o significado da liberdade individual”. Os bens de consumo dificilmente são neutros em relação à identidade,

ou seja, eles tendem a trazer uma identidade incluída, que os consumidores desejam incorporá-la ao seu “eu” e fazer “renascer” a si mesmo.

A juventude tem um papel cada vez maior no consumo. Rocha; Pereira (2009, p.77) salientam que “os hábitos de consumo deixaram de ser uma atribuição exclusivamente adulta e vêm se aproximando, cada vez mais, da infância, fase que precede o papel social do adolescente na moderna sociedade de consumo”. Grande parte das publicidades são direcionadas às crianças, pois elas são mais vulneráveis à sedução do consumo e têm poder de influência sobre os pais.

Inserir-se no modo de vida urbano e, conseqüentemente, na sociedade de consumo, tem um preço, pois não somente é necessário abandonar antigos hábitos de vida como também é indispensável ter dinheiro para usufruir dos seus benefícios. Carneiro; Castro (2007), ao comentar pesquisas realizadas com jovens rurais, destacam duas reivindicações mais mencionadas por estes: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. Segundo as autoras,

o primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisão e de um maior espaço para a atuação dos jovens (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.39).

O jovem fica dividido em querer aproveitar o melhor dos “dois mundos”, ou seja, ao mesmo tempo em que se sente acolhido e seguro na comunidade familiar rural, deseja a liberdade de escolhas e a autonomia que a cidade pode proporcionar.

Stropasolas (2006) explica que a perspectiva de ter uma renda e poder consumir o que quiser, sem necessitar da aprovação do grupo familiar, é um fator decisivo na opção dos jovens pela migração para as cidades, principalmente das moças.

O fato de trabalhar fora, ter todo o final do mês o seu dinheiro, a liberdade e a independência financeira que ele gera, para comprar a sua roupa, ou utensílios de uso pessoal, sem ter que ficar pedindo ao pai para pagar a entrada do baile, embora possam parecer coisas simples para quem vê de fora, revestem-se de grande importância no processo decisório que define as opções de ir ou ficar (STROPASOLAS, 2006, p.320).

Os jovens rurais não querem ser vistos como os “caipiras”, “foras de moda”, sem acesso ao conhecimento e ao que é consumido pelos jovens urbanos bem sucedidos. Wedig; Menasche (2009), ao analisar dados de sua pesquisa realizada em Vale do Taquari/RS, explicam que

se, por um lado esses jovens valorizam o espaço rural como lugar e bem viver (...), por outro lado podemos notar uma valorização da estética, ou melhor, de múltiplas estéticas associadas à juventude urbana, o que pode ser observado no espaço de pesquisa através, por exemplo das vestimentas que portam os jovens rurais, que hoje em nada se diferenciam daquelas dos jovens da cidade (...) (WEDIG; MENASCHE, 2009, p.8).

Dessa forma, jovens urbanos e rurais estão cada vez mais semelhantes. Os grupos de jovens do meio rural também procuram no consumo os códigos para serem aceitos pelos demais.

O grupo é, ainda, a principal instância de decodificação das mensagens provindas do mundo de fora. É entre os pares e no plano das igualdades que se negociam as significações e os sentidos que governam as escolhas concretas da vida. É no grupo que se define o que se gosta ou não, o que é legítimo ou não, o que se compra, se veste, se bebe, se consome, se usa, o que é permissível e o que é desejado. Ele é, para os jovens, um espaço fundamental – instância na qual se verificam as realidades e se negociam os sentidos do mundo (ROCHA; PEREIRA, 2009, p.55).

Para os jovens contemporâneos, possuir *gadgets* (“geringonças” eletrônicas) é considerado fundamental. A capacidade de compactar o mundo em uma fração de tempo é conseguida através de equipamentos como a televisão, o celular, o notebook, o palmtop, o mp3, o pendrive, etc.

Os *gadgets* são, assim, fundamentais para eles, por atingirem diretamente outros dois importantes valores da adolescência – o poder e a autenticidade. O consumo é uma face do exercício do poder, pois são os jovens que indicam para os adultos os mais novos equipamentos do mercado, que lhes ensinam a usá-los e que, no limite, definem dentro de casa, quais serão comprados (ROCHA; PEREIRA, 2009, p.69).

Bauman (2008) discute os efeitos que o acesso às redes sociais, proporcionado pelo consumo de aparelhos eletrônicos, provocam em seus usuários. À medida que mais e mais pessoas vão aderindo, já não se torna uma escolha, mas uma obrigação para os demais, sob pena de cair no isolamento total.

(...) a vida social já se transformou em vida eletrônica ou cibervida, e a maior parte dela se passam na companhia de um computador, um iPod ou um celular, e apenas secundariamente aos lado de seres de carne e osso). É óbvio para os jovens que eles não têm sequer uma pitada de escolha Onde eles vivem, levar a vida social eletronicamente mediada não é mais uma opção, mas uma necessidade do tipo “pegar ou largar”. A “morte social” está à espreita dos poucos que ainda não se integraram (BAUMAN, 2008, p.9).

A cada geração, ocorre uma mudança de mentalidade e uma nova forma de ver o mundo. A diferença é que se, antes, uma geração era formada a cada 20 ou 25 anos, hoje essa mudança de mentalidade ocorre em um intervalo de tempo cada vez menor. Por exemplo, um jovem de 20 anos já não se reconhece em uma criança de 10 anos. Fica a comparar a sua vida naquela faixa etária e identifica cada vez menos hábitos em comum com as crianças que atualmente estão nessa idade. Como as mentalidades estão mudando cada vez mais rápido, aumentam os conflitos entre filhos, pais, avós, etc., o que dificulta a permanência da união pacífica e harmoniosa de grupos familiares também no meio rural. Todavia, para a sobrevivência da agricultura familiar, essa união ainda é fundamental.

Como os mais novos estão mais familiarizados com as novas tecnologias, eles se encontram, de certa forma, em situação de superioridade em relação aos mais velhos, fato este que gera conflitos, uma vez que a tradição era a de os mais jovens aprenderem com a experiência dos mais velhos. Em muitos aspectos, parece ter se invertido essa lógica, com os mais idosos tendo de perguntar aos mais jovens como manusear um aparelho tecnológico ou como ter acesso à determinada informação, por exemplo.

Cada geração tem a sua forma de ver o mundo e um modo diferente de consumir produtos e serviços. Do mesmo modo, é possível perceber diferenças na conduta no trabalho. Enquanto os jovens sempre procuram a forma mais fácil de resolver os problemas, os mais idosos desconfiam quando a solução é muito fácil, pois viveram em um tempo de penosidade, em que cada conquista era batalhada.

Alguns pesquisadores da sociedade contemporânea, como Almeida (2014), classificam as últimas gerações em quatro categorias: Baby Boomers, X, Y e Z¹⁸.

¹⁸ A reportagem do site mencionado a seguir, cujas informações foram utilizadas na elaboração do resumo, explica claramente a diferença entre as gerações. Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos? Disponível em: <www.oficinadanet.com.br/post/13498>. Acesso em 13 jul. 2017.

Essas gerações apresentam diferenças principalmente na forma de utilizar a tecnologia e de se relacionar, conforme resumo a seguir:

Baby Boormes → São conhecidos como *Boomers* em decorrência do *boom* de nascimentos entre 1946 a 1960, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente no ocidente. Essa geração foi marcada por acontecimentos como a Guerra do Vietnã e a revolução sexual. Os jovens protestaram contra o poder, mas acabaram possuindo cargos de poder. São ambiciosos e conquistaram bens materiais. Ademais, valorizam o trabalho árduo, o foco no resultado e o sustento com o próprio trabalho. Preferem um trabalho fixo e estável a correr riscos e gostam de ser reconhecidos pela sua experiência. Em contrapartida, têm dificuldade para compreender o funcionamento de celular, computador e internet, pois se criaram em uma época em que recém estava começando a surgir os automóveis, a máquina de escrever e a TV e, por esse motivo, eram mais familiarizados com o rádio. Essa geração atualmente tem entre 57 e 72 anos e, em Canguçu, corresponde ao grupo de aposentados. Agora, aliviados da luta diária pela sobrevivência, possuem uma renda mensal garantida, que é conquistada aos 55 anos para as mulheres rurais e aos 60 anos para os homens rurais.

Geração X → São as pessoas que nasceram no início dos anos 1960 até final da década de 1970 ou até 1982. Como cresceram após um longo período de guerras, essa geração esperava encontrar um mundo incerto e hostil, com as polaridades do bem e do mal bem definidas (Guerra Fria → Estados Unidos e União Soviética). Foram jovens cheios de ideais, mas cuja maioria se rendeu ao sistema e fez carreira. São profissionalmente bem treinados e respeitam hierarquias. Trata-se de uma geração preocupada com o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Atualmente, possuem entre 35 e 56 anos. Em Canguçu, a Geração X corresponde a pessoas que estão em plena idade ativa e desempenham atividades econômicas no campo ou na cidade, possivelmente sendo os que estão à frente na administração das propriedades rurais. Muitos desse grupo presenciaram, em sua infância e juventude, muitos amigos migrarem para as cidades, visto que Canguçu teve um intenso êxodo rural entre as décadas de 1970 e 1980. Mesmo assim, optaram por permanecer no campo. Se para ser migrante é necessário coragem, também é preciso coragem para ficar e lutar em um contexto que já não parece mais tão promissor. A maioria das pessoas dessa geração acumula a função de cuidar dos pais idosos e dos filhos adolescentes.

Geração Y → São os nascidos a partir do final da década de 1970 até 1990. Esses jovens cresceram em uma época de grande desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico. Por esse motivo, tiveram acesso a tecnologias que seus pais não tiveram (TV, internet, computadores, videogames, etc). Eles cresceram rodeados de facilidades fornecidas por seus pais, que passaram por dificuldades e queriam dar uma vida melhor para seus filhos. Sempre acostumadas a terem o que querem, as pessoas da Geração Y têm dificuldade de se submeterem a superiores hierárquicos no início da carreira e, além disso, querem salários altos desde cedo. Costumam trocar de emprego com frequência em busca de melhores salários e crescimento profissional. Essa atitude é vista pelos seus pais de forma negativa, já que, na geração anterior, o “normal” era trabalhar toda a vida e se aposentar na mesma atividade econômica ou empresa, bem como o esperado era que as conquistas materiais acontecessem lentamente. No que se refere ao consumo, a Geração Y é exigente e informada sobre os produtos e a sua opinião tem peso na hora da família realizar uma compra. São multitarefas, ou seja, conseguem fazer diversas atividades ao mesmo tempo. Atualmente, têm entre 27 e 35 anos. Em Canguçu, a essa altura da vida, já optaram pelo campo ou pela cidade e em sua maioria já desempenham atividades econômicas e já constituíram família, correspondendo a fase em que possuem filhos pequenos. Muitos desses já passaram pela experiência do divórcio, o que ainda choca a geração *Baby Boomers* e grande parte da Geração X no município.

Geração Z → Nasceram entre o fim de 1992 a 2010. São chamados de “nativos digitais”, pois nasceram quando a internet já estava difundida, ou seja, enquanto as gerações anteriores acompanharam o desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e tiveram de “migrar” para o mundo virtual, os nativos digitais já nasceram nesse contexto. É uma geração que está sempre conectada e domina os aparelhos tecnológicos. Eles nunca viram o mundo sem computador e não entendem como as pessoas obtinham as informações quando não existia o Google, por exemplo. Eles estão sempre à frente das outras gerações, porém têm dificuldade para interagir socialmente e para ouvir. Devido ao fato de estarem sempre conectados, também têm dificuldade para se comunicar verbalmente com os demais. É uma geração que não acredita mais na educação formal e em empregos de longo prazo. Trata-se da geração considerada a mais fechada de todas, uma vez que ouvem pouco e falam pouco, vivem uma “cibervida”

e são mais egocêntricos. São os que, atualmente, possuem menos de 24 anos e que correspondem ao grupo em que foram aplicados os questionários da nossa pesquisa. Essa faixa etária é uma grande consumista de tecnologias.

No sistema de consumo adolescente, os *gadgets*, por suas características de comunicabilidade e, com ela, de gregarismo, desempenha papel fundamental. A tecnologia se transforma em bens de consumo, simbolizando identidades, estilos de vida, posições em uma hierarquia, transferindo e repondo distinção, prestígio, encanto, classificando, enfim, os semelhantes e os diferentes, as pessoas e as coisas (ROCHA; PEREIRA, 2009, p.95).

Ao analisar semelhanças e diferenças, em relação ao sentido do consumo entre as Gerações X, Y e Z, Almeida (2014) percebeu como semelhança questões relativas a aspectos financeiros, à satisfação e ao *status*. Já termos ligados a Identidade e Significado são apresentados em maior número pelos indivíduos das Gerações Y e Z. No entanto, a Geração X foi a única em que houve caso de algum entrevistado não visualizar identidades nas suas aquisições, afirmando avaliar o sentido somente pelo valor de uso e valor de troca dos produtos, equivalentes à função e ao aspecto monetário. Porém, de modo geral, Almeida (2014) afirma não ter encontrado tantas diferenças no sentido do consumo para as diferentes gerações.

Uma parcela dos sujeitos entende que poderia haver mais prejuízos que ganhos se houvesse mudanças nos atuais sentidos do consumo e outra parte não consegue nem mesmo imaginar alterações nessa cultura, o que parece reforçar a ideia do consumo como instituição social. O mesmo ocorre com o termo competição que, para alguns dos participantes do estudo, mostra-se como algo necessário, cristalizando, ainda, os termos disputa e ambição, concebidos como inevitáveis para a progressão social ou individual, de que o consumo é um instrumento (ALMEIDA, 2014, p. 129).

Portanto, na sua pesquisa¹⁹, Almeida (2014) identificou uma naturalização do consumo e da competição, isto é, a maioria dos entrevistados, das três gerações pesquisadas, percebe o consumo como algo “natural” e não uma construção humana, passível de transformação. E, embora todas as gerações se apresentem “enfeitadas” pelo consumo, são as gerações mais novas que se mostram movidas por aspectos subjetivos. A decisão do consumir com a renda gerada na propriedade,

¹⁹ A sua pesquisa analisou o sentido do consumo para acadêmicos da área da Administração de uma instituição do ensino superior de Nova Serrana/MG, representantes das Gerações X, Y e Z.

pode ser uma fonte de conflitos entre as gerações na agricultura familiar. Enquanto as Gerações *Baby Boomers* e X podem achar mais importante adquirir mais um pedaço de terra, a Geração Y provavelmente gostaria de investir em maquinários agrícolas para facilitar o trabalho e a Z, por seu turno, gostaria de comprar as tecnologias recém-lançadas para uso pessoal. Quem vencerá esse jogo de interesses? Provavelmente, os jovens não consigam tudo o que querem, mas alguma “vitória” conseguem dentro da família. Rocha; Pereira (2009, p.16) ratificam que “não é por acaso, portanto, que a mídia destaca o papel do adolescente e do jovem em nossa sociedade, demonstrando sua força como mediador de inovações tecnológicas e modos de consumo dentro da família”.

Embora as características presentes nas diferentes gerações ainda sejam mais predominantes em jovens urbanos, os jovens rurais cada vez mais se assemelham a esses modelos. Assim sendo, as diferenças entre essas gerações tende a acirrar os conflitos em família e conseqüentemente desagregar os núcleos de agricultura familiar, quando não houver um esforço de diálogo e consenso entre os membros da família.

Nas famílias rurais, geralmente o líder do grupo será alguém da Geração X (na maior parte dos casos um homem), cuja sucessão da propriedade lhe foi passada recentemente por seu pai, da Geração *Baby Boomers*. Em Canguçu, é comum as pessoas se aposentarem no meio rural e dizerem que, agora, “entregaram tudo para o filho”, ou seja, por disporem de uma renda estável, já se tranquilizam em entregar o comando da propriedade. Outros, não têm sucessor na propriedade, já que os filhos migraram para a cidade, e estão apenas esperando a aposentadoria rural para também migrarem.

O indivíduo da Geração X vem de uma tradição em que os mais velhos é que têm a autoridade e desempenham, ao longo de toda a sua vida, a mesma atividade econômica que sua família já praticava ao longo das gerações. Ele somente se sente seguro naquela atividade, pois é a única que tem domínio de como funciona. Além disso, ele considera uma perda de tempo e de energia os jovens ficarem tanto tempo acessando tecnologias, uma vez que, quando jovem, ele já tinha plantado e colhido várias lavouras, apenas utilizando bois, arado e enxada.

Essa figura de autoridade na família precisará gerir os pertencentes à Geração Y, que estão cheios de planos, novidades e desejo de inovação. Quem é da Geração Y acha um absurdo continuar trabalhando com arado e boi, tendo em

vista que hoje existe trator, ceifa e demais tecnologias agrícolas. Quando a família não tem condições de adquirir esses objetos, ele não vê jeito para fazer nada na propriedade. É, portanto, avesso à penosidade e só aceita fazer atividades que sejam “fáceis” e lhe deem retorno financeiro imediato. Da mesma forma, a Geração X e, em parte, a Geração Y, precisarão gerir a Geração Z que fica todo o tempo conectada e cuja atitude de introspecção passa uma imagem de desinteresse por tudo.

Ademais, a conduta no nível pessoal também tende a gerar conflitos, pois a maioria da Geração X é de uma época em que as pessoas namoravam, noivavam e casavam “para sempre” (nessa ordem) e seguiam trabalhando na propriedade que a família possuía há gerações. Já os das Gerações Y e Z preferem relações mais superficiais e passageiras, em um novo contexto cultural que até o amor se transformou em “líquido”, como demonstra Bauman (2004). Também já não veem a terra da família com o mesmo valor simbólico, tendo como meta a migração para a cidade, quando não conseguem fazer as coisas do seu modo na propriedade.

Além disso, em Canguçu, a maioria das pessoas de cada geração teve diferenças no nível de acesso à educação formal. Enquanto os da Gerações *Baby Boomers* e X têm pouca escolaridade (analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto), os da Geração Y tiveram um pouco mais de acesso e muitos possuem pelo menos o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. Já a Geração Z é a que mais tem acesso a educação formal, em que a maioria cursa Ensino Superior. Porém, enquanto os da Geração Y escolhiam se queriam continuar estudando ou parar os estudos e seguir desempenhando as atividades econômicas da família, os da Geração Z se sentem obrigados a estudar – e a maioria das famílias tem a expectativa de que isso aconteça.

Os conflitos entre as gerações são inevitáveis tanto na cidade quanto no campo e os grupos familiares que, mesmo com todas essas diferenças, conseguem manter o diálogo, provavelmente terão um desempenho melhor do que os demais. Todas as gerações apresentam aspectos positivos, que necessitam de diálogo para canalizarem para algo produtivo. Se somente as ideias da Geração X prevalecerem em um grupo, muita criatividade, inovação e vantagens que o uso da tecnologia oferece não serão aproveitados. Isso fará com que essas propriedades não consigam se manter competitivas no mercado. Por outro lado, se a Geração Y não levar em conta a experiência e o foco da Geração X, na hora de conduzir as

atividades, poderá ficar trocando de atividade e usando a tecnologia sem um objetivo definido, o que impedirá de terem resultados em longo prazo.

Da mesma maneira, se apenas as ideias da Geração Z prevalecerem, haverá uma deficiência na capacidade de ouvir do grupo e uma falta de diálogo para resolver os conflitos que são inevitáveis na convivência humana. O respeito em relação às diferentes percepções de cada geração dentro do grupo familiar, a humildade de estar sempre aberto a aprender com os demais, a valorização do que cada geração tem de melhor e o constante diálogo serão um diferencial para as propriedades de famílias rurais, assim como são para as empresas urbanas. Dessa forma, os indivíduos poderão continuar unindo forças com o que tem de melhor para alcançarem objetivos que, individualmente, seriam impossíveis de se conseguir.

Assim sendo, percebemos que as transformações econômicas, culturais e políticas que a sociedade vem sofrendo afeta não apenas os jovens da cidade, mas também os jovens rurais, já que estes não estão mais isolados do que ocorre no mundo. Ao fazerem as suas escolhas, esses jovens levam em consideração informações produzidas além dos limites da propriedade em que vivem e que lhes chega através dos meios de comunicação.

A crescente chegada de equipamentos modernos como TV, telefone, possibilita aos agentes sociais intensificar a ressignificação de tradições, símbolos e práticas da vida social, tendo em vista a realização de projetos individuais a partir dos quais possam se desvincular de sua família de origem (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.150).

A tendência é que continuem surgindo novos produtos e que o consumo seja cada vez mais estimulado, pois a passagem do fordismo para a acumulação flexível apenas transformou o consumo de massa em um consumo mais individualizado, em que as diferenças de cada consumidor são identificadas e estimuladas, em que o giro de capital se tornou ainda mais rápido.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, retorno do mercado etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior (HARVEY, 1998, p.257).

Embora a sociedade de consumo tenha surgido nas cidades, com a “implosão” destas, ela atingiu o campo. O modo de vida rural vem se ressignificando,

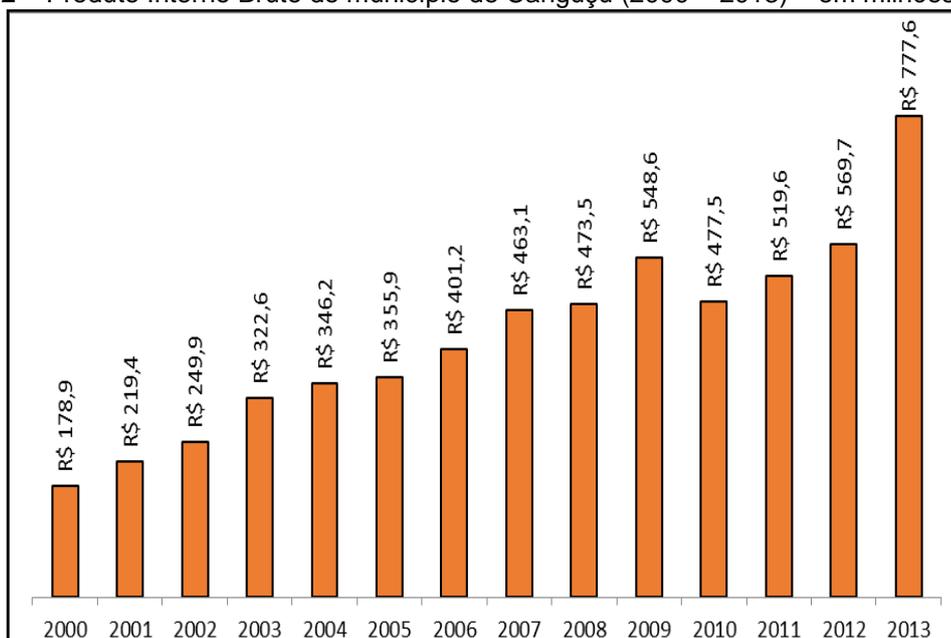
isto é, ele está se transformando ao entrar em contato com o modo de vida urbano. Os habitantes do meio rural comportam-se de maneira semelhante aos moradores dos centros urbanos e utilizam as técnicas desenvolvidas na cidade, “artificializando” o campo e tornando esses espaços cada vez mais semelhantes. Além disso, os moradores do campo vêm perdendo a sua autonomia produtiva e passando a atender as demandas de mercados específicos para satisfazer gostos individuais e transitórios.

3.4 A INTEGRAÇÃO CAMPO-CIDADE ATRAVÉS DO CONSUMO EM CANGUÇU/RS

Segundo o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o potencial de consumo urbano em Canguçu, no ano de 2016, era de R\$386 milhões. O município ocupava a 657ª posição no ranking nacional e a 58ª posição no ranking estadual.

O PIB (Produto Interno Bruto) de Canguçu quadruplicou em 13 anos (Gráfico 12) e isso certamente é um fator que contribuiu para o aumento do consumo local, posto que apenas o desejo de comprar não se efetiva sem uma base econômica.

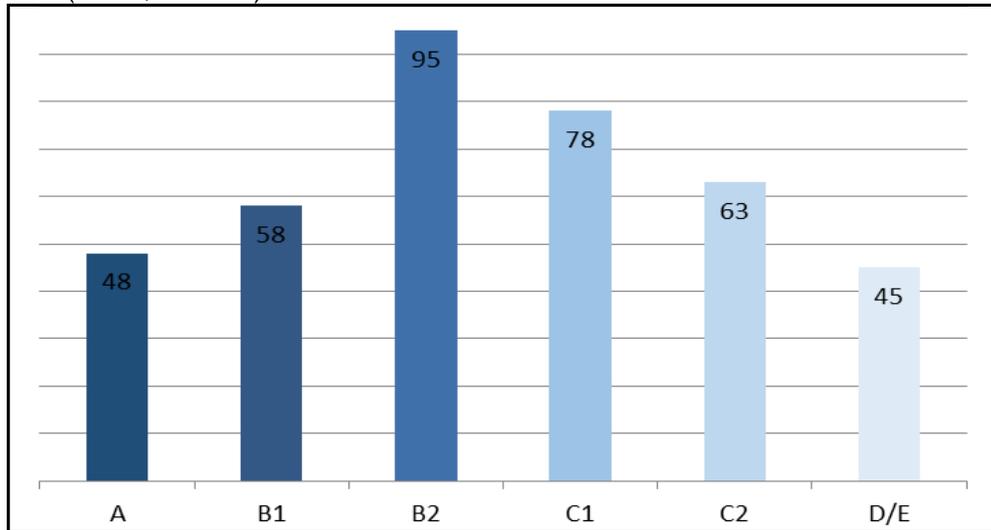
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto do município de Canguçu (2000 – 2013) – em milhões



Fonte: SEBRAE com base na FEE – RS.

No Gráfico 13, podemos ver que o potencial de consumo na cidade de Canguçu em 2016 se concentrava principalmente na classe B, com R\$153 milhões, seguida da classe C, com R\$141 milhões.

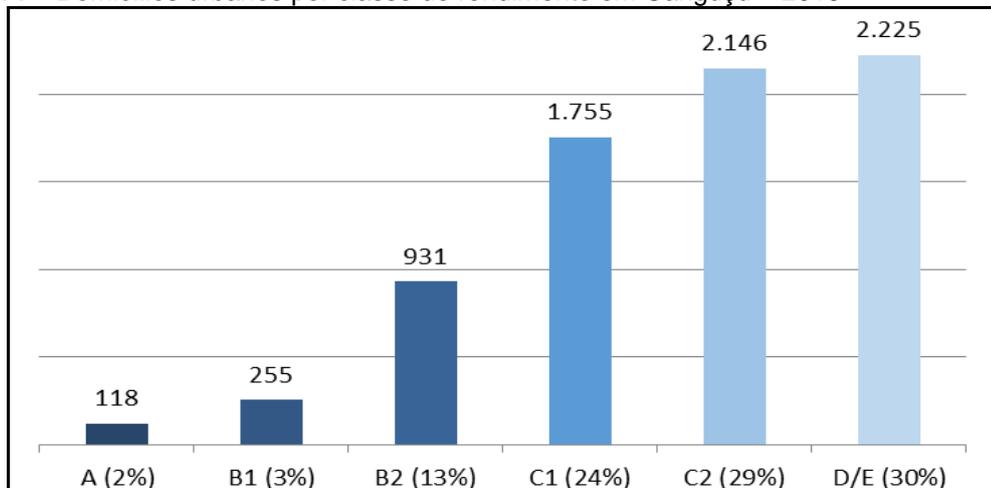
Gráfico 13 – Potencial de consumo urbano por classe de rendimento na cidade de Canguçu – 2016 (em R\$ milhões)



Fonte: SEBRAE com base em IPC Marketing/ABEP.

Se formos considerar a média de rendimento dos domicílios urbanos, veremos, no Gráfico 14, que 53% desses domicílios, que corresponde a 3.901 residências, são ocupados por pessoas da classe C. É uma renda relativamente baixa, porém permite acesso ao consumo de produtos básicos.

Gráfico 14 – Domicílios urbanos por classe de rendimento em Canguçu – 2016



Fonte: SEBRAE ²⁰.

²⁰ **Classe de rendimento:** O SEBRAE adotou o critério de Classificação Econômica Brasil, definido pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – ABEP, também utilizado na metodologia do

Na Tabela 20 vemos que, de 2001 a 2015, o consumo de energia elétrica no município de Canguçu (MWh) aumentou 115% e o total de consumidores aumentou 61%. Em parte, o aumento no consumo decorre das inúmeras novidades em aparelhos para as mais diversas finalidades, que a cada dia a indústria produz, já o aumento da quantidade de consumidores foi causado pela expansão da rede elétrica para o meio rural.

Tabela 20 – Consumo de energia elétrica no município de Canguçu/RS por total de consumo e de consumidores (2001-2015)

Ano	Total de Consumo (MWh)	Total de Consumidores
2001	26.633	13.483
2002	27.296	13.868
2003	28.059	14.489
2004	30.803	14.983
2005	31.569	15.310
2006	32.500	16.148
2007	35.381	17.109
2008	38.004	19.153
2009	40.342	19.552
2010	42.463	19.787
2011	46.408	20.237
2012	49.395	20.533
2013	52.213	20.844
2014	58.203	21.125
2015	57.183	21.663

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em FEE/ITEPA-UCPel.

índice de Potencial de Consumo. O critério é exclusivamente de classes econômicas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais. O método permite estabelecer um parâmetro confiável de renda familiar de cada classe, em termos de renda média familiar mensal. Os valores atualizados pela IPC Marketing, com base em dados de 2008 a 2011, estão demonstrados no quadro abaixo. O estudo também pode ser verificado em <http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-cangucu.pdf>.

Classe	A	B1	B2	C1	C2	D/E
Renda média familiar mensal (R\$) – 2015	20.272,56	8.695,88	4.427,36	2.409,01	1.446,24	639,78

Isso pode ser observado na Tabela 21, na qual estão expostos os dados referentes apenas ao meio rural. Constatamos que aumentou 51% o número de consumidores de energia elétrica em 15 anos. Diversas famílias passaram a ter energia elétrica em suas residências, o que possibilitou a compra e utilização de utensílios como geladeira, TV, eletrodomésticos, etc. Esse fato não apenas trouxe mudanças no acesso de tecnologias para uso pessoal, como também possibilitou o uso de tecnologias no trabalho, como estufas elétricas, iluminação de aviários, máquinas para silagem, etc.

Tabela 21 – Consumo de energia elétrica residencial e rural no município de Canguçu/RS (2001-2015)

Ano	Consumo Residencial (MWh)	Consumidor Residencial	Consumo Rural (MWh)	Consumidor Rural
2001	7.520	5.664	10.490	6.822
2002	7.846	5.919	11.264	6.958
2003	7.913	6.073	11.518	7.410
2004	7.973	6.311	13.807	7.633
2005	8.368	6.551	13.854	7.712
2006	8.478	6.892	14.792	8.211
2007	9.351	7.168	15.732	8.878
2008	9.972	7.528	17.253	10.552
2009	10.895	8.068	18.305	10.376
2010	11.954	8.395	18.845	10.253
2011	12.856	8.910	20.966	10.123
2012	13.744	9.206	22.320	10.087
2013	14.956	9.451	23.962	10.132
2014	16.008	9.577	26.669	10.248
2015	15.564	10.010	26.132	10.302

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em FEE/ITEPA-UCPel.

Dos três setores, cujos dados constam na Tabela 22, o comércio foi o que mais apresentou crescimento no consumo de energia. Enquanto o comércio teve um aumento de 43% no consumo, ao compararmos o ano de 2001 com 2015, o setor público teve aumento de 24% e a indústria teve um acréscimo de apenas 3%.

Tabela 22 – Consumo de energia elétrica no município de Canguçu/RS no comércio e na indústria (2001-2015)

Ano	Consumo Comercial (MWh)	Consumidor Comercial	Consumo Industrial (MWh)	Consumidor Industrial	Consumo Setor Público (MWh)	Consumidor Setor Público
2001	3.424	724	1.569	111	3.596	160
2002	3.651	721	938	103	3.581	165
2003	3.679	732	1.186	106	3.749	166
2004	3.880	769	1.256	101	3.865	166
2005	4.183	787	1.242	95	3.902	162
2006	4.436	789	1.162	94	3.608	159
2007	5.206	804	1.219	97	3.856	161
2008	5.540	813	1.152	93	4.074	166
2009	5.909	841	1.209	100	4.012	166
2010	6.333	863	1.213	110	4.107	165
2011	6.831	910	1.486	124	4.256	169
2012	7.046	946	1.801	122	4.470	171
2013	6.820	985	1.896	111	4.566	164
2014	8.720	1.021	2.411	113	4.384	165
2015	8.442	1.038	2.515	114	4.520	198

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em FEE/ITEPA-UCPel.

O consumo de combustível também aumentou consideravelmente em 15 anos, principalmente a gasolina, que teve o seu consumo dobrado passando de 6.198.000 para 12.042.600 litros consumidos anualmente (Tabela 23).

Tabela 23 – Consumo de Combustível no município de Canguçu (2001-2015)

Ano	Álcool (litros)	Diesel (litros)	Gasolina (litros)
2001	429.250	21.228.600	6.198.000
2002	442.050	17.262.900	6.221.130
2003	418.000	17.079.000	5.599.800
2004	456.500	15.664.000	6.566.800
2005	496.000	16.059.300	7.135.000

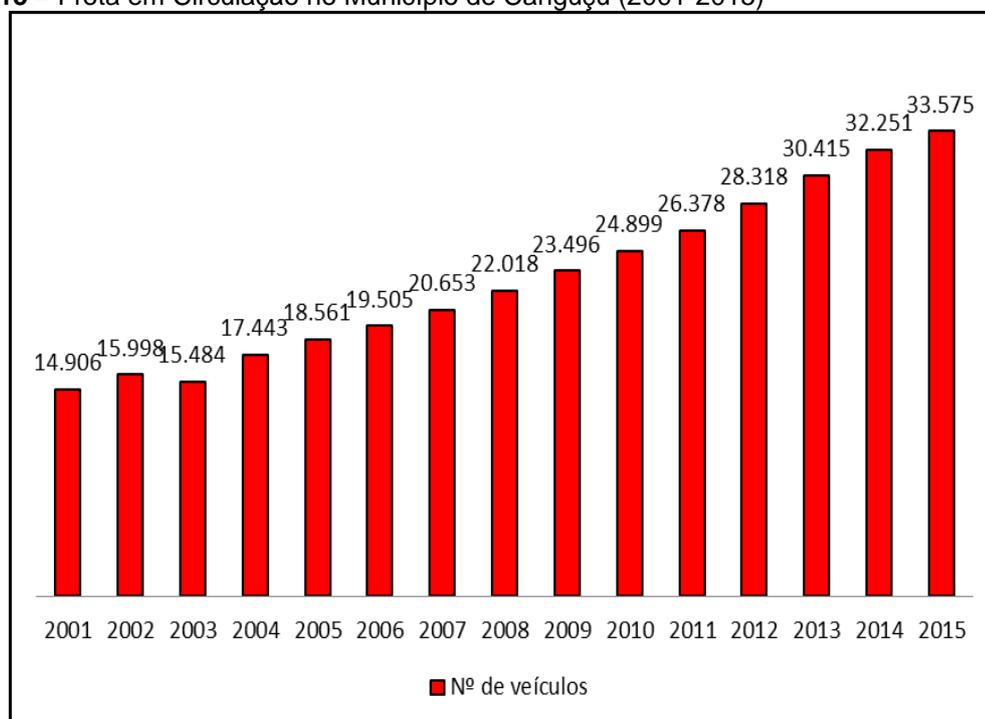
Continua

Ano	Álcool (litros)	Diesel (litros)	Conclusão
			Gasolina (litros)
2006	410.500	18.680.000	7.183.510
2007	466.036	21.284.700	5.493.720
2008	616.606	20.155.300	6.290.290
2009	673.000	23.207.500	7.517.500
2010	493.000	26.368.500	8.602.500
2011	369.000	28.967.000	9.073.500
2012	370.600	29.133.900	10.066.500
2013	369.000	37.056.900	10.837.000
2014	372.000	35.796.100	11.692.500
2015	489.500	33.782.000	12.042.600

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em FEE/ITEPA-UCPel.

O aumento no consumo de combustível está diretamente atrelado ao crescimento da frota de veículos no município, que foi de 125% em 15 anos (Gráfico 15).

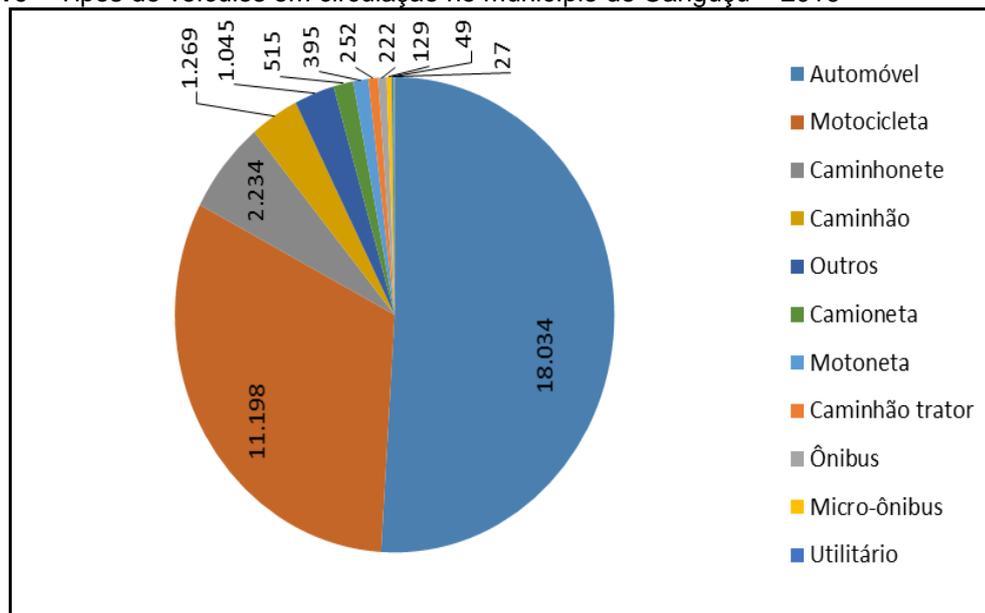
Gráfico 15 – Frota em Circulação no Município de Canguçu (2001-2015)



Fonte: DETRAN.

Em 2016, segundo o IBGE, o município de Canguçu ocupava a 38ª posição no RS em relação à frota de veículos, com 35.369 veículos. No Gráfico 16, na sequência, vemos que 51% dos veículos são automóveis e 32% corresponde a motocicletas. As motocicletas são o principal meio de transporte utilizado pelos jovens do meio rural.

Gráfico 16 – Tipos de veículos em circulação no município de Canguçu – 2016



Fonte: IBGE (2016).

Em que velocidade está acontecendo o crescimento do consumo de veículos? Quais os tipos de veículos que vêm apresentando maior crescimento no consumo? Essas questões podem ser respondidas se observarmos a Tabela 24, na página 189.

Com exceção da antiga camioneta, que teve queda, o consumo de todos os tipos de veículo apresentou um crescimento significativo. Destaca-se o aumento de + 4.565,9% na quantidade de camionetes, um veículo considerado de preço elevado para um pequeno município. O aumento na aquisição de tratores (420%) também é outro fator que chama a atenção, pois indica uma tendência de mecanização da agricultura.

A aquisição dos mais variados veículos, tanto para uso pessoal como para trabalho, é um dos maiores atrativos para quem tem um aumento na sua renda. E, geralmente, a aquisição de um novo veículo por um habitante da localidade estimula seus vizinhos a também almejem um produto igual ou talvez até melhor. Ao

contemplar pessoalmente o conforto, o *status* e a facilidade que o veículo proporciona, o desejo de adquiri-lo se intensifica nas pessoas próximas.

Tabela 24 – Número de veículos por tipo e por ano no município de Canguçu/RS (2001-2015)

Veículo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Comparativo entre 2001 e 2015
Ciclomotor	12	12	11	12	12	13	13	13	13	14	14	14	14	14	14	+ 16,7%
Motocicletas	4.267	4.740	5.413	6.342	6.846	7.346	7.795	8.315	8.775	9.208	9.692	10.186	10.569	10.794	11.009	+ 158%
Motoneta	12	17	25	33	44	74	129	147	193	249	287	308	335	348	372	+ 3.000%
Automóvel	6.647	7.209	7.896	8.739	9.158	9.495	9.976	10.614	11.440	12.152	12.912	14.100	15.461	16.619	17.419	+ 162,1%
Camioneta	723	688	715	753	675	611	502	277	296	307	312	357	379	433	480	- 33,6%
Micro-Ônibus	7	11	11	16	21	30	37	55	64	77	83	102	110	121	121	+ 1.628,6%
Ônibus	91	95	100	110	116	119	123	128	137	144	157	185	201	210	214	+ 135,2%
Caminhão	691	719	779	836	870	896	919	939	958	1.002	1.038	1.065	1.089	1.161	1.214	+ 75,7%
Caminhão Trator	70	82	94	105	109	109	123	143	150	162	178	197	216	235	243	+ 247,1%
Camionete	44	126	165	224	381	505	711	1.024	1.106	1.183	1.285	1.372	1.563	1.836	2.053	+ 4.565,9%
Tratores	5	8	9	9	13	16	15	15	17	20	23	23	24	26	26	+ 420%
Reboque	71	83	95	112	123	123	143	172	197	327	369	445	500	550	594	+ 736,6%
Semirreboque	143	162	183	204	219	224	249	284	297	230	262	276	306	339	347	+ 142,7%
Utilitário	1	1	5	4	5	7	6	8	12	16	19	27	28	35	38	+ 3.700%
Outros (não mencionados)	2	2	2	2	2	2	2	11	11	14	14	13	15	19	18	+ 800%

Fonte: Banco de Dados da Zona Sul com base em DENATRAN/ITEPA-UCPel.

No dia 25 de julho, é comemorado, anualmente, o Dia do Colono e do Motorista em Canguçu. Nesse dia, há festividades no meio rural com música, apresentações artísticas, desfile das rainhas e princesas da festa, comida, jogos, desfile de tratores e estandes de diversas empresas da cidade (Figura 38). As duas maiores festas costumam ocorrer no Silmar Ledeburg, no Canguçu Velho (1º distrito) e no Centro de Eventos do Herval (2º distrito).

Figura 38 – Festa do Colono no Herval – 2º distrito de Canguçu (2016)



Fonte: Canguçu OnLine.

Tanto na Figura 38, acima, quanto na Figura 39, na próxima página, podemos ver que o consumo é um dos destaques da festa. A quantidade de veículos estacionados se sobressai em proporção ao tamanho do agrupamento de pessoas. O desfile de tratores, juntamente com a existência de diversos estandes do comércio, é um incentivo ao consumo. Nessas festas, muitas empresas de máquinas agrícolas aproveitam que os agricultores estão reunidos para exporem as últimas novidades em tecnologias voltadas para a atividade.

Figura 39 – Desfile de tratores e estandes do comércio na festa do Colono no Herval – 2º distrito de Canguçu (2016)



Fonte: Canguçu OnLine.

O aumento no consumo também se refletiu em alguns bens duráveis. O consumo de televisão e de automóveis chama mais a atenção por apresentar um aumento maior no meio rural. Em 10 anos, a posse de televisão teve um aumento de 11,05% no meio rural e de 4,15% na cidade. A aquisição de automóvel, por sua vez, teve um crescimento de 9,78% no meio rural, enquanto na cidade cresceu 5,6%. A compra de TV pode ter contribuído para a redução do uso tradicional do rádio no meio rural, uma vez que o consumo desse objeto apresentou queda no período analisado.

Tabela 25 – Comparação da quantidade de bens duráveis permanentes existentes nos domicílios particulares permanentes (2000-2010)

Continua

Rádio – Domicílios particulares permanentes					
	Unidades	Percentual		Unidades	Percentual
2000 – rural	8.978	60,04%	2010 – rural	10.132	57,72%
2000 – urbana	5.494	36,74%	2010 – urbana	6.798	38,73%

Conclusão

Televisão – Domicílios particulares permanentes					
	Unidades	Percentual		Unidades	Percentual
2000 – rural	6.421	42,94%	2010 – rural	9.477	53,99%
2000 – urbana	5.186	34,69%	2010 – urbana	6.923	39,44%

Máquina de lavar roupa – Domicílios particulares permanentes					
	Unidades	Percentual		Unidades	Percentual
2000 – rural	1.560	10,43%	2010 – rural	3.054	17,4%
2000 – urbana	2.374	15,88%	2010 – urbana	4.225	24,07%

Microcomputador – Domicílios particulares permanentes					
	Unidades	Percentual		Unidades	Percentual
2000 – rural	10	0,07%	2010 – rural	1.176	6,7%
2000 – urbana	471	3,15%	2010 – urbana	3.170	18,06%

Automóvel para uso particular – Domicílios particulares permanentes					
	Unidades	Percentual		Unidades	Percentual
2000 – rural	2.731	18,27%	2010 – rural	4.924	28,05%
2000 – urbana	2.155	14,41%	2010 – urbana	3.512	20,01%

Fonte: IBGE – Dados da amostra.

Na Tabela 25, ao compararmos os bens duráveis existentes nos domicílios particulares permanentes urbanos com os existentes nos domicílios permanentes rurais, notamos que os objetos rádio, televisão, geladeira, telefone celular, motocicleta e automóvel para uso particular existem em maior quantidade no meio rural. Assim sendo, verificamos que os habitantes do campo estão tendo até mais acesso a bens duráveis do que os moradores da cidade, ou seja, o acesso à renda mostra-se mais fundamental para a inclusão na sociedade de consumo do que viver na cidade.

Tabela 26 – Bens duráveis existentes nos domicílios particulares permanentes de Canguçu/RS

Continua

Situação do domicílio	Alguns bens duráveis existentes no domicílio	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Percentual)
Total	Rádio	16.930	96,45%	51.379	96,85%
	Televisão	16.401	93,43%	50.459	95,12%
	Máquina de lavar roupa	7.279	41,47%	22.575	42,56%
	Geladeira	16.432	93,61%	49.969	94,20%
	Telefone Celular	15.123	86,15%	47.230	89,03%
	Telefone Fixo	1.745	9,94%	4.842	9,13%
	Microcomputador	4.346	24,76%	14.154	26,68%
	Microcomputador com acesso à internet	3.024	17,23%	9.453	17,82%
	Motocicleta para uso particular	6.042	34,42%	20.720	39,06%
	Automóvel para uso particular	8.436	48,06%	28.424	53,58%
Urbana	Rádio	6.798	38,73%	18.781	35,40%
	Televisão	6.923	39,44%	19.153	36,11%
	Máquina de lavar roupa	4.225	24,07%	11.776	22,20%

..	Geladeira	6.915	39,39%	19.182	36,16%

Situação do domicílio	Alguns bens duráveis existentes no domicílio	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Percentual)
Urbana	Telefone Celular	6.479	36,91%	18.148	34,21%
	Telefone Fixo	1.373	7,82%	3.615	6,81%
	Microcomputador	3.170	18,06%	9.679	18,24%
	Microcomputador com acesso à internet	2.624	14,95%	8.086	15,24%
	Motocicleta para uso particular	1.068	6,08%	3.181	6,00%
	Automóvel para uso particular	3.512	20,01%	10.840	20,43%
	Rádio	10.132	57,72%	32.598	61,45%
	Televisão	9.477	53,99%	31.306	59,01%
	Máquina de lavar roupa	3.054	17,40%	10.799	20,36%
Rural	Geladeira	9.517	54,22%	30.788	58,04%
	Telefone Celular	8.644	49,24%	29.083	54,82%
	Telefone Fixo	372	2,12%	1.227	2,31%
	Microcomputador	1.176	6,70%	4.476	8,44%
	Microcomputador com acesso à internet	400	2,28%	1.368	2,58%
	Motocicleta para uso particular	4.975	28,34%	17.539	33,06%
	Automóvel para uso particular	4.924	28,05%	17.585	33,15%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Dados da Amostra.

Na Tabela 27, observamos que os bens tecnológicos duráveis estão presentes nos domicílios de todas as classes de rendimento. O telefone celular é o bem com acesso mais “democrático”, dado que já constava em 51,83% dos domicílios, cuja renda mensal é de até três salários mínimos, em 2010. Já bens como telefone fixo, microcomputador sem/com acesso à internet eram mais presentes em níveis de renda mais elevado. No entanto, isso não quer dizer que os domicílios de renda mensal de até três salários mínimos não tenham acesso à internet, até porque, atualmente, a maioria dos telefones celulares também dispõe de acesso à internet e de aplicativos de comunicação de baixo custo como, por exemplo, o WhatsApp e o Facebook.

Tabela 27 – Bens tecnológicos duráveis x renda domiciliar no município de Canguçu (2010)

Continua

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Bens duráveis	Domicílios particulares permanentes (unidades)	Domicílios particulares permanentes (percentual)
Até três salários mínimos	Telefone celular	9.097	51,83%
	Telefone fixo	586	3,34%
	Microcomputador	1.684	9,6%
	Microcomputador com acesso à internet	980	5,58%
Mais de três a 10 salários mínimos	Telefone celular	4.542	25,88%
	Telefone fixo	823	4,69%
	Microcomputador	2.065	11,76%
	Microcomputador com acesso à internet	1.589	9,05%
Acima de 10 salários mínimos	Telefone celular	849	4,84%
	Telefone fixo	306	1,74%
	Microcomputador	510	2,92%
	Microcomputador com acesso à internet	389	2,22%
Sem rendimento	Telefone celular	636	3,62%
	Telefone fixo	31	0,18%

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Bens duráveis	Conclusão	
		Domicílios particulares permanentes (unidades)	Domicílios particulares permanentes (percentual)
Sem rendimento	Microcomputador	86	0,49%
	Microcomputador com acesso à internet	66	0,37%

Nota:

1 – Os dados são da amostra

2 – A categoria **Sem rendimento** inclui os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios

3 – Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00

Fonte: IBGE – Censo demográfico (2010). Reorganizada por Silvana de Matos Bandeira (2017).

Os dados apresentados até o momento comprovam que houve, em Canguçu, um aumento no consumo nos últimos 15 anos. O meio rural teve uma participação preponderante nesse processo, tanto como produtor quanto como consumidor. A cidade local adaptou-se ao novo contexto e desempenhou um papel de intermediária entre as indústrias de centros maiores e a demanda do seu entorno rural. É na sede do município que a maioria dos produtos é adquirida.

Em 2011, a administração municipal solicitou ao IPO (Instituto Pesquisas de Opinião)²¹ uma pesquisa para conhecer as demandas Comerciais, Industrial e Agroindustriais na cidade de Canguçu/RS. A seguir, apresentaremos e comentaremos alguns resultados dessa investigação que auxiliarão a elucidar o nosso problema de pesquisa.

Os dados coletados pelo IPO apontam que o meio rural possui, até mais que o meio urbano, o hábito de fazer compras no centro de Canguçu, ou seja, 96,9% dos pesquisados do meio rural possuem esse hábito (Tabela 28, na página seguinte).

²¹ Nesta pesquisa, o IPO efetuou 305 entrevistas, distribuídas entre os setores censitários do IBGE, através de sorteio aleatório simples.

Tabela 28 – Declaração dos munícipes sobre o hábito de ir ao Centro da cidade fazer compras (%)

Análise por área			
O (a) Sr.(a) tem o hábito de ir ao centro da cidade fazer compras?	Urbana	Rural	Geral do município
Sim, tem o hábito ir ao Centro para fazer compras	94,7	96,9	96,1
Não tem o hábito de ir ao Centro para fazer compras	5,3	3,1	3,9
Total percentual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Enquanto os habitantes da cidade têm o hábito de ir ao centro semanalmente (31,8%), os moradores do meio rural preferem fazer isso mensalmente (53,2%).

Tabela 29 – Declaração dos munícipes sobre a frequência com que vai ao Centro da cidade (%)
(Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade)

Análise por área			
Com qual frequência o (a) Sr.(a) vai ao Centro da cidade?	Urbana	Rural	Geral do município
Diária	11,2	1,1	4,8
Semanal	31,8	12,9	19,8
Mensal	21,5	53,2	41,6
Esporadicamente	35,5	32,8	33,8
Total percentual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Na Tabela 29, observamos que, quanto mais jovem é o canguçuense, mais ele tem o hábito de ir ao centro semanalmente e, à medida que é mais idoso, a tendência é que vá ao centro mensalmente ou esporadicamente. Se excluirmos da nossa análise a linha da frequência “esporadicamente”, veremos que ocorre o seguinte fenômeno: são os jovens os que mais frequentam o centro (84%) e essa frequência vai diminuindo nas faixas etárias a seguir. Todavia, na faixa acima de 60 anos ela volta a aumentar (64,3%), o que se justifica pela aposentadoria conquistada pela maioria dos canguçuenses, cujo recebimento mensal e possíveis compras são feitas nas agências bancárias, lojas e supermercados do centro de Canguçu.

Tabela 30 – Análise da relação entre frequência de ir ao Centro da cidade fazer compras com a faixa etária (%) (Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade)

Com qual frequência o (a) Sr.(a) vai ao Centro da cidade fazer compras?	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 60 anos	Geral do município
Diária	-	4,4	11,9	2,1	4,3	4,8
Semanal	40,0	22,2	18,6	18,1	14,3	19,8
Mensal	44,0	46,7	40,7	37,2	45,7	41,6
Esporadicamente	16,0	26,7	40,7	42,6	35,7	33,8
Total percentual	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Ao observarmos a Tabela 31, verificamos que os hábitos de consumo dos moradores do campo e da cidade possuem alguma diferença. Os do meio rural adquirem, no centro de Canguçu, em maior proporção, medicamentos, sementes e demais insumos, peças e equipamentos, material escolar/escritório e material esportivo, ou seja, objetos mais utilitários. Já os moradores da cidade, compram mais roupas/calçados, perfumaria/higiene e beleza, bazar/variedades, móveis e eletrodomésticos e material de construção. Ao compararmos as preferências de compras, notamos que os moradores da cidade parecem cuidar mais da aparência, pois adquirem mais itens para uso pessoal. No entanto, não sabemos se fazem isso apenas por prazer ou por necessidade, uma vez que o mercado de trabalho urbano exige que os empregados tenham “boa aparência”.

Tabela 31 – Declaração dos munícipes sobre os produtos que costuma comprar no comércio de Canguçu (%) (Em relação a 96,1% que tem o hábito de ir ao Centro da cidade)

Continua

Análise por área

E quais os produtos que o(a) Sr.(a) costuma comprar no comércio de Canguçu? (3 principais – excluir alimentos)	Urbana	Rural	Geral do município
Medicamentos	67,3	72,4	70,5
Roupas/calçados	74,3	63,5	67,5
Sementes e outros insumos	1,8	41,1	26,5

E quais os produtos que o(a) Sr.(a) costuma comprar no comércio de Canguçu? (<i>3 principais – excluir alimentos</i>)	Conclusão		
	Urbana	Rural	Geral do município
Perfumaria/higiene e beleza	24,8	16,2	19,3
Bazar/Variedades	22,1	13,0	16,4
Móveis e eletrodomésticos	19,5	9,4	13,1
Peças e equipamentos	0,9	12,0	7,9
Material escolar/escritório	2,7	5,2	4,3
Material de construção	0,9	--	0,3
Material esportivo	--	0,5	0,3
Não compra todo mês	1,8	5,7	4,3
Total percentual	216,1	239,0	230,4

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Respostas Múltiplas (até três possibilidades).

Na Tabela 32, podemos constatar que muitos canguçuenses também têm o hábito de fazer compras em outros centros comerciais. Os moradores da cidade é que possuem mais esse hábito e compram, principalmente, em Pelotas/RS. Já alguns habitantes do meio rural afirmam ter comprado em outros municípios vizinhos, possivelmente devido à proximidade do distrito em que vivem. Por exemplo, para quem mora no 3º distrito, pode ser mais perto ir à sede de Encruzilhada do Sul do que à sede de Canguçu.

Tabela 32 – Declaração sobre o hábito de realização de compras em outros centros comerciais (%)

Continua

O (a) Sr.(a) costuma realizar compras em outras cidades?	Análise por área		
	Urbana	Rural	Geral do município
Pelotas	38,9	14,1	23,3
Rio Branco	0,9	0,5	0,7
Morro Redondo	-	0,5	0,3

			Conclusão
O (a) Sr.(a) costuma realizar compras em outras cidades?	Urbana	Rural	Geral do município
Santana da Boa Vista	-	0,5	0,3
São Lourenço do Sul	-	0,5	0,3
Encruzilhada do Sul	-	0,5	0,3
Santa Cruz do Sul	-	0,5	0,3
Não compra em outra cidade	60,2	82,9	74,5
Total percentual	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Na Tabela 33, percebemos que quanto mais jovem é o canguçuense, mas tem o hábito de fazer compras fora do município. Esse hábito vai diminuindo gradativamente nas faixas etárias seguintes. O percentual é de 38,5% para pessoas de 16 a 24 anos e de 21,3% para pessoas acima de 60 anos.

Tabela 33 – Análise da relação entre as compras em outros centros comerciais com a faixa etária (%)

O (a) Sr.(a) costuma realizar compras em outras cidades?	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	Acima de 60 anos	Geral do município
Realiza compras em outras cidades	38,5	35,6	24,6	21,4	21,3	25,5
Não compra em outra cidade	61,5	64,4	75,4	78,6	78,7	74,5
Total percentual	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

Por ter sido realizada em 2011, a pesquisa do IPO já apresenta certa defasagem em relação aos hábitos atuais. Com base em observações da pesquisadora, percebe-se que, se realizássemos a mesma pergunta da Tabela 33 no ano de 2017, haveria diferença na resposta. Provavelmente, o resultado seria um percentual menor de pessoas comprando no Rio Branco, devido a suba do dólar e ao fechamento de vários *freeshops* na fronteira. Em contrapartida, apareceria o hábito de comprar pela internet, prática comum atualmente, principalmente entre os

mais jovens. Da mesma forma, se tivéssemos dados mais atualizados sobre a posse de bens tecnológicos para uso pessoal (como computador e celular), provavelmente verificaríamos que o acesso a esses objetos hoje é bem maior do que o identificado no censo de 2010.

Na Tabela 34, a mesma pesquisa do IPO identificou que a industrialização é o mais solicitado pelos canguçuenses, tanto no campo quanto na cidade. Portanto, o comércio e os serviços parecem já suprir as necessidades básicas dos canguçuenses.

Tabela 34 – Declaração espontânea sobre tipo de negócio/produto que há necessidade na cidade de Canguçu (%)

	<i>Análise por área</i>		
	Urbana	Rural	Geral do município
Indústria	37,9	43,2	41,8
Comércio	13,5	7,0	9,1
Serviços	8,1	4,0	5,4

Fonte: Pesquisa realizada pelo IPO nos dias 30 de julho e 07 de agosto de 2011.

O anseio por mais indústrias no município está relacionado a mais ofertas de emprego, pois é de conhecimento geral que os principais empregadores da cidade são o comércio e a prefeitura. Ambos oferecem vagas limitadas e salários baixos, o que desmotiva jovens mais ambiciosos. Assim, muitos jovens, embora gostem de viver em Canguçu, acabam migrando para centros maiores pela perspectiva de conseguir trabalhos mais promissores.

As realidades locais não conseguem permanecer neutras frente ao processo de globalização das relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Aos poucos, elas vão se posicionando, ou seja, vão se inserindo ou resistindo com dificuldade. Quanto às transformações econômicas, quando menos percebem estão produzindo para mercados distantes e cada vez têm menos autonomia sobre o seu trabalho. Em Canguçu, vemos isso na produção principalmente de tabaco e soja, cujo destino é a exportação, em que a sede das empresas compradoras se situa em grandes centros urbanos. Já os que não se inseriram acabaram migrando para as cidades ou vivendo no campo em condições econômicas precárias.

Em relação às transformações políticas, percebemos que a administração municipal tem pouco poder no que se refere aos rumos do município. Ele apenas se

beneficia dos impostos gerados direta e indiretamente pelos cultivos que aumentaram no município, mas o seu poder para intervir nesse processo é limitado. Cada vez mais as decisões políticas se concentram em poucos atores globais, que reduzem gradativamente a autonomia local.

No que se refere às transformações sociais e culturais, vemos a maioria da população também se “rendendo” aos “novos tempos”, em que a palavra de ordem agora é consumir e não ficar acumulando para um amanhã que pode não chegar. Os jovens, com sua cultura mais imediatista, são os mais propensos a não resistir e se tornarem presas fáceis para o capitalismo flexível, que promete atender a todos os gostos individuais e transformar o indivíduo em alguém “especial” e feliz.

Em Canguçu, podemos verificar que o consumo, principalmente no meio rural, teve um aumento significativo nos últimos 15 anos. Os jovens tiveram um papel importante nesse fenômeno, pois, como estão mais a par das inovações tecnológicas, geralmente são os que “fazem a frente” para que esses novos objetos sejam adquiridos pelas famílias. Logo, a relação campo-cidade se intensificou no município, visto que a sede do município atua como um centro comercial, fazendo a intermediação entre os produtos industrializados de outros centros urbanos e o meio rural consumidor. Tanto o campo quanto a cidade de Canguçu/RS apresentaram progresso econômico porquê, de alguma forma, se inseriram nas novas relações capitalistas.

4 PESQUISA DE CAMPO: O CAMPO E A CIDADE ENTRE APROXIMAÇÕES E TROCAS

4.1 DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES

Foram aplicados 445 questionários em alunos de 20 escolas das redes estadual, municipal e particular no município de Canguçu. A maioria dos respondentes foi do sexo feminino (55,3%), com média de idade de 16,14 anos (dp = 1,84), variando de 14 a 24 anos. Em 58% dos casos, não havia aposentados na família do respondente.

A maioria, com 48,1% (n= 214), foi do 9º ano do Ensino Fundamental; já 46,3% eram do 3º ano do Ensino Médio (n=206); 2,9% estavam cursando o 3º ano do Curso Normal (n=13) e 2,7% estavam cursando o 3º ano do Técnico em Agricultura Integrado (n=12).

Apesar de todas as escolas incluídas no estudo estarem localizadas no município de Canguçu, alguns dos estudantes participantes eram moradores de municípios vizinhos, sendo de Pelotas cinco alunos, de Piratini quatro alunos e de São Lourenço do Sul dez alunos, o que corresponde a 4,3% da amostra.

A grande maioria dos alunos vivia há mais de 10 anos na localidade de origem (82,3%). Pode-se dizer que a maioria das propriedades em que os alunos viviam era de pequeno porte, sendo que a maior prevalência foi de propriedade de 11 a 30ha (37,5%) e, além disso, também foi expressiva a quantidade de propriedades com até 10ha (28,8%). No entanto, 13,5% dos alunos não souberam precisar o tamanho da propriedade da família. As formas mais frequentes de aquisição da propriedade foram: compra sem financiamento (38%) e herança (36,9%).

Mais da metade dos participantes relataram que não pretendem permanecer desenvolvendo as mesmas atividades econômicas que seus pais desenvolvem (59,8%). Por outro lado, aproximadamente um quarto gostaria de desenvolver as mesmas atividades econômicas que os pais, mas com inovações para torná-las mais lucrativas (24,3%). Apenas 9% afirmaram que pretendem continuar desenvolvendo

as mesmas atividades econômicas que os pais, por considerarem que eles foram muito bem-sucedidos financeiramente, e 5,4% afirmaram que gostariam de desenvolver as mesmas atividades porque gostam, embora não as considerassem muito lucrativas.

Em relação ao PRONAF, 44,7% afirmaram que a família faz regularmente o financiamento e o considera muito importante para a propriedade. Por outro lado, 26,5% desconhece totalmente se a família faz ou não o PRONAF. Conforme os dados coletados, 39,6% das propriedades produzem a maior parte dos alimentos que consomem. No entanto, 26,3% afirmaram que antes produziam mais alimentos, mas agora estão reduzindo para se dedicar ao produto principal da propriedade. Dos jovens, 42,9% consideram uma boa ideia dar prioridade ao produto que dá mais lucro, pois, assim, aumentará a renda da propriedade. No entanto, 24,9% contrapõem essa ideia por acharem que, dessa forma, não terão garantia de que os produtos que consomem são saudáveis. Apenas 34,4% pretendem continuar vivendo no campo e, segundo eles, o maior objetivo pelo qual estão estudando é obter qualificação para conseguir um trabalho futuramente na cidade (62,7%). Dos jovens que almejam ir morar na zona urbana, 24,3% pretendem ir para a cidade de Canguçu. Dos que pretendem continuar estudando, 58,4% objetivam fazer cursos que possibilitem conseguir um emprego na cidade. Na mesma categoria, somente 12,1% não pretendem continuar estudando

Em 41,1% dos casos, os jovens relataram que a família não opina sobre o seu futuro. Dos que costumam opinar, 33,9% preferem que eles fossem para a cidade, pois a vida no campo é muito difícil. A respeito da possibilidade de se tornar o sucessor na propriedade rural da família, a maioria (59,8%) ainda não pensou sobre isso, mas 26,3% acreditam que é possível e que seus pais gostariam muito que isso acontecesse. Quando questionados sobre o que o campo deveria oferecer para que se sentissem motivados a permanecer na zona rural, 66,5% apontou a maior valorização dos produtos agrícolas como fator preponderante.

A maioria dos jovens (52,8%) afirma que utiliza o conhecimento que aprende na escola para ajudar no trabalho da propriedade, seja dando ideias para aprimorar as atividades econômicas (37,3%) ou auxiliando nas atividades práticas (15,5%). Apesar disso, 22,5% garantem que o que aprendem na escola não tem relação com o que é desenvolvido na propriedade. Sobre esse aspecto, a maioria dos questionados (81,6%) acredita que é preciso estudar para ser agricultor/pecuarista,

sendo o principal motivo escolhido o fato de que estudar permite modernizar o trabalho que a família já desenvolve (43,1%).

Grande parte dos jovens (53,3%) demonstra não ter preferência em casar com alguém do campo ou da cidade. Quando questionados sobre o que mais lhes atrai na cidade de Canguçu, 25,4% destacaram a oportunidade de continuar por mais tempo os estudos, seguido do acesso ao comércio e serviços (18,4%). Porém, 18,9% afirma que nada lhes atrai na cidade local. A maioria dos respondentes (52,8%) assegura que já foi mais fácil conseguir emprego na cidade de Canguçu e que, agora, está difícil. Já 22% dizem que somente se consegue trabalho em Canguçu se tiver a “indicação” de alguém influente.

Quase metade dos respondentes (48,3%) vê a migração dos jovens para a cidade como um problema, pois o campo ficará quase deserto e haverá poucas pessoas para produzir os alimentos para quem vive nas cidades. Contudo, 27,6% consideram a migração para a cidade uma solução, pois, nesse meio, os jovens encontrarão mais oportunidades de ter uma vida melhor. Na opinião dos jovens, a maioria das pessoas que migraram para a cidade tiveram vantagens e desvantagens, mas o saldo foi positivo (48,3%). Somente 11,4% veem de forma negativa a migração para os centros urbanos.

4.2 DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS DA CIDADE DE CANGUÇU

Foram entrevistados 23 (vinte e três) cidadãos que se destacam na cidade de Canguçu. Eles se dividem em quatro grupos, quais sejam²²:

— **Secretários municipais (quatro entrevistados):** Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres; Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio; Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo. Dos quatro entrevistados, dois cresceram no campo (2º e 4º distrito de Canguçu) e viveram, em média, 13,5 anos nesse meio antes de vir para a cidade de Canguçu. Um deles continua vivendo no campo (2º distrito) e faz o percurso até a cidade todos os dias. Três deles passaram

²² No ANEXO B, encontra-se a lista completa de todos os entrevistados, de acordo com seus cargos e a respectiva nomenclatura adotada para referenciá-los.

pela experiência de morar um período em Pelotas para estudar e retornaram ao município de origem. A média de tempo que os três secretários vivem na cidade é de 33 anos.

— **Comerciantes tradicionais (seis entrevistados) dos estabelecimentos:** Loja Strelow; Estrela Móveis; Farmácia Flor do Campo; Agro Muller Produtos Agrícolas; Super Helling e Nilson Moto Peças. Dos seis entrevistados, cinco viveram, em média, 19,3 anos no campo (1º e 2º distrito de Canguçu e 4º distrito de Pelotas) antes de vir morar em Canguçu e metade deles também revelou que possuem terras no meio rural de Canguçu. Eles vivem, em média, há 34 anos na cidade. Alguns desses comerciantes são sucessores de um comércio que já pertencia à família.

— **Comerciantes recentes (seis entrevistados) dos estabelecimentos:** Loja Shanadu; Loja Quero-Quero; Farmácia São João; Loja Afubra; Supermercado Peruzzo e Odorico Monteiro – distribuidora da Honda. Esses comerciantes são gerentes de empresas que instalaram filial em Canguçu e residem há menos tempo na cidade (6,7 anos em média) em comparação aos demais grupos. Quatro deles comentaram que, durante a sua vida, passaram pela experiência de morar em diversas cidades, devido ao trabalho. Dos seis entrevistados desse grupo, três são naturais de outro município (Cachoeira do Sul, Arroio Grande e Caxias do Sul) e três são do meio rural do próprio município de Canguçu (dois do 1º distrito e um do 5º distrito). Estes três últimos viveram, em média, 13,6 anos no campo antes de migrarem para a cidade.

— **Representantes diversos (sete entrevistados):** CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas); Casarão Remates; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); ACICAN (Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu); Imobiliária Adão Silva Imóveis; Rodoviária de Canguçu e Cooperativa União. Dos sete entrevistados, seis vivem atualmente na cidade de Canguçu (há 34,8 anos, em média) e um reside no 2º distrito e faz o percurso diariamente até a cidade. Dois são originários de outros municípios (Santa Vitória do Palmar e Capão do Leão), três viveram no meio rural anteriormente e dois possuem terras no interior do município. Esse grupo é composto por pessoas que possuem prestígio e respeito no município, pois a trajetória de vida de alguns deles os levou a serem escolhidos para representantes de entidades.

Três aspectos chamaram a atenção nos vinte e três entrevistados:

- A maioria dos entrevistados é originária do campo, ou seja, são pessoas que migraram para a cidade de Canguçu.
- Muitos dos entrevistados, embora hoje vivam na cidade, possuem terras no interior do município.
- Embora muitos entrevistados tenham passado pela experiência de viver um tempo fora do município, retornaram e hoje contribuem para o desenvolvimento local.

4.3 A EXPLANAÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE EM CANGUÇU

Segundo os entrevistados, o município vem passando por um processo de crescimento socioeconômico, principalmente nos últimos 15 anos. A produção elevada de tabaco, a partir do ano 2000, e o crescimento recente da produção de soja, geraram progresso para o município. Esse processo, em nível municipal, emergiu do campo com a contribuição de diversos programas do governo, destacando-se o PRONAF e a aposentadoria rural. Houve aumento da demanda e do acesso à tecnologia no campo, tanto para uso pessoal como para o desempenho das atividades agrícolas. Essas transformações no meio rural se refletiram na forma de crescimento socioeconômico da cidade, uma vez que é ela que fornece os produtos e serviços à população rural que, atualmente, dispõe de maior poder aquisitivo. A entrevistada nº 5 comentou que a cidade estimula essa interação através de promoções nas atividades sociais rurais (Comunidade Solidária) e da FECICAN (Feira do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu).

O aumento do poder aquisitivo dos canguçuenses tornou a cidade local um mercado consumidor atrativo. Devido a isso, muitas filiais de redes estaduais (Ex.: Deltasul/Loja de Eletrodomésticos, Quero-Quero/Casa e Construção, Lojas Benoit, Lojas Becker, Hercílio Calçados, Farmácias São João, Farmácias Mais Econômica, Farmácias Panvel, Flor de Liz, dentre outras) se instalaram na cidade para competir com as empresas comerciais locais.

Diversos entrevistados afirmaram que a recente retração econômica, que vem afetando todo o país, desde o segundo semestre de 2015, está diminuindo as

vendas no comércio de Canguçu. Até então, a cidade vinha passando por uma fase de crescimento econômico que era perceptível no espaço, através da construção de moradias novas, de prédios comerciais novos e de, cada vez mais, filiais de redes se instalando e gerando empregos. Entretanto, na situação atual, as pessoas ficam receosas de consumir e, desse modo, o comércio da cidade está em uma fase de estagnação. Há diversos prédios comerciais por alugar no momento, sem que haja interessados.

Os entrevistados mencionaram que a facilidade de obter crédito fez com que muitas pessoas ficassem endividadas. Alguns tipos de financiamento tinham um período de carência e chegou o período de pagá-los. Por outro lado, está mais difícil para fazer novos financiamentos. No entanto, muitos afirmaram que a condição econômica do município é mais elevada que a de outros municípios próximos (Ex.: Pedro Osório, Santa Vitória do Palmar, Piratini, dentre outros). Além disso, é uma condição estável, pois seu crescimento econômico não se baseia na industrialização, que foi o setor mais atingido pela crise.

Por se basear na agricultura, o que faz realmente a cidade sofrer oscilações são a produtividade e o preço obtido por cada safra. Se a produção do campo está passando por uma má fase, a economia urbana local também é afetada, visto que é o “colono” que movimenta a cidade com sua renda per capita baixa, mas bem distribuída. Em resumo, é um município que se “autossustenta” e os efeitos da crise nacional na cidade são mais por receio dos consumidores do que propriamente por decorrências diretas.

As atividades econômicas do meio rural são fundamentais para a cidade de Canguçu. O município não possui indústrias relevantes e é a agricultura desenvolvida que faz ter um comércio dinâmico. A maioria dos empregos que a cidade oferece é no comércio e este atende, principalmente, a população do campo. Assim, a cidade local é dependente do campo.

O entrevistado nº 18 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu) explica que qualquer oscilação na economia do campo, é sentida na cidade:

como Canguçu é um município agrícola, de pequenas propriedades... Quem compra no comércio é essa agricultura familiar, que movimenta. Como esta agricultura está agindo com cuidado com o seu dinheiro, ela compra menos. O comerciante, empresário aqui na cidade, acaba dispensando os

funcionários. Se o agricultor não gasta, vai se apertando cada vez mais (Entrev. nº 18).

Por ser um município predominantemente de pequenas propriedades familiares, há uma concentração de cérebros em interação, o que o torna potencialmente mais capaz de gerar inovação. Porém, as maiores produções que há no município (tabaco, soja, pêssego, etc.) atendem a indústrias externas e não há agregação de valor a esses produtos primários em nível municipal. Logo, não há empreendimentos para um desenvolvimento endógeno, ou seja, os trabalhadores do município ficam na dependência de iniciativas externas.

Alguns entrevistados acreditam que, se houvesse agroindústrias no município para agregar valor à diversidade de produtos que atualmente são vendidos *in natura*, aumentaria ainda mais a renda no campo e isso se refletiria na cidade. Outros entrevistados observaram que o município tem perdido divisas também de outra forma, isto é, muito dinheiro, que poderia ficar dentro do próprio município, tem “escoado” através das filiais de empresas comerciais que se instalaram em Canguçu (Ex.: farmácias, lojas de eletrodomésticos).

Muitos entrevistados afirmaram que, sem os consumidores do meio rural, a cidade não teria como se manter no nível que está. A principal fonte de arrecadação de impostos do município é o comércio que, por sua vez, depende da renda da agricultura. Eles comentaram, ainda, que quando há feriado específico da colônia, parece que o feriado é na cidade também. Além disso, o movimento do comércio costuma ocorrer até as 16h, que é o horário que começam a sair os ônibus para o interior do município. Em períodos de muitas chuvas, quando as estradas ficam intransitáveis e quase não vêm consumidores do interior, diminui consideravelmente o movimento do comércio. Enquanto os moradores da cidade apenas “especulam os preços”, os do meio rural vêm, de fato, com planos de comprar. Nos períodos entressafras também diminui o movimento na cidade. E, em anos que o lucro da safra foi menor, permanecem apenas os supermercados e as farmácias vendendo bem, por serem produtos mais essenciais. Outro detalhe observado pelos entrevistados é que o movimento é mais intenso até o dia 12 de cada mês, o que é atribuído ao recebimento das aposentadorias. De acordo com os entrevistados, o capital econômico está no meio rural do município e a cidade faz uso desse dinheiro.

Todo este comércio, a economia, é fruto disso, do consumo desses agricultores, eles que comercializam aqui, que compram aqui, que faz toda a sua movimentação aqui. É fundamental, o reflexo é direto. E pra mim isto é um modelo para o país, viu? Acho que se nós tivéssemos... Quanto mais agricultura familiar nós tivermos no país, mais segurança alimentar nós teremos, mais autonomia, não vamos depender (Entrev. nº 3).

O grupo de entrevistados dos comerciantes recentes (redes que se instalaram em Canguçu) explicou que a loja somente instalou uma filial em Canguçu devido ao forte mercado consumidor que há no meio rural do município. Segundo os comerciantes, em Canguçu, há uma situação atípica, pois a maioria da população vive no campo e, quando está na cidade, é que o movimento do comércio acontece. Os comerciantes tradicionais também enfatizaram que os pequenos agricultores são a base econômica do município. O meio rural, sendo forte economicamente, impulsiona o desenvolvimento da cidade. No entanto, os comerciantes tradicionais reclamaram que o fato de ser um mercado consumidor promissor atraiu empresas estaduais, que estão quebrando o comércio local. Somente permanecem no mercado os comerciantes locais que se reinventam. Eles veem as redes como um problema, pois estas “levam” o dinheiro de Canguçu para o município sede delas e não reinvestem na cidade local.

O aumento do potencial consumidor do município tem motivado as lojas a investirem mais na sua apresentação visual do que há algum tempo. Essa mudança, por sua vez, tem atraído pessoas de outros municípios (Ex.: Piratini e Santana da Boa Vista) a consumirem no comércio canguçuense.

Quando questionados sobre o que aconteceria com a cidade de Canguçu se a isolássemos do seu entorno rural, os entrevistados foram unânimes em afirmar que entrariam em colapso o comércio e a construção civil, bem como haveria grande massa de desempregados em poucos dias. Sobrariam apenas os funcionários públicos e os aposentados. E, diante de uma situação dessas, a prefeitura teria a sua arrecadação diminuída e, também, não teria condições de pagar os seus servidores. Ademais, muitos comércios locais quebrariam e as redes provavelmente fechariam as suas filiais na cidade.

Os entrevistados identificaram algumas transformações na relação campo-cidade em Canguçu, sendo que foram unânimes em afirmar que ela está mais intensa nos últimos anos. Há uma maior demanda do meio rural por serviços (médicos, bancos, acesso às tecnologias...). Devido a isso, está havendo mais

valorização do homem do campo pelos da cidade, isto é, aquele é mais bem recebido no comércio, que percebeu que quem movimenta as vendas são as pessoas do meio rural. Antes havia muito preconceito com a população rural e isso vem diminuindo. Outro aspecto que tem contribuído para intensificar a relação são as feiras de produtos alimentícios que, agora, vendem direto ao consumidor e promovem uma maior interação entre os moradores do campo e da cidade, com a amenização dos preconceitos e das diferenças.

O entrevistado nº 19 (Extensionista da Emater de Canguçu) explica a mudança que ocorreu no modo de como são vistos os habitantes do meio rural.

Há alguns anos atrás seria depreciativo ser do meio rural. É do meio rural, é grosso, é colono. Eu acho que isso aí mudou. A tecnologia tá dando afirmação, os estudos, há uma certa facilidade para os estudos. Como ele está estudando mais, ele está ficando mais culto, com mais conhecimento. Então já não é o cara aquele... O jovem que não sabe nada. Sabe e sabe muito bem. E às vezes ele pode ter mais dinheiro que o jovem da cidade (Entrev. nº 19).

Os entrevistados salientaram que, em muitos locais do interior de Canguçu, principalmente em localidades de produção de tabaco, há mais recursos do que na sede do município (eletricidade, informação, casas boas e equipadas...) e, inclusive, muitos desses produtores investem na construção de imóveis na cidade. Os moradores do campo também estão mais abertos à informação. Se antes as notícias eram disseminadas apenas pelo rádio (principalmente rádios locais, Liberdade e Cultura), hoje elas são vistas pelo telefone, pela TV a cabo e internet, meios pelos quais os moradores do campo têm acesso.

A facilidade proporcionada pelos meios de informação, comunicação e transporte torna mais frequente o contato entre os habitantes do campo e da cidade e contribui para a população rural ter hábitos de consumo mais exigentes. Os entrevistados também observaram que, ultimamente, a produção de soja igualmente vem contribuindo para a intensificação da relação campo-cidade, pois muitos produtores vão à cidade fazer investimentos, principalmente em casas, e comprar implementos agrícolas.

Outros entrevistados dizem perceber uma “urbanização do campo”. Consideram como aspecto positivo o fato de que isso trouxe mais acesso à informação, e como aspecto negativo o fato de que o campo perde a sua “cultura” e passa a reproduzir um modelo econômico-social de consumismo. Segundo os

entrevistados, o acesso à tecnologia vem “igualando” o campo à cidade e, hoje, é até mais comum, em Canguçu, os jovens da cidade irem para as festas do interior, ao invés de os jovens do interior irem para as festas da cidade.

Os entrevistados veem como positivo o fato da maior parte da população do município viver no meio rural, predominantemente em pequenas propriedades familiares. Segundo eles, esse é o diferencial do município, pois distribui a renda. Os agricultores se sentem com mais autonomia do que quando apenas os “coronéis” possuíam terras. Além do mais, hoje, essa relação está mais simétrica, pois a população da cidade entende que precisa financeiramente da população do campo e os moradores do campo entendem que precisam da cidade (comércio e serviços).

Hoje, a maioria das pessoas que adquire casa na cidade não vende a propriedade no meio rural, ou seja, a têm em ambos os locais. Os entrevistados comentaram que são as pequenas propriedades que ainda garantem certa diversificação da produção do município, visto que, se fossem grandes propriedades, se dedicariam a apenas um produto e, se houvesse algum imprevisto, todo o município seria atingido. Ademais, as pequenas propriedades familiares ocupam a mão de obra, sendo que em grandes propriedades poucos dão conta do serviço.

Os entrevistados garantem que a produção de alimentos no município e o dinamismo do comércio da cidade local são fruto disso e que a condição de Canguçu é um exemplo para o país. Os canguçuenses são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores e isso beneficia indiretamente, também, outras cidades próximas (Ex.: Pelotas), pois muitos canguçuenses também vão consumir lá. Além de trazer renda para a cidade, os agricultores canguçuenses produzem parte dos alimentos que são consumidos pelos seus moradores. A outra parte geralmente vem da CEASA (Porto Alegre), cujo principal distribuidor é o Super Helling. De acordo com informações do proprietário, semanalmente são trazidos cerca de três caminhões de alimentos da CEASA, o que equivale a 48 toneladas que, atualmente, não são produzidos no município.

Outros aspectos do município também são considerados benéficos pelos entrevistados. Não há muita concentração de pessoas vivendo na sede e, portanto, a prefeitura ainda consegue dar conta de vários problemas urbanos. Muitos idosos se aposentam e passam a morar na cidade, dispondo de uma renda estável. E como não há o muito rico e o muito pobre, todos consomem de forma semelhante.

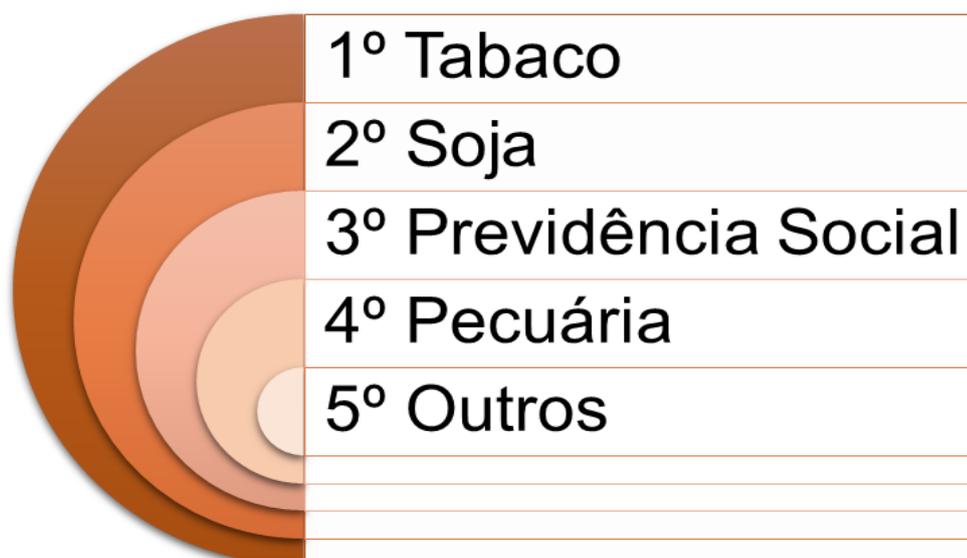
O impacto da recente crise nacional foi menor em Canguçu por causa das pequenas propriedades familiares, uma vez que originam mais demanda por comércio e serviços e, conseqüentemente, geram riqueza para a cidade. Por disporem de pouca terra, os agricultores a utilizam ao máximo e criam uma renda distribuída. A distribuição de renda torna o consumo acessível a todos e como se trata da demanda por produtos de primeira necessidade, são encontrados na cidade local. Assim, quando a safra é boa, reflete muito no comércio da cidade.

Os entrevistados ressaltaram que se houvesse apenas grandes proprietários, talvez estes não morassem no município e provavelmente comprariam em grandes centros e fariam outros tipos de investimentos, ou seja, não haveria tanto consumo pessoal na cidade local. Já o pequeno agricultor movimentava o comércio local, ou seja, ele vende os seus produtos e gasta na cidade. A entrevistada nº 5 acredita que essa interação campo-cidade é estimulada tanto pelas promoções promovidas pelo comércio local quanto pela atuação indireta de indústrias externas ao município.

As indústrias de fora (...), nós não temos indústrias locais, mas indústrias de outras cidades que alavancam a economia através da produção agrícola (fumo, produção de leite...). Por exemplo, assim, a agricultura do município está bem porque, não somente pela produção autônoma da nossa agricultura, mas também por estímulos, recursos vindos de indústrias fumageiras, indústrias de laticínios, que ajudam neste desenvolvimento da nossa economia, que é a agricultura. (...) Nós temos uma atividade indireta industrial aqui através da agricultura. (...) isto fez que com que o desenvolvimento do município fosse... Que houvesse desenvolvimento e, que gera riqueza no município. (...) Este estímulo da produção de fumo foi imprescindível para o desenvolvimento da agricultura (Entrev. nº 5).

No decorrer das entrevistas, foi possível concluir que a maioria dos consumidores que dinamizam o comércio da cidade de Canguçu desenvolvem atividades econômicas ou possuem fontes de renda que estão em ascensão no município. Na Figura 40, vemos a ordem dos produtos que mais se refletem economicamente na cidade de Canguçu, na visão dos entrevistados. As três primeiras fontes de renda vêm se fortalecendo no município nos últimos anos (tabaco, soja, previdência social). Segundo os entrevistados, mesmo em seus tempos de apogeu no município, a renda da pecuária de corte, do milho e da policultura de alimentos, pouco se refletia na cidade. Esse é um fator que ajuda a compreender porque a cidade somente veio a se desenvolver nos últimos anos, quando os produtos agrícolas para exportação se destacaram.

Figura 40 – Ordem de importância dos rendimentos do meio rural para a cidade de Canguçu



Fonte: Pesquisa de campo – dezembro/2015 a janeiro/2016.

A entrevistada nº 17, que tem mais proximidade com os habitantes das áreas de pecuária, afirmou que nessas propriedades há poucos habitantes. Em geral, os filhos migraram para as cidades e os pais não têm sucessores na propriedade. Segundo ela, muitos que possuíam entre 20 e 30ha arrendaram para soja e, além disso, há muitas taperas (casas abandonadas) no 3º e 4º distrito. Muitos deles já tinham casa na cidade e outros estão comprando agora. Em propriedades desse tamanho, já não é possível sobreviver com a pecuária tradicional, tendo em vista que os habitantes não possuem condições financeiras e conhecimento para investir em uma pecuária mais intensiva. Somente estão permanecendo na atividade os pecuaristas que possuem acima de 100ha. A entrevistada explicou que a decadência da pecuária familiar já estava acontecendo quando começou a Silvicultura e os Assentamentos da Reforma Agrária no município e apenas se intensificou com a soja. Nesse processo, ela considera mais positivo a substituição da pecuária por soja, pois esta ajudou a limpar os campos e, após cessar o plantio, em seis meses a terra se recupera.

A entrevistada comentou, ainda, que o pequeno pecuarista tradicional considera mais vantajoso arrendar e viver da renda, pois, assim, em um ano, terá o retorno e, às vezes, até receberá adiantado esse valor. Caso fossem criar bovinos, levaria no mínimo 1,5 anos para ter o resultado. Algumas propriedades desse tipo,

somente continuam com a pecuária, porque a terra é inapropriada para soja. De acordo com a entrevistada, na cidade de Canguçu, a pecuária

se reflete em uma escala maior um pouquinho, não é só no comércio varejista. Ela eu digo, assim... O pessoal quer comprar uma casa, ela vende o gado, porque volume dinheiro. Ela vem, faz o compromisso... Se ela tem o gado, ela sabe que ela compra, porque o volume do dinheiro é maior. Tanto que as garagens de carro hoje aí, trocando carro por gado. (...) Eles vêm, negociam. Muitas vezes até em casa. A pessoa que tá vendendo a casa tem propriedade rural e recebe um pouco em gado (Entrev. nº 17).

A intenção dos jovens irem para a cidade não parece ser uma novidade para os entrevistados, já que um deles afirmou perceber um processo de migração para a cidade maior em outras épocas. O entrevistado nº 22 (concessionário da rodoviária de Canguçu) contou sobre a fase de intenso êxodo rural que o município teve na década de 1980, sendo que na década de 1990, ele diz terem sido contabilizadas 1.150 taperas no município por um levantamento da prefeitura,

Naquela época não tinha o fumo. A agricultura... O agricultor colhia batata, feijão, milho, quando ia vender, não valia nada. Quando passava para mão do atravessador, valia bom dinheiro. Então ele mal tirava para comer. Os filhos já ficavam trabalhando na lavoura, se enchiam daquilo sem lucro e se arrancavam para as cidades, pra Pelotas trabalhar, se iam embora. O fumo que ajudou. Se não é o fumo, Canguçu tava quebrado. O fumo foi fantástico pro comércio de Canguçu. Quem fatura menos por ano, fatura 100mil no fumo. Aí veio o ciclo do fumo. Do ano 2000 para cá que estourou. Todo mundo plantando fumo. Então aí o que eles fizeram. Tiveram condições dos filhos vir estudar em Canguçu, Pelotas... (Entrev. nº 22).

Hoje há também tecnologia no campo e, por esse motivo, não é necessário ir viver na cidade para ter acesso, o que contribuiu para que muitos optem por permanecer nesse meio. O entrevistado nº 10 (comerciante tradicional de Canguçu) comentou que em áreas de cultivo de tabaco, como nas localidades de Favila e Canguçu Velho – 1º distrito, a demanda pela terra é alta e 1ha chega a custar R\$30.000,00, enquanto em locais como o Faxinal – 3º distrito, a mesma extensão de terra custa R\$5.000,00. Já o entrevistado nº 10 afirmou que em todo o município houve um aumento do valor médio da terra, devido aos cultivos tanto do tabaco quanto da soja.

Em algumas partes do município, a renda no campo é maior do que na cidade e, ao compararem, os jovens percebem que é mais vantajoso continuar vivendo no meio rural. Como a cidade de Canguçu não tem sequer perspectiva de vir a ter

grandes indústrias, principalmente por possuir água insuficiente, não se torna um local tão atrativo aos jovens. Portanto, se ele tiver uma renda melhor no campo, não verá vantagem em ir para a cidade, pois a maioria dos empregados do comércio ganham apenas um salário comercial. Essa renda maior no meio rural se torna possível com o cultivo de tabaco, pois em 5ha já é viável ter uma renda muito superior ao que teria trabalhando no comércio.

O entrevistado nº 14 (comerciante recente de Canguçu) afirmou que, nas propriedades onde plantam tabaco, tem havido jovens interessados em suceder os pais na atividade, embora desejem ter uma fonte de renda menos trabalhosa. Ele diz ter visto casos em que a família tem quatro filhos e dois migram para a cidade, enquanto os outros dois permanecem na propriedade produzindo.

Tanto o tabaco quanto a soja se refletem na cidade de Canguçu, embora de maneiras diferentes. Enquanto o tabaco gera uma demanda maior por objetos pessoais (roupa, alimentos industrializados, remédios, moto, carro, casa, etc.), a soja demanda objetos maiores (casas, tratores, ceifas, caminhões, produtos agrícolas, etc.). O entrevistado nº 8 (comerciante tradicional de Canguçu) explicou que a parte de produtos agrícolas não é adquirida pelos produtores de tabaco no município, devido à integração com as empresas fumageiras que impõem a compra dos seus produtos pelos agricultores. Ele comparou a forma que o tabaco e a soja se refletem na sede. Os produtores de tabaco quase não compram produtos agrícolas na cidade, pois faz parte do acordo com as empresas fumageiras serem elas as fornecedoras diretas. Já o produtor de soja compra praticamente tudo no município. Primeiro, procuram em Canguçu e somente vão adiante (Ex.: Pelotas) se não encontram os produtos no município.

A empresa da qual o entrevistado nº 8 é gerente é a mais especializada de Canguçu em produtos para plantadores de soja, possuindo também uma Cerealista. Ele contou que a maioria dos produtores de soja em Canguçu são do próprio município. Eram plantadores que já cultivavam soja, ou diminuíram outros cultivos (tabaco, milho/pecuária) e arredaram terras em Canguçu e Piratini para expandir a plantação. Inicialmente, plantavam em terra própria, porém, quando viram vantagem em expandir, arrendaram terras da pecuária. Ele contou ainda que os produtores que não são do município costumam adquirir produtos agrícolas em centros maiores e compram apenas itens básicos em Canguçu, ou pelo menos comparam preços

antes de fazer grandes compras nas casas agrícolas locais. O entrevistado crê que a internet facilita para que esses produtores comparem preços.

O desenvolvimento no comércio da cidade de Canguçu, ocorrido anteriormente com a expansão do tabaco, possivelmente contribuiu para que hoje a cidade tenha condições de suprir a demanda dos produtores de soja, que aumentou recentemente. Caso a cidade tivesse permanecido com o mesmo comércio precário de anos atrás, hoje os empresários canguçuenses não teriam capital suficiente para investir em comércios mais especializados para esse tipo de cliente. Da mesma forma, dificilmente os produtores de soja iriam investir em imóveis em Canguçu, caso ela ainda tivesse o aspecto de uma pequena “vila”.

4.4 A (IN)CAPACIDADE DA CIDADE DE CANGUÇU DE INTERVIR NOS RUMOS DO MUNICÍPIO

De uma maneira geral, os entrevistados sentem que a cidade é praticamente impotente para decidir os rumos do seu próprio futuro, lhe restando apenas a capacidade de dar apoios pontuais dentro da capacidade dos seus recursos limitados. Ela está usufruindo dos benefícios de atividades econômicas que não consegue dominar. Segundo o entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres), em pequenas propriedades, somente é viável a sobrevivência com um produto como o tabaco, quer dizer, embora alguns produtores estejam tendo sucesso com os hortifrutigranjeiros, se todos resolvessem plantá-los, reduziriam os preços no mercado. A entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu) também afirmou ser difícil encontrar outro produto que dê tanto retorno econômico, visto que, mesmo em pouca extensão de terra, famílias conseguem uma renda de R\$100.000,00 livres por ano, o que é raro de se conseguir até mesmo na cidade.

No entanto, o entrevistado nº 16 (comerciante recente de Canguçu) esclareceu que o município não tem o poder de interferir na valorização de um produto como o tabaco, que é para exportação e depende, também, da cotação do dólar. Ele contou que a suba recente do dólar beneficiou as empresas fumageiras e

não os produtores, pois as empresas já haviam levado a produção quando houve o aumento e lucraram ainda mais.

Já o entrevistado nº 10 (comerciante tradicional de Canguçu) propôs uma saída “ideal”, na qual o governo municipal estabeleceria um preço mínimo que cobrisse os custos de produção dos produtos alimentícios e, caso o mercado oferecesse abaixo, a prefeitura pagaria a diferença. Embora utópica por questões financeiras municipais, essa alternativa, se viável, seria uma solução para os agricultores, pois, conforme o entrevistado nº 18 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu), o jovem se desmotiva porque sabe que nunca terá uma garantia de renda na agricultura.

O jovem rural nunca teve segurança, porque o agricultor, dessa forma que a agricultura é vista pelo nosso país, ela é assim: O sujeito planta, não sabe se vai nascer, se nascer, não sabe se ele vai colher, se ele colher, não sabe até se ele vai poder armazenar a sua produção, ele não sabe se vai poder transportar a sua produção e, o que é pior, não sabe por quanto vai vender. Ele só sabe que, se ele tirar um financiamento, ele sabe o prazo que ele tem pra pagar, o quanto ele tem pra pagar. E hoje então, todas as atividades, as garantias do nosso agricultor, elas são quase que nulas. As garantias, elas só foram dadas aos agentes financeiros (Entrev. nº 18).

O entrevistado nº 1 contou que muitos produtos alimentícios da agricultura familiar são vendidos para a merenda escolar (cerca de 80% é adquirida da agricultura familiar). Já os quilombolas de Canguçu fornecem alguns produtos agrícolas para o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre. Segundo ele, estaria na alçada do município promover o beneficiamento desses produtos, pois muitos estragam até chegar ao destino final.

O entrevistado nº 4 (Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo) afirmou que é quase impossível o município interferir na valorização dos produtos, pois isso é definido pelas leis de mercado. Estaria somente ao alcance agregar mais valor a eles, por intermédio de agroindústrias, em vez de apenas vendê-los *in natura*. Por sua vez, o entrevistado nº 12 (comerciante recente de Canguçu) relatou que também acredita que está muito difícil, em nível municipal, ser feita alguma intervenção significativa, já que, devido ao pouco repasse de verbas e receita limitada, quiçá fazer em dia as funções mínimas da prefeitura. O entrevistado nº 6 (comerciante tradicional de Canguçu) também argumentou que não adianta esperar pela prefeitura, ou seja, as iniciativas precisam ser particulares. Para tanto, ele citou o caso de um empreendedor canguçuense que criou um abatedouro de

peixes e está tendo retorno satisfatório. Outra iniciativa, considerada um sucesso pelo entrevistado nº 13 (comerciante recente de Canguçu), são as feiras nas quais os alimentos são vendidos na cidade de Canguçu diretamente para os consumidores.

O entrevistado nº 2 (Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio) informou que acredita que uma atitude viável de ser tomada em nível municipal seria criar uma marca única para o município, que englobasse a produção de todas as pequenas propriedades interessadas a fim de exigir qualidade na produção e de aumentar, assim, a competitividade. Ademais, o poder público poderia servir de atravessador, a fim de aumentar a margem de lucro para os produtores. Por essa perspectiva, ficaria mais fácil ampliar a venda de produtos alimentícios para escolas e hospitais de outros municípios. A criação de cursos técnicos voltados para o meio rural e cursos de curta duração em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) também é apontada pelo entrevistado como uma possibilidade de intervenção pelo município e, inclusive, já foi uma alternativa escolhida no orçamento participativo.

Os entrevistados nº 9 (família de comerciantes tradicionais de Canguçu) defenderam uma estratégia que caberia ao município: auxiliar os produtores rurais na regularização dos seus produtos. Eles contaram que o município produzia muitos alimentos de qualidade (como vinho, queijo, salame, aves...). Contudo, atualmente, o INMETRO multa o supermercado que for encontrado vendendo esses produtos se não estiverem regularizados. E, para a maioria dos pequenos produtores, se torna inviável economicamente fazer a regularização, pois depende do pagamento de diversas taxas e de uma burocracia que dificulta. Alguns entrevistados mencionaram que o município não faz um planejamento de longo prazo, principalmente por causa de mudanças de partidos no poder.

Há muito tempo a gente tem a bandeira da importância de valorizar o campo. Isso, já em 2005 nós tínhamos um grupo na cidade de empresários, de comércios e também de vários setores produtivos, aonde a gente desafiou o poder público a fazer um planejamento, mas infelizmente não obtivemos êxito. (Os entes públicos devem) trabalhar o futuro do nosso interior porque sem ele a cidade sucumbe. Isto não se faz em dois, três anos, isto é uma política de dez, quinze anos (Entrev. nº 7).

Devido à dificuldade de fazer planejamento de longo prazo por causa da alternância de partidos políticos no poder, o entrevistado nº 1 (Secretário Municipal

de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) defende que as iniciativas devem ser particulares e de comunidades, e não dependentes do poder público. A função do poder público seria a de um apoiador dessas iniciativas e, dessa forma, não haveria interrupção de projetos a cada troca de prefeito.

O entrevistado nº 21 (proprietário da Imobiliária Adão Silva Imóveis) acredita que o problema da insegurança no campo, apontado como principal por apenas 11%, não teve um índice maior porque se tratava de questionário aplicado em pessoas jovens. Ele acredita que essa seja uma preocupação maior das pessoas mais idosas que vivem no campo, pois nos últimos tempos aumentou muito o uso de drogas no meio rural, o abigeato, os assaltos a residências, dentre outros delitos. O entrevistado nº 6 (Comerciante tradicional de Canguçu e presidente do CDL) também se mostrou preocupado com o consumo de drogas pelos jovens rurais e considera que esse é um comportamento negativo que aprendem com as cidades. Já o entrevistado nº 2 diz que o problema da insegurança no campo é um dos mais difíceis de ser amenizado pela cidade de Canguçu, pois a grande extensão do município, com seus 8.000km de estradas, são rotas de fuga excelentes para criminosos. Além disso, o problema da droga, e efeitos derivados, é de difícil solução, visto que muitas pessoas sabem quem está cometendo os assaltos, mas não denunciam por se tratar de membros de famílias conhecidas, aos quais tem apreço.

Os entrevistados deram inúmeras sugestões para que Canguçu mantivesse o seu nível econômico, em caso de supressão dos produtos agrícolas e abundante mão de obra familiar que atualmente lhe dá suporte. Eles explicaram que, mesmo que as condições se mantenham, o futuro da cidade será desafiador para o poder público, já que o comércio local é uma atividade que tende a chegar a um limite e permanecer. Além disso, o comércio só faz circular o dinheiro, mas não transforma nada e depende de outro(s) setor(es) que lhe dê sustentação.

As possíveis intervenções citadas pelos entrevistados são:

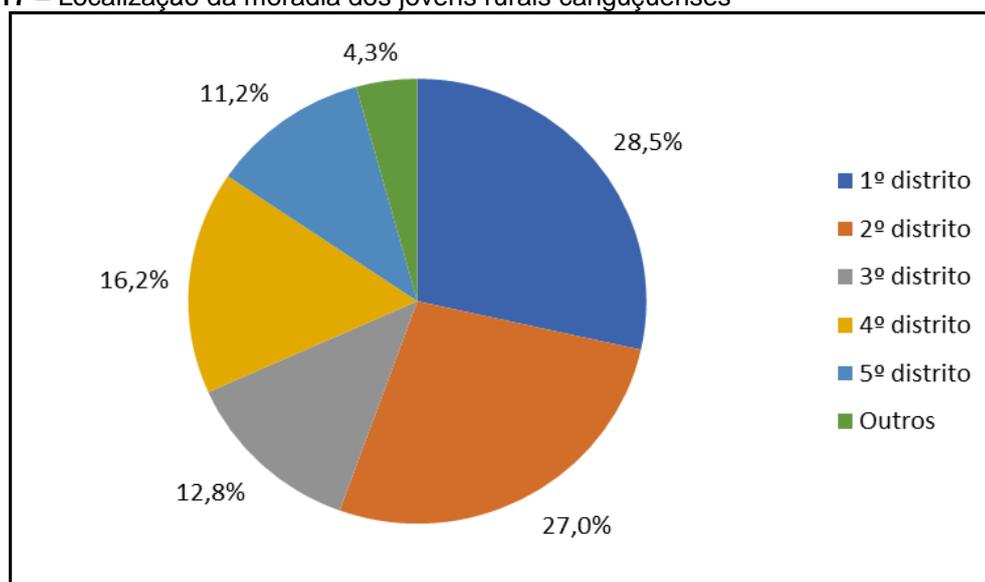
- Criar agroindústrias aliadas à produção de alimentos;
- Manter boa infraestrutura no campo para que os jovens sintam desejo de permanecer nesse meio;
- Atrair empresas para gerar empregos na cidade local;
- Proporcionar mais cursos de qualidade voltados para as atividades agrícolas;

- Garantir segurança no meio rural, pois os assaltos e os abigeatos estão contribuindo para que muitas pessoas desistam de investir no campo;
- Tornar a cidade atrativa para investimentos de indústrias externas;
- Investir em turismo rural;
- Eleger representatividades políticas que busquem recursos externos para o município;
- Desenvolver o setor de serviços ou de distribuição logística para atender os municípios próximos.

Os entrevistados reafirmaram que Canguçu tem um imenso potencial, mas, se não houver planejamento, isso pode vir a se perder e haver um retrocesso. Até mesmo porque, se não houver consumidores com poder aquisitivo, o comércio atual quebra. Entretanto, o entrevistado nº 14 (comerciante recente de Canguçu) defende que, para que o jovem veja vantagem em permanecer produzindo no meio rural, são necessárias políticas em nível mais abrangente que o municipal.

4.5 O PERFIL DA JUVENTUDE QUE VIVE NO CAMPO EM CANGUÇU/RS

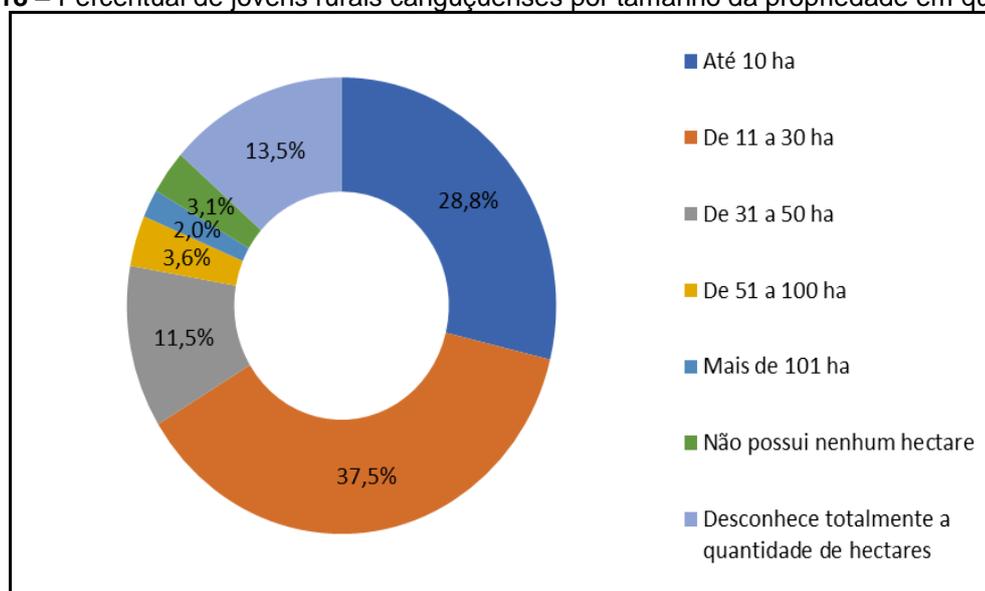
A maioria dos jovens questionados vivem no 1º distrito de Canguçu, conforme a distribuição no Gráfico 17, na próxima página. Alguns jovens (4,3%) vêm diariamente de outros municípios para estudar em escolas de Canguçu. Foram identificados alunos do município de Pelotas, Piratini e São Lourenço do Sul.

Gráfico 17 – Localização da moradia dos jovens rurais canguçuenses

Nota: No 5º distrito, foi aplicado o questionário com 100% dos jovens concluintes do Ensino Fundamental.

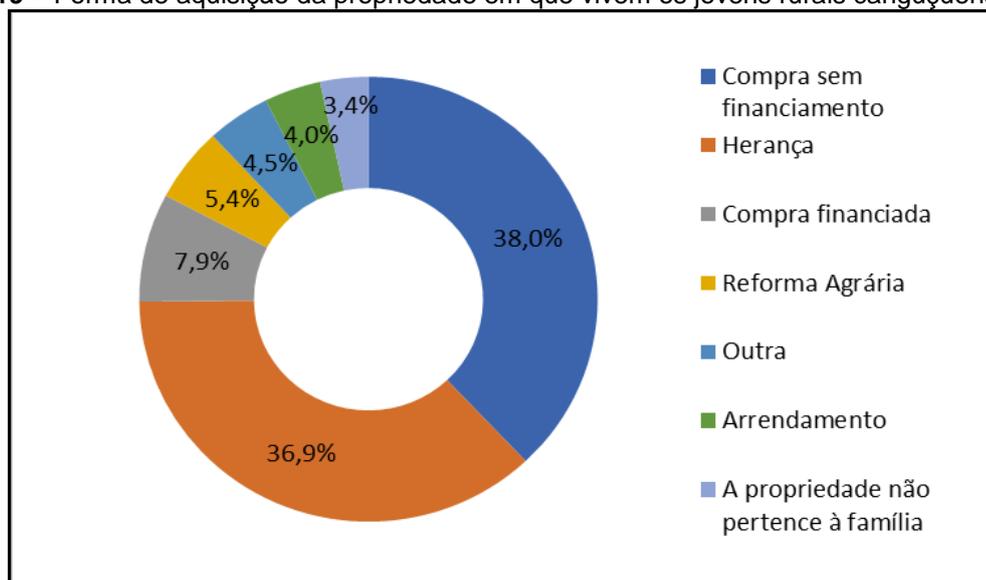
Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Aproximadamente 66% dos jovens vivem em propriedades de até 30 hectares, conforme mostra o Gráfico 18.

Gráfico 18 – Percentual de jovens rurais canguçuenses por tamanho da propriedade em que vivem

Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

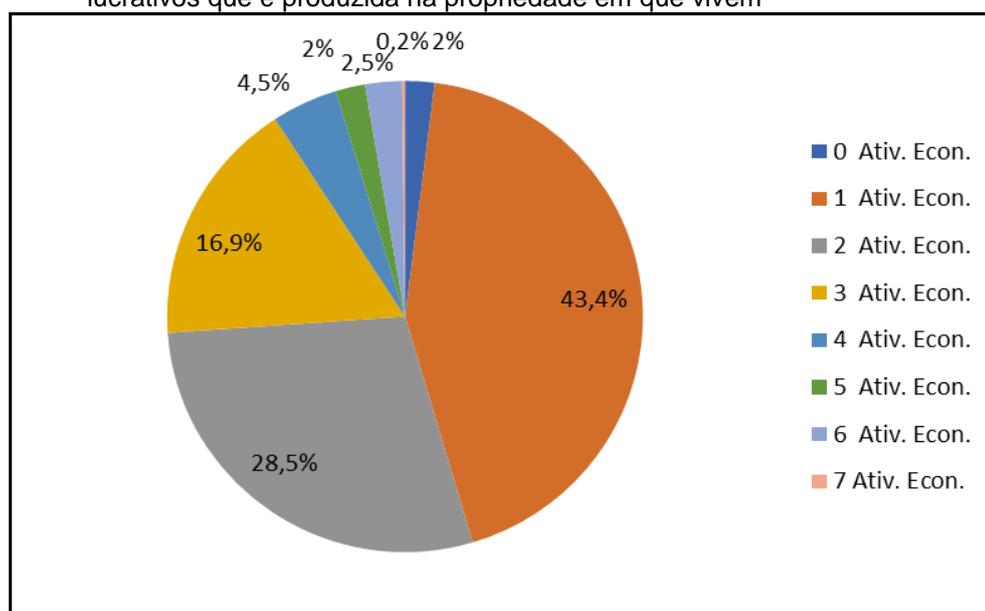
A compra sem financiamento e a herança foram as formas de aquisição mais comuns da propriedade familiar dos jovens, como pode-se verificar no Gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 – Forma de aquisição da propriedade em que vivem os jovens rurais canguçuenses

Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

As atividades econômicas apontadas no questionário tiveram resultados bastante diversos, ou seja, a maioria produz mais de um produto em sua propriedade. Foram identificadas propriedades com até sete atividades econômicas com a finalidade lucrativa (Gráfico 19).

Já no Gráfico 20, podemos visualizar o percentual de jovens cuja família desenvolve apenas uma atividade econômica para fins lucrativos (43,4%).

Gráfico 20 – Percentual de jovens rurais canguçuenses por quantidade de atividades com fins lucrativos que é produzida na propriedade em que vivem

Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Vimos que o tabaco foi a atividade econômica mais citada entre os jovens e é presente em 207 dos 445 questionários aplicados, conforme mostra a Tabela 35.

Tabela 35 – Quantidades de famílias dos jovens rurais canguçuenses por atividade econômica

Atividades econômicas	Total
Tabaco	207
Milho	193
Pecuária leiteira	99
Feijão	97
Distintas da agricultura/pecuária	64
Soja	60
Pecuária de corte	58
Policultura de alimentos	46
Silvicultura	40
Pêssego	5

Nota: A maioria dos jovens citou mais de uma atividade econômica.

Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

No total, foram contabilizadas nos questionários cerca de 30 combinações de atividades diferentes. As atividades e/ou combinações que apresentaram mais respondentes foram as seguintes:

- Tabaco (16,6%);
- Atividades distintas da agricultura/pecuária (10,8%);
- Feijão e milho (7,9%);
- Tabaco e milho (5,8%);
- Policultura de alimentos (venda do excedente) (4,7%);
- Tabaco e pecuária leiteira (3,6%);
- Milho (2,9%);
- Pecuária leiteira (2,7%);
- Pecuária de corte (2,7%);
- Serviços e milho (2,7%).

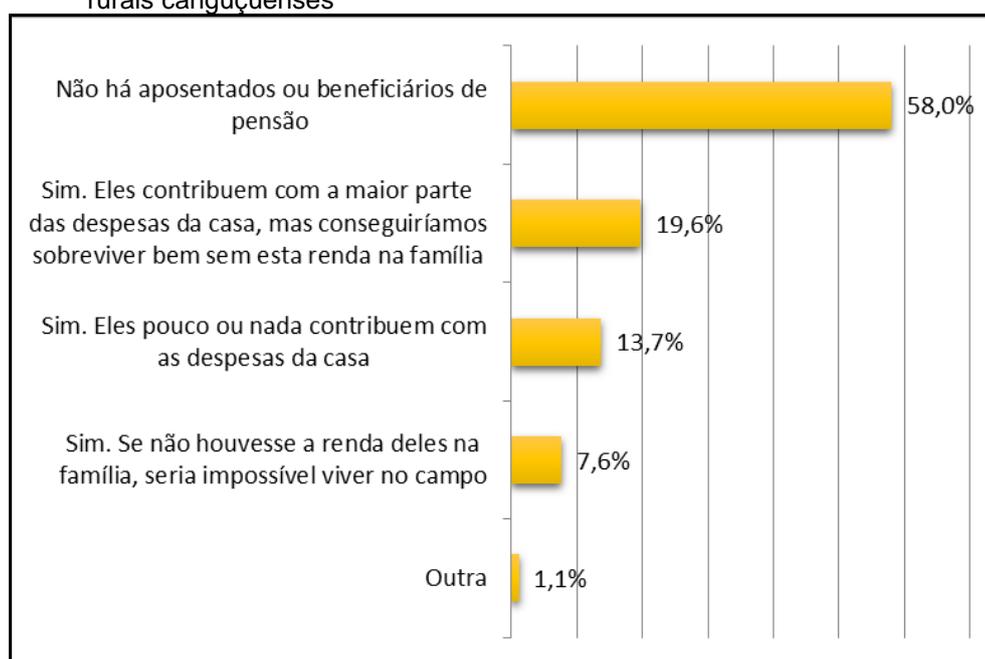
Foi de 37,5% o percentual de atividades econômicas (ou combinações) variadas que não chegaram a ter 10 respondentes. Provavelmente, essa diversidade de cultivos (54,6% dispõem de mais de um produto para comercialização) que predomina nas propriedades seja, em parte, devido às constantes recomendações e

conselhos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no seu programa dominical na rádio Liberdade, no qual alerta os produtores para que não fiquem reféns de um único produto. No caso dos 16,6%, que produzem apenas tabaco, por exemplo, há uma vulnerabilidade maior, pois ficam praticamente à mercê das oscilações do preço do seu único produto. Além disso, o Sindicato também lhes incentiva a plantar produtos alimentícios para consumo próprio.

De acordo com os resultados, também foi possível observar que as famílias que sobrevivem no meio rural somente com atividades econômicas distintas da agricultura/pecuária correspondem a 10,8%, o que corresponde a 47 jovens questionados. Além desses, outros 17 jovens afirmaram que a família realiza atividades econômicas distintas da agricultura/pecuária paralelamente a essas mesmas atividades. Destarte, é baixo o percentual no município da presença de pluriatividade, o que ratifica Canguçu como um município predominantemente agrícola.

Mais da metade dos jovens rurais canguçuenses (58%) não tem aposentados em sua residência, conforme indica o Gráfico 21. Para apenas 7,5% dos jovens, a renda da aposentadoria na família é fundamental para a sobrevivência.

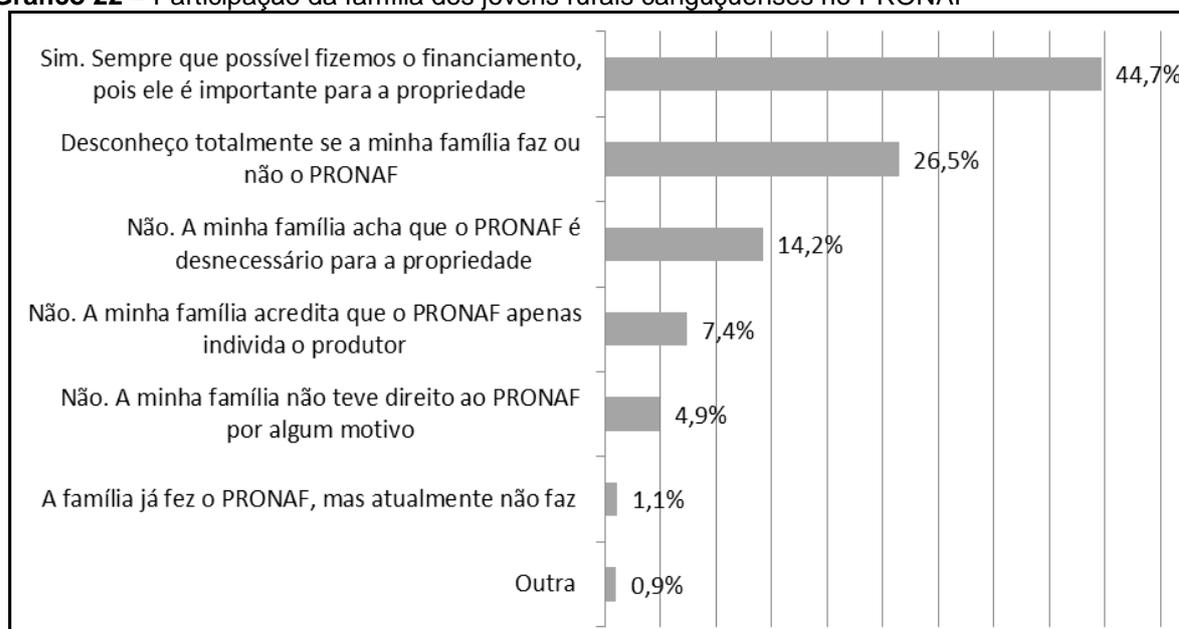
Gráfico 21 – Existência de aposentados ou beneficiários de pensão na propriedade dos jovens rurais canguçuenses



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

O PRONAF é bastante utilizado nas propriedades dos jovens rurais canguçuenses, pois é feito em 44,7% delas (Gráfico 22). O alto percentual (26,5%) de jovens que desconhece se a família faz o PRONAF pode ser explicado pelo fato do cultivo de tabaco não se enquadrar nessa forma de financiamento.

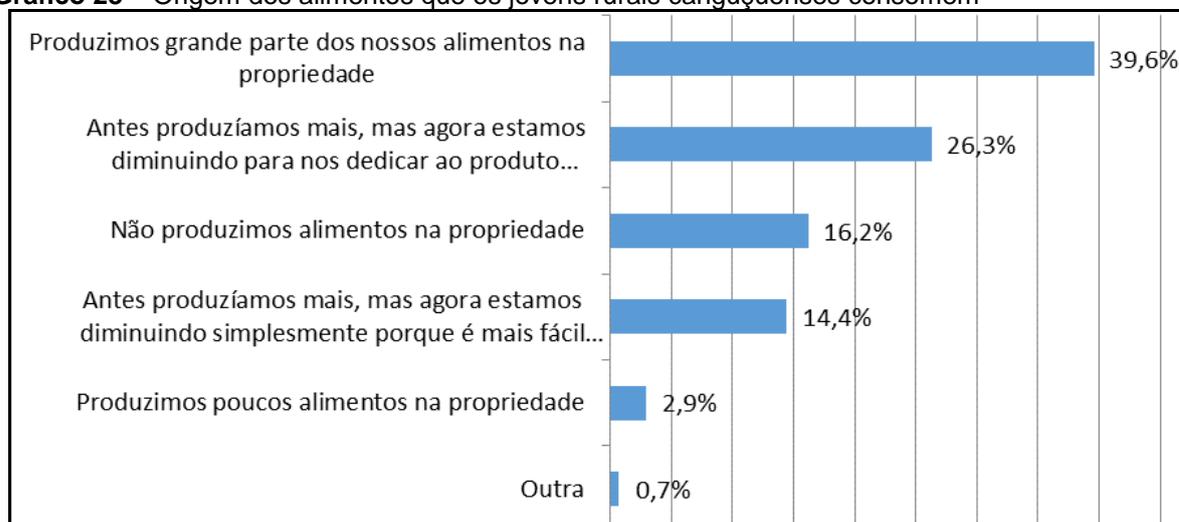
Gráfico 22 – Participação da família dos jovens rurais canguçuenses no PRONAF



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Muitas propriedades em que vivem os jovens ainda produzem grande parte dos seus alimentos. No entanto, 40,7% admitiram que a produção de alimentos para o consumo interno da família foi maior em outros tempos (Gráfico 23).

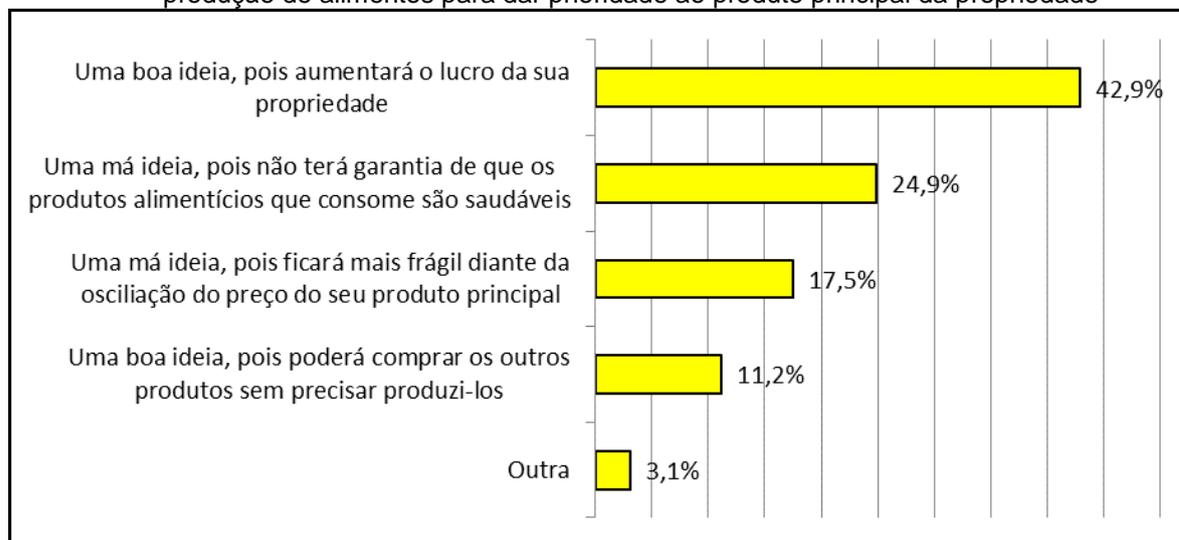
Gráfico 23 – Origem dos alimentos que os jovens rurais canguçuenses consomem



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

A maioria (54,1%) concorda com a prática de reduzir a produção de alimentos, a fim de se dedicar mais ao produto principal da propriedade, de acordo com o Gráfico 24.

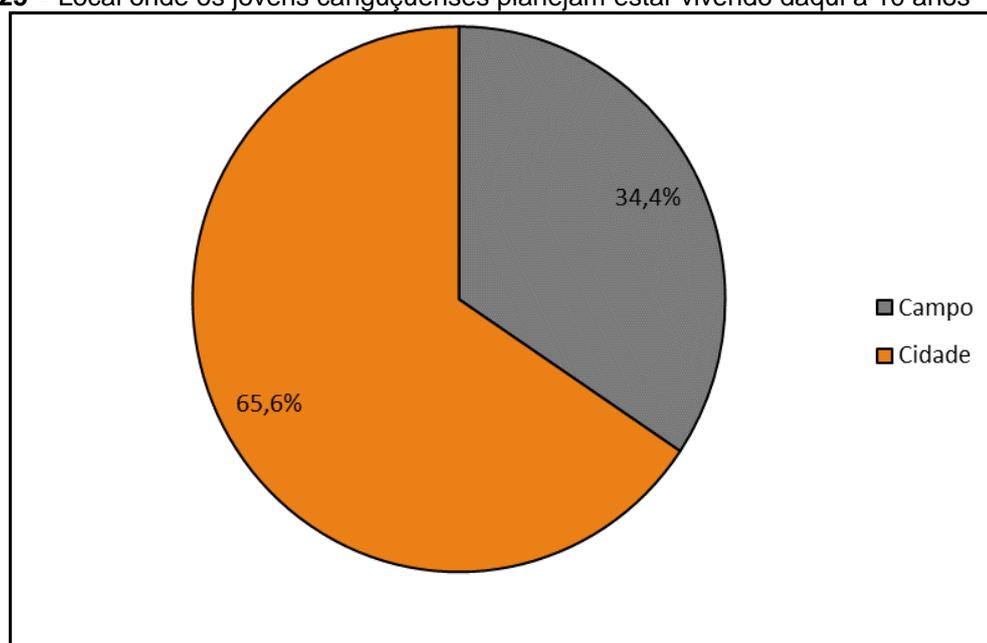
Gráfico 24 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a atitude de diminuir a produção de alimentos para dar prioridade ao produto principal da propriedade



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

O que planejam os jovens rurais para o seu futuro? A maioria deles pretende migrar para a cidade nos próximos anos, conforme indica o Gráfico 25.

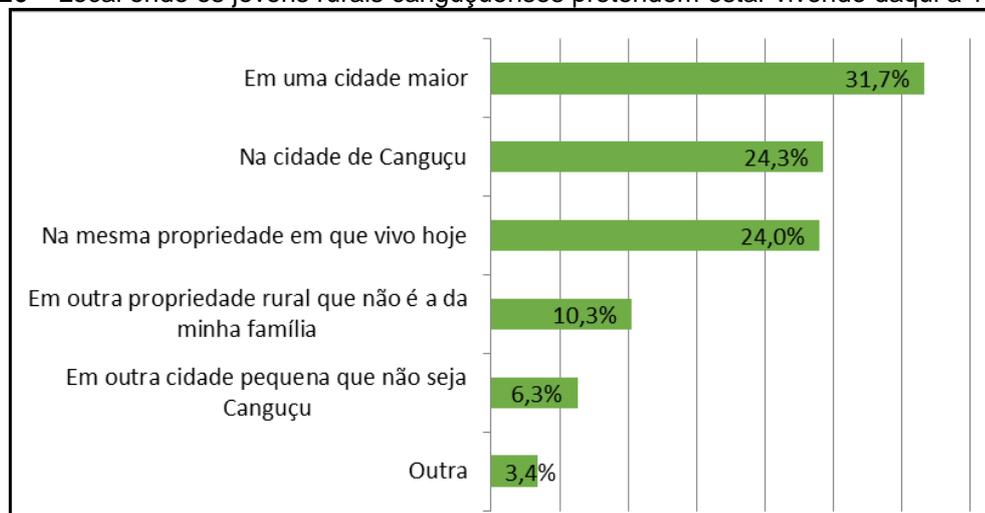
Gráfico 25 – Local onde os jovens canguçuenses planejam estar vivendo daqui a 10 anos



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Uma cidade maior é o destino mais almejado pelos jovens que desejam migrar, enquanto Canguçu foi a segunda opção mais desejada (Gráfico 26).

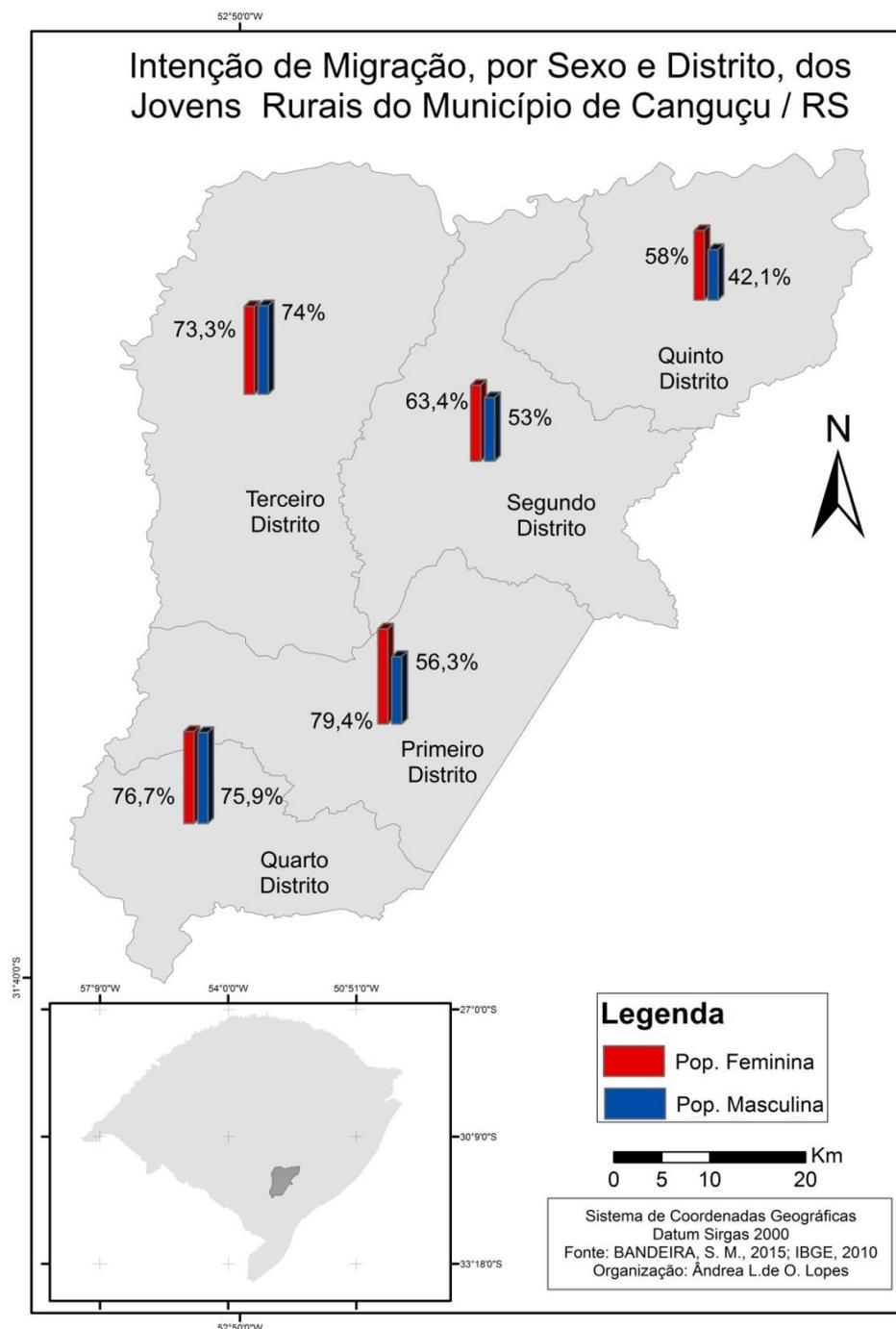
Gráfico 26 – Local onde os jovens rurais canguçuenses pretendem estar vivendo daqui a 10 anos



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Em trabalho realizado por Bandeira (2016), sobre a migração feminina do meio rural em Canguçu/RS, utilizando o mesmo banco de dados desta tese, foi constatado que, na maioria dos distritos, são os jovens do sexo feminino que mais desejam migrar. No 1º e no 2º distrito, onde predomina a agricultura familiar, essa diferença entre os sexos é bastante acentuada, sendo que no 1º distrito o percentual de jovens do sexo feminino que deseja ir para as cidades chega a 79,4%, conforme indica a Figura 41, na próxima página.

Figura 41 – Intenção de migração, por sexo e distrito, dos jovens rurais do município de Canguçu/RS



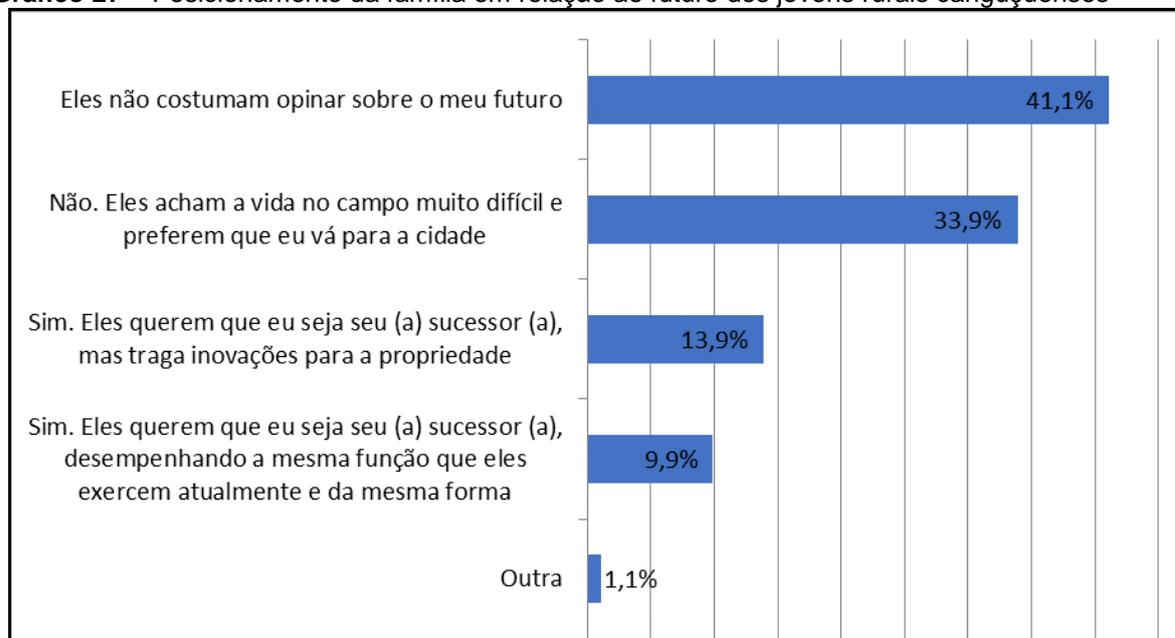
Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015. Organizado por Ândrea Lopes²³.

E o que pensa a família sobre o desejo dos jovens de migrarem para a cidade? Grande parte das famílias prefere não opinar, ou seja, deixar que o jovem escolha o que considera melhor para si. Porém, é também alto o percentual de

²³ Observação: No mapa da Figura 41, foram analisados somente os jovens que são realmente de Canguçu, ou seja, foram excluídos da análise os jovens que estudam em Canguçu, mas pertencem a outros municípios.

famílias que incentiva os jovens a ir para a cidade em busca de uma vida considerada mais fácil (Gráfico 27).

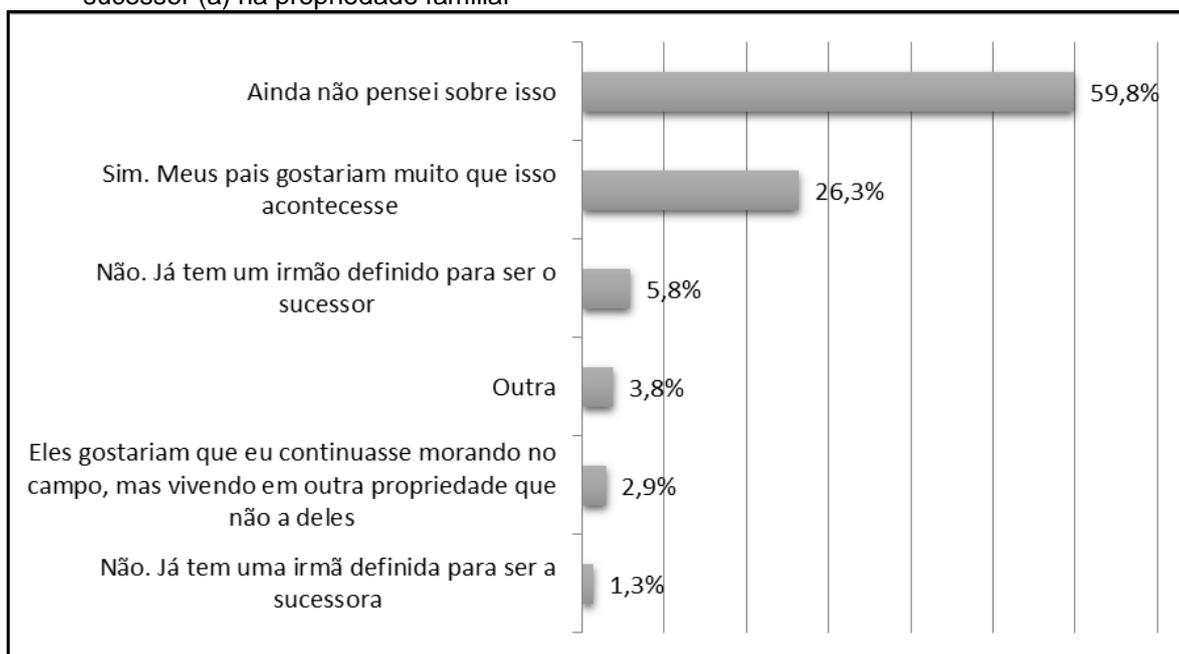
Gráfico 27 – Posicionamento da família em relação ao futuro dos jovens rurais canguçuenses



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

A maioria dos jovens canguçuenses ainda não pensou seriamente sobre a possibilidade de ser o sucessor na propriedade da sua família, o que não descarta totalmente a possibilidade de isso vir a acontecer (Gráfico 28, na página seguinte). Apenas 26,3% dos jovens têm claro que deseja isso para a sua vida, bem como a família tem expectativas positivas a esse respeito.

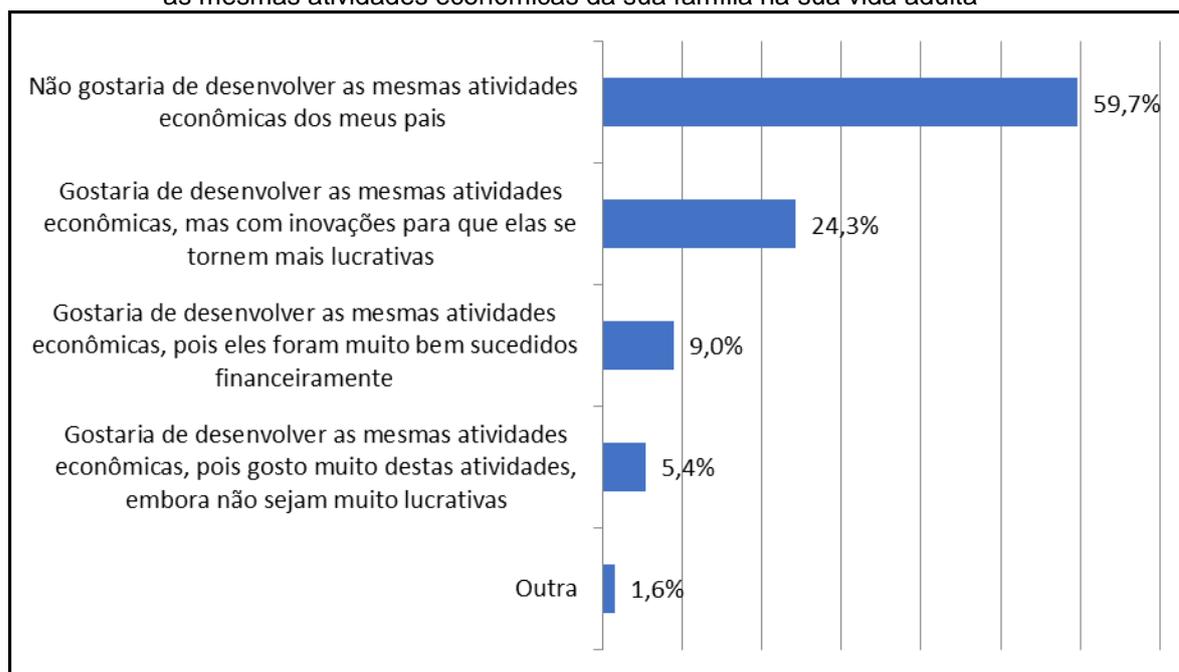
Gráfico 28 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a possibilidade de ser o sucessor (a) na propriedade familiar



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Mais da metade dos jovens (59,7%) não deseja desenvolver as mesmas atividades econômicas da sua família. Já a maioria dos que desejam, pretendem fazer alguma inovação que lhes possibilite ter maior lucro, conforme o Gráfico 29.

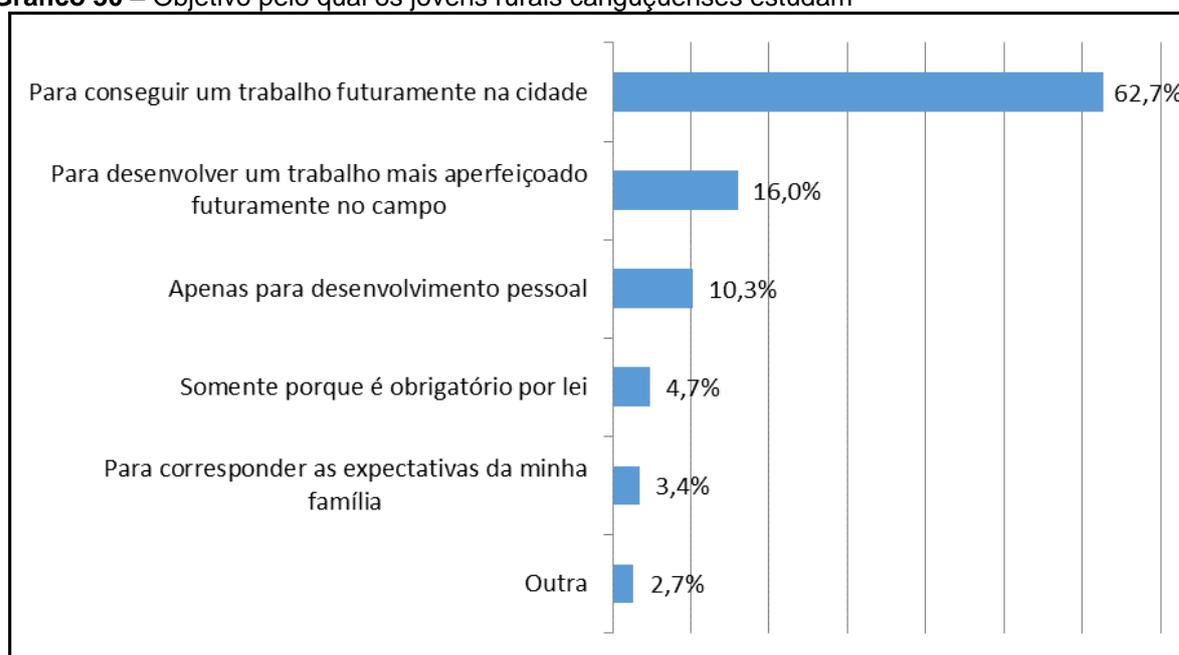
Gráfico 29 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses sobre a possibilidade de desenvolver as mesmas atividades econômicas da sua família na sua vida adulta



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

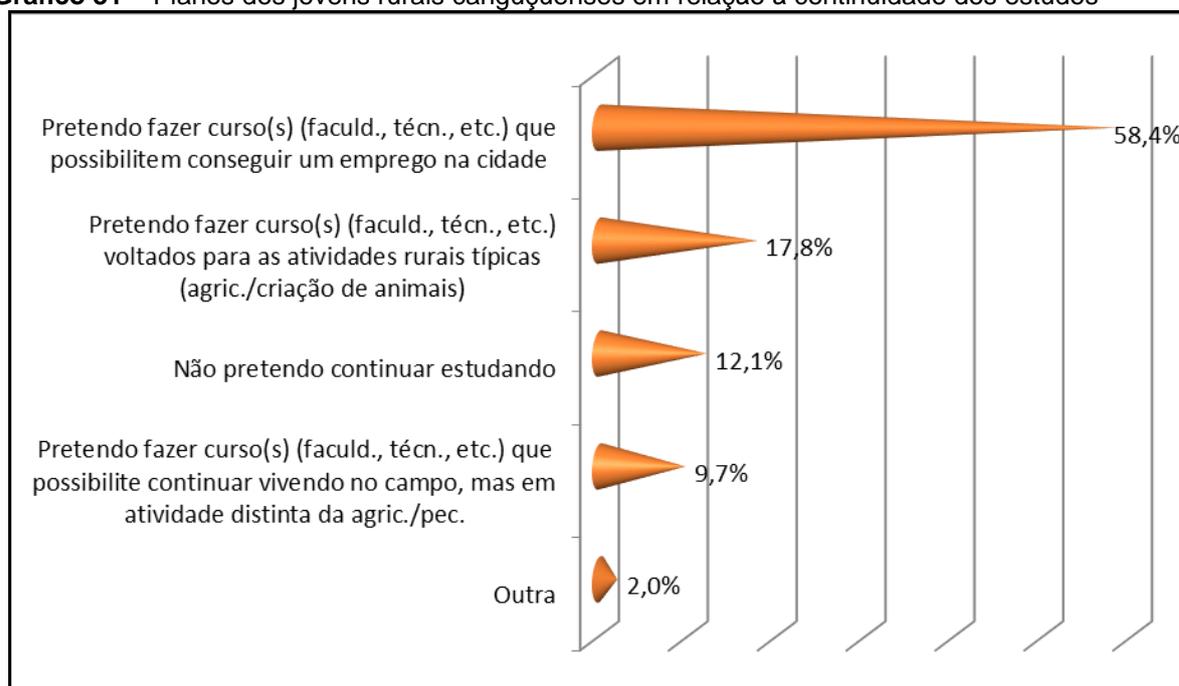
Por que os jovens rurais canguçuenses estudam? O principal motivo pelo qual eles estudam é com a finalidade de conseguir um trabalho futuramente na cidade (62,7%). Nesse sentido, o jovem rural parece saber bem o que quer, visto que apenas 4,7% estuda somente porque é obrigatório por lei (Gráfico 30).

Gráfico 30 – Objetivo pelo qual os jovens rurais canguçuenses estudam



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

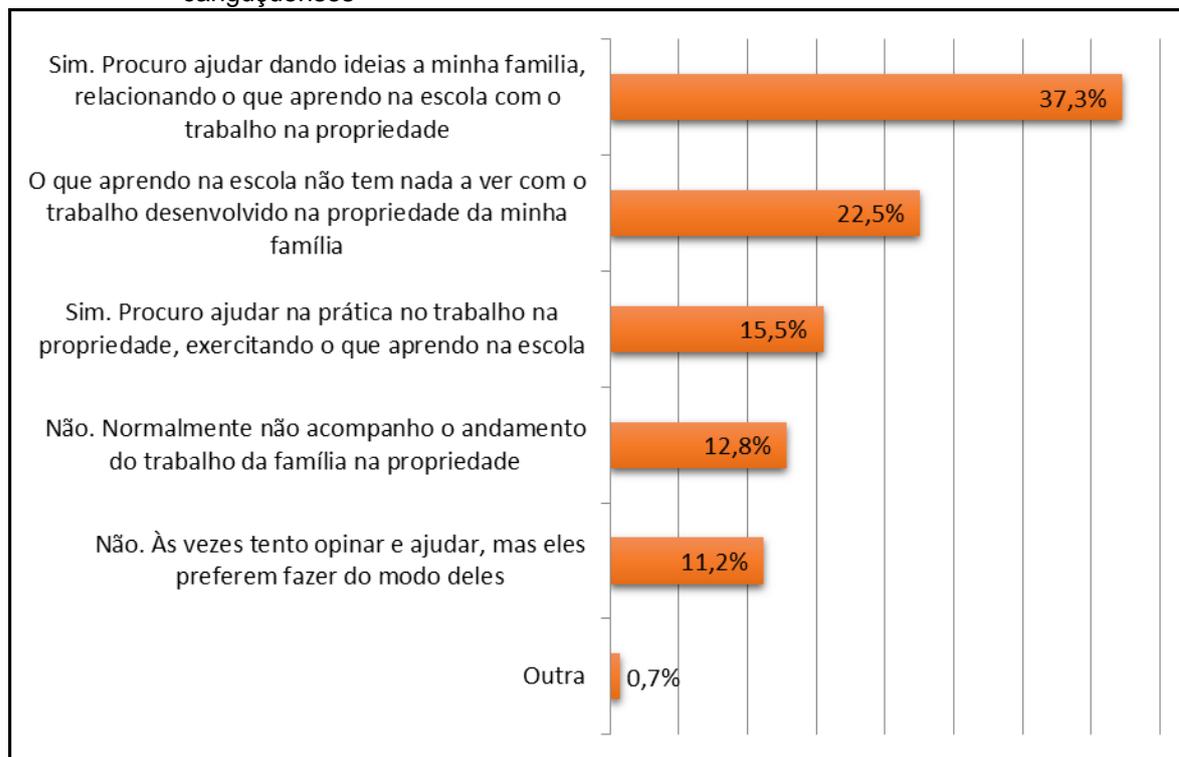
Quais os planos dos jovens rurais para a continuidade dos estudos? A maioria quer fazer algum curso que possibilite conseguir um emprego na cidade (Gráfico 31, na sequência).

Gráfico 31 – Planos dos jovens rurais canguçuenses em relação à continuidade dos estudos

Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

O conhecimento construído na escola auxilia os jovens a contribuir de forma mais produtiva na propriedade familiar? Mais da metade (52,8%) acredita que o conhecimento escolar é útil de alguma forma para o trabalho na propriedade, como pode-se observar no Gráfico 32, na próxima página.

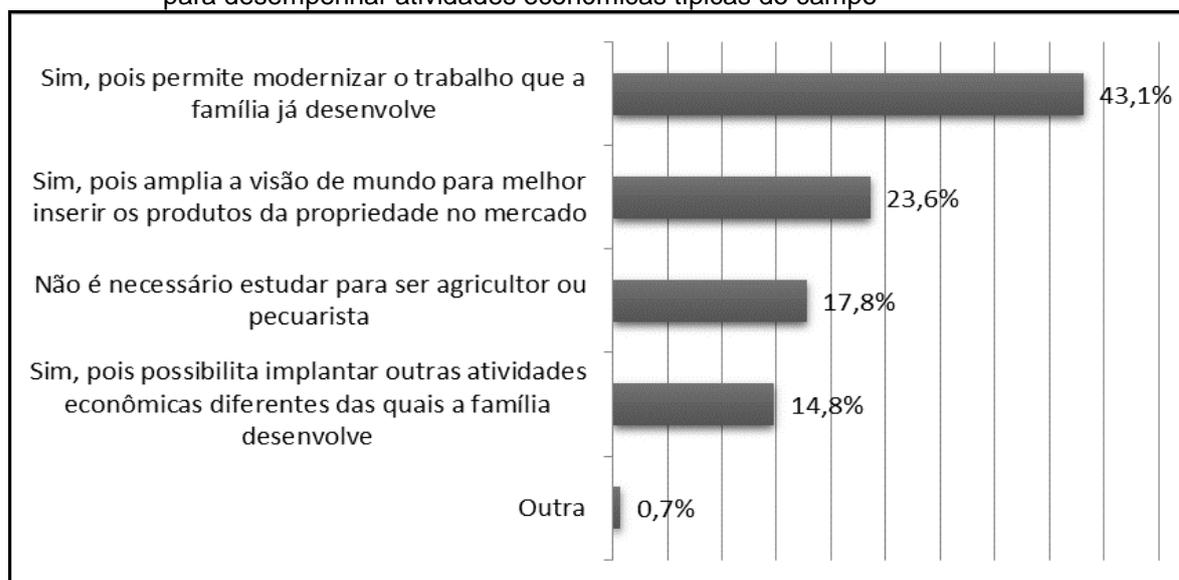
Gráfico 32 – Utilização dos conhecimentos escolares na propriedade familiar pelos jovens rurais canguçuenses



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

O Gráfico 33, na sequência, mostra que somente 17,8% dos jovens acreditam que não é necessário estudar para ser agricultor/pecuarista, isto é, a maioria percebe que dificilmente sobreviverá no campo se continuar fazendo da mesma forma as mesmas atividades econômicas de seus ancestrais.

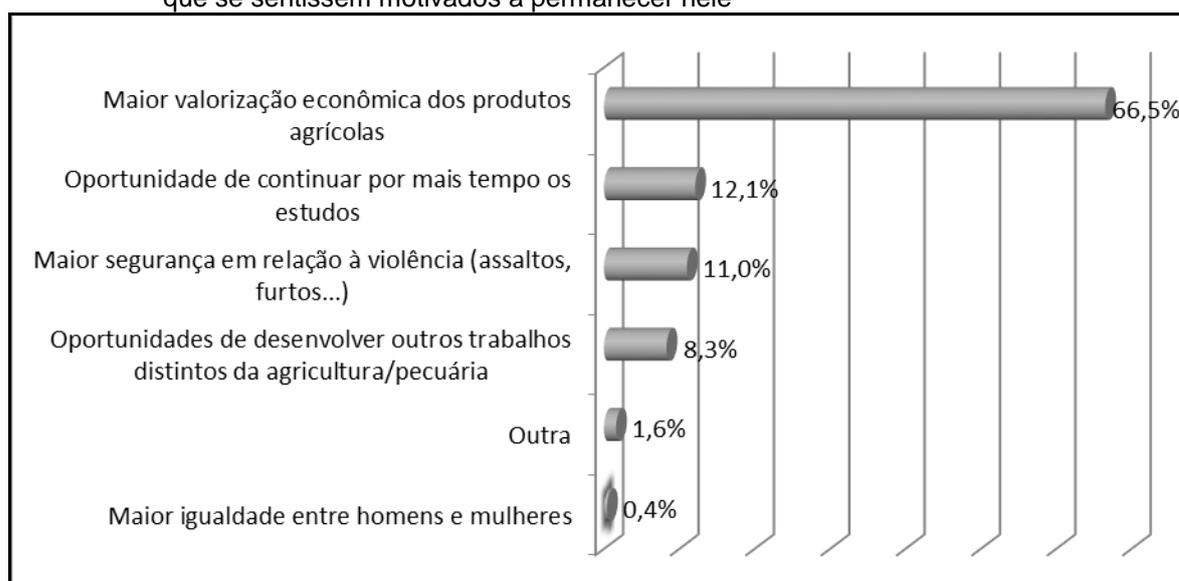
Gráfico 33 – Posicionamento dos jovens rurais canguçuenses em relação à necessidade de estudar para desempenhar atividades econômicas típicas do campo



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Quando questionados sobre o que o campo deveria oferecer para que se sentissem motivados a permanecer vivendo nele, os jovens demonstraram que gostariam de maior valorização econômica dos produtos agrícolas, como mostra o Gráfico 34.

Gráfico 34 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre o que o campo deveria oferecer para que se sentissem motivados a permanecer nele

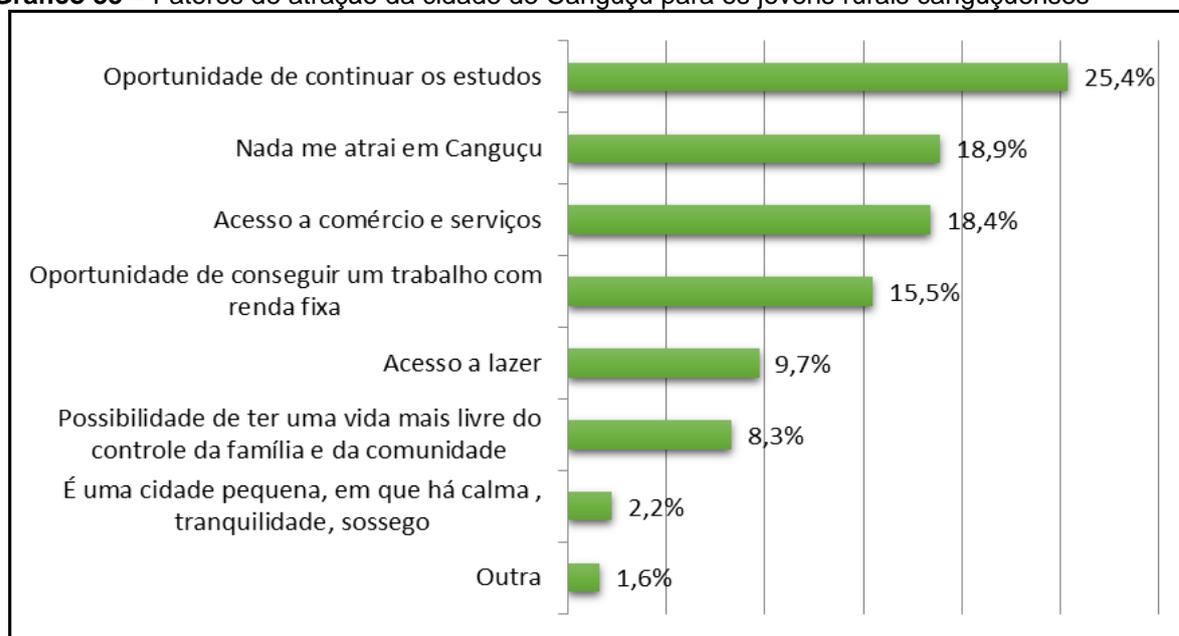


Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

Como os jovens veem a cidade de Canguçu? A maioria vê como um local onde poderão continuar por mais tempo os estudos (25,4%) ou como um local de

acesso a comércio e serviços (18,4%). No entanto, é alto o percentual de jovens que não veem atrativo nenhum na cidade local (18,9%) e baixo em relação àqueles que a veem como um local de lazer (9,7%) (Gráfico 35).

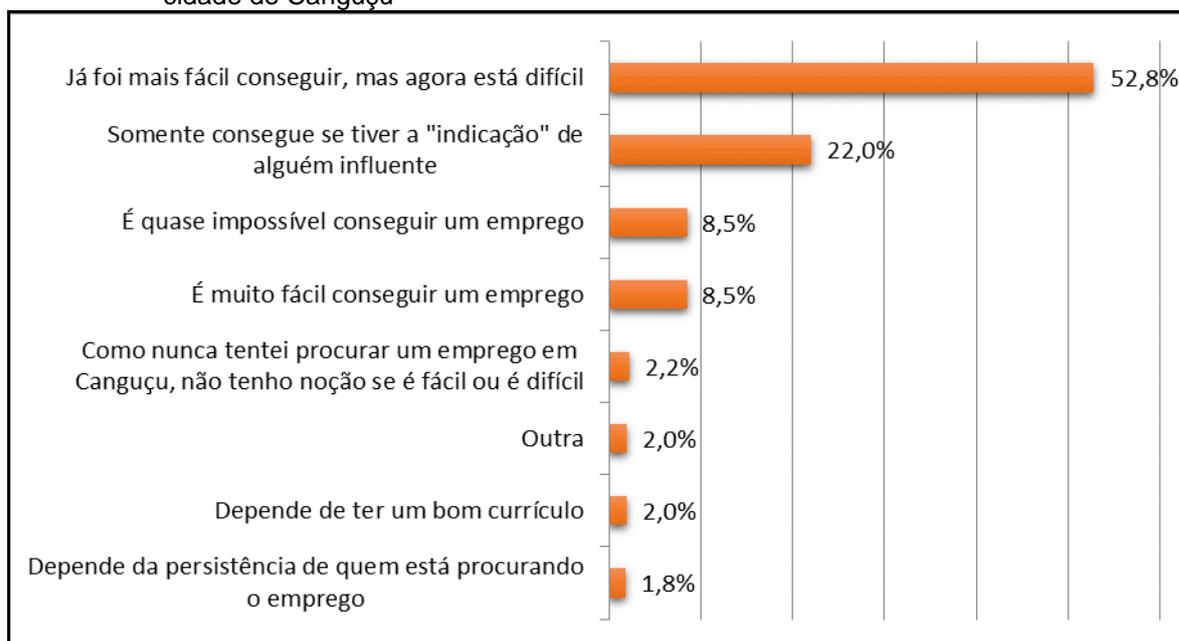
Gráfico 35 – Fatores de atração da cidade de Canguçu para os jovens rurais canguçuenses



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

A maioria dos jovens acredita que já foi mais fácil conseguir um emprego em Canguçu, mas agora está difícil (52,8%). O jovem rural parece consciente da competição do mercado de trabalho urbano, visto que apenas 8,5% consideram que é muito fácil conseguir um emprego em Canguçu (Gráfico 36, na próxima página).

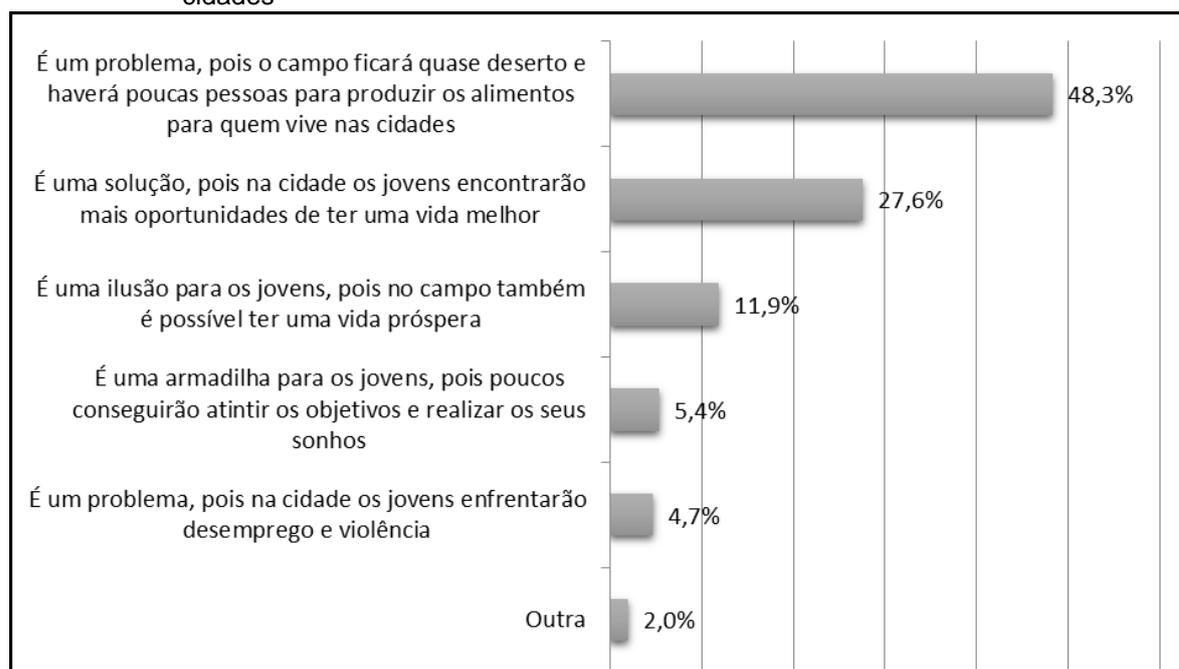
Gráfico 36 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre a inserção no mercado de trabalho da cidade de Canguçu



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

E o que eles pensam sobre o desejo de migração para as cidades que, atualmente, a maioria da juventude rural tem? Embora a maioria dos respondentes também deseje migrar, não veem com otimismo as consequências que isso pode trazer para a sociedade (Gráfico 37).

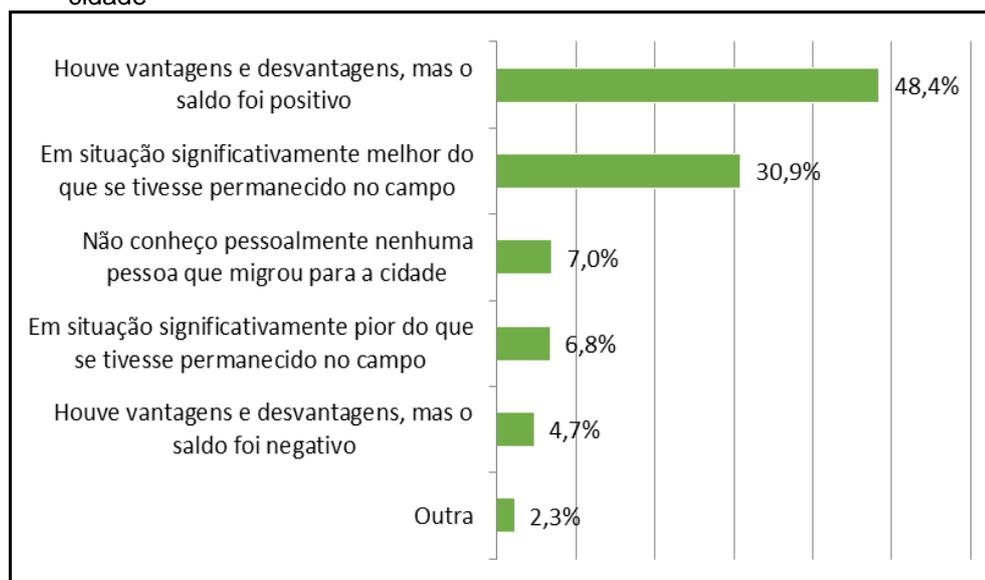
Gráfico 37 – Opinião dos jovens rurais canguçuenses sobre a migração da juventude para as cidades



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

O que pensam os jovens sobre a situação atual dos conhecidos que já migraram para a cidade? A maioria deles reconhece que não houve apenas vantagens, mas também desvantagens. No entanto, 79,3% têm uma imagem positiva da situação atual de quem migrou (Gráfico 38).

Gráfico 38 – Opinião dos jovens canguçuenses sobre a situação atual de quem já migrou para a cidade



Fonte: Pesquisa de campo – junho a agosto/2015.

4.6 COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM DECADÊNCIA (PECUÁRIA DE CORTE E MILHO) E AS ATIVIDADES EM ASCENSÃO (TABACO E SOJA)

No grupo de 445 jovens questionados, foram identificadas 58 famílias que possuem pecuária de corte e 193 famílias que produzem milho, atividades econômicas em decadência em Canguçu. Por outro lado, foram identificadas 207 famílias que produzem tabaco e 60 famílias que produzem soja, atividades econômicas em expansão no município. Essas quantidades equivalem a famílias que possuem esses produtos associados a outros. No entanto, se formos considerar os mesmos produtos como única atividade econômica desenvolvida na propriedade, encontramos 97 propriedades produtoras de tabaco, 77 produtoras de milho, 22 com pecuária de corte e oito com cultivo de soja. Pelo fato de essas quatro atividades

econômicas apresentarem alterações significativas nos últimos anos, faremos cruzamento apenas delas com os demais resultados apresentados nos questionários a fim de comparação.

A pecuária de corte é predominante apenas em propriedades acima de 101 hectares (77,8%). O percentual de propriedades que se dedicam à pecuária de corte decresce à medida que a propriedade possui menos hectares, chegando a 10,2% em propriedades abaixo de 10 hectares. Portanto, a pecuária extensionista, predominante em Canguçu, requer grandes quantidades de terra. Essa condição vem se reduzindo ao longo das gerações pelas divisões das propriedades, em virtude de herança, e contribuído para a sua decadência. Em relação ao cultivo de milho, embora seja um pouco maior, à medida que a propriedade é mais extensa, não há diferença tão significativa como a pecuária de corte. O milho é presente em aproximadamente metade do número das propriedades, independentemente do tamanho.

A soja, que está em ascensão, se comporta de forma semelhante à pecuária de corte quanto à extensão de terra. Esse cultivo tende a ser mais frequente em proporção ao aumento do tamanho da propriedade, sendo presente em 7,8% das propriedades de até 10 hectares e em 55,5% das propriedades acima de 101 hectares. Já o tabaco é mais cultivado em pequenas propriedades de até 30 hectares.

As aspirações futuras dos jovens variam conforme a atividade desenvolvida. As atividades em ascensão, como a soja (20%) e o tabaco (15,5%), foram as mais citadas pelos jovens, que gostariam de seguir desenvolvendo as mesmas atividades econômicas dos seus pais pelo fato destes terem sido bem-sucedidos. Já atividades em decadência, como a pecuária de corte, foram apontadas como as que os jovens mais desejam implantar inovações para torná-las mais lucrativas (37,9%) – o milho foi a atividade em que os jovens expressaram menos desejo em seguir desenvolvendo, isto é, 57,5% deles desejam mudar de ramo. Assim sendo, percebe-se que os jovens desejam atividades nas quais percebem lucratividade e desejam adotar novas estratégias ou mudar de atividade quando não há perspectiva de lucro.

Provavelmente por não terem tradição na agricultura, as propriedades em que há pecuária de corte são as que menos produzem alimentos na propriedade (22,4%). Os jovens, cujas famílias desenvolvem os cultivos em ascensão, foram os que demonstraram mais preocupação em se dedicar a apenas um produto, visto que

ficam à mercê da oscilação do preço. Esse tema é bastante debatido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está sempre alertando os produtores para diversificarem a sua produção.

São jovens de famílias plantadoras de soja os que mais desejam continuar vivendo na propriedade da família (35%) ou em outra propriedade rural que não seja da família (18,3%). Comparada às outras atividades econômicas, esses jovens são os que mais desejam permanecer no campo. Também foram os que menos demonstraram desejo de, futuramente, viverem em cidades pequenas. Eles são os mais incentivados pela família a continuarem vivendo no campo (41,7%) e os que afirmam ter mais estímulo, por parte da família, para trazer inovações para a propriedade (31,7%). Por sua vez, em relação às atividades em decadência, são as que a família mais os incentiva a migrarem para a cidade, com percentual de 35,8% entre os produtores de milho e 34,5% entre os de pecuária de corte.

Os resultados dos questionários indicaram que propriedades com atividades econômicas em ascensão são as que mais têm possibilidade de ter sucessor na propriedade. Na soja, por exemplo, 40% afirmaram que a família gostaria muito que eles fossem o sucessor. Foi no tabaco e na soja que apareceu mais definida a possibilidade de sucessor, quando não o próprio jovem, um(a) irmão(a). Já nas atividades em decadência, foi maior o percentual de jovens que afirmaram ainda não terem pensado sobre o assunto.

São os jovens das famílias que cultivam soja os que mais demonstraram desejo de fazer cursos (técnico, faculdade, etc.) voltados para as atividades rurais típicas (agricultura/criação de animais), sendo o percentual de 36,7% entre esse grupo. É nas propriedades em que há pecuária de corte que o maior percentual de jovens afirma não ter o costume de acompanhar o andamento do trabalho da família na propriedade (12,1%) e, além disso, que o conhecimento aprendido na escola não tem nada a ver com o trabalho desenvolvido na propriedade da família (31%). São os jovens de famílias produtoras de soja os que mais acreditam na necessidade de estudar para ser agricultor/pecuarista, a fim de modernizar as atividades que a família já desenvolve (53,3%), enquanto é na pecuária de corte os que menos consideram o estudo como algo importante para a atividade desenvolvida (20,7%).

Foi entre os jovens das atividades em crescimento o percentual mais alto de atração da cidade de Canguçu devido ao comércio e serviços, sendo de 24,2% entre os produtores de tabaco e 21,7% entre os produtores de soja. Porém, os jovens

produtores de soja foram os que menos veem a cidade de Canguçu como uma oportunidade de conseguir um trabalho com renda fixa (8,3%). Isso subentende que eles conseguem ver na soja uma possibilidade maior de ascensão social.

Dessa maneira, observamos que a atividade econômica estar em decadência ou em ascensão influencia nas aspirações futuras dos jovens e de sua família. Em atividade em ascensão, como o tabaco e, principalmente, a soja, os jovens demonstram mais interesse em dar continuidade ao trabalho da família e são mais apoiados por seus familiares a permanecer na propriedade, bem como desejam buscar conhecimento para aperfeiçoar a atividade agrícola. Já em atividades decadentes, os jovens sentem a necessidade de inovação no que a família vinha desenvolvendo, mas demonstram menos motivação em aperfeiçoar e/ou dar continuidade ao trabalho da família.

4.7 A REAÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO ÀS OPINIÕES E ASPIRAÇÕES DOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES

Na concepção dos entrevistados, a intenção dos jovens rurais canguçuenses de migrarem para as cidades, diagnosticada nos questionários, é considerada negativa para o município. Em caso de ocorrer uma migração massiva dos jovens canguçuenses, provavelmente haveria um avanço das médias e grandes propriedades e a única saída para o município, portanto, seria um maior uso de tecnologia nas atividades agrícolas, inovação e agregação de valor no que for produzido.

Alguns entrevistados disseram que estão começando a observar, também, o desejo de migração de alguns jovens plantadores de tabaco. Como esse cultivo não se mostra tão promissor como no início, há casos em que famílias compram casa na cidade e os filhos, desse modo, têm a oportunidade de continuar os estudos e não voltam. Já no 3º e 4º distrito, a migração de jovens já vinha ocorrendo há mais tempo.

Os entrevistados acreditam que as leis atuais contribuem para que isso ocorra, visto que proíbem crianças de trabalharem, sendo que na agricultura, o conhecimento informal, aprendido na prática através das gerações, é fundamental

para que desperte o interesse em dar continuidade às atividades agrícolas. Assim, eles crescem somente frequentando a escola e depois de adultos desejam viver na cidade, já que tiveram uma educação mais voltada para o meio urbano.

O entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) não concorda com os dados do IBGE que apontam que a maioria dos canguçuenses ainda vivem no meio rural. Ele acredita que já deva ter 50% morando na cidade, pois muitos que têm casa também na sede já estão com parte da família vivendo nessa residência. Porém, no momento de declarar no censo, dizem que moram no meio rural para ter acesso aos benefícios rurais, como Modelo 15, aposentadoria rural, dentre outros.

Alguns entrevistados argumentam que hoje o jovem não tem necessidade de ir viver na cidade, uma vez que há, no meio rural, acesso a tecnologias assim como no meio urbano, sendo que a cidade, contudo, não absorveria todos os jovens de forma que pudessem ter uma boa renda. Por outro lado, o entrevistado nº 22 (concessionário da rodoviária de Canguçu) acredita que o acesso à tecnologia, principalmente à internet, é que está contribuindo para o jovem sonhar com a cidade.

O entrevistado nº 6 (comerciante tradicional de Canguçu e presidente do CDL) supõe que a expansão da soja no município está perto de chegar ao seu limite, em razão de o relevo com desníveis, característico de Canguçu, não permite grandes extensões plantadas, ou seja, o máximo de extensão de uma lavoura no município é 200ha, o que conterà logo o avanço das grandes propriedades. Em certo aspecto, isso é positivo, pois, ao contrário do tabaco, a soja é mecanizada e ocupa pouca mão de obra no campo.

Já a entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu) defende que os jovens canguçuenses teriam muito a lucrar caso se dedicassem à produção de alimentos. Segundo ela, o mundo caminha para uma escassez de alimentos e a agricultura será uma atividade promissora. Contudo, para que isso se torne possível, ela defende que o gosto pela profissão de agricultor deve ser despertado desde a infância e a produção deve ocorrer aliada à tecnologia, uma vez que o jovem de hoje é avesso à penosidade e deseja ter prazer e satisfação na profissão que escolher. A entrevistada nº 9 (comerciante tradicional de Canguçu) também afirma que há mercado para mais produção de alimentos no município. Vários produtos que o seu comércio hoje traz da CEASA (Porto Alegre), para serem distribuídos nos mercados

de Canguçu, poderiam ser adquiridos de agricultores locais se estes os produzissem.

O entrevistado nº 7 acredita que, em uma cidade grande, os jovens não teriam qualidade de vida, o que foi apontado por vários entrevistados como uma das maiores vantagens do município de Canguçu. Além disso, eles comentaram que é comum no município os jovens que continuam os estudos buscarem trabalho e se destacarem em centros maiores e a cidade local, dessa forma, acaba ficando com aqueles que possuem menos qualificação.

Os entrevistados temem que, caso os jovens concretizem a sua intenção de migrar, a produção rural diminua e o movimento na cidade de Canguçu conseqüentemente reduza. Ademais, causaria um aumento da procura por emprego na cidade. Alguns entrevistados consideraram alto o percentual de 34,4% de jovens que ainda querem ficar no campo, pois imaginavam que fosse ainda menor a quantidade de interessados em permanecer nesse meio. Atribuem a isso o fato de o tabaco ter reduzido o êxodo rural no município nos últimos anos, da mesma forma que atribuem, principalmente a esse cultivo, o crescimento que a cidade vem apresentando ultimamente.

De acordo com a entrevistada nº 17 (responsável pelo Casarão Remates em Canguçu), em antigas áreas de pecuária, que estão se transformando em extensões grandes de soja, já não se vê muitos jovens. Nessas localidades, está se tornando difícil conseguir mão de obra quando necessário, tendo em vista que os jovens já foram para a cidade. A entrevistada afirma que recebe diversos currículos desses jovens, pois eles não querem ficar no meio rural “esperando” uma renda pequena e que demora a ter resultado. No decorrer da fala da entrevistada, foi possível perceber que, se a maior parte dos jovens de uma localidade migra, muitos outros acabam migrando também pelo motivo de se sentirem isolados.

O maior temor dos entrevistados é que, caso a migração massiva de jovens rurais ocorra, diminua a renda que reflete na cidade de Canguçu. O entrevistado nº 18 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu) defende a necessidade de que as escolas de Educação Básica sejam adequadas à realidade rural para que o jovem aprenda a administrar a sua propriedade, ou seja, a educação rural deveria preparar o jovem para ser um empreendedor no campo, e não um empregado na cidade. Sem o despertar dessa visão, eles enxergam a propriedade, mas não conseguem visualizar as possibilidades.

Algumas iniciativas nesse sentido já existem no município de Canguçu. A Escola Família Agrícola, que abriu a primeira turma em Canguçu em 2016, com 35 alunos, procura suprir a necessidade de conhecimento dos jovens que pretendem continuar no meio rural, desenvolvendo atividades agrícolas. A EFA oferta o curso de Técnico em Agricultura (ênfase em Agroecologia) utilizando a Pedagogia da Alternância, em que parte da aprendizagem é construída na escola e parte na propriedade em que vive o aluno para que este seja desafiado a identificar as viabilidades do local. A Escola Técnica Estadual de Canguçu também oferece o curso de Técnico em Agricultura, nas modalidades integrado e subsequente, sendo ofertadas 35 vagas por semestre. Outra iniciativa de capacitar os jovens rurais foi a oferta de algumas turmas dos cursos Técnicos em Agroindústria e Técnico em Biocombustível, na modalidade EaD (Ensino a distância), vinculados à rede e-Tec Brasil, cujos encontros presenciais ocorrem na E.M.E.F. Guido Timm Venzke. Além desses cursos, o CETAC (Centro de Formação de Agricultores de Canguçu), administrado pela ASCAR-EMATER/RS, oferta diversos cursos voltados para o meio rural. Por exemplo, em 2014, foram ofertados curso de Artesanato em Lã, Boas Práticas de Fabricação, Bovinos de Leite, Gestão de Agroindústria, Manejo e Conservação de Solo e Água, Plantas Medicinais e Fitoterapia Animal, Processamento Artesanal de Frutas e Hortaliças e Reciclagem para Inseminadores Artificiais de Bovinos.

Caso os jovens comecem a sair do campo, os entrevistados receiam que se acentue o envelhecimento da população rural com perda da produtividade e da inovação, paralelo a um crescimento vegetativo da população da cidade, com o aumento da competição pelos poucos empregos que restariam do comércio falido. Assim sendo, se criariam bolsões de miséria ao redor da cidade e os alimentos ficariam mais caros. O entrevistado nº 21 (Imobiliária Adão Silva Imóveis) acredita que, se os jovens saírem do meio rural, a agricultura será apenas realizada com máquinas, o que significaria uma quebra da maior parte do comércio varejista da cidade, que é especializado em atender as necessidades básicas de seres humanos.

Quando questionados sobre como era a inserção do jovem rural no mercado de trabalho urbano de Canguçu, eles comentaram que, de modo geral, o jovem rural tem boa aceitação e, inclusive, tem mais facilidade para conseguir trabalho do que os jovens da cidade, pois apresentam um perfil diferenciado. O entrevistado nº 7

(comerciante tradicional de Canguçu) contou que quando vai fazer uma seleção para a sua loja, cerca de 2/3 dos currículos são de jovens do meio rural e a maioria dos seus funcionários são oriundos do campo. Ele diz preferir os jovens do campo, porque são mais comprometidos com o trabalho. Outro motivo apontado pelos entrevistados, pela preferência pelos jovens rurais, é o fato de esse perfil de jovem ter mais capacidade de se comunicar com os clientes por conhecer a realidade deles, já que o comércio é voltado mais para pessoas do meio rural. Ademais, os jovens rurais costumam valorizar mais as oportunidades.

O entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) salientou que os jovens pomeranos, por exemplo, têm uma cultura bastante ligada à religião e à família e, além disso, são muito aceitos para trabalhar no comércio. Todavia, se muitos forem exercer essa função, esse setor não terá condições de absorvê-los. Para esse grupo, os entrevistados consideram que é mais vantajoso permanecer no meio rural, uma vez que muitos vão para a cidade e, ao perceberem como é limitante trabalhar no comércio, resolvem retornar para a propriedade familiar. A maioria não consegue se inserir de forma satisfatória na cidade e acabam tendo de se submeter a empregos que pagam pouco. Muitos têm ido para centros maiores, sendo a cidade de Rio Grande/RS a que mais vinha absorvendo jovens canguçuenses ultimamente, devido ao crescimento do polo naval. De acordo com o entrevistado nº 6 (comerciante tradicional de Canguçu), já há bastante desemprego em Canguçu. É comum oferecer uma vaga em seu comércio e aparecer 200 currículos. Os jovens se candidatam apenas com o Ensino Médio, sem ter sequer um curso de vendas, e se defrontam com uma realidade “ruim”.

Os entrevistados explicaram que existem muitos pais que incentivam os filhos a irem para as cidades, mesmo que estes estivessem melhores no campo, visto que na cidade correm o risco de ficar desempregados. O entrevistado nº 4 (Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo) defende que os jovens deveriam estar estudando com foco no empreendedorismo e não esperando que “deem” empregos de serviços básicos. Por sua vez, o entrevistado nº 3 (Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural), acredita que é fundamental os jovens canguçuenses permanecerem no campo, pois o município tem grande potencial para agroindústrias e turismo rural.

A entrevistada nº 5 (Comerciante tradicional de Canguçu) argumenta que quando o jovem realmente tem vontade de realizar determinado trabalho, ele consegue se inserir. Porém, para que isso ocorra, ele precisa buscar conhecimento para desempenhar a função. Caso não possua essa bagagem de conhecimento, ele acaba fazendo o que encontra e se frustra como profissional. Assim sendo, o jovem precisa de conhecimento e atitude, aliados ao conhecimento, para conseguir a realização, visto que o mercado busca eficiência e eficácia, enquanto a maioria dos jovens demonstra apenas indiferença. Segundo a entrevistada, essa postura é o resultado da sociedade individualista atual, em que os “EUs” estão tão grandes que os jovens querem somente atender pessoas com as quais se identificam e “deletam” os demais, o que no comércio não é possível. Já o entrevistado nº 8 é da opinião de que não basta o jovem procurar qualificação, mas também apresentar o perfil para a profissão que está se qualificando, a fim de que a desempenhe com competência. Conforme a entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu), o comércio de Canguçu já está selecionando apenas os candidatos que realmente têm perfil para trabalhar no comércio. Ela afirma que quem estiver preparado e trabalhar de forma organizada, aliados à tecnologia, conseguirá bons resultados mesmo continuando no campo.

Da mesma forma, o entrevistado nº 14 (comerciante recente de Canguçu) explicou que o mercado de trabalho procura nos candidatos a funcionário uma qualificação comportamental (iniciativa, comprometimento, atitude, pensar além...) e essas características são mais encontradas em jovens do meio rural. Ele comentou que, hoje, apenas 10% das pessoas que entregam currículo em sua loja possuem qualificação comportamental. O entrevistado nº 20 (presidente da ACICAN) ratificou que, em Canguçu, se contrata mais pela experiência e pelo jeito pessoal do que pelo currículo, pois a maioria tem Ensino Médio e não fez treinamento específico e prático para a função. Segundo ele, muitos jovens atualmente não são realmente qualificados nem para o trabalho no campo, nem para o da cidade. O conhecimento que era passado de pai para filho no campo se perdeu muito, isto é, foi delegado para a escola e esta também não os prepara.

A entrevistada nº 17 (responsável pelo Casarão Remates em Canguçu) comentou que mesmo os jovens que têm qualificação para um emprego melhor não encontram trabalho condizente com a sua formação, ou seja, fazem faculdade e

continuam trabalhando “atrás do balcão” no comércio. Somente terão chance de conseguir trabalho melhor se forem para uma cidade maior.

O entrevistado nº 10 (comerciante tradicional de Canguçu) explica que, devido a recente crise, teve de demitir três funcionários, porém, dos oito que restaram, seis vieram do meio rural. Ele disse que prefere os do interior, porque possuem mais iniciativa e sabem o que é trabalhar, enquanto os da cidade precisam ser ensinados sobre tudo. O entrevistado nº 13 (comerciante recente de Canguçu) contou que também prefere contratar funcionários do meio rural, porque eles crescem ajudando em casa e se tornam adultos mais trabalhadores, enquanto os da cidade vão apenas para a escola. O entrevistado nº 6 (comerciante tradicional de Canguçu) diz que prefere contratar jovens rurais, pois estes são mais ambiciosos, querem ir além, enquanto os da cidade estão sem foco e “gastam à noite o que ganham de dia”. Dos 17 funcionários que esse entrevistado possui no momento, somente uns três ou quatro não eram do meio rural. Ele contou que, recentemente, despediu outros seis funcionários, devido à crise atual do país.

Mais de um entrevistado comentou que está difícil contratar mais empregados por causa das excessivas obrigações trabalhistas que a lei impõe. O entrevistado nº 18 (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu) garante que, mesmo que houvesse um processo de industrialização na cidade, não absorveria o exército de reserva, já que as empresas estão preferindo a automatização do trabalho por causa dos custos altos para manter um empregado.

O entrevistado nº 21 (proprietário da Imobiliária Adão Silva Imóveis) diz que compreende o desejo dos jovens de ir para os centros urbanos, pois eles veem bons salários na cidade e têm todo o direito de querer melhorar de vida. Mesmo já tendo se modificado um pouco, as condições de vida no campo ainda são difíceis. No entanto, o entrevistado nº 23 (presidente da Cooperativa União) é do ponto de vista que, se os jovens souberem gerir a propriedade, é mais vantajoso ficar no campo, pois mesmo aqueles que conseguem trabalho na cidade de Canguçu, têm dificuldade para sobreviver com o salário comercial.

Além do mercado de trabalho na cidade de Canguçu não comportar mais jovens migrantes, os empregos ofertados (comércio, construção civil...) não são o que eles sonham. O entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) afirma que, no meio rural, eles têm acesso à tecnologia e a festas, sendo que os jovens urbanos é que se deslocam para participar dos bailes e

das festas que ocorrem no meio rural e não o contrário. Portanto, é mais vantajoso ele permanecer lá.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a cidade não teria condições de absorver 24,3% dos jovens rurais em virtude da limitação das próprias oportunidades. Seria apenas para competir com os que já estão empregados. Além de ser uma fase de retração econômica, há poucas vagas na prefeitura, comércio e serviços. O entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) explicou que, à medida que a cidade vem crescendo, a prefeitura vem “encolhendo” na capacidade de resolver os problemas urbanos. Da mesma maneira, o entrevistado nº 4 (Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo) justificou a dificuldade que as prefeituras têm de manter o município em condições dignas, pois 54% do orçamento é gasto com a folha de pagamento, 25% com a educação, 15% com a saúde e sobram apenas 6% para todo o resto. Esses 6%, dentre muitas outras coisas, são usados para conservar os aproximadamente 8.000 quilômetros de estradas que Canguçu possui. Portanto, a prefeitura não dispõe de recursos para fazer todos os melhoramentos necessários, tanto no campo como na cidade.

O mesmo entrevistado comentou que não há perspectiva de haver grandes indústrias em Canguçu, pois o município não é atrativo para investimentos devido à falta de água, ao relevo, aos problemas com trânsito, ao saneamento, etc. Portanto, em se tratando de atrair indústrias de fora, Canguçu não é competitivo. Para surgir alguma forma de indústria, teria de ser com iniciativa interna, pois a estrutura oferecida pela cidade é pior em comparação à oferecida por outros municípios. Por outro lado, o entrevistado nº 3 é da opinião que em longo prazo não é interessante atrair grandes indústrias para o município, pois elas agem em interesse próprio e, quando não têm atendidas as suas exigências, vão embora ou fecham deixando um rastro de desemprego, a exemplo do que ocorreu em Pelotas/RS. Segundo ele, a industrialização em Pelotas atraiu muitos agricultores canguçuenses que, quando as indústrias faliram e/ou fecharam, não tiveram condições de retornar para o campo e ficaram vivendo nas vilas.

Alguns entrevistados comentaram que se fosse por volta do ano de 2012, a cidade conseguiria absorver mais, mas agora está mais difícil de conseguir financiamentos e os juros estão mais altos. Até mesmo há a probabilidade de fechar alguns comércios. O entrevistado nº 20 (Presidente da ACICAN) disse que a cidade,

agora, está mais “inchando” do que “crescendo” e, desse modo, se as famílias venderem a terra para comprar uma residência na cidade, não terão do que viver. Ele comentou que hoje já sobra prédio para alugar, pois aumentou muito o valor do aluguel e a especulação está reprimindo novos empreendimentos.

O entrevistado nº 21 (Imobiliária Adão Silva Imóveis) esclareceu que a migração para a cidade local costuma ocorrer de forma gradual, ou seja, os jovens esperam conseguir um trabalho certo para, então, migrar. Caso não consigam antes, não vem. Ele complementa dizendo que se os jovens estivessem mais preparados, acabariam tirando os empregos dos que já estão trabalhando, pois a maioria se acomoda após conseguir um trabalho e não continua estudando e se qualificando.

O entrevistado nº 23 (Presidente da Cooperativa União) conclui que todo o desenvolvimento que existe em Canguçu é fruto desse equilíbrio de trocas entre o campo e a cidade. Se muitos jovens forem para a cidade, haverá um desequilíbrio, pois o potencial de produtores e consumidores está no campo. O tabaco se mostra tão vantajoso economicamente que o entrevistado nº 16 contou que estava precisando de dinheiro extra e resolveu plantar tabaco na propriedade dos seus pais. Em um ano, trabalhando na lavoura, após o expediente do comércio, conseguiu trocar a sua casa por uma maior, tendo em vista que pretende abrir uma oficina mecânica na sua nova residência.

Já a entrevistada nº 17 (responsável pelo Casarão Remates em Canguçu) diz que os jovens da pecuária familiar não veem perspectiva de futuro em continuar com a produção e cada vez mais gente abandona a atividade. Ela conta que os pecuaristas que pretendiam continuar criando estavam com a convicção de que, com a produção diminuindo no município, o preço da carne iria subir. No entanto, com a crise, as pessoas passaram a consumir menos carne e os preços se mantiveram, o que os desmotivou ainda mais.

O mercado é que determina os valores dos produtos. Porém, o entrevistado nº 20 (Presidente da ACICAN) argumenta que a forma mais eficaz de ter os produtos mais valorizados é fazendo com que o comprador veja o valor nos produtos, e o agregar valor vem de dentro. Segundo ele, os produtores querem ter seu produto valorizado, mas não querem se esforçar e investir para que tenham mais qualidade. Em síntese, o mercado limita as condições, mas cabe a cada produtor fazer o seu diferencial.

Todavia, o entrevistado nº 18 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu) tem uma visão mais coletiva do processo. Ele defende que reivindicar o reconhecimento da importância das atividades agrícolas é um dever de toda a sociedade, e não apenas da categoria de agricultores, pois todos dependem dos produtos agrícolas.

Os entrevistados demonstraram satisfação com o fato de 81,6% acreditarem que, atualmente, é necessário estudar para ser agricultor/pecuarista e cerca de ¼ desejar fazer inovações na propriedade da família. O entrevistado nº 1 (Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres) disse que tem percebido o interesse dos agricultores em aprender mais. Ele comentou que a sua secretaria dá assistência para as 15 comunidades quilombolas que tem no município e é frequente a presença de pessoas dessas comunidades na repartição, buscando informações. Ele também diz saber de vários casos em que os jovens vêm para a cidade fazer Técnico em Agricultura e retornam para dar continuidade ao trabalho da propriedade.

O entrevistado nº 2 (Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio) explicou que os jovens estão percebendo que continuar fazendo da mesma forma que o pai fazia não é mais suficiente, ou seja, é preciso acompanhar a tecnologia para continuar sobrevivendo no campo. Porém, muitas famílias são resistentes às mudanças que os jovens querem fazer nas propriedades, pois a tradição é que as ideias que devem ser consideradas são as dos mais velhos (avôs, pais...).

O entrevistado nº 4 (Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo) também vê como positiva essa postura dos jovens, pois hoje é necessário ter uma visão de como funciona toda a cadeia para conseguir se inserir. No entanto, ele argumenta que falta comprometimento de muitos jovens, que estudam, mas não aplicam, na propriedade, o que aprenderam. Por sua vez, a entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu) vê como positivo pelo fato de que, com mais conhecimento, os jovens poderão desenvolver uma agricultura aliada à tecnologia. Assim, sentirão mais prazer na profissão e desejarão ficar no campo.

O entrevistado nº 7 (comerciante tradicional de Canguçu) acredita que a racionalização que os instrutores de tabaco despertaram nos agricultores passou a ser utilizada por estes também em outras atividades econômicas. O entrevistado nº 13 (comerciante recente de Canguçu) cita exemplos em que os instrutores conscientizaram os agricultores a realizar o plantio direto, a não soltar animais nas

lavouras no intervalo das plantações, entre outras questões. Com a experiência de ter uma assistência técnica, eles perceberam que, com mais conhecimento, poderão melhorar a qualidade dos seus produtos e, conseqüentemente, se inserir na cadeia.

O entrevistado nº 8 (comerciante tradicional de Canguçu) também afirma que hoje o conhecimento se tornou uma necessidade para o agricultor. Ele cita o exemplo das ceifas que possuem ar condicionado, GPS, etc. em que o agricultor precisa se esforçar para aprender a operá-la, caso contrário ficará ociosa. Além disso, as máquinas estão sempre se modernizando e é preciso estar sempre aprendendo a utilizá-las.

A entrevistada nº 17 (Responsável pelo Casarão Remates em Canguçu) comentou que, para os que se dedicam à pecuária, um maior conhecimento também se tornou necessário, pois os produtores precisam acompanhar pela internet como está o mercado. Ela disse ainda que muitos fracassam porque aquele método tradicional de “largar os bichos para o campo e esperar” não é mais viável. Em seis meses é preciso fazer o ultrassom na vaca e, se não estiver prenha, já deve ir para a engorda.

A esperança da maioria dos entrevistados é que, havendo maior conhecimento e tecnologia no campo, ocorra um aumento da lucratividade que se reflita na cidade, pois ela seria a provável fornecedora de estrutura e equipamentos. O entrevistado nº 14 (comerciante recente de Canguçu) confirmou o que disseram outros entrevistados, sobre a resistência que os agricultores mais velhos têm em relação a novos conhecimentos e novas tecnologias na agricultura. Ele contou que a sua empresa realizou uma reunião com os agricultores, na qual explicaram que, se usadas as técnicas corretas, seria possível colher 100 sacos de milho por hectare e os produtores chamaram os técnicos de mentirosos. Segundo o referido entrevistado, os produtores de milho não acompanharam o desenvolvimento, enquanto os produtores de tabaco compraram a ideia porque viram, na prática, a possibilidade de lucro. A entrevistada nº 15 (comerciante recente de Canguçu) igualmente acredita que, em parte, foram os instrutores de tabaco que “abriram a mente” dos agricultores, bem como o curso de Técnico em Agricultura que tem em Canguçu.

O entrevistado nº 21 (proprietário da Imobiliária Adão Silva Imóveis) também comentou que os agricultores mais velhos acham que não precisam de estudo para trabalhar com a terra, mesmo que hoje a realidade seja diferente, visto que as terras

estão desgastadas e não irão produzir se não forem aplicadas as técnicas de reparação adequadas. Ele contou que já passou pela experiência de ter sido Secretário Municipal de Agricultura de Canguçu e que, nessa época, recebia mais pedidos de calcário do 2º distrito, onde tem população de origem pomerana, do que do 4º distrito, onde havia terras mais desgastadas.

O entrevistado nº 13 (comerciante recente de Canguçu) também acredita que estudar atualmente é necessário para desempenhar qualquer função. Ele explica que não consegue ver ninguém conseguir fazer “algo grandioso” hoje sem qualificação, tanto no campo como na cidade. Já o entrevistado nº 16 considera difícil um jovem que estuda desejar permanecer na agricultura, pois geralmente as políticas voltadas para a agricultura são um “desastre” e algumas políticas boas, como, por exemplo, o Banco da Terra, não tiveram continuidade. Os custos de produção são altos e não há garantia de renda. Assim sendo, o jovem agricultor se sente humilhado quando encontra um profissional bem-sucedido da cidade.

A maioria dos entrevistados relacionou a necessidade de estudar mais, para realizar atividades agrícolas, com a interpretação de tecnologias ou ao uso de mais tecnologia que isso causaria. O entrevistado nº 20 (Presidente da ACICAN) vê como positivo os agricultores estarem mais qualificados, pois, assim, poderão produzir mais com menos esforço e qualificar os resultados das atividades econômicas realizadas na propriedade rural. Ele acredita que os ¼ de jovens que desejam fazer inovações, irão à frente, “arrastando” os demais, e suprirão os que pretendem sair.

O entrevistado nº 9 (comerciante tradicional de Canguçu) contou que a sua visão se ampliou após ingressar na faculdade de Agronomia/UFPel.

Tanto mudou minha visão daqui assim como o contrário, como amplia o campo, o qual tu enxerga diante da cidade. Eu via muito menos possibilidades antes. Hoje eu já sei... Teria muito mais ideias, já enxergaria muito mais possibilidades. (...) O conhecimento hoje que para fora as pessoas tem é muito monótono, baseado em uma coisa que a família explica, leva aquilo ali e vai indo. A partir de que tu começa a estudar, que tu começa a ver o mundo de uma forma diferente, tu começa normalmente... É uma consequência. Basicamente uma coisa leva a outra (Entrev. nº 9).

De um modo geral, os entrevistados veem a percepção dos jovens (de que, atualmente, é necessário se qualificar inclusive para desempenhar atividades agrícolas) como uma visão que contribuirá para o progresso econômico do município e vem ao encontro do que a cidade pensa ser o melhor para ela.

4.8 A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DOS JOVENS RURAIS CANGUÇUENSES

A principal alteração nos hábitos de consumo dos jovens rurais canguçuenses, identificada pelos entrevistados, é uma maior posse de tecnologias (Ex.: computador, internet, celular, moto nova, carro novo, etc.). É como se o acesso, antes restrito aos moradores da cidade, agora tivesse chegado para eles também. O entrevistado nº 2 (Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio) disse que hoje os jovens têm necessidade de consumir mais tecnologia, enquanto os pais consumiam apenas o necessário para o seu sustento. Os filhos têm novas necessidades e, com a melhora da renda, acabam consumindo mais.

A entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu) contou que os jovens rurais, ao contrário da geração dos seus pais, procuram estar atualizados com a moda.

Eles buscam os iguais tanto na roupa, quanto no alimento. O que um jovem se alimenta, o que um jovem faz, o outro... Eles buscam identidade através da alimentação, da roupa, como nos centros urbanos. (...) Aliás, acho que os urbanos não estão tanto quanto os do interior. Se não tem aquele moletom da GAP, eles não querem outro (Entrev. nº 5).

O entrevistado nº 10 (comerciante tradicional de Canguçu) afirmou que se os jovens do interior veem um vizinho comprar uma moto nova, também querem e, ultimamente, os jovens já estão preferindo comprar carro a moto, uma vez que o imposto desta é alto. A vantagem que o entrevistado percebe no fato de os jovens desejarem consumir mais, principalmente os de famílias produtoras de tabaco, é que, assim, eles trabalham mais e ajudam a família a obter dinheiro. Os jovens consumidores estão muito exigentes e há muita concorrência no comércio local, pois cada qual quer atraí-los.

Já o entrevistado nº 6 (comerciante tradicional de Canguçu e presidente do CDL) vê o aumento da exigência do consumidor como um reflexo do acesso à informação, que tem feito com que a procura seja por produtos de mais qualidade. Outro aspecto que ele diz ter notado é que as mulheres rurais estão com voz mais

ativa na hora de escolher os produtos. Inclusive, foi para o meio rural que esse comerciante afirma ter vendido as maiores cozinhas da sua loja.

Alguns entrevistados salientaram que o melhoramento apresentado pelo meio rural nos últimos anos teve a contribuição de alguns programas do governo, como Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família. Além disso, a articulação das cooperativas e das comunidades quilombolas foi criando novas alternativas e, a medida que há mais adesão, melhora a qualidade de vida das pessoas.

O entrevistado nº 7 (comerciante tradicional de Canguçu) falou que há uns 15 anos se notava a diferença de um jovem do meio rural e outro da cidade de Canguçu, mas agora a aparência de ambos está semelhante. Além da mudança na aparência, os do meio rural têm mudado seus costumes. Antes, eles tinham o perfil de comprar sempre à vista no comércio, mas agora estão comprando à prazo como os demais. E, se antes eles ganhavam presentes em seu casamento, hoje preferem ganhar dinheiro para comprar os produtos conforme o seu gosto.

Os entrevistados acreditam que o fato de os jovens rurais estarem mais parecidos os deixa mais à vontade para lidar com o jovem urbano. Hoje, ele se sente igualitário, enquanto há algum tempo era discriminado.

A mudança do comportamento dos jovens é percebida até no uso do transporte coletivo do município. O entrevistado nº 22 (concessionário da rodoviária de Canguçu) contou que já chegou a vender 1.400 passagens diárias e hoje vende apenas 700 em média. Além disso, houve a redução de 28 horários de linhas. O arrefecimento do transporte coletivo no município começou em 1995 e se intensificou a partir de 2005.

Segundo ele, três fatores contribuíram para essa decadência:

- A lei de gratuidade para os aposentados: Chegava, na cidade, um ônibus com 40 passageiros do meio rural em que 20 eram aposentados. Assim, as empresas de ônibus não tiveram condições financeiras de renovar as suas frotas e foram falindo.

- O “ciclo do carro”: Principalmente os produtores de tabaco começaram a comprar moto, carro e deixaram de utilizar o transporte coletivo.

Com a ascensão e a contaminação da plantação de fumo. Tem 5.500 plantadores de fumo no interior. Todo mundo aumentou o poder aquisitivo... Do micro, pequeno agricultor. (...) Eles têm um trator novo, uma camionete e moto para cada filho. Essa gente toda não viaja mais de ônibus. Então com o aumento do poder aquisitivo para o setor rodoviário foi... O progresso veio

pra cidade, o comércio, enfim... Mas pra rodoviária (...) liquidou (Entrev. nº 22).

- A concorrência das vãs: Muitas vãs particulares, no 4º distrito, oferecem a vantagem de buscar/deixar o passageiro em casa.

Ele contou que o aumento dos carros fez diminuir as vendas até nas passagens intermunicipais (Pelotas, Porto Alegre...), sendo que a linha para Camaquã foi extinta. Algumas pessoas vão/vem para Pelotas diariamente de ônibus por motivo de trabalho, porém a quantidade destes é estável. Até há novos pedidos de linhas, mas se trata de “galhos de estrada” e, portanto, se torna inviável abrir uma linha para atender três ou quatro pessoas. O entrevistado contou ainda que o maior temor das empresas de ônibus locais é que quando, inevitavelmente, ocorrer uma licitação, empresas maiores, de fora do município, vencerão a concorrência.

Quando questionado como era o comportamento do jovem rural atual em relação ao transporte coletivo, ele comentou:

eles não viajam mais de ônibus, né? Tem jovem de 20 anos que nem conhece a rodoviária. Tem a sua moto desde novo. De uns 10 anos pra cá todos têm moto. Nem utiliza o serviço de rodoviária. Só quando tem que fazer a revisão na moto. Aí deixa a moto aqui e volta de ônibus para casa. Só conhecem a rodoviária assim... Só em extremos (Entrev. nº 22).

Alguns entrevistados atribuíram as mudanças culturais dos jovens à “globalização”. Os entrevistados mencionaram aspectos positivos e negativos em relação ao maior acesso a tecnologias que os jovens vêm tendo. Alguns entrevistados veem o acesso à internet como benéfico no comportamento dos jovens, uma vez que, veem no meio de comunicação, chegam na cidade com conhecimento do que querem comprar e, por exemplo, já sabem exatamente qual modelo de celular querem.

Tendo o acesso, o jovem

amplia mais a memória dele, a mente. Ele fica mais aberto, ele não é aquela pessoa “fechada”. Às vezes tu fala aí em um trator novo, ele já tem... Na internet dele lá ele já entrou, já sabe tudo do implemento, quais as vantagens e desvantagens. Hoje o celular também, é uma coisa que é muito bom, até para ele se comunicar com a cidade, ligar... Eu acho que isso aí é muito bom. Porque como eles não gostam muito de estudar, a maioria, eles só querem trabalhar, trabalhar... Pelo menos no meu tempo era assim, ninguém gostava de estudar, queria trabalhar, trabalhar para manter estas tecnologias e ter estas tecnologias na casa. Hoje a maioria dos nossos

colonos já têm computador, já têm internet. Eu acho isso muito importante (Entrev. nº 10 – comerciante tradicional de Canguçu).

O mesmo entrevistado também acredita que o uso de tecnologias, como trator, é muito positivo na agricultura. Os jovens têm prazer em usá-lo, pois passam menos trabalho e obtêm mais produtividade. Inclusive, esse entrevistado adquiriu um trator novo recentemente com a intenção de plantar soja em sua propriedade rural e se mostrou entusiasmado em operá-lo pessoalmente. O entrevistado nº 7 (comerciante tradicional de Canguçu) também vê como positivo o aumento das tecnologias nas atividades econômicas do campo, porque um agricultor que tem cerca de 40 anos e aprendeu a lavrar com arado e boi, se hoje possuir um trator, terá melhora na sua qualidade de vida e na sua produtividade, além de evitar doenças como reumatismo e problemas de coluna, que são comuns em agricultores mais velhos.

O entrevistado nº 12 (comerciante recente de Canguçu) considera o maior acesso da tecnologia pelos jovens rurais como positivo até para a loja que gerencia. Ele contou ter criado uma *FanPage* da loja no Facebook e, como esses jovens acessam, ficam por dentro dos preços e ofertas. Assim, ele diz ter atingido um público que antes não atingia.

No entanto, outros entrevistados veem como negativo o aumento das tecnologias no campo, pois os jovens aumentam a ilusão com as cidades, a partir do que veem na mídia. E, ademais, as tecnologias que os jovens utilizam no cotidiano são mais voltadas para o “EU”, como as redes sociais que são consideradas por alguns entrevistados como redes “anti-sociais”, responsáveis por enfraquecer os vínculos construídos face a face, os quais são considerados fundamentais para a continuidade da agricultura familiar e para a sobrevivência das comunidades rurais. O fato de os jovens dominarem mais a tecnologia, em relação aos pais, também é visto como negativo pelos entrevistados, pois, assim, estes não têm controle de com quais objetivos os filhos estão usando-a. Todavia, o resultado que esse acesso vai trazer a longo prazo para a juventude rural é imprevisível

A tecnologia sendo usada de forma positiva ou negativa, ela sempre vai ter um reflexo no comportamento e ela amplia o mundo. Há pouco tempo tu teria que... Pra ti conhecer alguns coisas, tu tem que ir, tu tem que sair, tu tem um custo maior para isto. Tem que ter às vezes até a coragem de sair da tua terra e buscar alguma coisa. Hoje o Google nos traz muita coisa. É te perguntar e ele te responde. Agora como é que o jovem vai filtrar isso aí é

uma questão de educação, né? É uma questão de fundamento familiar também... Mas que influencia (no comportamento), não há dúvida que influencia e acho que até aproxima (da cidade). (...) Aproxima tanto o positivo como o negativo. Ele vai ter hábitos de cidade no meio rural, ele vai ter acesso a muitas coisas que ele não tinha, por meio da tecnologia. Porém, ele vai ter ilusões que ele não tinha antes, talvez isso também acabe afastando ele do campo. O mundo que ele ainda vê pela tela da TV e tal, é bem... Diferente, vai criar uma expectativa diferente de mundo, talvez isso faça ele se afastar do campo. Uma expectativa que não é real (para o contexto dele) (Entrev. nº 20 – Presidente da Acican).

Se, antes, o jovem rural somente sabia o que estava acontecendo na própria propriedade, hoje ele tem acesso a informações de lugares distantes, o que muda a sua forma de ver o local onde vive e lhe “abre portas”. Segundo a entrevistada nº 15 (comerciante recente de Canguçu), o jovem passa a valorizar mais os estudos e sente uma vontade de sair dali e evoluir por si só.

A entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu) observou que o acesso aos meios de comunicação e informação está mudando o comportamento do jovem rural...

Como se relacionam entre eles e também como família. A televisão, a internet... Está influenciando bastante, basicamente no comportamento dele como um todo. Até no comportamento de consumo, está se comprando muito pela internet, até no interior. O jovem tá comprando muito pela internet, consumindo muito pela internet. (...) Sabe o que as pessoas fazem? Ali no calçado mesmo. Eu vi determinado calçado na *Netshoes*, eu vim aqui experimentar para ver se me serve e eu vou comprar na *Netshoes*. Tu viu a insensibilidade?! A falta de sensibilidade das pessoas. Isso é insensatez. (...) Se tu vem em uma loja comprar, tu está ajudando a gerar emprego. Quantas pessoas dependem dali! Na *Netshoes* vai para onde o imposto? Tu tá ajudando quem? As pessoas estão bem (...) individualistas. Está se desenvolvendo uma falta de valorização do coletivo, da valorização do outro... Entende? Até no interior este individualismo está se refletindo. Isto dificulta um crescimento coletivo (Entrev. nº 5).

O entrevistado nº 9 (comerciante tradicional de Canguçu) observou que, além de uma compra maior de eletrônicos, a geração mais jovem prefere comprar alimentos industrializados (Ex.: enlatados, manteiga, leite...) que, anteriormente, seus pais produziam na propriedade.

Esse mesmo entrevistado comentou que pelo menos 80% dos habitantes do município compram sempre no comércio local, principalmente os do meio rural. Alguns moradores da cidade é que têm o hábito de comprar em outros municípios, como Pelotas. No entanto, a entrevistada nº 5 (comerciante tradicional de Canguçu)

teme que os novos hábitos que os jovens vêm adquirindo possam contribuir para uma gradativa desintegração campo-cidade local.

Acabam que nem a zona urbana, comprando onde lhe interessa. Então assim... Pra tu ser valorizado, tu tem que valorizar o outro. Como é que tu quer que a cidade te valorize se tu não tá valorizando o teu próprio espaço. É difícil das pessoas hoje saberem que tudo é uma engrenagem, que um depende do outro. Se tu valorizar o comércio, o comércio vai gerar impostos e estes impostos teriam de ser revertidos para um estímulo, um trabalho em prol do teu trabalho. Professores não trabalham de graça, as atividades públicas não trabalham de graça, tudo isso vem dos impostos. Tudo é um sistema e um depende do outro. Isso tem que ser estimulado, tanto na agricultura como na cidade (Entrev. nº 5).

O entrevistado nº 13 (comerciante recente de Canguçu) atribui em parte a mudança de comportamento dos jovens ao fato de que, atualmente, eles têm estudado mais que a geração anterior.

Hoje eu vejo a maioria desses jovens com um celular igual ao celular da cidade, sendo que há algum tempo atrás dificilmente a gente via um jovem com o mesmo aparelho, vamos dizer. E até mesmo a função de tecnologia, TV... Estas TV com antena de TV a cabo era só na cidade, hoje já tem pra fora e acho que o jovem que vem trazendo, ajudando neste sentido (Entrev. 13).

De acordo com os entrevistados, essa mudança de comportamento nos jovens foi mais identificada em famílias que se inseriram no tabaco (principalmente), na soja, na pecuária leiteira, ou seja, em atividades que causaram um aumento no poder aquisitivo da família. Se antes o comum, no meio rural de Canguçu, era ver pessoas com carros velhos, hoje a maioria tem carros novos.

Eles tinham um Corcel, um Fusca ou uma moto de um ano inferior. Hoje em dia não. O jovem que tira carteira e compra um carro na zona rural, que ele compra um carro novo ou então ele vem trabalhar na cidade porque a vontade dele é de ter um carro novo. Ele não quer mais... Ele se veste de forma diferente, ele consome produtos diferentes. (...) A entrada do fumo modificou muito. Hoje se vende frango para a zona rural, se vende carne de porco para a zona rural. Isso jamais se pensou antigamente em fazer este tipo de coisa. O consumo mudou bastante. Banha... Que é uma coisa que nunca na vida se pensou em vender para a zona rural, tu vende banha pra zona rural (Entrev. nº 15).

A entrevistada comentou que são perceptíveis, as transformações socioeconômicas que o meio rural vem apresentando.

Eu viajei bastante no interior. Trabalhei em uma empresa numa época, viajei por quase 10 anos e a gente vê a mudança cultural, a gente vê na estrutura das casas... É como eu te disse, houve um período em que o fumo foi um achado, né? Tu tinha fumo, tu tinha ouro. Houve um tempo em que as pessoas iam embora da cidade para plantar fumo no interior. Eu tenho parentes meus que saíram da cidade e foram para o interior (Entrev. nº 15).

Tanto o entrevistado nº 14 (comerciante recente de Canguçu), que tem maior contato com os produtores de tabaco, quanto o entrevistado nº 8 (comerciante tradicional de Canguçu), que mantém contato frequente com os produtores de soja, afirmaram que, para esses cultivos, por apresentarem bom rendimento econômico, os jovens desejam ser sucessores da família. De acordo com o entrevistado nº 8, os jovens são até mais receptivos ao cultivo da soja do que os pais, pois, muitas vezes, os pais querem continuar trabalhando da mesma forma e são resistentes às inovações que a soja requer. Ele contou que geralmente tem um filho ou genro trabalhando junto com os mais velhos. Já em casos isolados, em que os pais têm somente filhas, estas também se inseriram na produção.

Já em atividades decadentes, como a pecuária familiar, as famílias têm mais dificuldade de encontrar sucessores e não acompanham os hábitos de consumo dos jovens que produzem tabaco e soja, como podemos ver nas palavras da entrevistada nº 17 (Responsável pelo Casarão Remates), que é bastante próxima a esses produtores. Ela afirma não ver muita alteração nos hábitos de consumo dos jovens dessas propriedades.

Tudo a mesma coisa. Acompanham aquele ritmo dos pais, acho que hábitos de consumo (novos) não. Os mais de idade não tem muita qualificação pra mudar a atividade, já estão acostumados ali, naquela atividade. Qualquer outra coisa que eles fossem fazer, precisariam ter uma qualificação, né? E aí já dificulta. Estes mais antigos, o que sabem fazer é aquilo ali, por falta de qualificação mesmo, eles vão levando ali. E eles já tão acostumados com aquela dificuldade, então... Se eu tenho, eu gasto. Se eu não tenho, eu não gasto. Vivendo aquela vidinha ali fora. E que o jovem não está querendo, está querendo vir embora. Tem de sair só uma vez por mês de casa. Tudo como redução de custos. Vem na cidade uma vez por mês, faz o rancho, faz as compras, pra voltar no próximo mês (Entrev. nº 17).

O entrevistado nº 18 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu) analisa criticamente os novos hábitos dos jovens.

A gente vê que ele é muito levado, o nosso jovem hoje é muito levado ao consumo, não só de alimentos, e hábitos também, diferente dos pais. Por quê? Porque hoje nós temos a televisão, temos a internet, temos o telefone celular... E a propaganda, muito enganosa, em cima dos nossos jovens.

Esta propaganda ela vê um filão de renda muito bom, de consumo, para o enriquecimento destas empresas e até do próprio governo, muitas vezes (Entrev. nº 18).

Muito entrevistados comentaram que hábitos nocivos têm crescido no interior de Canguçu, como o aumento do alcoolismo e o uso de drogas. O alcoolismo já era um vício presente nas gerações anteriores, mas os jovens estão ingerindo bebidas alcoólicas de forma mais generalizada. De acordo com os entrevistados, a droga tem entrado no meio rural através dos bailes, em que vão muitos jovens da cidade que as levam para esse espaço.

No entanto, alguns entrevistados frisaram que as transformações não ocorreram com a mesma intensidade em todo o município, isto é, nem todo o município vem apresentando o mesmo nível de aumento no consumo

Tem regiões que ainda não chegou isso. Em Canguçu, tem regiões que ainda está carente no município pela própria condição socioeconômica das famílias. Tem gente bem carente. Apesar de terem feito programas, com o passar dos anos, o governo ter tentado melhorar esta condição (Brasil sem miséria, RS mais renda, Bolsa Família...). Este pessoal ainda está longe da tecnologia, do acesso a estes tipos de bens. Mais é o de fumo e soja, um pouco de pecuária, pecuária é pouco. Fruticultura também (estão bem), do 1º (distrito), Ares Alegre, Glória... (Entrev. nº 19).

O entrevistado nº 1 também comentou a desigualdade existente no município. Segundo ele, existem regiões muito carentes, como o Rincão dos Maias (1º distrito) em que, mesmo alguns possuindo dinheiro, preferem guardar. E outras regiões, como o 3º distrito, que não apresenta um desenvolvimento econômico recente como outras áreas do município, mas possui habitantes que demonstram ter capital cultural e são bastante ligados a CTGs (Centros de Tradições Gaúchas).

As diversas informações apresentadas neste capítulo nos levaram a algumas conclusões fundamentais.

- As propriedades que se inseriram na produção de cultivos para exportação (soja e tabaco) apresentam maior poder aquisitivo atualmente e vêm adotando mais tecnologias, o que contribui para facilitar a relação campo-cidade (transporte e comunicação) e integrar esses espaços. A cidade de Canguçu foi adaptando-se a essas transformações e conseguiu beneficiar-se do aumento do poder aquisitivo do seu entorno rural, ou seja, ela supre as necessidades básicas da população do campo (alimentação, vestuário, medicamentos, tecnologias para uso pessoal e profissional, insumos agrícolas, etc.).

- A relação campo-cidade em Canguçu se intensificou nos últimos anos e os jovens contribuíram para isso, uma vez que são de uma faixa etária mais aberta ao consumo de novas tecnologias e ao vestir-se de acordo com a moda. Assim sendo, são consumidores assíduos do comércio da cidade local e incentivadores de que outros membros da família também venham a consumir mais. No entanto, novos hábitos que vêm sendo adquiridos pelos jovens, como a compra pela internet, podem indicar que Canguçu futuramente não seja mais visto como o local de consumo preferido.

- As propriedades com atividades em ascensão (soja e tabaco) são as que mais têm perspectiva de ter um sucessor na propriedade. Isso leva a crer que os jovens têm uma tendência a ser ambiciosos, ou seja, somente desejam ficar na propriedade, desenvolvendo as mesmas atividades dos seus pais, se veem que terão possibilidade de ascensão social.

- O perfil da maioria dos jovens canguçuenses é representado por alguém que vive em pequenas propriedades e deseja migrar para as cidades. São jovens que se assemelham, cada vez mais, aos jovens urbanos, principalmente no que se refere ao nível educacional e a hábitos de consumo. Considerando que o município já vem apresentando um estreitamento na base da sua pirâmide populacional, o fato de a maioria dos jovens demonstrar desejo de migrar indica possíveis mudanças no cenário de Canguçu nos próximos anos.

- O fato de o tabaco ser um produto economicamente promissor, para pequenas propriedades, contribuiu para amenizar, até então, o êxodo rural de jovens, além de ser um dos principais responsáveis pelo crescimento do comércio varejista na sede do município e a construção direta e indireta de novas residências. A soja também vem se refletindo na cidade de Canguçu, porém em uma escala mais ampla, principalmente em compras de maquinários agrícolas e imóveis, o que beneficia menos comerciantes. Já a silvicultura não teve indícios de que venha se refletindo na cidade local, assim como não significou um aumento do poder aquisitivo dos produtores rurais.

- A decadência da pecuária, embora tenha contribuído para um maior deslocamento de jovens para a cidade local, não causou o deslocamento de investimentos para a cidade, como o previsto pela pesquisadora. Na pesquisa de campo, se verificou que a maioria dos pecuaristas familiares tradicionais já viviam

com dificuldade, devido às sucessivas divisões por herança das grandes propriedades.

- Canguçu, enquanto esfera administrativa municipal, pouco poder tem sobre os rumos econômicos do próprio município, que se beneficia indiretamente do crescimento econômico que houve recentemente. No entanto, as medidas tomadas para manter esse crescimento são pontuais. As maiores beneficiárias desse crescimento não estão no próprio município, pois se tratam de empresas fumageiras e sedes de empresas (lojas de eletrodomésticos, calçados e vestuário, farmácias, etc.) que abriram filiais em Canguçu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o capitalismo foi passando por metamorfoses sem perder a sua essência, que é a construção de desigualdades combinadas e a busca pelo lucro. Hoje, a relação social capitalista, para continuar se reproduzindo, exige flexibilidade e constante inovação e expansão para espaços ainda intocados pelo capital, ultrapassando limites e fronteiras de países, em um processo de internacionalização e, com isso, revolução dos tradicionais modos de vida.

Essas mudanças ocorridas nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais levaram a um processo de globalização. Como consequência dessas transformações, ocorreu uma divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos, como o Brasil, se especializaram em exportar produtos de baixo valor agregado, isto é, principalmente *commodities* agrícolas.

A partir do ano 2000, Canguçu/RS passou a integrar-se com mais intensidade a essa demanda de lugares distantes e, com isso, aumentou a sua produção de soja (exportado principalmente para a China) e tabaco (exportado principalmente para a Bélgica, a China e os Estados Unidos). Essa integração trouxe benefícios econômicos para ambas as partes envolvidas. O campo, em Canguçu, tornou-se mais dinâmico e, por conseguinte, a população rural passou a ter maior poder aquisitivo.

No entanto, como se trata de uma relação assimétrica de poder – e o capitalismo global, em sua fase de flexibilidade, busca permanentemente novos territórios que lhe possibilitem maiores lucros –, não há estabilidade garantida nesse fornecimento de *commodities* agrícolas. Se outros países do globo terrestre oferecerem esses mesmos produtos com custos menores, certamente diminuirá a demanda pelos produtos brasileiros. É o caso da produção de tabaco, que precisa constantemente se reinventar e investir em tecnologia, visto que se sente ameaçada pela concorrência africana.

Nesse novo contexto, tanto o campo como as cidades vêm passando por transformações no mundo do trabalho. Estamos, atualmente, em uma fase em que a competição se acirra e a tecnologia tende a substituir, ao máximo possível, o trabalho humano. No campo, a mecanização agrícola gradativamente vai dispensando a mão de obra, pois apenas uma pessoa, no controle de uma máquina,

consegue desempenhar um trabalho que antes era realizado por várias. São raros os cultivos, como o tabaco, que necessitam ainda de um trabalho manual. Devido a isso, ele é um produto capaz de gerar renda aos pequenos agricultores e de manter a população vivendo no campo.

Nas cidades, a sociedade salarial já demonstrou a sua capacidade de incluir a todos e novas formas de trabalho, baseadas na flexibilidade, se impõem. Aparentemente, parecem dar maior liberdade tanto para patrões como para empregados, porém, quando vistas em seu conjunto, as perdas por parte dos trabalhadores são mais intensas. Assim sendo, o capitalismo seleciona com critérios minuciosos e exigentes os trabalhadores mais qualificados pelo período de tempo que lhes considerar úteis, deixando um imenso exército de reserva, que jamais será convocado, no mundo do trabalho. Por outro lado, se não serão convocados para o trabalho e para a produção, certamente serão convocados para o consumo. A sociedade de consumo, uma das facetas do modo de vida urbano, através da publicidade, já não se limita às cidades, uma vez que também se propaga pelos campos, incitando todos a consumir. Ela já não oferece produtos de massa como na fase do fordismo tendo em vista que, hoje, vai mais além e procura atender a gostos individuais e transitórios. Todos se sentem especiais por estarem consumindo produtos personalizados que expressem o seu “eu” único. Ademais, a publicidade também induz o indivíduo a concluir que o “eu” é possível de ser aperfeiçoado constantemente, por intermédio de mais consumo.

Outra estratégia, utilizada pela publicidade, para convencer as pessoas a consumirem, é a associação do consumo à felicidade, que só será alcançada mediante a aquisição de determinado objeto. Todavia, essa satisfação ilusória logo passa e novamente os indivíduos vão atrás de novos produtos, com um desejo sempre renovado. Quem mais se beneficia nesse contexto, obviamente, são grandes empresas que tendem ao monopólio ou oligopólio.

A pequena cidade de Canguçu/RS articulou-se a seu entorno rural, agora integrado ao capitalismo global e com indivíduos com desejo e poder aquisitivo para consumir. Ela passou a beneficiar-se da “luminosidade” que o campo começou a emanar, pois esteve permanentemente atenta às novas demandas que começaram a surgir. Se a população idosa rural aposentada vai à cidade local, percebe que nela há diversas opções em farmácias. Se os plantadores de tabaco e soja vão até ela, lhes são oferecidas diversas lojas de maquinários agrícolas e outros produtos

voltados para a agricultura. Se os jovens rurais vão até a cidade, se deparam com diversas opções de lojas de roupas e calçados com produtos da última moda e tecnologias para uso pessoal, dentre outros exemplos. Portanto, dentro das suas limitações de pequena cidade, Canguçu supre as demandas básicas da população rural que, em sua maioria, não necessita ir a outros centros urbanos para comprar.

À medida que essa população rural começa a frequentar e interagir com o centro urbano, além de adquirir novas tecnologias de comunicação e transporte, torna-se cada vez mais semelhante aos moradores do meio urbano. Os jovens rurais, principalmente, almejam também adquirir os produtos vistos através da publicidade e começam, a partir disso, a sonhar e a construir outro modo de vida, além de incentivarem outros membros da família a também consumirem.

Assim sendo, lógicas coletivas como, por exemplo, a renda indivisível das tradicionais famílias camponesas, começam a ser questionadas por esses jovens que, agora, estão influenciados pela cultura urbana individualista. Quando veem perspectiva de lucro e ascensão social na propriedade familiar, sendo a soja em primeiro lugar e o tabaco em segundo, consideram mais a possibilidade de vir a se tornar sucessor na propriedade familiar. Já em propriedades cujas atividades econômicas estão em decadência, como as que produzem milho e as de pecuária de corte, os jovens consideram como alternativa mais vantajosa a migração para as cidades.

Outro fato que chamou a atenção foi o alto percentual de intenção das jovens do sexo feminino migrarem para as cidades. No 1º e 2º distrito, onde predomina a agricultura familiar em pequenas propriedades, que consiste no ponto forte da economia no município, 79,4% e 63,4% das jovens, respectivamente, desejam migrar para os centros urbanos. São jovens que, em sua maioria, presenciaram suas mães e avós desempenharem tanto as tarefas domésticas quanto a lida pesada na lavoura, sem que tivessem poder de decisão sobre a renda obtida com o seu próprio trabalho, visto que geralmente essa renda é indivisível e administrada pelo homem chefe da família.

Essas jovens, ao terem um maior contato real e virtual com o urbano, percebem que muitas mulheres das cidades têm profissões reconhecidas e possuem poder de decisão sobre o que consumir, com a renda obtida do seu trabalho, e, desse modo, almejam esse ideal de vida. No entanto, quem migra não tem apenas ganhos, mas também perdas que nem sempre são avaliadas no

momento de tomar a decisão. Nem todas as mulheres da cidade conseguem se inserir satisfatoriamente no mercado de trabalho e carecem de redes de apoio, as quais os grupos familiares do meio rural são capazes de oferecer de forma mais intensa.

Caso se efetive essa intenção de migração, mais acentuada em relação às jovens do sexo feminino, o equilíbrio entre os sexos nas famílias de agricultores familiares será comprometido. Muitos jovens do sexo masculino não encontrarão uma companheira para que ocorra a reprodução do grupo familiar. Além desse problema, o município também passa por uma gradativa redução da taxa de natalidade. A pirâmide etária rural, da mesma forma que a urbana, apresenta um estreitamento na base representando que, em poucos anos, ocorrerá uma diminuição “natural” na quantidade de população do município.

Em médio prazo, o município tende a permanecer estável, visto que se consolidou como produtor de tabaco e tem apresentado boa aceitação no mercado externo da sua produção de soja; do mesmo modo que a cidade local, que tem dado conta de suprir as demandas do seu entorno rural. A maioria da população rural, que tem idade a partir de 30 anos, por ter pouco estudo para se inserir no meio urbano e por já estar com a família constituída, provavelmente, verá como mais vantajoso permanecer no meio rural até a aposentadoria.

Já em longo prazo, se permanecerem as mesmas variáveis em seu curso “natural”, os produtos para exportação podem ser vencidos pela concorrência de outros locais produtores. Para que isso não aconteça, terá de vir a baixar a sua margem de lucro, o que de qualquer forma implicará em menor renda para o produtor rural. Dessa forma, somente agricultores mais consolidados economicamente conseguirão permanecer na agricultura, o que acarretaria em uma tendência à concentração fundiária no município.

Associado a isso, teremos problema de ordem populacional, uma vez que tem nascido menos crianças, logo não haverá a reposição da população do município na mesma proporção atual da economicamente ativa. Além disso, os jovens canguçuenses estudam mais e, em sua maioria, fazem isso com a intenção de conseguir um trabalho futuramente na cidade.

Outro fator que tende a contribuir, em longo prazo, para que diminua a renda no município são as possíveis reformas na previdência que estão em tramitação no congresso. Se aprovadas, haverá alterações na aposentadoria especial para os

agricultores, que atualmente é fixada em 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, sem contribuição direta. Não apenas diminuirá a renda do homem rural e a repercussão desta na cidade local, como também desestimulará os jovens a permanecerem no meio rural, já que esse era um dos atrativos.

Todavia, esse cenário não está fechado, pois o local não é passivo, ou seja, ele reage às lógicas globais e hegemônicas e tem o poder de mudar o rumo da história. A concretização ou não de um futuro em que Canguçu se renderá às lógicas hegemônicas, que tem trazido para a maioria dos espaços rurais um esvaziamento da população rural e uma concentração fundiária, dependerá das resistências e alternativas que esse grupo de pessoas pensantes se disporá a colocar em prática. O fato atual do município ainda ter 63% da sua população habitando no campo, em sua maioria com condições mais dignas de sobrevivência do que em muitas cidades, mesmo que para isso em certos aspectos tivesse que se aliar ao capitalismo, já é uma prova de que o município tem essa capacidade.

O incentivo a agroindústrias no meio rural, voltadas para o beneficiamento de alimentos, é uma das alternativas defendidas pela administração municipal para que a relação campo-cidade continue dinâmica no município. Parece ser uma alternativa viável, pois o município já tem pessoas com tradição na agricultura e isso contemplaria a população mais jovem, que é adepta de novas tecnologias e deseja ter uma renda individual. No entanto, essas iniciativas teriam de partir dos próprios agricultores, provavelmente unidos em associações ou cooperativas, já que o poder municipal troca de partido a cada quatro anos e nem sempre os projetos têm continuidade. O curso Técnico em Agricultura (ETEC) e a recentemente criada Escola Família Agrícola, assim como cursos Técnicos em Agroindústria e Técnico em Biocombustível, na modalidade EaD (Ensino a distância), vinculados à rede e-Tec Brasil, que são oferecidos no município, são uma iniciativa importante para qualificar os jovens que desejam permanecer no campo.

Os atores da cidade local sentem-se preocupados com o futuro do município, pois ele está à mercê de fatores que não dominam. E a cidade, como dependente do campo, acompanhará o seu sucesso ou o seu fracasso. No entanto, as estratégias adotadas, embora tenham a intenção de ser transformadoras, têm sido pontuais, visto que as regras agora são ditadas por centros maiores que determinam o que e quanto produzir. Pouco resta à cidade local, a não ser prestar assistência a esses agricultores, principalmente na manutenção de estradas para escoamento da

produção e fornecimento adequado de energia elétrica. Quanto a beneficiar-se dessa “luminosidade”, dependerá de a cidade permanecer atenta às necessidades do campo e procurar supri-las com preços mais vantajosos possíveis. Do contrário, os habitantes do meio rural acharão mais vantajoso buscar produtos em outros centros urbanos.

Como em todos os ramos, a concorrência tem se estabelecido também no comércio local e, por isso, os comerciantes da própria cidade necessitam estar constantemente se reinventando para permanecerem competitivos frente à instalação de filiais de empresas estaduais na cidade de Canguçu/RS. Essa reinvenção por parte das empresas locais é perceptível na aparência dos comércios, que vêm passando por reformas e têm apresentado uma preocupação maior com o *design* e a decoração, bem como há uma maior preocupação em dar um atendimento mais amável aos consumidores rurais.

Essa mudança na forma de tratar os consumidores rurais se deu em virtude da constatação de que a cidade local depende deles para gerar riqueza. Se houvesse um campo vazio, com uma agricultura mecanizada, se beneficiariam bem menos comerciantes. Isso já começa a ser sentido com o aumento da produção de soja, que trouxe benefícios à cidade local em outro nível, como a compra de imóveis e de maquinários e insumos agrícolas. Seria um comércio de grandes para grandes e, à medida que fossem se consolidando, é provável que os agricultores das médias propriedades achassem mais vantajoso buscar produtos agrícolas em centros urbanos maiores, pois estes conseguem fazer um preço mais competitivo.

Outro fator que pode influenciar na relação campo-cidade local, identificado no decorrer da pesquisa, são os novos hábitos que vêm surgindo na juventude, tanto urbana como rural, que são as compras pela internet. Caso essa tendência se fortaleça, a relação passará a se dar diretamente entre campo-centro urbano maior, sem passar pela intermediação da cidade local. Dessa forma, ela irá perder as condições de se articular ao campo, pois é incapaz de competir em preços com lojas virtuais que vendem em grande quantidade e têm menos custos para manutenção (como aluguel, impostos, luz, segurança, empregados, etc.).

Mesmo diante de todos esses desafios futuros, Canguçu/RS ainda é uma situação atípica se comparado à maioria dos municípios brasileiros. É um município em que o acesso à terra e à renda é distribuído, tanto no campo como na cidade. Essa peculiaridade precisa de uma atenção especial do poder público, dentro das

suas limitações, para a sua manutenção. Conhecer os anseios e as dificuldades dessa população e atendê-la, dentro do possível, não beneficiará apenas os produtores rurais, mas toda a sociedade de modo geral. Enquanto nas cidades se acumulam pessoas que não conseguem se incluir de forma digna (Ex.: habitação, emprego, etc.), esses produtores rurais conseguem obter renda e ter acesso ao consumo sem precisar sair do meio rural para isso. Além disso, vêm conseguindo, até o momento, manter os seus laços familiares e comunitários, embora em muitos aspectos já apresentem diferenças dos camponeses tradicionais.

Esperamos que esta pesquisa tenha contribuído para elucidar os fatores que contribuíram para a intensificação da relação campo-cidade em Canguçu/RS, que trouxe benefícios para ambos os espaços, bem como para indicar os fatores que ameaçam essa integração. Ter o conhecimento dessas forças e fraquezas é fundamental para que as tomadas de decisão do poder municipal sejam mais eficientes. Além disso, esta pesquisa pode servir de esclarecimento para outras pequenas cidades que não conseguiram ou não souberam se articular ao seu entorno dinâmico e ficaram excluídas desse processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 15 set. 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Gustavo Tomaz de. **O sentido do consumo para membros das gerações X, Y e Z**. 2014. 157f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Administração. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – Brasil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **Migração Feminina do meio Rural: Um Estudo de Caso no Município de Canguçu/RS**. 2016. 145f. Monografia – Bacharelado em Geografia/UFPel – Pelotas.

BAREL, Yves. **La reproduction sociale: systémes vivents invariance et changement**. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**. As consequências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história**. 2 Ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BERNARDES, Nilo. **Bases Geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1997.

BLANK, Krause Liziana. **Aspectos da cultura alemã no município de Canguçu**. 2005. 61p. Monografia – Especialização em História da Formação Social, Política e Cultural do Rio Grande do Sul/UCPel – Pelotas.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: Estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 Ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001. (pp. 57-104).

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1991.

BOLTANSKI, Luc. La structure des théories critiques. In: BOLTANSKI, Luc. **De la critique: précis de sociologie de l'émancipation**. Paris: Gallimard, 2009. (pp.15-37).

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (pp.82-121).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322p.

BOURDIEU, Pierre. Reproduction interdite: la dimension symbolique de la domination économique. **Études rurales**, janvier-juin 1989. (pp.13-114).

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, pp.205-227, 2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA (UNESP)**, v. 11, pp.1-12, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100003/8892>>. Acesso em 08 mai. 2016.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. (Tese) Doutorado. Pp.GAS-Museu Nacional, UFRJ, 2005.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CORREA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n 30, pp.05-12, 2011.

DI MÉO, Guy. Elementos por uma geografia do espaço social. In: DI MÉO, Guy e BULÉON, Pascal. **L'espace social. Lecture géographique des sociétés**. Cap. 1. Paris: Armand Colin, 2007. Tradução por Álvaro Luiz Heidrich e Nola Patrícia Gamalho.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Para uma antropologia do consumo. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

DUTRA, Éder Jardel da Silva. **A Produção de Fumo em Perspectiva**: A tipologia dos produtores de fumo no município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil. (Tese). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume 33. Ano 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf>. Acesso em 23 jul. 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur. Buenos Aires: CLACSO, setembro 2005. p.133-168. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>>. Acesso em 30 jul. 2013.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel. 1995.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Campo, cidade e a natureza recriada na artificialidade urbana. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 36, pp.43-51, 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Novos Contextos Urbanos-industriais**. Caxias do Sul. In: Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia. Educs, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo. EDUSP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7 Ed. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; O campesinato e a Plantation. A História e os Mecanismos de um Processo de Expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp.39-67.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 28 Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, Nº 84. **O trabalho e campo em Geografia**. São Paulo: AGB, jul. 2006. pp.77-92.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro, mudança social, jovens e tempo. **Tempo social, Revista de Sociologia da USP**, v. 17 (2): 35-57, nov., 2005.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3 Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 179p.

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, Enrique. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In: LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000. (pp.15-31).

LINDON, A. "Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana", In: **Veredas**. Revista del pensamiento sociológico. México: UAM, nº 8, 2004, pp.40-60.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri, SP: Manole, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho: Representações históricas e geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A Emigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MASI, Dominico de. **O futuro do trabalho**. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília: UNB José Olympio, 2000.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J.C.L.; PESSOA, V.L.S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa – nas trilhas da investigação**. Urbelândia: Assis, 2009. (pp.279-291).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 31 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. **Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura**. Piracicaba: Esalq, 1979.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (pp.13-53).

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço – turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001. (pp.3-30).

PRADO Jr., Caio. Grande Lavoura. Agricultura de subsistência. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (pp.130-168).

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**: ensaios. Rio de Janeiro: LTC/USP, 1978.

RAYNAUT, Claude. **O desenvolvimento e as lógicas da mudança**: a necessidade de uma abordagem holística. Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente: sociedades, desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, n.1, 1994. (pp.81-103).

ROCHA, Everardo; PEREIRA, Cláudia. **Juventude e Consumo**. Um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. In: **Campo – Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, pp.82-106, fev. 2006.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**. Conferência de abertura do VII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a. 118p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. 132p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 17 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCALI JUNIOR, Dirceu A. **Retratos de subjetivação: nuances na migração campo-cidade pequena/metrópole**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes Colonos: Ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinado no Brasil**. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp.155-183).

SILVA, Anelino Francisco da. **A relação cidade – campo**. Como analisá-la? Natal: Imagem Gráfica e Editora, 1998. 94p.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981. 185p.

SIMMEL, Georg. **The Metropolis and Mental Life**. Tradução Kurt Wolff de 1950, reproduzida em *Classic Essays on the Culture of Cities*, Richard Sennett (Org.), Appleton-Century-Crofts, 1969.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3 Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SOJA, Edward W. Soja. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOROKIN, Piritin A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. (pp.198-22).

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 15 Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 Ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro vive: O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo**. (Tese) Doutorado em Geografia. Rio Claro/SP: Universidade Estadual Paulista. 2002. 480f.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 Ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001. (pp. 21-55).

WEDIG, Carine Josiane; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. **Juventude, Consumo & Educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009.

WILLE, Rosemeri Volz. **Gênero e ruralidade: Cartografando resistências**. 2017. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Bacharelado em Psicologia. Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas/RS.

WIRTH, Louis. "O urbanismo como Modo de Vida". In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). **O fenômeno urbano**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. (pp.90-113).

Sites consultados diversas vezes:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

Banco de Dados da Zona Sul. Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – UCPel. **ITEPA**. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/>>

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>

Prefeitura de Canguçu. Disponível em: <<http://www.cangucu.rs.gov.br/>>

Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **SEDUC-RS.** Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário nº _____
Idade (em anos completos): _____
Sexo: () masculino () feminino
Ano que está matriculado (a): _____
Escola: _____
Localidade em que mora: _____
Distrito: _____
Quantidade de anos que você mora nesta localidade: _____

OBS: Favor **não** escrever nesta parte lateral do questionário

idade _____
sexo _____
ano _____
escola _____
localidade _____
distrito _____
qt_anos _____

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as consequências que a especialização do campo trouxe para a cidade local (Canguçu-RS) e a nova relação campo-cidade em função de tais transformações.

Marque a resposta que você considera mais adequada ao seu contexto pessoal:

Quantos hectares de terra, aproximadamente, a sua família possui? (Marcar somente uma opção)

- 1) () até 10 ha
- 2) () de 11 a 30 ha
- 3) () de 31 a 50 ha
- 4) () de 51 a 100 ha
- 5) () mais de 101 ha
- 6) () não possui nenhum hectare
- 7) () desconheço totalmente a quantidade de hectares

hectares _____

De que forma a propriedade em que sua família vive foi adquirida? (Marcar somente uma opção)

- 1) () herança
- 2) () compra sem financiamento
- 3) () financiada pelo Banco da Terra
- 4) () arrendamento
- 5) () reforma agrária
- 6) () a propriedade não pertence a minha família
- 7) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

adquirida _____

Qual a principal atividade econômica desenvolvida na propriedade da sua família para comercialização? (Se necessário, pode marcar mais de uma opção)

- 1) () pecuária de corte (carne)
- 2) () cultivo de soja
- 3) () cultivo de milho
- 4) () cultivo de fumo
- 5) () silvicultura (cultivo de eucalipto, acácia...)
- 6) () pecuária leiteira (leite)
- 7) () cultivo de feijão
- 8) () policultura (diversos produtos) com venda do que sobra do consumo da família
- 9) () atividade econômica distinta da agricultura/pecuária
- 10) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

ativ_econ_____

Você gostaria de continuar desenvolvendo as mesmas atividades econômicas dos seus pais na sua vida adulta? (Marcar somente uma opção)

- 1) () gostaria de desenvolver as mesmas atividades econômicas, pois eles foram muito bem sucedidos financeiramente
- 2) () gostaria de desenvolver as mesmas atividades econômicas, pois gosto muito destas atividades, embora não sejam muito lucrativas
- 3) () gostaria de desenvolver as mesmas atividades econômicas, mas com inovações para que elas se tornem mais lucrativas
- 4) () não gostaria de desenvolver as mesmas atividades econômicas dos meus pais
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

mesm_ativ_____

Na sua família há aposentados ou beneficiários de pensão? (Marcar somente uma opção)

- 1) () sim. Eles pouco ou nada contribuem com as despesas da casa
- 2) () sim. Eles contribuem com a maior parte das despesas da casa, mas conseguiríamos sobreviver bem sem esta renda na família
- 3) () sim. Se não houvesse a renda deles na família, seria impossível viver no campo
- 4) () não há aposentados ou beneficiários de pensão
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

aposentados_____

A sua família costuma fazer financiamento do PRONAF²⁴? (Marcar somente uma opção)

- 1) () não. A minha família não teve direito ao PRONAF por algum motivo
- 2) () não. A minha família acha que o PRONAF é desnecessário para a propriedade

pronaf_____

²⁴PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

- 3) () não. A minha família acredita que o PRONAF apenas endivida o produtor
- 4) () sim. Sempre que possível fizemos o financiamento, pois ele é importante para a propriedade
- 5) () desconheço totalmente se a minha família faz ou não o PRONAF
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

A sua família costuma produzir parte de seus alimentos na propriedade? (Marcar somente uma opção)

- 1) () antes produzíamos mais, mas agora estamos diminuindo para nos dedicar ao produto principal da propriedade alimentos_____
- 2) () antes produzíamos mais, mas agora estamos diminuindo simplesmente porque é mais fácil comprar no supermercado
- 3) () produzimos grande parte dos nossos alimentos na propriedade
- 4) () não produzimos alimentos na propriedade
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

Em sua opinião, o fato do produtor rural dar prioridade para a produção de um produto em detrimento dos outros é: (Marcar somente uma opção)

- 1) () uma boa idéia, pois aumentará o lucro da sua propriedade prioridade_____
- 2) () uma boa idéia, pois poderá comprar os outros produtos sem precisar produzi-los
- 3) () uma má idéia, pois ficará mais frágil diante da oscilação do preço do seu produto principal
- 4) () uma má idéia, pois não terá garantia de que os produtos alimentícios que consome são saudáveis
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

Onde você se imagina vivendo daqui a 10 anos? (Marcar somente uma opção)

- 1) () na mesma propriedade em que vivo hoje plan_futuro_____
- 2) () em outra propriedade rural que não é a da minha família
- 3) () na cidade de Canguçu
- 4) () em outra cidade pequena que não seja Canguçu
- 5) () em uma cidade maior
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

Seus pais lhe incentivam a continuar morando no campo? (Marcar somente uma opção)

- 1) () eles não costumam opinar sobre o meu futuro incentivo_____

- 2) () sim. Eles querem que eu seja seu (sua) sucessor (a)²⁵, desempenhando a mesma função que eles exercem atualmente e da mesma forma
- 3) () sim. Eles querem que eu seja seu (sua) sucessor (a), mas traga inovações para a propriedade
- 4) () não. Eles acham a vida no campo muito difícil e preferem que eu vá para a cidade
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

Você acredita que, se quisesse, poderia se tornar o sucessor na propriedade da sua família? (Marcar somente uma opção)

- 1) () sim. Meus pais gostariam muito que isso acontecesse
- 2) () não. Já tem um irmão definido para ser o sucessor
- 3) () não. Já tem uma irmã definida para ser a sucessora
- 4) () eles gostariam que eu continuasse morando no campo, mas vivendo em outra propriedade que não a deles
- 5) () ainda não pensei sobre isso
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

sucessor_____

Qual a principal coisa que o campo deveria oferecer para que se sentisse estimulado a continuar vivendo nele? (Marcar somente uma opção)

- 1) () maior igualdade entre homens e mulheres
- 2) () maior valorização econômica dos produtos agrícolas
- 3) () mais segurança em relação à violência (assaltos, furtos...)
- 4) () oportunidades de desenvolver outros trabalhos distintos da agricultura/pecuária
- 5) () oportunidade de continuar por mais tempo os estudos
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

campo_____

Agora irei fazer algumas perguntas sobre a sua vida escolar:

Qual o principal objetivo pelo qual você estuda? (Marcar somente uma opção)

- 1) () somente porque é obrigatório por lei
- 2) () para corresponder as expectativas da minha família
- 3) () para conseguir um trabalho futuramente na cidade
- 4) () para desenvolver um trabalho mais aperfeiçoado futuramente no campo
- 5) () apenas para desenvolvimento pessoal
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

porq_estuda_____

²⁵**Sucessor(a):** Filho (a) que dará continuidade ao trabalho da família na propriedade

Você pretende continuar estudando? (Marcar somente uma opção)

- 1) () pretendo fazer curso(s) (faculdade, técnico, etc.) voltados para as atividades rurais típicas (agricultura/criação de animais)
- 2) () pretendo fazer curso(s) (faculdade, técnico, etc.) que possibilitem conseguir um emprego na cidade
- 3) () pretendo fazer curso(s) (faculdade, técnico, etc.) que possibilite continuar vivendo no campo, mas em atividade distinta da agricultura/pecuária
- 4) () não pretendo continuar estudando
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

cont_estud_____

Você utiliza os conhecimentos que aprende na escola nas atividades práticas da propriedade em que vive? (Marcar somente uma opção)

- 1) () sim. Procuo ajudar dando **idéias** a minha família, relacionando o que aprendo na escola com o trabalho da propriedade
- 2) () sim. Procuo ajudar na **prática** no trabalho da propriedade, exercitando o que aprendo na escola
- 3) () não. Às vezes tento opinar e ajudar, mas eles preferem fazer do modo deles
- 4) () não. Normalmente não acompanho o andamento do trabalho da família na propriedade
- 5) () o que aprendo na escola não tem nada a ver com o trabalho desenvolvido na propriedade da minha família
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

util_conh_____

Você acredita que é preciso estudar para ser agricultor ou pecuarista? (Marcar somente uma opção)

- 1) () sim, pois permite modernizar o trabalho que a família já desenvolve
- 2) () sim, pois possibilita implantar outras atividades econômicas diferentes das quais a família desenvolve
- 3) () sim, pois amplia a visão de mundo para melhor inserir os produtos da propriedade no mercado
- 4) () não é necessário estudar para ser agricultor ou pecuarista
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

prec_estud_____

A seguir, pedirei sua opinião sobre assuntos diversos:

Caso resolvesse casar, você teria preferência entre casar com alguém que também vive no campo ou com alguém da cidade? (Marcar somente uma opção)

- 1) () preferiria alguém do campo, mas tentaria convencê-lo a irnos morar na cidade
- 2) () preferiria alguém do campo, pois assim seria mais fácil de permanecer vivendo nesse meio

casamento_____

- 3) () preferiria alguém da cidade, mas tentaria convencê-lo a vir morar no campo
- 4) () preferiria alguém da cidade, pois seria uma oportunidade de também viver na cidade
- 5) () não teria preferência
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

O que mais lhe atrai na cidade de Canguçu? (Marcar somente uma opção)

- 1) () acesso a comércio e serviços
- 2) () acesso a lazer
- 3) () oportunidade de continuar os estudos
- 4) () oportunidade de conseguir um trabalho com renda fixa
- 5) () possibilidade de ter uma vida mais livre do controle da família e da comunidade
- 6) () nada me atrai em Canguçu
- 7) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

canguçu_____

Você acha que é fácil conseguir emprego na cidade de Canguçu? (Marcar somente uma opção)

- 1) () é quase impossível conseguir um emprego
- 2) () somente consegue se tiver a “indicação” de alguém influente
- 3) () já foi mais fácil conseguir, mas agora está difícil
- 4) () é muito fácil conseguir um emprego
- 5) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

emprego_____

Qual a opção que melhor expressa a sua opinião sobre a migração dos jovens para as cidades? (Marcar somente uma opção)

- 1) () é um problema, pois o campo ficará quase deserto e haverá poucas pessoas para produzir os alimentos para quem vive nas cidades
- 2) () é um problema, pois na cidade os jovens enfrentarão desemprego e violência
- 3) () é uma solução, pois na cidade os jovens encontrarão mais oportunidades de ter uma vida melhor
- 4) () é uma ilusão para os jovens, pois no campo é também possível ter uma vida próspera
- 5) () é uma armadilha para os jovens, pois poucos conseguirão atingir os objetivos e realizar os seus sonhos
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

migração_____

Em sua opinião, a maioria das pessoas que você conhece que decidiram migrar para a cidade, está: (Marcar somente uma opção)

- 1) () em situação significativamente melhor do que se tivesse permanecido no campo

pess_migr_____

- 2) () em situação significativamente pior do que se tivesse permanecido no campo
- 3) () houve vantagens e desvantagens, mas o saldo foi positivo
- 4) () houve vantagens e desvantagens, mas o saldo foi negativo
- 5) () não conheço pessoalmente nenhuma pessoa que migrou para a cidade
- 6) () nenhuma das alternativas anteriores. Qual? _____

ATENÇÃO!

Por favor, verifique se não deixou nenhuma questão em branco. As suas respostas são muito importantes.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Perguntas gerais

Nome: _____

Quantidade de anos que vive em Canguçu: _____

- 1) Como você descreveria a situação econômica da cidade de Canguçu nos últimos cinco²⁶ anos?

- 2) Como você avalia a importância das atividades econômicas desenvolvidas no meio rural do município para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Canguçu?

- 3) Se hoje isolássemos a cidade de Canguçu do seu entorno rural, haveria alteração na sua economia?

- 4) Você percebe a ocorrência de transformações na relação campo-cidade no município de Canguçu nos últimos cinco anos? Quais?

- 5) No município de Canguçu, aproximadamente 63% da população ainda vivem no meio rural e 72,06% das propriedades rurais possuem até 20ha. Como você vê o reflexo disso na cidade local?

- 6) Quais as atividades econômicas e/ou fontes de renda da área rural de Canguçu você considera mais relevantes e de que forma cada uma delas se reflete na sede do município?

²⁶ Utilizamos o período de cinco anos porque durante a pesquisa de campo do mestrado (2011), os entrevistados já apontaram um crescimento econômico a partir do ano 2000, em Canguçu/RS, e gostaríamos de saber se isso tinha se alterado recentemente. No entanto, durante as entrevistas do Doutorado (2015/2016) a maioria dos entrevistados corrigiu o período, afirmando que o crescimento ocorreu nos últimos 15 anos e não apenas nos últimos cinco anos.

7) Dos 445 questionários aplicados em jovens rurais do município de Canguçu, apenas 34,4% afirmaram que pretendem continuar vivendo no campo e 31,7% pretendem migrar para uma cidade maior, o que mostra uma tendência de perda da população rural do município. Se essas intenções se concretizarem, nas mesmas condições atuais, quais os efeitos que poderiam gerar na economia da cidade de Canguçu?

8) Dos 445 jovens pesquisados, 62,7% afirmaram que o principal motivo pelo qual estão estudando é se qualificar para conseguir um trabalho futuramente na cidade. Como você avalia a inserção dos jovens rurais canguçuenses no mercado de trabalho urbano?

9) Dos 445 jovens questionados, 24,3% pretendem migrar para a cidade de Canguçu. Você acredita que a cidade esteja preparada para receber estes jovens?

10) Os 445 jovens, quando questionados sobre o que o campo deveria oferecer para que se sentissem motivados a permanecer nele, responderam:

Condições	%
Maior valorização econômica dos produtos agrícolas	66,5%
Oportunidade de continuar por mais tempo os estudos	12,1%
Mais segurança em relação à violência (assaltos, furtos...)	11%
Oportunidades de desenvolver outros trabalhos distintos da agricultura/pecuária	8,3%
Outras	1,6%
Maior igualdade entre homens e mulheres	0,4%

Você acha que a cidade de Canguçu pode intervir de alguma forma para que estas condições sejam satisfeitas e os jovens considerem a possibilidade de permanecer no campo?

11) Foi constatado que 81,6% dos jovens questionados acreditam que atualmente é necessário estudar para ser agricultor/pecuarista e cerca de $\frac{1}{4}$ dos jovens pretendem fazer inovações na propriedade da sua família para torná-la mais lucrativa. Que mudanças no cenário econômico futuro do município de Canguçu, você acha que esta nova visão dos jovens pode trazer?

12) Você percebe alguma alteração nos hábitos de consumo dos jovens rurais nos últimos anos em relação a seus pais?

13) Você acha que o acesso a tecnologia no meio rural do município está refletindo de alguma forma no comportamento do jovem rural e no modo que ele se relaciona com a cidade de Canguçu?

14) Na sua opinião, quais medidas poderiam ser tomadas para que a cidade de Canguçu não venha a entrar em decadência?

Perguntas específicas para o entrevistado nº 8 (gerente da Agro Müller)

1) De onde é a maior parte dos produtores de soja do município de Canguçu?

2) Os produtores de soja que mais compram em seu estabelecimento são do próprio município de Canguçu?

3) Os produtores de soja, que são seus clientes, plantam em terra própria ou costumam arrendar terras?

4) Os produtores de soja de outros municípios costumam comprar os implementos agrícolas fora da cidade de Canguçu?

5) Comparada a outros cultivos, a renda da soja tem refletido na cidade de Canguçu? De que forma?

6) Como tem sido a receptividade do jovem rural canguçuense em relação ao plantio de soja, se comparado a seus pais?

Perguntas específicas para o entrevistado nº 14 (gerente da AFUBRA)

1) Quantas lojas têm a AFUBRA?

2) Por que a AFUBRA resolveu abrir uma loja em Canguçu?

- 3) A maior parte dos clientes da loja AFUBRA em Canguçu são do campo ou da cidade?
- 4) A parte da loja AFUBRA em Canguçu, que vende implementos agrícolas, tem quais tipos de produtores como principais clientes?
- 5) Houve alteração no número de sócios nos últimos anos na AFUBRA de Canguçu?
- 6) Há uma expectativa que as campanhas que o governo vem fazendo causem uma diminuição da produção de tabaco em Canguçu?
- 7) Os jovens canguçuenses têm demonstrado interesse em dar continuidade à produção de tabaco?

Perguntas específicas para o entrevistado nº 17 (responsável pelo Casarão Remates em Canguçu)

- 1) Como está a situação da pecuária em Canguçu?
- 2) Há perspectiva de mais redução da pecuária no município de Canguçu?
- 3) Os jovens estão receptivos à pecuária em Canguçu?
- 4) Ainda há predominantemente uma pecuária extensiva no município de Canguçu ou já há uma tendência para a pecuária intensiva?
- 5) O que os ex-pecuaristas canguçuenses têm feito com a sua terra?
- 6) Comparada a outras atividades econômicas do município, a pecuária reflete bastante na cidade de Canguçu?

Perguntas específicas para o entrevistado nº 22 (concessionário da rodoviária de Canguçu)

- 1) Qual o perfil de usuários do meio rural de Canguçu que mais utiliza o transporte coletivo?
- 2) Tem havido alteração no fluxo de passageiros para o meio rural de Canguçu nos últimos cinco anos?
- 3) Quais localidades e distritos do município têm apresentado diminuição no fluxo de passageiros? Por quê?
- 4) Tem havido alteração no fluxo de passageiros para outros municípios? Quais municípios? Por quê?
- 5) Há alguma demanda de linha que ainda não foi sanada? Qual?
- 6) O jovem rural canguçuense tem demonstrado alguma mudança de hábito em relação ao transporte coletivo, se comparado a seus pais?

Apresentação da Proposta de Pesquisa e Termo de Livre Consentimento

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela acadêmica Silvana de Matos Bandeira, nº de matrícula 228042, a qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A aluna possui como proposta de tese “AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO CAMPO: REPERCUSSÕES NA CIDADE LOCAL (CANGUÇU/RS)”, sob a orientação do professor Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura, tendo como objetivo principal: Analisar as consequências que as transformações econômicas, ocorridas no campo, trouxeram para a cidade local (Canguçu/RS) e a nova relação campo-cidade em função de tais transformações.

Dessa forma, para que o objetivo seja alcançado, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- *Aplicação de questionários* em 50% dos jovens matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental e em 100% dos jovens matriculados no 3º ano do Ensino Médio do meio rural de Canguçu.

- *Entrevistas semiestruturadas* com agentes de desenvolvimento e líderes locais da cidade de Canguçu.

Nesse sentido, com a finalidade de garantir maior veracidade e relevância à pesquisa desenvolvida, propõe-se que as entrevistas sejam gravadas e que também se façam alguns registros por meio de anotações. Os dados (questionários impressos, gravações, anotações) resultados da pesquisa de campo serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também serão utilizados para publicações de caráter científico - artigos, revistas, livros, entre outros. Salienta-se que será guardado o anonimato dos entrevistados utilizando-se apenas de seu cargo e/ou iniciais do nome.

Pesquisadora: Silvana de Matos Bandeira

Endereço: Rua Alberto Pasqualini, nº 249. Bairro Prado. Canguçu/RS, CEP 96600-000.

Telefone: (53) 9945-2945, (53) 8408-3478

E-mail: mmmatosss@yahoo.com.br

Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Contato: luiz.fontoura@ufrgs.br

Assinatura do (a) participante entrevistado:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DE ESCOLAS NAS QUAIS FORAM APLICADOS OS QUESTIONÁRIOS

	Nome da escola	Localidade	Nº de alunos questionados
1	E.E.E.M. João de Deus Nunes	Cidade*	22
2	Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida	Cidade*	13
3	Escola Técnica Estadual de Canguçu	Cidade*	44
4	E.E.E.M. Alberto Wienke	2º (Herval)	50
5	E.E.E.M. Dr. Carlos Mesko	2º (Iguatemi)	44
6	E.E.E.M. Senador Alberto Pasqualini	3º (Faxinal)	35
7	E.E.E.M. João Simões Lopes Neto	4º (Trapeira)	40
8	E.E.E.M. José Veridiano Ferreira	5º (Colônia Palma)	16
9	E.M.E.F. Guido Timm Venzke	1º (Posto Branco)	17
10	E.M.E.F. Marechal Deodoro	1º (Glória)	14
11	E.M.E.F. Santo Ângelo	1º (Solidez)	17
12	E.M.E.F. Santa Maria	1º (Passo do Valadão)	25
13	E.M.E.F. Alberto Bergmann Filho	2º (Santa Bárbara)	10
14	E.M.E.F. Heitor Soares Ribeiro	2º (Florida)	23
15	E.M.E.F. José Maria Dutra	3º (Boa Vista)	10
16	E.M.E.F. Euclides da Cunha	3º (Faxinal)	9
17	E.M.E.F. Pres. Castelo Branco	4º (Coxilha dos Piegas)	12
18	E.M.E.F. Marechal Floriano	4º (Trapeira)	13
19	E.M.E.F. José Luiz da Silva	5º (Armada)	20
20	E.M.E.F. Oscar Fonseca da Silva	5º (Alto da Cruz)	11
	Total		445

* Os questionários foram aplicados apenas nos jovens rurais que estão matriculados nestas escolas.

ANEXO B – LISTA DE ENTREVISTADOS

- 1) Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Mulheres:
Sr. C. J. P. S.
 - 2) Secretário Municipal da Fazenda, Indústria e Comércio:
Sr. F. C. P.
 - 3) Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural:
Sr. C. C. M.
 - 4) Secretário Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo:
Sr. L. R. S. B.
-
- 5) Comerciante tradicional de Canguçu:
Loja Strelow (Sr.^a S. S. N. P.)
 - 6) Comerciante tradicional de Canguçu e presidente do CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) de Canguçu:
Estrela Móveis (Sr. M. B.)
 - 7) Comerciante tradicional de Canguçu:
Farmácia Flor do Campo (Sr. D.F. G.A.)
 - 8) Comerciante tradicional de Canguçu:
Gerente da Agro Müller Produtos Agrícolas Ltda. (Sr. O. R. M.)
 - 9) Comerciante tradicional de Canguçu:
Super Heling (Sr. R., Sr.^a M. e Sr. V. H.)
 - 10) Comerciante tradicional de Canguçu:
Nilson Moto Peças (Sr. N. H.)
-
- 11) Comerciante recente de Canguçu:
Gerente da loja Shanadu (Sr. J. C. M.)
 - 12) Comerciante recente de Canguçu:
Gerente da loja Quero-quero (Sr. M. N. C.)
 - 13) Comerciante recente de Canguçu:
Gerente da farmácia São João (Sr. R.W.)
 - 14) Comerciante recente de Canguçu:
Gerente da loja Afubra (Sr. D. P.)
 - 15) Comerciante recente de Canguçu:

Gerente do supermercado Peruzzo (Sr.^a A. B. B.)

- 16) Comerciante recente de Canguçu:
Gerente da Odorico Monteiro – distribuidora da Honda (Sr. A. R. K.)
-

- 17) Responsável pelo Casarão Remates em Canguçu (e esposa do proprietário da imobiliária Pinheiro Imóveis):

Sr.^a G. L.

- 18) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu:

Sr. P. A. S.

- 19) Extensionista da Emater de Canguçu:

Sr. G. L. F.

- 20) Presidente da ACICAN (Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Canguçu) (e proprietário da Requite Construção e Lazer):

Sr. R. A. F.

- 21) Imobiliária Adão Silva Imóveis

Sr. A. J. C. S.

- 22) Concessionário da rodoviária de Canguçu:

Sr. A. V. M. R.

- 23) Presidente da Cooperativa União:

Sr. E. F. D.

**ANEXO C – AUTORIZAÇÕES PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS EM ESCOLAS
MUNICIPAIS E ESTADUAIS**



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Ofício nº 139/2015 SMEE

Canguçu, 17 de Junho de 2015.

Sra. Silvana de Matos Bandeira

Ao cumprimentá-la cordialmente, vimos através deste, autorizar realização de questionários nas escolas solicitadas, salientando que o conhecimento adquirido deverá ser usado somente para fins de pesquisa. Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me.

Ledeci Lessa Coutinho
Secretária Municipal de Educação e Esportes



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas do 9º ano (Ens. Fund.) e 3º ano (Ens. Médio), na E.E.E.M Alberto Wienke. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9ºano (Ens. Fund.) e 3ºano (Ens. Médio), na E.E.E.M Dr. Carlos Mesko. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9º ano (Ens. Fund.) e 3º ano (Ens. Médio), na E.E.E.M Senador Alberto Pasqualini, no município de Canguçu. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9ºano (Ens. Fund.) e 3ºano (Ens. Médio), na E.E.E.M João Simões Lopes Neto. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9ºano (Ens. Fund.) e 3ºano (Ens. Médio), na Escola Técnica Estadual de Canguçu. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9º ano (Ens. Fund.) e 3º ano (Ens. Médio), na E.E.E.M João de Deus Nunes. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação autoriza o (a) aluno (a) Silvana de Matos Bandeira, doutoranda em Geografia (UFRGS), a realizar uma aplicação de um questionário, nas turmas 9ºano (Ens. Fund.) e 3ºano (Ens. Médio), na E.E.E.M José Veridiano Ferreira. O período de realização das atividades será nos meses de Julho e Agosto de 2015.

Pelotas, 22 de junho de 2015.


Doris Costa Noronha
IDF: 1378341/01
5ª CRE/PELOTAS